



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROF. MILTON SANTOS**  
**PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**CULTURA E SOCIEDADE**

***A ECONOMIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA CHAPADA DIAMANTINA:  
UM ESTUDO SOBRE OS TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS DOS SABERES E FAZERES DOS  
OFÍCIOS DE OLEIROS E ADOBEIROS EM MORRO DO CHAPÉU***

**por**

**VINICIUS NAVARRO MORENDE**

**Orientador: Prof. Dr. MESSIAS GUIMARÃES BANDEIRA**

**SALVADOR,  
2020**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROF. MILTON  
SANTOS  
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
CULTURA E SOCIEDADE**

***A ECONOMIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA CHAPADA DIAMANTINA:  
UM ESTUDO SOBRE OS TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS DOS SABERES E FAZERES DOS  
OFÍCIOS DE OLEIROS E ADOBEIROS EM MORRO DO CHAPÉU***

**por**

**VINICIUS NAVARRO MORENDE**

**Orientador: Prof. Dr. MESSIAS GUIMARÃES BANDEIRA**

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências prof. Milton Santos, na linha de pesquisa em Cultura e Desenvolvimento, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor.

**SALVADOR  
2020**

Morende, Vinicius Navarro.

A economia do patrimônio cultural imaterial na Chapada Diamantina: um estudo sobre os territórios simbólicos dos saberes e fazeres dos ofícios de oleiros e adobeiros em Morro do Chapéu / Vinicius Navarro Morende. - 2020.

305 f. :il.

Orientador: Prof. Dr. Messias Guimarães Bandeira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2020.

1. Cultura - Aspectos econômicos. 2. Patrimônio cultural - Diamantina, Chapada (BA).  
3. Patrimônio cultural - Morro do Chapéu (BA). 4. Oleiros - Morro do Chapéu (BA) I. Bandeira, Messias Guimarães. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 363.69

CDU - 351.71



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
IHAC- INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E  
CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON SANTOS  
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
CULTURA & SOCIEDADE

ATA DA REUNIÃO DA DEFESA ORAL DA TESE DE VINÍCIUS NAVARRO MORENDE

INTITULADA: "A economia do patrimônio cultural imaterial na Chapada Diamantina: um estudo sobre os territórios simbólicos dos saberes e fazeres dos ofícios de oleiros e adobeiros em Morro do Chapéu".

Aos 03 (três) dias do mês de abril do ano dois mil e vinte, por vídeo conferência via Jitsi - foi instalada a Banca Examinadora da Defesa da tese intitulada: "A economia do patrimônio cultural imaterial na Chapada Diamantina: um estudo sobre os territórios simbólicos dos saberes e fazeres dos ofícios de oleiros e adobeiros em Morro do Chapéu". Após a abertura da sessão, foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores Drs.: Prof(a) Dr.(a) Messias Guimarães Bandeira- Orientador, pelos examinadores externos: Prof(a). Dra. Carmen Lucia Castro Lima, Prof. Dr. Leonardo Figueiredo Costa e internos do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade: o Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira e Prof. Dr. José Roberto Severino. Conforme o Rêgimento Interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade foi dado o prazo de trinta minutos para que o/a doutorando(a) fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca realizassem a arguição. Primeiro falou a Prof(a). Dra. Carmen Lucia Lima Castro, em seguida o Prof. Dr. Leonardo Figueiredo Costa, avaliadores externos. Após os examinadores externos, fizeram suas arguições o Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira e o Prof. Dr. José Roberto Severino, avaliadores internos. Depois que os membros da Banca falaram, foi dado um prazo de trinta minutos para que o doutorando fizesse sua réplica. Concluída a exposição, arguição e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e considerou a tese de VINICIUS NAVARRO MORENDE como APROVADA. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof. Dr. Messias Guimarães Bandeira, orientador, lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo doutorando. Salvador, 03 de abril de 2020.

Prof.(a) Dr.(a) Messias Guimarães Bandeira

Messias G. Bandeira

Prof.(a) Dr.(a) Carmen Lucia Lima Castro

Carmen L. Lima Castro

Prof.(a) Dr.(a) Leonardo Figueiredo Costa

Leonardo Figueiredo Costa

Prof.(a) Dr.(a) Paulo César Miguez de Oliveira

Paulo César Miguez de Oliveira

Prof.(a) Dr.(a) José Roberto Severino

José Roberto Severino

Doutorando(a) VINÍCIUS NAVARRO MORENDE

Vinicius Navarro Morende

## RESUMO

MORENDE, Vinicius N. *A economia do patrimônio cultural imaterial na Chapada Diamantina: um estudo sobre os territórios simbólicos dos saberes e fazeres dos ofícios de oleiros e adobeiros em Morro do Chapéu*, 2020. 307 p. Tese (Doutorado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade — Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

Este trabalho busca investigar os processos da construção tradicional na Chapada Diamantina por meio da análise dos ofícios que usam o barro como matéria-prima, no município de Morro do Chapéu (BA), a exemplo de oleiros e adobeiros. Tais atividades, conformando um importante conjunto de saberes e fazeres tradicionais, evidenciam a dinâmica da economia do patrimônio cultural imaterial, contribuindo para a formação territorial no sertão baiano. Identificamos os territórios simbólicos dos trabalhadores do barro do território de identidade e de Morro do Chapéu a fim de perceber quais elementos contemporâneos estão promovendo as dinâmicas de desterritorialização dos ofícios tradicionais e quais elementos resistem no espaço, promovendo a transmissão dos ofícios. Para isso, realizamos uma análise documental das informações do inventário dos mestres artífices da construção tradicional da Chapada Diamantina, realizado pela UFBA e IPHAN entre os anos de 2014 e 2017. Também utilizamos de forma secundária as metodologias de análise de discurso e conteúdo, história oral e descrição densa. A pesquisa nos permitiu evidenciar o protagonismo do patrimônio cultural imaterial resistente nos saberes dos trabalhadores da construção tradicional desde o período pré-colonial e da escravidão, empregados na Chapada Diamantina para a edificação das estruturas físicas que, em parte, são certificadas como bens do patrimônio cultural material. Por meio da observação das disputas entre os modelos de produção tradicional e contemporâneo no campo dos territórios simbólicos também conseguimos compreender outras dinâmicas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das estruturas da construção tradicional na Chapada Diamantina e em Morro do Chapéu.

**Palavras-chave:** economia do patrimônio imaterial; saberes e fazeres; construção tradicional

# ABSTRACT

MORENDE, Vinicius N. Intangible cultural heritage economy at Chapada Diamantina: a study of the symbolic territories of knowledge and practices of potters and mudbrick crafters, 2020. 307 p. Thesis (Doctorate). Multidisciplinary postgraduate program in Culture and Society – Professor Santos, Miton Institute of Humanities, Arts and Sciences, Federal University of Bahia. Salvador, 2015.

This thesis intends to investigate the processes related to the activities of traditional construction at Chapada Diamantina through the analysis of crafts that use clay as a raw material, in the municipality of Morro do Chapéu (BA), such as potters and mudbrick crafters. Such activities, making up an important set of traditional knowledge and practices, evidence the dynamics of the intangible cultural heritage economy, contributing to the territorial formation in the Bahian hinterland. Thereby, we identified the symbolic territories of the clay crafters in the identity territory and Morro do Chapéu, in order to realize which contemporary elements are promoting the dynamics of deterritorialization of the traditional crafts and which elements resist through space, promoting the transmission of the crafts. Therefore, we have performed a documental analysis of the information related to the inventory of the master craftsmen of the traditional construction of Chapada Diamantina, performed by UFBA and IPHAN from 2014 to 2017. Additionally, we have used in a secondary way the methodologies of speech and content analysis, oral history and dense description. The research allowed us to evidence the protagonism of the intangible cultural heritage, resistant in the knowledge of the craftsmen of the traditional construction since the pre-colonial and slavery periods, employed at Chapada Diamantina for the construction of the physical structures that, in part, are certified as assets of the tangible cultural heritage. Through the observations of the disputes between the traditional and contemporary models of production in the field of the symbolic territories, we can also comprehend other dynamics of territorialization, deterritorialization and reterritorialization of the traditional construction structures at Chapada Diamantina and Morro do Chapéu.

**Keywords:** intangible cultural heritage economy; knowledge and practices; traditional construction

## LISTA DE FIGURAS E TABELA

Figura 1: Mapa dos territórios de identidade do Estado da Bahia.....	20
Figura 2: Mapa dos municípios do território de identidade da Chapada Diamantina.....	21
Figura 3: Contexto histórico-econômico do território entre os séc. XVII e XX.....	70
Figura 4: Contexto histórico-econômico do território entre os séc. XX e XXI.....	84
Figura 5: Saldo do emprego formal no território.....	86
Figura 6: Saldo agrupado do emprego formal no território.....	87
Figura 7: Saldo do emprego formal na construção civil no território.....	88
Figura 8: Saldo do emprego formal em Morro do Chapéu.....	89
Figura 9: Variação do PIB por município do território.....	90
Figura 10: Comparação entre variação do PIB e do estoque de empregos.....	91
Figura 11: Mapa do patrimônio cultural do território.....	109
Figura 12: Comunidades visitadas durante INRC-CD em Morro do Chapéu.....	199
Figura 13: Espacialização do uso do barro como matéria-prima no território.....	218
Tabela 1: Relação de bens tombados, por município, sítio e órgão.....	105

# LISTA DE ABREVIATURAS

APA	Área de Preservação Ambiental
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DCHT	Departamento de Ciências, Humanidades e Tecnologias
DNOCS	Departamento Nacional de Obras de Combate a Seca
Fapesb	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
INRC-CD	Inventário da construção tradicional na Chapada Diamantina
Ipac	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPB	Instituto de Permacultura da Bahia
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHAC/UFBA	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
MinC	Ministério da Cultura
MP/CECRE	Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos
OBEC-BA	Observatório de Economia Criativa da Bahia
PEMC	Parque Estadual de Morro do Chapéu
PNCD	Parque Nacional da Chapada Diamantina
Pós-Cultura	Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RTC	Representante Territorial de Cultura
SecultBA	Secretaria Estadual de Cultura da Bahia
Sidra-IBGE	Sistema IBGE de Recuperação Automática
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UCs	Unidades de Conservação
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia



# SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>1. Poder e cultura: contradições da teoria e da prática.....</b>	<b>9</b>
1.1 Conceitos de espaço em Milton Santos.....	10
1.1.1 Valorização espacial, território e formação territorial.....	13
1.1.2 Economia na atualidade e perspectivas no território.....	17
1.2 Estruturas para a análise da formação territorial da Chapada Diamantina.....	22
1.3 Aspectos econômicos históricos e influência política: formas, funções, estrutura e processos espaciais.....	27
1.3.1 Ocupações da identidade sertaneja e geografia política.....	33
1.4 Globalização, processos e influência político-econômica da Chapada Diamantina.....	34
1.4.1 Adoção das escalas e as políticas de patrimônio cultural.....	41
1.5 Movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.....	44
1.6 Contribuições da geografia cultural para a pesquisa.....	48
<b>2. Contexto dos territórios da Chapada Diamantina e Morro do Chapéu.....</b>	<b>59</b>
2.1 Primórdios da colonização em Morro do Chapéu.....	64
2.1.1 Condições históricas de trabalho nos ofícios tradicionais.....	71
2.1.2 Origem histórica dos saberes e fazeres locais.....	77
2.1.3 Importância da estrutura agrícola para a economia dos saberes.....	80
2.2 Funções espaciais da Chapada Diamantina a partir do século XX.....	82
2.2.1 A construção enquanto função estratégica em Morro do Chapéu.....	92
2.3 Localidades de Morro do Chapéu em função da construção tradicional.....	99
2.3.1 Territórios normativos do patrimônio cultural na Chapada Diamantina.....	102
2.4 Histórico dos processos políticos em Morro do Chapéu.....	104
2.4.1 Criação das principais formas espaciais em Morro do Chapéu.....	105
2.5 Estrutura do patrimônio cultural na Chapada Diamantina.....	106
<b>3. Política do patrimônio cultural e ambiental na Chapada Diamantina e economia.....</b>	<b>111</b>
3.1 A ação pública e as políticas culturais de tombamento.....	116
3.1.1 O patrimônio cultural nacional a partir da Constituição de 1988.....	124
3.2 Tensões entre as perspectivas do patrimônio material e imaterial.....	127
3.3 Patrimonialização e os processos do mercado.....	142
3.4 Gestão do patrimônio cultural: mercado e cidadania.....	145
3.5 Estabelecendo parâmetros para definir a economia do patrimônio imaterial.....	146
3.6 O INRC da construção tradicional no Brasil.....	153
<b>4. A economia vinculada à produção dos saberes tradicionais.....</b>	<b>159</b>
4.1 A economia do patrimônio cultural em Françoise Benhamou.....	163
4.2 Referências recentes da economia do patrimônio cultural imaterial.....	166
4.3 Economia da cultura e patrimônio cultural na Chapada Diamantina.....	171
4.3.1 Chapada Diamantina enquanto laboratório de referências para a economia do patrimônio.....	176
4.3.2 Economia da cultura dos ofícios tradicionais na Chapada Diamantina.....	179
4.4 Atores de poder dos ofícios tradicionais no território.....	182
4.4.1 Situações dos trabalhadores da construção tradicional no território.....	188

4.5 O INRC da construção tradicional na Chapada Diamantina.....	194
4.6 Economia do patrimônio imaterial na construção na Chapada Diamantina.....	197
<b>5. Estruturas da economia da construção tradicional na Chapada Diamantina.....</b>	<b>207</b>
5.1 Caracterização dos ofícios do barro na Chapada Diamantina.....	214
5.1.2 A produção dos ofícios do barro na Chapada Diamantina.....	221
5.2 Economia das olarias na Chapada Diamantina.....	227
5.2.1 Economia dos adobeiros da Chapada Diamantina.....	236
5.3 Caracterização dos oleiros identificados em Morro do Chapéu.....	242
5.3.1 Caracterização dos adobeiros identificados em Morro do Chapéu.....	260
5.4 Resultados da remuneração dos oleiros e adobeiros para a economia do patrimônio imaterial na Chapada Diamantina.....	263
<b>Considerações finais.....</b>	<b>269</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>281</b>

## *Introdução*

A cultura é um dos campos de estudo mais complexos do universo da produção de conhecimento. Entre tantos outros trabalhos realizados na Chapada Diamantina, este propõe o desafio de explorar a economia do patrimônio cultural imaterial, por meio do estudo das dinâmicas relacionadas aos saberes e fazeres tradicionais. Nos concentramos, sobretudo, na atividade da construção tradicional da Chapada Diamantina, em especial, os territórios simbólicos dos trabalhadores das olarias e produtores de tijolos de barro cru, ou adobe, com destaque para aqueles que atuam no município de Morro do Chapéu.

A justificativa é dar importância à atividade econômica realizada por uma parte significativa da mão de obra do território. Considerando que os saberes e fazeres da construção tradicional estão plenamente carregados de valores simbólicos, recorreremos ao estudo da economia da cultura como forma de reconhecer o protagonismo destes ofícios que se desenvolveram permanecendo à margem das dinâmicas do emprego formal e das estatísticas.

Consideramos os saberes e fazeres da construção tradicional, sobretudo os de oleiros e adobeiros, como os mais significativos para a formação territorial e edificação das estruturas físicas pelas quais funcionam as dinâmicas em geral da Chapada Diamantina. Compreendemos que os ofícios da construção tradicional estão entre os que mais empregam e movimentam recursos financeiros no território, dada a utilização das técnicas tradicionais na construção em geral e na restauração de edificações. Além disso, a construção tradicional é estratégica para a formação profissional dos trabalhadores que realizam obras com implementos contemporâneos.

Evidenciar a importância da economia do patrimônio imaterial, em especial o segmento da construção tradicional baseado nos ofícios e saberes tradicionais, é uma ação de defesa dos conhecimentos ancestrais transmitidos ao longo de séculos a partir de processos de maestria e aprendizagem. É verdade que, com o avanço do capitalismo, a acessibilidade aos materiais de construção industrializados fortaleceu o argumento de que a evolução tecnológica beneficia os processos produtivos em geral.

Por outro lado, no campo das discussões da economia da cultura, pouco se aborda sobre as consequências da expansão do uso das tecnologias e os riscos para a continuidade da produção artesanal e a transmissão dos conhecimentos tradicionais da construção tradicional. O observador poderia justificar os evidentes benefícios do uso da tecnologia sobre a saúde de profissionais da construção. Não se trata aqui de condenar o uso de implementos industrializados nesta atividade econômica, mas sim de denunciar como o uso irracional da tecnologia na construção civil altera de

modo estrutural o padrão de renda dos trabalhadores, restringindo o potencial de consumo e o desenvolvimento econômico do território e das localidades que o compõem.

Este processo ocorre devido ao deslocamento de fluxos financeiros destinados à mão de obra para as casas de materiais de construção e a consequente remuneração de empresas prestadoras de serviços de fora da região, que fornecem produtos industrializados ou semi-industrializados. Estimamos que a intensificação deste processo ponha em risco os territórios simbólicos da construção tradicional na Chapada Diamantina além de romper com toda a complexidade das estruturas econômicas vinculadas à produção dos saberes e fazeres da atividade no território de identidade.

Outro aspecto que amplia a importância da pesquisa é a questão ambiental relacionada ao segmento da construção tradicional. O avanço efetivo das dinâmicas promovidas a partir da implementação das normas ambientais no território restringiu o acesso às matérias-primas básicas necessárias à atividade – a exemplo da madeira, pedras, areia e barro das localidades<sup>1</sup>. Por isso, algumas atividades da construção tradicional também tiveram a continuidade limitada, interrompendo também os processos de transmissão de conhecimentos por meio de maestria e aprendizagem.

São situações que promovem a desterritorialização dos atores e elementos dos territórios simbólicos da construção tradicional na Chapada Diamantina e no município de Morro do Chapéu. Tanto os materiais de construção industrializados quanto as normas ambientais restritivas são considerados nesta pesquisa como elementos problematizadores para o desenvolvimento da economia da cultura do patrimônio imaterial relacionado aos saberes e fazeres da construção tradicional e de processos endógenos de desenvolvimento territorial na Chapada Diamantina.

Assim, nosso problema de pesquisa pode ser esclarecido por meio do questionamento de quais são os elementos dos territórios simbólicos dos saberes da construção tradicional que resistem e ajudam a manter o protagonismo da economia do patrimônio cultural imaterial da atividade no território de identidade e em Morro do Chapéu.

Em síntese, nosso objetivo principal é propor reflexões sobre a economia da cultura a partir de considerações relacionadas ao patrimônio cultural imaterial do território, por meio da análise dos fatores de desenvolvimento e as possibilidades para as iniciativas da Chapada

---

<sup>1</sup> Este processo não afetou de forma estrutural apenas o segmento da construção tradicional. O garimpo de serra, por exemplo, atividade econômica artesanal que fundou, talvez, a principal identidade do território, relacionando-o à exploração de diamantes, foi relegado à ilegalidade após a criação da principal unidade de conservação ambiental da Chapada Diamantina, o parque nacional. A medida, incentivada por jovens estadunidenses integrantes de um programa governamental de *soft power* daquele país, voltado para a difusão da cultura norte-americana, trouxe uma série de prejuízos, promovendo dinâmicas de fragmentação das relações sociais de forma exponencial em todo território.

Diamantina, em especial aquelas relacionadas aos saberes e fazeres baseados nos conhecimentos tradicionais, sobretudo, a construção civil tradicional.

Entre os objetivos específicos, tentamos desvendar os territórios simbólicos dos trabalhadores das olarias e produtores de tijolos de barro cru, ou adobe, com destaque para aqueles que atuam no município de Morro do Chapéu. A partir da análise das informações apuradas pelo inventário dos mestres artífices da construção tradicional da Chapada Diamantina (INRC-CD), evidenciar o protagonismo da economia da cultura do patrimônio imaterial vinculada à construção tradicional do município e do território de identidade. Além disso, analisar os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos territórios simbólicos dos oleiros e adobeiros da Chapada Diamantina e de Morro do Chapéu. Nossa hipótese é de que mesmo com os desafios contemporâneos, reconhecidos como parte da economia da cultura, os saberes e fazeres tradicionais, incluídos os da construção tradicional, seriam potencializados enquanto campo de conhecimento responsável pelas atividades econômicas mais dinâmicas da Chapada Diamantina. Tratamos a construção tradicional e a agricultura familiar – apesar de não nos aprofundarmos nos detalhes deste ofício – como atividades complementares, como de fato são, e que envolvem a maioria das pessoas da população economicamente ativa do território. No entanto, as relações de trabalho rebaixadas – em geral, informais – desvalorizam o papel social dos trabalhadores no território, provocam a subestimação dos ofícios tradicionais, mantendo-os desregulamentados e subordinando-os a diversos fatores de influência, além de limitar a elaboração de estratégias para preservação e estímulo dos saberes e fazeres.

Para dar conta de analisar estes aspectos de maneira detalhada, a pesquisa utilizou como principal fonte de informações o INRC-CD, inventário nacional de referências culturais da construção tradicional realizado no território de identidade da Chapada Diamantina. Este denso estudo reúne centenas de entrevistas com mestres artífices dos municípios do território de identidade, registros audiovisuais e relatórios realizados por uma equipe multidisciplinar. A partir da análise das informações apuradas pelo inventário buscamos colocar em perspectiva os processos relativos aos territórios simbólicos dos saberes e fazeres de oleiros e adobeiros da Chapada Diamantina e de Morro do Chapéu.

Nos atentamos, principalmente, aos elementos apurados pelo INRC-CD que contribuíram para caracterizarmos os territórios simbólicos dos trabalhadores e a economia vinculada aos ofícios. Estes aspectos não foram prioritários para o inventário e estavam registrados, principalmente, nos materiais brutos da pesquisa, como áudios e vídeos de entrevistas dos mestres artífices da construção tradicional identificados. Além da análise dos relatórios e das fichas dos ofícios, mestres e localidades, fizemos a transcrição das entrevistas realizadas com os detentores dos saberes, para

acessarmos informações de interesse que não haviam sido relatadas.

Consideramos termos realizado o estudo dos recursos e informações disponíveis com o apoio da metodologia de análise documental (YIN, 2001, p. 109). As entrevistas e relatórios do INRC-CD foram verificados com o apoio dos procedimentos metodológicos da análise de conteúdo (BARDIN, 1977, p. 46) e análise de discurso (ORLANDI, 2001, p. 43). Também empregamos técnicas da história oral temática para o processo de transcrição de, aproximadamente, quinze entrevistas realizadas com oleiros e adobeiros durante a pesquisa do INRC-CD.

Para a organização dos textos com o conteúdo das entrevistas utilizamos o recurso da digitação por meio da voz a partir dos áudios originais colhidos nas etapas de pesquisa do inventário, conforme a qualidade do áudio original permitia. No caso das entrevistas realizadas com os mestres dos ofícios do barro ao ar livre, tivemos que transcrever o conteúdo manualmente. Todas estas informações nos possibilitaram organizar parte dos resultados da nossa pesquisa. Além daquelas, foram consultadas entrevistas de outros mestres.

O recorte definido por esta pesquisa sobre o conteúdo total do INRC-CD significou a verificação de aproximadamente 70 gigabytes de dados digitalizados acessados. Após o levantamento de dados, sistematizamos uma série de informações de interesse contidas nas entrevistas em planilhas que organizaram a comparação entre a atividade e os rendimentos de cada mestre inventariado. Entre o conjunto de informações analisadas estiveram o tempo, os custos e a capacidade de produção dos mestres, o faturamento e a renda das atividades verificadas, além das redes de colaboradores, fornecedores e concorrentes. Entre outros fatores, verificamos ainda a criatividade com a qual trabalhadores produzem, geram renda e promovem a permanência por meio de atividades adicionais realizadas em benefício do núcleo familiar, a exemplo da agricultura de subsistência, que contribui com a segurança alimentar. Além disso, nos apoiamos em elementos da descrição densa (GEERTZ, 2008, p. 4) das atividades dos trabalhadores da construção tradicional na tentativa de compreender os significados dos ofícios tradicionais para a vida dos profissionais. Para apurar os resultados obtidos por meio do INRC-CD, fizemos visitas aos mestres dos ofícios do barro de Morro do Chapéu entrevistados durante o inventário para a devolutiva das informações organizadas e confirmação de considerações realizadas e conclusões preliminares. Trata-se aqui, então, de uma análise qualitativa sobre as atividades desses trabalhadores e detentores de saberes.

Para lidar com a complexidade do tema, este trabalho adota uma ideia de cultura de abrangência ampla<sup>2</sup>. De modo geral, o conceito de cultura também está aqui relacionado

<sup>2</sup> A organização da base teórica relativa ao conceito de cultura está aqui diretamente relacionada aos estudos dos conteúdos oferecidos, em especial, nas disciplinas de Teorias da Cultura 1 e 2 do programa de pós-graduação ao qual o trabalho está vinculado, além de outros autores referenciados ao longo do texto. Preliminarmente, tentamos nos filiar às ideias daqueles que desenvolvem trabalhos que podem contribuir de maneira mais satisfatória com a análise do espaço analisado, entre eles BHABHA (1998), EAGLETON (2005), HYUSSEN (2014), CLASTRES

diretamente com o de territorialidade, que também pode ser analisado na comparação com a noção de identidade cultural, ou a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2007, p. 74), isto é, do espaço mediado pelas relações de poder.

Ao buscar unir a análise de dados gerados a partir de uma pesquisa fruto de uma ação política, com atenção a um território simbólico, compreendemos que nos aproximamos da corrente de pensamento de Edgar Morin (2005, p. 175) quando propõe a análise dos paradigmas da complexidade como caminho para uma ciência responsável e inclusiva. Retrocedendo à compreensão de paradigma, retomamos à proposta de Thomas Kuhn, em seu ensaio *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1998, p. 67). O paradigma científico, para Kuhn, reúne princípios metafísicos, metodologia, instrumentos e hipóteses. Ao longo deste trabalho, esses elementos serão analisados.

O campo do patrimônio imaterial, por exemplo, é entendido como uma mudança relativamente recente dentro dos estudos patrimoniais. Os trabalhos relacionados aos estudos do patrimônio imaterial somente se desenvolveram de forma expressiva no Brasil nas últimas décadas. A discussão vem a reboque da supervalorização da cultura do patrimônio material em quase um século de políticas direcionadas à sua preservação por parte do Estado. Apesar de o órgão responsável pelo patrimônio nacional ter sido idealizado como um incentivador das diferentes culturas do país, fossem elas edificações ou valores simbólicos, o viés aceito e empregado foi o de valorização do patrimônio conhecido como cal e pedra, isto é, o reconhecimento de que os bens que possuíam mais valor para a sociedade brasileira eram as edificações históricas, ou seus conjuntos, em especial os que possuíam um grau significativo de monumentalidade.

Apenas recentemente, a orientação de valorizar os bens imateriais passa a fazer parte da política do Iphan, o órgão gestor do patrimônio nacional. Este movimento ocorreu a partir de uma série de estudos e da chegada de quadros qualificados a cargos comissionados em setores antes inexistentes do órgão. É possível considerar este processo um ponto de virada por conta do conjunto de discussões científicas realizadas para credenciar a valorização do patrimônio imaterial enquanto bem constituinte da identidade nacional.

A política de tombamento do patrimônio material, em sua maioria constituída de propriedades pertencentes às elites econômicas, valoriza, em consequência, os símbolos relacionados à atividade dos atores que edificaram essas obras. O tombamento das edificações foi uma homenagem à propriedade privada de grupos privilegiados, que utilizaram mão de obra escrava na construção do seu patrimônio. A política de tombamento é coerente com esta visão, sem apontar qualquer protagonismo aos trabalhadores que empregaram sua força de trabalho nessas obras.

---

(1979), entre outros.

Quando o turista caminha nas ruas calçadas dos conjuntos arquitetônicos tombados na Chapada Diamantina e admira as fachadas de casas e comércios, ele está observando o resultado do emprego dos conhecimentos tradicionais ancestrais trazidos para o território, na sua maior parte, à força. Toda a memória material, inclusive a que foi construída após a abolição da escravidão, foi preservada de forma que se tenha a certeza do poder das famílias e da nobreza que possuíam e comercializavam escravos. Como herança desta tradição, os trabalhadores da construção civil na Chapada Diamantina têm poucos direitos ou quase nenhum nível de protagonismo na relação com seus contratantes.

O desenvolvimento do campo do patrimônio cultural imaterial, no entanto, está longe de equilibrar o interesse da academia entre os bens tombados, a história de seus proprietários, e os saberes e fazeres dos trabalhadores da construção tradicional. É possível, contudo, observar o avanço da discussão acadêmica sobre o patrimônio imaterial, de uma forma geral, mesmo que pelas mãos dos descendentes dos maiores senhores de terras do Brasil. As discussões e decisões do campo do patrimônio ainda dependem, em grande medida, das famílias tradicionais que definiram as vocações econômicas e sociais do território e do país.

Mas é preciso reconhecer as limitações desta pesquisa. Os estudos relativos aos saberes da construção tradicional são recentes e sem impacto verificado para a melhoria da vida dos detentores do conhecimento da construção tradicional. Entendemos, entretanto, que os benefícios relacionados aos estudos ocorrerão posteriormente à identificação dos bens e devem ser perseguidos de maneira ética e responsável.

Assim, esta pesquisa também procura valorizar o protagonismo da economia da cultura do patrimônio imaterial, jogando luz sobre o aspecto econômico de uma categoria cuja importância não é reconhecida por parte dos observadores mais conservadores. Enquanto análise multidisciplinar, entende-se que os estudos das relações de força e as emanções de poder dentro do campo da cultura contribuam para compreender qualquer sistema.

O recorte do município de Morro do Chapéu foi feito por este ter sido o único da Chapada Diamantina no qual foram identificados mestres artífices de todos os ofícios que empregam o uso do barro como matéria-prima. Além disso, foi também o município no qual foram identificadas mais localidades e mais trabalhadores dedicados aos ofícios do barro. A existência de um número significativo de olarias em Morro do Chapéu indica o quão a atividade foi importante para a edificação da sede e das comunidades da zona rural. A realização de pesquisas anteriores no município, o fato de ter residido em Morro do Chapéu no ano de 2008, de viver na Chapada Diamantina na atualidade e possuir uma segunda residência no município, me aproximaram das dinâmicas espaciais de Morro do Chapéu.



A pesquisa também é fruto do reconhecimento pela UFBA<sup>3</sup> da Chapada Diamantina como polo de irradiação e articulação de atividades da economia da cultura. De forma complementar à realização do trabalho, coordeno o projeto de extensão para o mapeamento da cultura na Chapada Diamantina, vinculado ao Departamento de Ciências, Humanidades e Tecnologias (DCHT), do campus 23 da UNEB (Universidade do Estado da Bahia). O campus tem sede no município de Seabra, polo do território de identidade que é objeto da pesquisa. Nele também leciono disciplinas relacionadas ao campo da comunicação para os cursos de graduação em Jornalismo em Múltiplos Meios, Pedagogia e Letras Vernáculas.

As informações acumuladas ao longo dos últimos anos me permitiram contribuir com uma análise particular da economia da cultura do patrimônio imaterial na Chapada Diamantina. Neste sentido, alguns aspectos foram fundamentais: o acúmulo de mais de dez anos de estudos no território; as experiências profissionais com o campo do trabalho e da cultura, em especial os projetos culturais realizados, além do apoio à realização e o acompanhamento de uma série de atividades realizadas no mesmo território, sobretudo a partir do ano de 2013; a prática de docência no campus da UNEB no território; apoio às ações do OBEC-BA no território; e a atuação prática em atividades da construção tradicional.

A partir da introdução aos temas a serem abordados, o trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro busca oferecer um modelo de análise da totalidade espacial do território, a fim de evidenciar a influência dos saberes e fazeres da construção tradicional para a formação territorial, e um percurso teórico que permite observar os territórios simbólicos envolvidos com o objeto de pesquisa. Para tal, propomos a convergência entre os estudos relativos à geografia política, a cultura e a geografia cultural. Isso se deu por meio da incorporação de teorias trabalhadas de forma qualificada em pesquisas anteriores e a partir do avanço sobre campos de estudos que ainda não haviam sido tratados em meu percurso acadêmico, a exemplo dos territórios simbólicos.

O segundo capítulo realiza a contextualização da atividade da construção tradicional para a formação territorial da Chapada Diamantina e de Morro do Chapéu. Esta apresentação nos permite orientar a importância dos trabalhadores do ofício artesanal para o desenvolvimento econômico, social e cultural da Chapada Diamantina. A partir disso, evidenciamos as origens antropológicas, sociológicas, históricas e políticas dos atores da construção tradicional na Chapada Diamantina e as

---

<sup>3</sup> O reconhecimento se dá por meio do acordo de cooperação técnica, científica e cultural com vistas ao desenvolvimento e a implantação do “Programa Interinstitucional e interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão universitária na região da Chapada Diamantina, com ênfase no Município de Lençóis – PROEPE-PML/UFBA” (BRASIL, 2014, p. 78). Assim, a pesquisa integra o projeto de pesquisa do Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA) – órgão vinculado ao IHAC/UFBA – no território. Esta pesquisa é apoiada pela estrutura do projeto do OBEC-BAHIA no PROEPE-PML/UFBA, o que evita a geração de conhecimento de forma “espontânea e desintegrada”, preocupação da universidade exposta no acordo (UFBA, 2014, p. 1).

disputas de poder que se davam conforme a atividade produzia a base material do território de identidade e do município de Morro do Chapéu. Isso ajuda a estabelecer a origem de elementos históricos persistentes dos territórios simbólicos atuais da construção tradicional.

O terceiro capítulo faz uma análise da construção das políticas públicas dedicadas ao patrimônio cultural no Brasil e no mundo e as disputas pelo protagonismo da valorização dos bens material ou imaterial. Consideramos os trabalhos consagrados que alertam sobre a importância do patrimônio imaterial inerente aos bens tangíveis, além de outras temáticas importantes relacionadas aos bens intangíveis. Analisamos também alguns dos trabalhos dedicados à economia do patrimônio cultural e da economia do patrimônio cultural imaterial relacionado à construção tradicional.

O quarto capítulo promove um breve debate sobre a economia da cultura. Analisamos a abrangência das atividades vinculadas ao conceito nos territórios de interesse. Introduzimos também as informações dos inventários de referências culturais da construção no Brasil, além organizar um retrato dos atores envolvidos com os ofícios tradicionais e aqueles relacionados à construção na Chapada Diamantina.

No quinto capítulo utilizamos as informações do INRC-CD como suporte para analisar os territórios simbólicos vinculados à construção tradicional e a economia da cultura relacionada às atividades dos oleiros e adobeiros. Isso nos permitiu verificar a organização do trabalho das atividades, potencial de mercado, nível de produção, funções sociais do trabalho realizado (sociabilidade, comunicação, geração e distribuição do conhecimento etc.), gargalos e limitações para a produção, modelos de negócio, organização financeira familiar, entre outras características do trabalho dos oleiros e adobeiros da Chapada Diamantina e de Morro do Chapéu. Analisamos também os aspectos financeiros da atividade realizada pelos mestres detentores de saberes dos ofícios do barro da construção tradicional. Além das estimativas de faturamento das atividades nos locais de pesquisa, foi possível verificar as estratégias de trabalhadores e suas famílias para lidar com as dificuldades impostas pelas formas de trabalho autônomas e informais.

Consideramos que o texto do trabalho não segue necessariamente um dos padrões mais utilizados para pesquisas do tipo. As teorias sobre cada um dos principais temas abordados, a exemplo do espaço, da formação territorial, da política do patrimônio cultural e da economia da cultura estão concentradas em cada um dos capítulos temáticos. Essa iniciativa é uma tentativa de tratar dos temas, necessários para dar conta do problema, de maneira complexa. Entendemos que a incorporação de experiências da prática nos territórios e as comparações com teorias e conceitos também facilitam a compreensão da abordagem realizada.

# *1. Poder e cultura: contradições da teoria e da prática*

*O homem que é lavrador,  
trabalha e sempre se esforça  
e ele sente alegria,  
na festa da mandioca,  
na noite que vê um relâmpago,  
o pobre homem do campo,  
manhece o dia na roça.*

Mestre oleiro Goiano<sup>4</sup>

Este capítulo busca contextualizar os principais conceitos utilizados nesta pesquisa. Aborda a dimensão utilizada para o termo cultura neste trabalho e o processo de qualificação dos saberes tradicionais enquanto patrimônio cultural imaterial. Esta abordagem nos permite considerar que diferentes ofícios baseados em modos de produção desenvolvidos geração após geração podem ser considerados como parte significativa do campo da economia da cultura. Nossa hipótese aponta para o fato destes ofícios serem responsáveis pela maior parte das dinâmicas financeiras da economia da cultura que acontecem no território da Chapada Diamantina.

Isto coloca a economia da cultura numa posição estratégica para o desenvolvimento do território, exigindo maior atenção dos atores públicos para que as atividades laborais e todas as dinâmicas criativas relacionadas à economia do patrimônio cultural imaterial da Chapada Diamantina possam continuar existindo. Reconhecemos que os modelos de produção contemporâneos representam o risco de extinção dos conhecimentos mantidos há séculos no território não porque facilitam a produção de bens, mas porque seu poder financeiro os levam a operar numa lógica de supressão da existência de modelos alternativos.

Por outro lado, a perda dos saberes tradicionais e das técnicas relacionadas aos ofícios representa também a perda da identidade no território, tendo em vista que o trabalho é fator estratégico na evolução das dinâmicas de vida da população. A perda também oferece riscos para o padrão econômico da Chapada Diamantina. Outros processos de substituição da matriz econômica de localidades baseadas na produção por meio de ofícios tradicionais representaram mudanças estruturais para o território, de maneira geral.

---

<sup>4</sup> Trecho de chula composta pelo mestre de Fedegosos, Morro do Chapéu, em resposta sobre composições que falam de construção durante entrevista ao INRC-CD.

Um exemplo foi a redução do nível de emprego ocorrida após a substituição do garimpo de serra, ou manual, pelo garimpo mecanizado e a posterior proibição de qualquer atividade relacionada à mineração. De acordo com diversos relatos de trabalhadores do território, o setor da construção foi o que mais atraiu aqueles que ficaram desempregados quando o garimpo acabou em meados da década de 1990.

O mestre calceteiro, Eugênio Bispo da Silva, ou Sapudo, de Mucugê, afirma no documentário produzido para o INRC-CD, que os trabalhadores que atuavam nos garimpos existentes na região das Lavras Diamantina encontraram a construção civil como única alternativa para permanecerem no território, após a proibição do garimpo em meados de 1990 (MESTRES ARTÍFICES, 2017)<sup>5</sup>.

As tentativas de readequação da matriz econômica das lavras diamantinas se voltaram para os investimentos públicos no campo do turismo, com grandes volumes de recursos destinados a financiar obras, a exemplo de restauros, construção de hotéis e do aeroporto internacional Horácio de Mattos, em Lençóis. O processo atraiu muitos investidores de outras regiões do Estado e do país e relegou a mão de obra local aos empregos de baixa qualificação para o atendimento turístico. Apesar dos recursos investidos na requalificação das fachadas dos centros históricos das lavras, em virtude de alguns programas realizados após os processos de tombamento, não houve iniciativas significativas para a qualificação organizada de trabalhadores que passariam a se dedicar de maneira autônoma à construção civil.

Para dar conta de compreender as relações de poder, como elas se efetivam no território material e quais dinâmicas acontecem nos territórios simbólicos dos trabalhadores, este capítulo se inicia tratando das contribuições dos estudos da geografia humana na compreensão do território e do espaço sob a ótica cultural.

## 1.1 Conceitos de espaço em Milton Santos

Os estudos relacionados ao espaço e ao território, desenvolvidos, principalmente, a partir

---

<sup>5</sup> O mestre de obra Ivo dos Santos, o Biscoito, de Lençóis, em conversa com o pesquisador para a construção da cisterna na residência deste, em que atuei como ajudante de servente, em 2016, afirmou que o primeiro trabalho que teve, após o fechamento do garimpo, foi oferecido por um funcionário de uma empresa que executava as obras de recuperação de fachadas de edificações no centro histórico do município por um dos programas de revitalização de cidades tombadas financiados com recursos públicos. Garimpeiro, na ocasião, Biscoito, que não tinha trabalhado na construção civil, foi contratado imediatamente após o responsável da firma questionar se ele sabia diferenciar as cores de uma paleta. Antes do garimpo, Ivo havia trabalhado, ainda criança, em fazendas próximas a Lençóis, realizando serviços como a instalação de cercas de arame farpado.

da obra de Milton Santos, são a base para a identificação das atividades econômicas que se dão na Chapada Diamantina, objeto central deste trabalho. A importância dos estudos do geógrafo baiano também se deve à origem de sua família e sua vivência nos primeiros anos de vida na Chapada Diamantina, podendo ser considerado o principal pensador da região.

Nascido em Brotas de Macaúbas, uma das localidades de maior importância para a compreensão das disputas das oligarquias e seus grupos de trabalhadores localizados na chamada Chapada Velha, Milton Santos (2009, p. 21) propõe que o “espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ação” e recomenda que, a partir desta noção, possamos reconhecer algumas categorias analíticas internas.

Entre estas categorias estão “a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo” (SANTOS, 2009, p. 22), assim como os debates dos recortes espaciais, como a região, o lugar, as redes e as escalas. “E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização (SANTOS, 2009, p. 22).

É a partir deste raciocínio que entendemos as dinâmicas relacionadas à economia do patrimônio cultural imaterial na Chapada Diamantina como produtos de processos que aconteceram e continuam evoluindo em diversas escalas, entrelaçadas e articuladas entre o local e o global.

Aqui nos interessamos principalmente pelas categorias espaciais relacionadas aos trabalhadores do patrimônio imaterial, em especial aqueles que atuam no segmento da construção tradicional, especificamente os oleiros e adobeiros de Morro do Chapéu. Acontece, neste caso, que as dimensões simbólicas de representações e trocas destes indivíduos estão diretamente vinculadas às redes materiais, representadas pelas formas físicas históricas e contemporâneas.

Os espaços das olarias, por exemplo, são formados por locais para o manuseio do barro e secagem das peças, pelo forno e o lugar destinado à estocagem de tijolos, telhas e outros itens, além do barreiro, de onde é retirada a matéria-prima para a produção. São todas formas ou elementos de uma rede que apresentamos como a dimensão básica, material ou território físico de trabalho do oleiro. Há outra série de estruturas simbólicas que relacionam estas diferentes formas materiais que interagem e se sobrepõem durante o tempo de trabalho e descanso dos trabalhadores, mestres e aprendizes do ofício.

Se o barreiro for propriedade do trabalhador, é possível afirmar que as dimensões nas quais se dão as relações do ofício de oleiro, por exemplo, oferecem um grau maior de autonomia financeira do que no caso de a matéria-prima pertencer a outro proprietário. Na necessidade de realizar algum tipo de acerto com terceiros, a exemplo do dono do barreiro, afeta-se outras estruturas, como a da comercialização, que deverá considerar os custos da matéria prima.

A estrutura de comercialização também é diversificada. Caso faça parte dela um veículo automotor de propriedade do trabalhador ou de algum parceiro, o profissional passa a exercer maior influência sobre o alcance do território de uso dos produtos, podendo estabelecer dinâmicas diversificadas a partir dos próprios interesses. A necessidade de adiantamento de valores para comercializar o material estocado pode levar o oleiro a aceitar a oferta do consumidor, reduzindo seu rendimento e fragilizando sua organização financeira.

Uma das principais contribuições dos estudos de Milton Santos para a pesquisa são as análises produzidas sobre a influência da globalização: a ideia da “realidade ao mesmo tempo global e local das redes”. O geógrafo descarta a oposição entre “a sociedade local a uma sociedade nacional, um território local ao território nacional” (SANTOS, 2009, p. 272). A solução sugerida pelo autor, estratégica para nossa pesquisa, é a definição da divisão do trabalho como “uma realidade e uma categoria analítica”, dado que o “trabalho local depende das infraestruturas localmente existentes e do processo nacional de divisão do trabalho nacional” (SANTOS, 2009, p. 272). Isto é, a análise das atividades econômicas varia conforme o lugar onde são realizadas.

De acordo com o autor, a configuração do território nacional pesaria de forma diferente em diferentes lugares, considerando o conteúdo material. Seria por meio dos mecanismos de poder que a sociedade nacional distribuiria “os conteúdos técnicos e funcionais, deixando os lugares envelhecer ou tornando possível sua modernização” (SANTOS, 2009, p. 272). Assim, as decisões nacionais interfeririam “sobre os níveis inferiores da sociedade territorial por intermédio da configuração geográfica, vista como um conjunto. Mas somente em cada lugar ganham real significado” (SANTOS, 2009, p. 272).

A questão da organização territorial do espaço explica, segundo Santos, porquê o país possui regiões socioeconômicas tão diferentes. A desigualdade econômica e social produzida pela acumulação de “usos” das localidades ao longo dos séculos evidencia a necessidade de mais atenção às atividades econômicas relacionadas ao campo da cultura. Elas podem deter informações relevantes sobre as representações de modelos de desenvolvimento mais justos que o contemporâneo, caracterizado pela globalização. Ao voltar nossa atenção para a esfera local torna-se possível evidenciar as relações entre as redes, a escala de influência global e o resultado dos processos históricos no nível local.

A análise das localidades, proposta pelos autores que sustentam esta pesquisa, permite identificar as desigualdades e contradições entre funções que operam em diferentes lugares da Chapada Diamantina a partir de muitos outros significados simbólicos. Assim, por exemplo, seria possível tentar compreender a complexidade na qual funciona a construção que promove as tecnologias industriais e o modelo tradicional. A análise num plano mais amplo que o local, na

escala municipal, nos leva ao espaço onde ocorrem as ações públicas.

Para entender a importância das atividades econômicas relacionadas ao campo do patrimônio cultural imaterial para o território da Chapada Diamantina e tentar revelar os elementos que limitam ou estimulam o desenvolvimento das cadeias produtivas da construção tradicional, a escala municipal também foi considerada, a partir da observação dos territórios dos oleiros e adobeiros de Morro do Chapéu. A divisão municipal é considerada “significativa do fazer político no espaço e oferece um vasto campo (...) que vai (...) até as decisões concretas que resultam em políticas públicas que impactam o território e a vida do cidadão” (CASTRO, 2005, p. 134). Tal recorte que revela de maneira reduzida, “comportamentos, valores e preferências que permitem compreender traços característicos e diferenças regionais na sociedade nacional (CASTRO, 2005, p. 134).

Entendemos que o processo de industrialização que o país enfrentou nas últimas décadas mudou estruturalmente a organização dos espaços da Chapada Diamantina. A atividade econômica relacionada ao setor da construção civil, em escala regional, assumiu novas formas substituindo o arcabouço técnico e histórico do setor. A partir da década de 1980, foram construídas, de forma intensiva, barragens e até mesmo um aeroporto internacional. Na construção e reforma de edificações nos centros das cidades, o uso de implementos industrializados avançou muito.

Os estudos de Milton Santos sobre a Bahia e o mundo resultaram na construção do conceito de categorias espaciais. Para essa pesquisa, elas também são ferramentas adequadas para identificar e observar as estruturas e as reações locais, possibilitando também gerar reflexões relacionadas aos fluxos econômicos e culturais.

### 1.1.1 Valorização espacial, território e formação territorial

Nossa motivação no uso da base teórica da geografia humana para a análise das relações econômicas na cultura está no fato de a valorização do espaço contribuir com uma visão unificada dos fatores ambientais e humanos, locais e externos, “pelo fato de que os lugares – por intermédio das pessoas – se relacionam” (MORAES, 2000, p. 16). Trata-se de uma perspectiva que torna possível colocar em evidência aspectos da complexidade do objeto da pesquisa. Isso porque, de acordo com o autor, espacializar é equivalente a tornar particular.

O passo teórico seguinte à valorização do espaço para a nossa pesquisa é a apreensão desta ideia como um “processo historicamente identificado de formação de um território” (MORAES,

2000, p. 17). A diferença é que este conceito “desenha-se como um objeto empírico, o ajuste de foco naquela ótica angular de se captar o movimento histórico” (MORAES, 2000, p. 17). Na perspectiva epistemológica da disciplina, passaríamos “da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território” (MORAES, 2000, p. 17). Na produção do território, as determinações econômicas “se associam às injunções do universo da política. Na historicidade plena dos processos singulares brota a possibilidade de indicar os agentes do processo, os sujeitos concretos da produção do espaço” (MORAES, 2000, p. 17).

Assim sendo, o conceito de território aqui utilizado, quando tratamos de território simbólico, está diretamente relacionado ao conceito de estrutura. Os territórios analisados não são formados só por elementos materiais, a exemplo das pessoas, lugares e edificações, mas também, em especial, interessam os territórios simbólicos, de base não-material, pois, a partir deles é possível compreender melhor os reflexos sobre a economia produzidos pelo patrimônio cultural imaterial na Chapada Diamantina.

É importante frisar que o estímulo de ordem internacional inseriu o território de identidade na sua lógica de forma intensa desde, pelo menos, a colonização. A articulação regional permitiu o desenvolvimento das atividades tradicionais com participação da mão de obra e dos saberes locais. As formas originais de vida comunitária sofreram diferentes influências internacionais de distintas intensidades.

As funções produtivas que contribuíram para a formação territorial ao longo da história, como a pecuária, a agricultura, a mineração e a construção tradicional tiveram que se basear em redes existentes do período pré-colonizatório ou daquelas estruturadas para atender novas demandas no local. Estima-se que o acúmulo de processos realizados em função da organização e existência destas redes promoveu a sobreposição de formas espaciais, os nós da rede. O conjunto de redes formaria diferentes dimensões espaciais, as bases materiais da estrutura daquilo que, em parte, já foi reconhecido na Chapada Diamantina como patrimônio material do território, entre eles os conjuntos arquitetônicos de vilas e cidades tombados, e acidentes geográficos como o Morro do Pai Inácio.

Do mesmo modo é possível identificar os elementos que formam as redes ou estruturas, os territórios de base material e não-material dos trabalhadores que constroem o patrimônio imaterial. Parte das estruturas simbólicas, baseadas no processo evolutivo dos saberes tradicionais e das práticas resultantes do seu exercício, formam também dimensões criativas, compreendidas aqui como o conjunto de elementos que são resultados das alternativas encontradas pelos trabalhadores para sustentarem o ofício e a permanência de si próprios e das suas famílias na dimensão material da vida. Estas dimensões fazem parte das estruturas econômicas com as quais os trabalhadores se relacionam a fim de obterem renda e autonomia para a sobrevivência.



O conjunto de estruturas será melhor identificado mais à frente no caso da atividade da construção tradicional. A diferença destes outros ofícios é que o processo de reconhecimento da atividade enquanto patrimônio imaterial encontra-se em andamento no país. A etapa de identificação do INRC-CD foi antecedida por processos semelhantes realizados nos Estados de Santa Catarina, Pernambuco e Minas Gerais. No caso da Bahia, a análise se concentrou no território de identidade observado nesta pesquisa. Assim, apesar de o ofício ter sido inventariado como parte do patrimônio imaterial nacional e do território em questão, não é um ofício registrado enquanto patrimônio cultural. Isto é, ainda não passou pelo processo de registro nem foi inscrito no livro que define quais são os bens culturais imateriais do país, e não há perspectivas para que isso aconteça.

A tentativa deste trabalho, de compreensão das dinâmicas econômicas, políticas e simbólicas dos ofícios e saberes relacionados ao patrimônio imaterial da construção da Chapada Diamantina, está apoiada nas considerações sobre a influência de variados agentes ao longo da formação territorial da área na qual o território está localizado. De modo semelhante, busca-se considerar, por meio da organização dos elementos da economia do patrimônio imaterial e das dimensões simbólicas da atividade na Chapada Diamantina, a importância dos sujeitos da produção do espaço no território.

Seria insuficiente analisar apenas como o espaço em questão evoluiu ao longo dos séculos. É preciso também identificar quais interesses foram satisfeitos, a origem e o nível de interação entre os atores que integram as estruturas de interesse, como atuaram historicamente, em benefício de quem e de quê, e que tipo de influência exercem no cotidiano. Isso porque, “o território é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga” (MORAES, 2000, p. 18). O geógrafo Claude Raffestin é um dos principais teóricos do conceito de território. Ele afirmou que “o espaço é anterior ao território” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). De acordo com o autor, o território se formaria a partir do espaço, “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1983, p. 143).

Ao verificar os efeitos apurados a partir da normatização de alguns lugares identificados na pesquisa, a exemplo dos espaços considerados bens do patrimônio material por meio de tombamentos de órgãos municipais, estadual e federal, tornar-se-ia importante considerar o papel do Estado e as representações simbólicas promovidas a partir dele como ator “sintagmático”, capaz de decidir o que será patrimônio cultural e influenciar as dinâmicas da formação territorial do local.

Apesar das normas definidas a partir do Estado-nação figurarem como um dos principais mobilizadores da formação territorial do município de interesse, desde antes da criação da vila de

Nossa Senhora das Graças do Morro do Chapéu, em 1854, até a consolidação atual do seu território, é necessário analisar a influência de outros elementos. Além das disputas internas pelo controle do poder público, a influência de agentes como o mercado pode ser decisiva para a formação territorial, especialmente, durante alguns períodos de sua evolução. Nesse estudo, em especial, o século XX e as primeiras décadas do XXI.

Ações destinadas à preservação do meio ambiente, estimuladas, em especial, a partir da definição das UCs ambiental fazem com que o poder público passe a figurar como agente da evolução de dinâmicas espaciais para a formação territorial da Chapada Diamantina. Mas é necessário também analisar a influência de outros atores que intervêm neste processo.

O geógrafo político inglês John Agnew inspira nossa compreensão dos processos de construção de representações simbólicas desenvolvidas a partir do estabelecimento de relações de poder mais recentes. Para ele, este sistema é caracterizado pela economia política global e nenhuma economia nacional possuiria um papel dominante. Muitos atores, incluindo corporações multinacionais e bancos transnacionais, teriam adotado perspectivas de intervenção econômicas em escala global. De acordo com Agnew, os estados precisariam operar na atualidade em um contexto global no qual eles são efetivamente, mas desigualmente, internacionalizados. “Neste contexto, regiões e localidades dentro de estados se tornaram cada vez mais vulneráveis para pressões emanadas de fora para o ‘estado nacional’” (AGNEW, 2003, p. 9, tradução nossa).

Além disso, “as novas tendências de globalização econômica e dos movimentos sociais rompem as fronteiras dos Estados [e] novas territorialidades (...) surgem acima e abaixo da escala do Estado” (BECKER, 2011, p. 272). No caso da Chapada Diamantina, os grupos organizados que incentivaram as discussões de estímulo aos processos de tombamento dos centros urbanos históricos do território podem ser considerados como atores que induziram a promoção de novas dinâmicas para aquele espaço.

Da mesma forma, o movimento ambientalista internacional contribuiu de maneira estratégica para o avanço do “desenvolvimento sustentável”, “uma feição específica da Geopolítica contemporânea” (BECKER, 2011, p. 292) como expressão de uma nova “racionalidade” (BECKER, 2011, p. 296) em escala global. Da mesma forma, no território de interesse da pesquisa, o fortalecimento das forças policiais de repressão à utilização dos recursos naturais para as atividades realizadas tradicionalmente alteraram de modo significativo a dimensão simbólica de controle dos recursos naturais pelos trabalhadores.

A forma como se deu a expressão material da dimensão normativa do poder público transformou de modo determinante os significados e as práticas de uso de matérias-primas no território. Essa conjunção de fatores pode ter se dado, parcialmente, pelo avanço do discurso

ambientalista em nível global, mas, possivelmente, serviu de justificativa para que o poder público, na prática, garantisse o monopólio da comercialização das matérias-primas nos estabelecimentos que atendiam as exigências normativas de modo “mais adequado”.

De acordo com Bertha Becker (2011, p. 299), “o Estado não é mais a única representação do político nem a única escala de poder, mas certamente é uma delas, mantendo-se ainda, embora com novas formas e funções”. Atribuir-se-ia valor aos territórios de acordo com o conteúdo científico-tecnológico e informacional. A participação dos movimentos ambientalistas na definição de acordos internacionais, o surgimento de uma série de organismos políticos internacionais ao longo do século XX e sua influência sobre as políticas públicas, como no caso da criação das UCs ambientais da Chapada Diamantina, também são exemplos. Estas novas institucionalidades, por sua vez, rebatem de diferentes maneiras sobre os territórios, promovendo mudanças nos modos de vida das pessoas e nas formas de produção espacial.

Nesse sentido, é importante citar os impactos da criação, há mais de três décadas, do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD). A iniciativa resultou em mudanças em dinâmicas de ocupações laborais de ordem tradicional, em especial os garimpeiros que ocupavam as serras das Lavras Diamantinas extraíndo pedras preciosas de modo artesanal ou mecanizado. Em meio a estas mudanças, houve aquelas relacionadas à reacomodação dos valores e atividades praticadas pelos trabalhadores mediante a influência de outras funções, a exemplo da construção tradicional.

### 1.1.2 Economia na atualidade e perspectivas no território

A tarefa de analisar a importância de diferentes elementos para a formação territorial de um determinado lugar, inclusive de estruturas de influência cujos “nós” se concentram além das fronteiras brasileiras, “tem como meta desvendar o sentido geral e as expressões concretas das relações internacionais a partir da identificação das suas particularidades e singularidades” (COSTA, 2008, p. 3). Poderíamos considerar a iniciativa como “um esforço de territorialização ou de regionalização dos eventos políticos e político-estratégicos” (COSTA, 2008, p. 3).

O geógrafo Rogério Haesbaert da Costa compara a diferenciação utilizada por Milton Santos entre os conceitos de espaço e território à do francês Claude Raffestin citada anteriormente. Haesbaert, um dos principais pensadores atuais das ideias relacionadas ao estudo dos territórios simbólicos, que, entre outras coisas, analisa as dinâmicas de poder por meio de aspectos culturais, revela que a definição de “espaço geográfico” como interação “entre um sistema de objetos e um

sistema de ações” explicitaria “a base materialista de fundamentação econômica” no trabalho do brasileiro (HAESBAERT, 2007, p. 61). Tal fato incluiria o conceito de território utilizado por Milton Santos numa concepção de base econômica, que caracterizaria o trabalho do baiano entre seus pares.

De acordo com o gaúcho, o território reuniria “informações local e externamente definidas, vinculadas a um conteúdo técnico e a um conteúdo político, uma dialética que ‘se afirma mediante um controle ‘local’ da técnica de produção’” (HAESBAERT, 2007, p. 60). A diferença entre os comandos locais e globais seria que o primeiro depende da densidade técnica e/ou funcional-informacional própria do lugar. Já o comando global, “distante”, a “escala da política”, de modo oposto ao que ocorria antes “‘antes do enfraquecimento do Estado territorial’, é completamente dissociado, o que acirra os conflitos entre ‘um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos e um espaço global’ racionalizador e em rede” (HAESBAERT, 2007, p. 60).

No entanto, é importante ter em vista outra série de fatores que contribui para a análise. Entre estes fatores estão aqueles que fazem parte das perspectivas idealistas, que integram aspectos simbólicos como elementos formadores do território, a exemplo da noção de identidade cultural. Para Haesbaert (2007, p. 74), o território sempre carregaria de maneira indissociável, “uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política”, o que possibilitaria uma “abordagem ‘integradora’ de território” (HAESBAERT, 2007, p. 74).

Nesta abordagem, o geógrafo defende que ações públicas de ordenamento territorial – no nosso caso, interessam, em especial, as políticas culturais de ordenamento, mas também aquelas que afetam as dinâmicas dos saberes tradicionais e as atividades econômicas dependentes destes – devem considerar ao menos duas características básicas do território. Uma delas seria o caráter político, “no jogo dos ‘macropoderes’, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações” (HAESBAERT, 2007, p. 76). A outra seria o caráter integrador do território, “o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta” (HAESBAERT, 2007, p. 76).

Nos interessa também a perspectiva da promoção da leitura do território como rede (HAESBAERT, 2007, p. 77). Nesta perspectiva, Haesbaert se apoia nas pesquisas da parceira de trabalho, a britânica Doreen Massey. De acordo com a pesquisadora, os lugares não deveriam ter fronteiras “no sentido de divisões demarcatórias” (MASSEY, 2000, p. 184). Isso porque, o que daria a determinado lugar suas qualidades específicas não seria a história e os valores resistentes a ela. O lugar seria um ponto particular de intersecção, construído a partir de uma constelação particular de relações sociais “que se encontram e se entrelaçam num locus particular” (MASSEY, 2000, p. 184).

Aqui cabe o exemplo da olaria do povoado Ribeiro, em Morro do Chapéu, identificada pelo INRC-CD. Os tijolos e telhas artesanais produzidos pela olaria ergueram a maioria das casas dos povoados ao redor. A relevância do saber fazer ali desempenhado foi desconsiderada na implementação da política de eletrificação, e afasta o mestre Calixto de buscar evoluções tecnológicas para a facilitação e desenvolvimento de seu ofício. Por estar entre os limites dos municípios Morro do Chapéu e Miguel Calmon, a olaria ficou isolada dos serviços de rede elétrica.

Deixar de ampliar as considerações sobre a grande diversidade de conceitos e se ater aos limites impostos pela administração pública para a Chapada Diamantina, mesmo que não os adotando, representaria desconsiderar uma série de relações que se dão além dos limites dos 24 municípios que compõem o território de identidade. Este conceito remete ao ano de 2007 quando o governo do Estado da Bahia adotou uma nova política de compreensão e divisão territorial, instituindo 26 territórios de identidade. Atualmente, a divisão compreende 27 territórios.

A divisão em territórios de identidade teria como objetivo “identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões” (SEPLAN, 2015). A metodologia fora desenvolvida com base no sentimento de pertencimento. Dessa forma, algumas secretarias de governo compreendem o Estado da Bahia como a soma de territórios geograficamente definidos, caracterizados por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política, instituições, composição populacional, onde se pode distinguir elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

Ainda que as secretarias estaduais como as de Cultura, Educação, Planejamento e Saúde tenham passado a adotar a divisão dos territórios de identidade, outros órgãos de governo apoiam-se em diferentes entendimentos para delimitar ou definir as ações na Chapada Diamantina. Outras secretarias, como a de Saúde e Meio Ambiente também possuem metodologias de divisão do espaço distintas, mas aceitam e incorporam em seus indicadores a divisão dos territórios de identidade. A localização do território na Bahia e a distribuição de municípios na Chapada Diamantina podem ser verificados a seguir por meio das figuras 1 e 2.



Fonte: CEDETER, 2011.

Figura 1: Mapa dos territórios de identidade do Estado da Bahia, divisão político-administrativa considerada pela gestão estadual, em especial, a partir da década de 2010. O território da Chapada Diamantina ocupa localização central no Estado. Fonte: Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter), 2011.

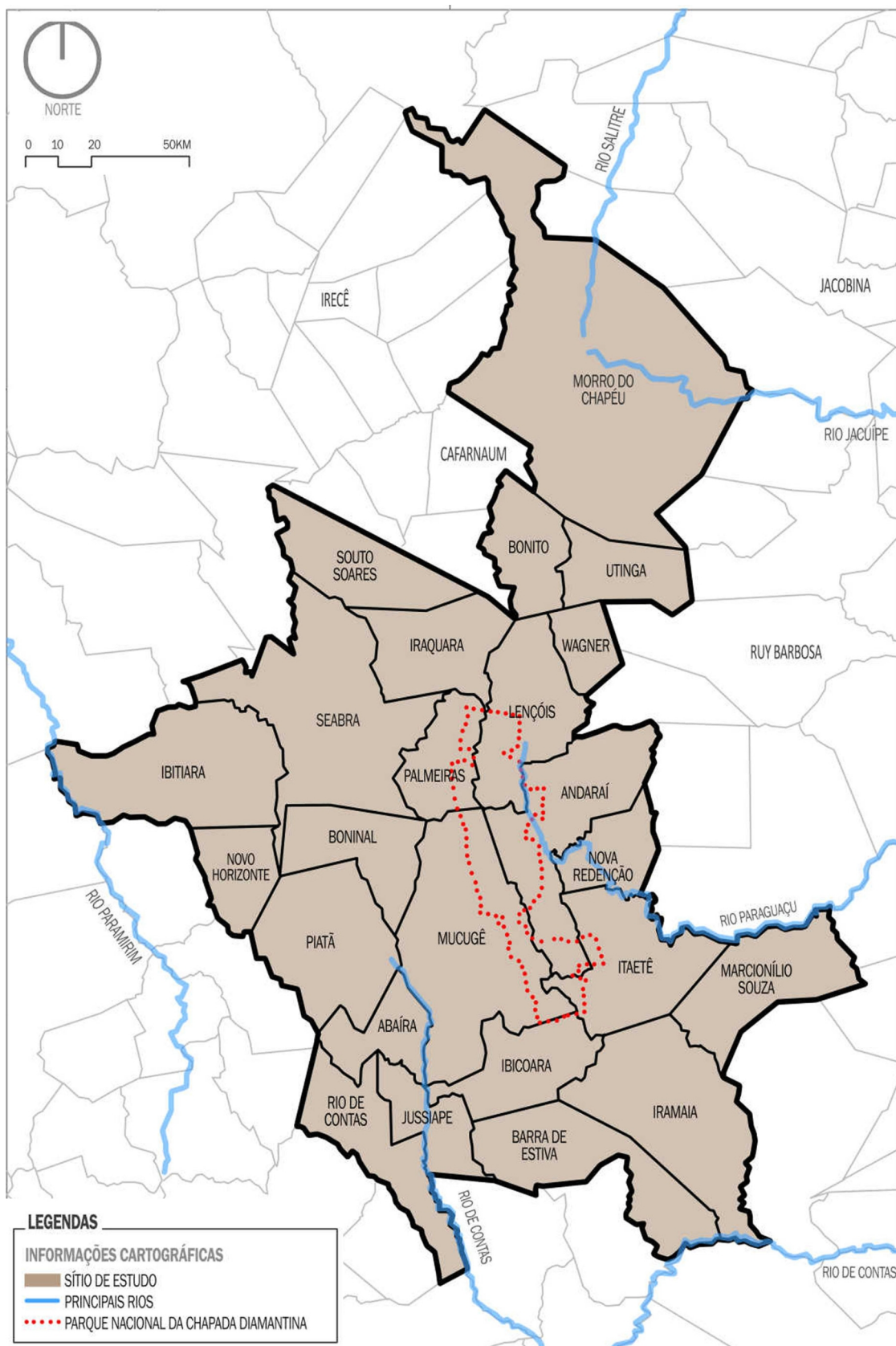


Figura 2: Mapa dos municípios do território de identidade da Chapada Diamantina. Fonte: IPHAN, 2015b.

## 1.2 Estruturas para a análise da formação territorial da Chapada Diamantina

Considerar as relações que se dão entre o território e os municípios vizinhos, a exemplo daqueles da Chapada Velha e do Piemonte da Diamantina evita uma série de limitações. As influências históricas do território compreendido como Chapada Diamantina, em especial, com estes dois outros espaços se deram de maneira intensa. As dinâmicas atuais de relações também se dão de modo significativo.

Em outros estudos, as fronteiras permeáveis daquilo que poderia ser compreendido como um território não material da Chapada Diamantina aparecem por meio do conceito de territorialidade, ou identidades culturais que dão alguma uniformidade a um espaço cujos limites são mais densos na sua interioridade, mas difusos conforme nos afastamos. Um dos autores ao qual nos detivemos considera que a territorialidade característica do território “desloca partes da Chapada Diamantina para outras regiões, revela influências assimiladas pelas serranias centrais da Bahia, que também recebem fluxos de valores das suas vizinhas” (NEVES, 2015c, p. 2).

A tentativa aqui é dar ênfase àquilo que acontece nos lugares, na escala local. Isso porque o lugar está “sempre dinâmico e em aberto, conectado ao mundo” (MASSEY, 2009, p. 12). Do mesmo modo que também está “mergulhado na densa espaço-temporalidade da própria natureza, nunca estática, que se reconstrói permanentemente em sua indissociável vinculação ao igualmente complexo mundo dos homens” (MASSEY, 2009, p. 12).

Rogério Haesbaert (2007, p. 97) define o termo territorializar-se como o processo de “criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo”. Tendo isso como premissa, adotamos um conceito de território mais caracterizado por um modelo híbrido do que fechado numa das denominações já consagradas. A partir de alguns exemplos citados anteriormente propomos o exercício de reflexão sobre como este modelo híbrido é utilizado neste trabalho. Isso porque os casos narrados nos ajudam a considerar as relações entre as estruturas econômicas e políticas para a compreensão da formação territorial da Chapada Diamantina, dando-nos margem para identificar as estruturas simbólicas e relacionar todas elas, evidenciando diferentes dimensões de campos de ação.

A tarefa nos permite, por exemplo, identificar os elementos de interseção entre as diferentes estruturas apresentadas, possibilitando que consigamos compor uma estrutura que possui elementos relativos às demais estruturas. A partir deste exercício seria possível analisar as



dinâmicas de uma estrutura como a da economia do patrimônio cultural imaterial relacionado aos saberes e fazeres tradicionais, em especial, aqueles vinculados ao ofício da construção tradicional.

A estrutura desta atividade teria como matriz os elementos simbólicos dos conhecimentos ancestrais ligados ao uso de técnicas construtivas e aquelas relacionadas ao uso da natureza pelos trabalhadores para a extração e beneficiamento das matérias-primas nas obras. No entanto, a estrutura da economia de bens intangíveis relacionada à construção tradicional também envolve os elementos de base material, ou seja, os recursos e a energia humana necessária para a realização das atividades laborais.

Os estoques de reservas de matéria-prima integram essa estrutura, por exemplo. Do mesmo modo, as firmas de comercialização de ferramentas de trabalho também a integram. Notamos que há menor dependência do trabalhador a estes elementos na estrutura da construção tradicional do que no caso daqueles trabalhos realizados com uso intensivo de produtos industrializados. Se considerarmos o conceito de território, o que representaria analisar os fluxos de energia, informação e as relações de poder – nas mais diversas formas – estabelecidas pelos atores da construção entre si e com os demais atores, poderíamos afirmar que o território dos trabalhadores da construção tradicional é menos dependente das firmas de comercialização de produtos industrializados – ou seja, menos dependente dos elementos que representam a tecnologia contemporânea dentro da estrutura da construção civil como um todo – do que o território dos trabalhadores do segmento da construção convencional.

A evolução do uso de implementos industrializados representaria, assim, a perda do poder dos trabalhadores dentro do território de trabalho da construção civil de modo geral e maior influência das firmas de produtos industrializados neste espaço de disputas. Este processo impacta de diversas formas a vida dos trabalhadores e as dinâmicas de realização de trabalhos, de obras e até a estética com a qual os conjuntos urbanos são edificados. Num caso que pode ser um dos mais representativos, neste sentido, na comparação com outras atividades econômicas, na construção civil, a edificação da obra no espaço produzido representa a materialização dos saberes relativos ao fazer construtivo. Conseqüentemente, a obra se torna a expressão material dos significados que formam o território simbólico da construção tradicional, sendo representada como parte da estrutura material deste território.

O território da construção tradicional seria um híbrido, cuja matriz está, atualmente, baseada nos saberes tradicionais, mas cuja efetivação se dá numa base material, que integra, em especial, a estrutura econômica, mas também a política. Podemos considerar que praticamente toda a base material das estruturas econômicas e políticas que se dão no território de identidade estão baseadas em pontos, ou nós, das redes, ou elementos das estruturas, que só existem por terem sido edificadas

com base nas estruturas simbólicas da construção. Este é um fator fundamental para compreendermos a importância do segmento da construção civil para a formação territorial e para os processos que continuam acontecendo na atualidade.

No caso de um território de identidade em que, praticamente, todos os espaços sofreram usos pela ocupação humana ao longo dos últimos milênios, mesmo que não haja indícios de edificações – no caso daqueles espaços utilizados com fins econômicos que não fazem uso de formas edificadas, a exemplo dos espaços destinados às culturas agrícolas, nos quais a presença de formas materiais edificadas é menos visível – há, necessariamente, a vinculação do uso com a prática de um conjunto de saberes e fazeres tradicionais. Na Chapada Diamantina é possível encontrar centenas de quilômetros de regos abertos para as lavras de diamante e de lavouras, além de aquedutos e reservatórios de água construídos a partir de técnicas artesanais e ancestrais.

Precisamos aqui considerar que, por ser um território intensamente ocupado durante diversos processos de permanência humana, há uma série de espaços atualmente ociosos, mas que se mantiveram dinâmicos quanto à circulação e usos de pessoas em diferentes épocas da história. A atividade da mineração, por exemplo, até hoje é caracterizada por movimentar fluxos de milhares de migrantes que buscam lugares nos quais a extração de pedras e metais preciosos se torna financeiramente atrativa em dado período.

Tendo se caracterizado por ser destino e partida de trabalhadores do garimpo durante diversos processos nos últimos três séculos, uma série de conjuntos de edificações surgiu como resultado dos fluxos do ofício e se extinguiu quando a atividade deixou de ser dinâmica nestes espaços. Alguns destes lugares possuem tombamento pelos órgãos públicos do patrimônio, outros estão em processo de tombamento, enquanto a maior parte está se arruinando esquecida em localidades cujas ligações de acesso se tornaram tão pouco dinâmicas que os núcleos de ocupação ficaram quase totalmente isolados.

O resultado destes processos são as ruínas de vilas distribuídas por quase todo o território. Do mesmo modo, outros conjuntos de edificações foram praticamente abandonados em lugares do território de identidade que passaram por processos de restrição da intensidade das dinâmicas de outras atividades econômicas, a exemplo da pecuária e de algumas culturas agrícolas. Temos que considerar também os lugares ocupados por comunidades originais do território que deixaram de ser dinâmicos para o uso humano, principalmente, após a chegada dos atores da colonização.

Consideramos que os ofícios tradicionais identificados nesta pesquisa tenham sido os conhecimentos por meio dos quais se tornou possível ocupar a Chapada Diamantina ao longo dos últimos séculos. Conforme visto, parte dos conhecimentos de atividades necessárias para a permanência humana foi herdado dos povos originais que as realizavam há milênios naquele

espaço, mesmo que esta herança não tenha sido valorizada.

A análise da formação territorial da Chapada Diamantina nos permite perceber como o setor da construção civil, em especial, é estratégico para o processo de intensificação da ocupação no território da Chapada Diamantina. Por meio da identificação da estrutura da economia do patrimônio cultural imaterial da construção torna-se possível verificar como a base material dos territórios edificados depende do território simbólico da construção civil para ser realizada.

É importante deixar claro que a estrutura citada baseia-se completamente em elementos da construção tradicional e que quanto maior a influência dos elementos da construção contemporânea mais a estrutura analisada está fora do campo do patrimônio cultural da construção. A prova prática disso, no caso da Chapada Diamantina, é que todas as edificações tombadas, ou que estão em processo de tombamento, sejam os conjuntos arquitetônicos dos centros históricos dos municípios, sejam os bens isolados – a exemplo das igrejas, terreiros de religiões de matriz africana, entre outros – foram edificados com técnicas tradicionais, com base nos saberes de seus construtores.

Por mais que ainda existam edificações construídas por meio de técnicas tradicionais fora dos perímetros estabelecidos como centros históricos tombados pelo órgãos do patrimônio no território de identidade, a expansão urbana das cidades da Chapada Diamantina está acontecendo em sua quase totalidade influenciada pelas técnicas necessárias ao uso dos materiais industrializados. Diferente de outras épocas, nas quais os municípios do território tinham, às vezes, quatro ou cinco vezes o número de habitantes da atualidade, em especial, nos períodos do apogeu da mineração, quando as construções eram erguidas com técnicas tradicionais e que pressupunham uma temporalidade reduzida, dada a necessidade de migração inerente às variações de disponibilidade de área para trabalhar, valor de mercados dos produtos garimpados, entre outros fatores que influenciavam os fluxos da atividade econômica.

Restaram pouco ou nenhum resquício material destes tipos de construções edificadas nesta época, em geral, algumas vezes, apenas as fundações de pedra construídas para que as paredes se mantivessem afastadas do solo. Na atualidade, a técnica da edificação em taipa, também de curta duração, foi utilizada em ocupações de terra nos limites urbanos do município de Lençóis há cerca de dez anos por diversas famílias. Após a instalação nos terrenos, conforme as possibilidades de permanência se mostravam mais prováveis, os posseiros passaram a substituir as habitações por moradias construídas com fundação de blocos cerâmicos ou pedras, paredes de bloco e telhas novas, ao invés das antigas, em geral, reaproveitadas de residências da cidade que haviam substituído as originais. A iniciativa confirma a expectativa de que a ocupação se torne permanente e que, aos poucos, a infraestrutura urbana passe a atender também estas residências. Mas também mostra os diferentes usos das técnicas construtivas tradicionais na atualidade, a depender das necessidades dos

trabalhadores.

Por mais que as edificações dos centros urbanos do território sejam reconhecidas como parte da estrutura do patrimônio material pelos órgãos públicos responsáveis pela gestão do campo da cultura e, por isso, tenham sido tombadas, sendo também a expressão material do território simbólico da construção tradicional, podemos compreender que as relações entre os elementos de diferentes estruturas podem formar uma relação entre estruturas, ou uma dimensão, identificada aqui como a dimensão da economia da cultura do patrimônio imaterial da construção tradicional. Esta dimensão seria baseada na estrutura de significados, ou território simbólico do segmento, mas também consideraria a estrutura do território do patrimônio material, pois, conforme visto, este também pode ser compreendido como expressão dos saberes vinculados à construção tradicional.

Assim, também é possível considerar que a base material de todas as estruturas de produção baseadas em atividades tradicionais depende da relação estabelecida com o território simbólico dos saberes e fazeres relativos à atividade realizada, formando outras dimensões da economia da cultura. Em alguma medida, todas as atividades econômicas de diferentes níveis de intensidade de uso de tecnologias contemporâneas aplicadas também dependem em maior ou menor medida dos territórios simbólicos dos fazeres e saberes tradicionais.

A partir do conceito de espaço de Milton Santos e por meio da análise da formação territorial podemos identificar que a atual agricultura mecanizada, realizada por meio de pivôs de irrigação nos gerais da microrregião do município de Mucugê, parte do território de identidade Chapada Diamantina, por exemplo, é diretamente dependente do acúmulo das experiências e saberes dos trabalhadores que praticaram a agricultura de subsistência, na função de apoio à pecuária realizada naquele lugar nos últimos séculos. Por mais que as técnicas utilizadas tenham níveis de intensidade evidentemente diferentes, compreendemos que a mais atual só é possível pois se utiliza diretamente dos conhecimentos daqueles que usaram aquelas áreas e que lhes renderam notoriedade quanto à capacidade de produção.

A construção civil no território de identidade opera sob a influência das firmas que oferecem produtos industrializados. Elas tornaram a estrutura atual da construção civil geral na Chapada Diamantina mais dependente do uso de tecnologias intensivas. Por outro lado, o poder de influência dos trabalhadores, que dominavam o uso de técnicas tradicionais, dentro das estruturas econômicas e políticas foi restrito. Do mesmo modo, a estrutura simbólica de valores da construção tradicional teve o protagonismo enfraquecido, reduzindo também a influência da dimensão da economia do patrimônio imaterial do setor. Ainda assim, a situação atual só é possível devido o acúmulo de experiências das sucessivas gerações de trabalhadores da construção tradicional que produziram diversas dinâmicas e processos no território.

### 1.3 Aspectos econômico-históricos e influência política: formas, funções, estrutura e processos espaciais

Apesar de nos concentrarmos na dimensão econômica e simbólica das atividades analisadas para compreender o campo da economia do patrimônio cultural imaterial da Chapada Diamantina, com destaque para a construção tradicional no território e os trabalhadores do barro em localidades de Morro do Chapéu, é importante definirmos os aspectos políticos que envolvem estas áreas do conhecimento e atividades. Mais à frente nos dedicaremos com mais detalhes à análise da configuração política no território e às condições de participação dos trabalhadores nestas relações.

Neste momento nos atemos ao exercício conceitual e à prática da crítica a partir de algumas categorias analíticas relativas ao espaço, consideradas por Milton Santos. De acordo com o geógrafo, as formas, funções, estrutura e processos poderiam contribuir com a análise da totalidade do espaço, que deveria ser considerado “como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente” (SANTOS, 2008a, p. 153). O espaço se definiria como “formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções” (SANTOS, 2008a, p. 153). O resultado seria um “campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares” (SANTOS, 2008a, p. 153).

Neste estudo, consideramos a forma, a função, a estrutura e o processo tomados em conjunto e relacionados entre si, para discutir os fenômenos espaciais em totalidade. Isso porque, de acordo com o autor, o aspecto primário “de qualquer situação só pode ser revelado após um exame cuidadoso da totalidade” (SANTOS, 1985, p. 52). A recuperação de aspectos das formas, funções e da estrutura do sertão durante processos históricos ocorridos nos séculos de ocupação é que contribui com o desvendamento da totalidade espacial do território. Para a análise da atividade da construção tradicional na Chapada Diamantina e do município de Morro do Chapéu – no caso das olarias e demais ofícios que utilizam o barro como matéria-prima –, a totalidade embasará as dinâmicas verificadas, identificadas enquanto parte da economia da cultura dos saberes tradicionais.

Milton Santos (1985, p. 52) defende ser possível reduzir cada categoria espacial citada até designar “uma forma significativa, uma estrutura dominante ou uma função prevalecte”. Podemos

identificar as olarias de Morro do Chapéu e demais espaços de trabalho relativos como as formas espaciais de interesse da pesquisa. Assim como a estrutura da economia da cultura dos ofícios do barro como aquela dominante, o que incluiria os territórios simbólicos dos trabalhadores dos ofícios que utilizam a matéria-prima. A função dos ofícios de oleiros e adobeiros seria a prevalecente, que nos ajuda a compreender a importância histórica dos ofícios.

Seguindo a recomendação do autor, compreendemos que as “transformações históricas e variações locais demandam uma contínua rotação dos temas dominantes” (SANTOS, 1985, p. 52). Assim, “forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo” (SANTOS, 1985, p. 52).

Podemos observar, então, as formas como “o aspecto visível de uma coisa”, o “arranjo ordenado de objetos”, “um padrão” (SANTOS, 1985, p. 50) da área de estudo. Compreendemos estas formas como “produtos sociais e históricos”, “produtos de nossa percepção histórica e social” (GOMES, 1997, p. 23), “o objeto possível de investigação”, não um dado “e sim uma construção” (GOMES, 1997, p. 26).

O patrimônio cultural material é constituído a partir da prática dos saberes e fazeres acumulados durante processos históricos que envolvem estruturas culturais, políticas e econômicas que conformam o patrimônio imaterial, subordinado à memória de determinada comunidade ou sociedade. No caso das edificações, o patrimônio cultural pode ser analisado a partir da perspectiva da forma, ou tendo a forma como ponto de partida da análise. Para isso, é importante considerar o arranjo no qual estão inseridas as edificações, agrupamentos de ocupações, bens móveis, sítios rupestres e arqueológicos, até paisagens culturais, entre outros. Na Chapada Diamantina, espaços e bens produzidos estão distribuídos pelo território e podem ser considerados nós de uma rede tecida por processos históricos, cujas ligações são as trilhas, os caminhos, os rios, estradas e rodovias, entre outras.

A maior parte destes espaços exerceu importância estratégica para a ocupação em razão de diversas funções, entre elas a disponibilidade de recursos energéticos e o reconhecimento ancestral da possibilidade de permanência. Consideramos que a rede físico material produzida por estímulo e acúmulo das funções forma estruturas de elementos que relacionam-se com uma série de outras estruturas simbólicas que justificam estas funções, formando diferentes dimensões de base material e imaterial.

As sedes dos municípios e os diversos povoados localizados nos diferentes distritos são considerados entre as formas do espaço. São estas formas que concentram a maior parte da população do território. Entre esta, o conjunto de atores culturais e o principal grupo de interesse da pesquisa, os trabalhadores detentores de conhecimentos tradicionais. Um destes grupos, talvez o

mais importante para o campo da economia da cultura do patrimônio imaterial na Chapada Diamantina, os mestres da construção tradicional, detêm não só os saberes e fazeres relativos ao ofício, mas também representa a função de formar aprendizes e, assim, levar adiante os conhecimentos ancestrais, está distribuído por todo o território de identidade. Esta função é compreendida como uma das mais difíceis pelos mestres.

Em geral, os mestres de obra, detentores dos saberes necessários à construção de uma edificação na totalidade, encontram-se nos centros urbanos, sejam das sedes das cidades ou dos distritos dos municípios. Isso porque são nestas localidades onde estão o maior número de consumidores dos serviços e nas quais acontecem a maior parte do trabalho realizado pelos atores. Outros mestres que executam ofícios construtivos relacionados à edificação do espaço urbano, do mesmo modo, passam na cidade e nas sedes de distritos a quase totalidade do tempo de trabalho e de vida. É o caso dos mestres que atuam com calcetaria – ofício por meio do qual são assentadas as pedras para a organização das ruas de paralelepípedo –, carpintaria e marcenaria, mestres construtores em pedra, pedreiros, serralheiros, funileiros e ferreiros<sup>6</sup>.

No entanto, outra série de mestres da construção tradicional realiza ofícios que dependem diretamente da extração de matérias-primas e que ocorrem, portanto, nas imediações dos perímetros urbanos ou nas zonas rurais. É o caso daqueles que atuam como mestres extratores, caieiros – que produzem o cal de modo tradicional –, os oleiros e taipeiros – estes atuam, atualmente, no geral, nas áreas rurais por serem estas áreas que demandam edificações baseadas nesta técnica. Além dos mestres artífices inventariados pelo Iphan no território, há trabalhadores detentores de conhecimentos relativos à construção tradicional em, praticamente, todos os espaços urbanos e rurais do território de identidade. Profissionais que passaram por processos de aprendizagem dos mestres identificados pela pesquisa ou por outros mestres, mas que não exercem a função de maestria. Quase dois terços de aproximadamente 180 mestres identificados pelo INRC-CD residiam na zona rural no momento da pesquisa.

No caso de algumas técnicas, a exemplo da produção de adobes e edificação em taipa, além dos mestres e trabalhadores que realizam as técnicas, há relatos de que praticamente qualquer pessoa que morou em uma zona rural já tenha participado de mutirões e, portanto, sabe realizá-las. Isso acontece a partir da necessidade do realizador que por escassez de recursos financeiros – o que o obriga a realizar os próprios tijolos ou fazer a taipa –, por economia financeira ou em virtude da capacidade de autonomia conquistada torna-se construtor durante os períodos da vida nos quais necessita prover ou melhorar a própria moradia ou a edificação de algum conhecido.

---

<sup>6</sup> Estamos aqui utilizando as nomenclaturas utilizadas no INRC da construção tradicional na Chapada Diamantina. Estas nomenclaturas foram extraídas das fichas de identificação realizadas durante a etapa de mesma nomenclatura.

No caso das formas espaciais representadas pelas sedes de distritos e povoados da zona rural dos municípios do território, são lugares que reúnem também trabalhadores de outros ofícios que são baseados na transmissão dos conhecimentos tradicionais. Entre eles, podemos identificar o ofício da agricultura tradicional. Os trabalhadores do ofício, no geral, vivem nas áreas urbanas situadas mais próximas das propriedades rurais, locais nos quais se dão as principais relações comerciais e sociais. Por vezes estas e outras relações, entre elas as burocráticas e financeiras, também ocorrem na sede dos municípios em que residem ou das cidades vizinhas. Isso nos apresenta parte dos fluxos que acontecem baseados na circulação de pessoas, informações e energia relativos a esta atividade.

A economia da renda obtida pela agricultura familiar do território, por exemplo, a partir do exercício do ofício tradicional, dimensão que origina as relações de troca e monetárias que se dão a partir da produção rural, é compreendida enquanto uma das mais dinâmicas da atualidade na Chapada Diamantina. Entende-se que seja possível compreender os espaços e relações que se dão nesta estrutura como parte da dimensão da economia dos saberes tradicionais do território de identidade. Assim como a dimensão do patrimônio cultural da construção tradicional, a dimensão do patrimônio cultural da agricultura tradicional é baseada na estrutura simbólica de saberes relativos à atividade, identificados enquanto principal elemento criativo desta dimensão.

A ação do poder público criando normas e afetando a produção dos espaços na Chapada Diamantina, em especial para a conservação de aspectos naturais e culturais, produziu mudanças nas formas do território. Alguns estímulos representaram a alteração da função espacial dos lugares forjada pelo poder público em geral, a exemplo do turismo. Esta atividade econômica foi estimulada para acontecer tanto em espaços que, supostamente, teriam deixado de serem economicamente tão dinâmicos, a exemplo das sedes das cidades históricas, quanto em localidades as quais pretendia-se reduzir o dinamismo, a exemplo das áreas naturais transformadas em unidades de conservação ambiental.

Uma das obras que retrata esta situação é o filme *Diamante Bruto* (1977), de Orlando Senna, que tem como cenário o casario colonial em decadência. Filho de Lençóis, o diretor apresenta a declínio do garimpo no município, cujo processo de substituição por outras atividades econômicas mais dinâmicas é reproduzido na narrativa, a exemplo da produção de gado baseada em tecnologia intensiva de reprodução da criação.

A função espacial é aqui entendida como “tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa” (SANTOS, 1985, p. 50). Conforme vimos, ao longo do tempo a área da Chapada Diamantina sofreu influências de diferentes origens e passou a exercer outra série de funções, a exemplo da pecuária, a mineração, a agricultura, a conservação ambiental e cultural.



Os ofícios relativos às atividades de interesse serão analisados como funções, dado que são realizados pelos trabalhadores, necessárias para os processos de formação territorial da Chapada Diamantina, considerando a influência de diferentes atores. As funções do poder público e dos demais atores hegemônicos para a normatização do espaço e das culturas, em especial por meio de restrições de ordem ambiental e relacionadas ao patrimônio, é alvo secundário de análise.

Consideramos que a principal política pública cultural implementada pelo Estado para o território foram os processos de tombamento dos centros históricos. Conforme visto, a definição pressupõe que as áreas terão os usos regulamentados pelas normas definidas pelos órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio cultural na esfera pública. A normatização cultural dos espaços urbanos das cidades do eixo turístico da Chapada Diamantina fez com que a função definida pelo poder público para os espaços fosse a de estimular a nova atividade econômica. Uma série de ações vieram a reboque desta definição.

Isso nos leva a considerar também a falta de compromisso que o poder público dedicou aos responsáveis pela edificação dos centros urbanos tombados. Conforme visto, apenas algumas décadas após o início dos processos de tombamento alguma atenção foi dada às pessoas que são descendentes de ofício daqueles que detinham a função de edificarem as cidades. Enquanto o INRC da construção no território representa o primeiro passo para o reconhecimento do valor estratégico dos trabalhadores do setor, ainda não há na Chapada Diamantina um documento que defina quais são os parâmetros construtivos para os centros urbanos.

Isto é, a preocupação dos representantes da Superintendência do Iphan na Bahia de garantir a manutenção das fachadas das edificações dos centros históricos da região baseadas na estética que se assemelha às das cidades cenográficas das novelas que retrataram o Nordeste na televisão desde o advento da TV a cores não repercutiu em orientação sobre aquilo que os proprietários poderiam ou não fazer. A função do órgão federal no território é vista, em parte, como policialesca, com os técnicos do órgão notificando e aplicando multas aos proprietários que julgassem terem infringido as normas subjetivas não-divulgadas que cada servidor estipulava a cada período. Isso gerou muita animosidade entre a população em geral e a função do órgão.

O território representa a categoria da estrutura de análise considerada por Milton Santos (1985, p. 50) como a “inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. No caso da pesquisa, o território está apenas esboçado nos limites da divisão político-administrativa dos municípios que formam a Chapada Diamantina. No entanto, como as relações estabelecidas entre os atores, povoados e demais elementos analisados excedem os limites do território de identidade, esta delimitação foi flexibilizada. O próprio INRC da construção tradicional, mesmo com o recorte do território de identidade, identificou referências de mestres que

atuavam fora dos limites traçados pela burocracia estadual.

Mesmo as localidades afastadas das sedes dos municípios realizam relações que se dão fora do território de identidade. “As distâncias entre os povoados e os centros administrativos da região são determinantes para a influência econômica, ao contrário das atividades burocráticas que se concentram nas sedes dos municípios” (MORENDE, 2013, p. 34). Da mesma maneira, diversas comunidades e moradores de sedes de municípios fora dos limites do território também possuem relações estratégicas dentro do campo da economia da cultura do patrimônio imaterial na Chapada Diamantina.

A categoria espacial dos processos é representada por ações contínuas que, historicamente, se desenvolveram “em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (SANTOS, 2008b, p. 69). Interessa-nos a análise das principais etapas que contribuíram para a formação territorial da Chapada Diamantina além daquelas que determinaram as condições dos ofícios tradicionais, sobretudo, o da construção civil. Estes processos são considerados estratégicos para compreender as dinâmicas da relação entre cultura e economia. Também refletimos sobre aqueles processos que escapam ao campo de atividades ordinariamente consideradas, a exemplo dos casos das relações de poder, de tipos de trocas ou de colaborações anteriores ao estabelecimento dos conceitos financeiros contemporâneos, de propriedade particular, ou de identidade cultural por exemplo.

Mais à frente serão revelados alguns daqueles processos. Espera-se, com isso, contribuir para a compreensão de como estão refletidos no território e nos setores da pecuária, mineração, agricultura e construção tradicionais na escala local atualmente. A pesquisa busca a formulação de conjeturas sobre como funções, formas e estruturas evoluíram ao longo dos séculos até chegarem à situação atual.

Pretendemos analisar os processos para compreender melhor a organização espacial dos elementos das estruturas e a lógica da distribuição daqueles para o espaço analisado. Nosso interesse não é resgatar os processos para discutir “a objetividade do fato histórico, mas sim a relação entre esta intenção e o relato que dela resulta” (GOMES, 1997, p. 31). Esperamos que a medida contribua para compreender melhor a atual situação das condições de trabalho e vida dos atores aos quais a pesquisa se dedica, a fim de avaliar melhor as representações vinculadas à produção resultante dos ofícios.

### 1.3.1 Ocupações da identidade sertaneja e geografia política

A intenção de associar os principais processos históricos econômicos, sociais e políticos de formação do território é a de favorecer nossa compreensão das formas e funções resultantes no espaço de interesse como elementos das dimensões da cultura. Esta associação pauta a análise dos elementos das principais atividades de trabalho do território como detentores de sistemas complexos e particulares de significados cujas dinâmicas acontecem em diferentes sentidos no tempo e no espaço, relacionando-os com outros elementos de forma sucessiva.

A análise dos elementos das estruturas simbólicas nas quais se baseiam os processos de valorização dos saberes tradicionais pelos atores indutores das atividades protagonistas da formação territorial nos possibilita considerar a situação da estrutura material e as dimensões imateriais e simbólicas nas quais estão imersos os trabalhadores da cultura de ofícios na Chapada Diamantina. Para subsidiar a análise é importante nos determos a alguns processos de que temos conhecimento que nos ajudam a organizar o processo de edificação das redes materiais de elementos e construir conceitualmente as estruturas simbólicas de significados relacionadas aos ofícios tradicionais dos trabalhadores.

Conforme vimos, as evidências de ocupação humana na localidade Morro do Chapéu data de milhares de anos, e autores locais relatam “indícios permanentes de malocas” nas “serras do Tareco e na Baixa do Baeta” estabelecidas “em épocas muito distantes” (CUNEGUNDES, 1981, p. 13). Após a chegada dos colonizadores e a instalação de latifúndios, os posseiros passaram a trabalhar nas localidades recém-ocupadas, fixando instalações e contribuindo para a continuidade de fluxos de informações e circulação de produtos. Ao final do século XVI, a Bahia poderia ser considerada na escala de região com fluxos perenizados na “rede de povoações inter-relacionadas, objetivando um espaço de povoamento contínuo” (MORAES, 2000, p. 402).

A alta concentração de terra do sertão é um elemento resistente do arranjo. Desde a ocupação colonial só era permitido ocupar o sertão, transformado nos dois maiores latifúndios do país, se autorizado pelos primeiros proprietários, caso tivesse comprado um pedaço de terra deles para fazer currais, ou arrendado o foro ao valor de dez mil réis o sítio de uma légua (ANTONIL, 1982, p. 96; CUNEGUNDES, 1981, p. 105). Explica-se a função de atores como a igreja na determinação da capacidade produtiva dos lugares revelando-se que a atribuição da burocracia para o registro da situação do imóvel no município foi dada ao “vigário da Freguesia” (CUNEGUNDES, 1981, p. 105) em 1854.

Na época, os caminhos originais de Morro do Chapéu haviam sido ampliados em novas rotas e outras pessoas e animais circulavam. A pecuária era incentivada pela colônia e coordenada

pelos sesmeiros. As localidades de Morro do Chapéu se tornam nós de outros fluxos intensos entre Jacobina (BA), o rio São Francisco e Minas Gerais. O Tijuco, hoje Diamantina (MG), há décadas tinha suas lavras abastecidas em partes pela produção da subsidiária baiana (AB'SABER et al., 2011, p. 245).

O território do município ganhou contornos, em 1838, por lei provincial que definia o distrito de Morro do Chapéu pertencente a Jacobina. Em 1864, é elevado à condição de vila. Em 1911, as edificações e atividades já eram divididas entre localidades de cinco diferentes distritos. As primeiras estradas para carroças até os municípios vizinhos teriam surgido na primeira metade do século XX. O parque rodoviário é inaugurado em 1959. Morro do Chapéu passa a ter as propriedades rurais sucessivamente subdivididas, o que promove um lento processo de adensamento demográfico e intensificação da rede de infra-estrutura.

Dessa forma, reconhecemos que ainda que o território tenha sido ocupado pelos povos primitivos, apenas há dois séculos inicia-se um processo de territorialização e reterritorialização, que desencadeia uma intensa transformação na cultura, na paisagem e nas dinâmicas econômicas locais, com o estabelecimento do povo sertanejo.

#### 1.4 Globalização, processos e influência político-econômica da Chapada Diamantina

A passagem do paradigma do industrialismo, “caracterizado pela organização sistêmica das tecnologias baseadas na capacidade de gerar e distribuir energia por máquinas” (CASTELLS, 2004, p. 8, tradução nossa) para o informacionalismo, “paradigma que constitui a base material do início do século XXI” (CASTELLS, 2004, p. 9) ocorrida no último quarto do século XX, manteve a sociedade competitivamente dependente de energia e do fluxo de evolução das tecnologias da “sociedade em rede”.

Em geral, as relações referentes ao acesso aos recursos se dão tanto por meio da cooperação quanto do conflito. Em paralelo a estes processos está também a busca por trabalhadores qualificados para atender as necessidades promovidas nos diferentes momentos históricos. Em variados períodos, os fluxos de imigrantes e pessoas escravizadas foram resultados de um complexo sistema de operação de poderes.

A máquina mercante, por exemplo, transformou o tráfico e o lucrativo comércio humano em processos migratórios transcontinentais. Estes processos respeitam as decisões daqueles atores que

se fazem permitir dinamizar ou tornar obsoletos os lugares mais isolados em todo o mundo a partir dos interesses em benefício ou detrimento de grupos de poder para os quais ou contra os quais atuam desde a ordem internacional estabelecida. Os trabalhadores funcionavam como energia básica para fazer funcionar as estruturas planejadas por poderosos grupos de interesses que estimulavam processos de financeirização transnacionais. Com o advento da industrialização e da tecnologia, as máquinas passam a ter protagonismo na realização de algumas funções.

A sociedade resultante dos diversos fluxos migratórios que tiveram as serras do Sincorá, Tromba e Tombador – entre outras que formam toda a Chapada Diamantina – como destino foi formada com base na energia de trabalhadores, que se viram obrigados a dedicar os conhecimentos relativos à realização das atividades destinadas à formação do território. Compreendemos que apenas após ocorrerem variações do princípio subjugador do modelo de modo de produção, e com novas dinâmicas de realização destes trabalhos a partir de relações com níveis de submissão mais complexos e menos evidentes movidas por atores de origens difusas, que foi possível estabelecer no território formas de trabalho fisicamente menos violentas.

Consideramos que o pano de fundo destes acontecimentos foi um processo no qual a humanidade é tida como fonte de energia para a evolução de certas estruturas globais por meio das quais indivíduos e comunidades tornaram-se produtos cujos fluxos e deslocamentos podem ser compreendidos de forma semelhante aos de uma *commodity*. Uma das características da situação atual é que os governos perdem cada vez mais espaço na regulação da produção, distribuição e uso de produtos enquanto cresce o poder político das empresas transnacionais dentro das estruturas de organização mundial dos setores. Estas empresas atravessam “fronteiras internacionais e por vezes controlam mais recursos econômicos do que muitos estados-nação” (NYE, 2002, p. 9).

Milton Santos concorda com colegas sobre o fato de que os sistemas de poder relativos à ação das grandes organizações têm um papel importante na construção das estruturas organizacionais e considera que as redes são inerentes ao exercício do poder. Para o geógrafo, a estrutura do espaço integra uma “condição fundamental ao exercício de poder e à natureza local ou regional desse poder” (SANTOS, 2009, p. 271). O poder é aqui compreendido como a capacidade de uma organização para controlar os recursos necessários ao funcionamento de uma outra organização.

Consideramos que o sistema global vigente, interligado por diversos tipos de redes, é eficientemente adaptável às condições para a manutenção das estruturas conservadoras. É provável que o fortalecimento da questão ambiental no nível mundial tenha promovido a organização da burocracia necessária à realização de atividades que utilizam matérias-primas naturais, beneficiando grandes empresas, por exemplo. No entanto, o avanço do discurso e as normas ambientais criadas

resultaram na intimidação e perseguição de trabalhadores que extraíam de forma artesanal as matérias-primas básicas necessárias aos processos da construção tradicional nos lugares.

Um dos filósofos que orientaram o modo como a geografia humana trata a questão de poder é Michel Foucault. Na obra *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1979), o autor realiza uma série de comentários a respeito das angústias dos geógrafos relacionadas à disciplina, num período no qual o diálogo se desenvolvia cada vez mais intenso com outros campos do conhecimento. Foucault reconhece o território enquanto noção pela qual é possível reconhecer formas de dominação exercidas pelas políticas do saber, ou pelas relações de poder que passam pelo saber. Para o filósofo, tentar decifrar o discurso por meio “de metáforas espaciais, estratégias, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 158).

Outra contribuição de Foucault é a análise de que as dinâmicas do Estado também não são o bastante para compreender em detalhe os mecanismos de poder no mundo moderno. “O poder em exercício passa por canais muito mais sutis, porque cada um de nós é titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. (...) As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem” (FOUCAULT, 1979, p. 160).

Diversos estudiosos associam a perda de protagonismo do Estado na perspectiva da correlação mundial de forças à ascensão do poder de atores econômicos e ao avanço das dinâmicas da globalização. A globalização, reduzida à internacionalização da dimensão econômica, pode ser compreendida como um fenômeno com efeitos inferiores àqueles estimados para o mundo densamente interconectado, tendo o processo sido denominado de forma crítica enquanto globalismo (BECK, 1999, p. 74). Entre os equívocos desta dinâmica estaria o mito da linearidade, pela qual demonstraria “ignorância” aquele que admitisse a tese da convergência cultural como uma consequência imediata da unificação econômica.

A globalização, enquanto crítica radical da ideologia neoliberal do globalismo, seria sinônimo de globalidade, que não se iniciaria com o fim da política, mas anunciaria o seu recomeço. No aspecto cultural, a dinâmica se caracterizaria por fatores como a aliança em favor da atividade comunitária e a invocação de novos objetivos culturais. Além disso, a superação da barreira da homogeneidade cultural se daria pelo desenvolvimento das culturas experimentais, nichos mercadológicos e auto-renovação social (BECK, 1999, p. 83).

Em outra obra, o sociólogo alemão determina o “momento cosmopolita” da sociedade de risco como a alternativa para o enfrentamento dos riscos que a mudança climática, a crise financeira e as políticas de combate ao terrorismo impuseram à sociedade em escala global. Este momento significaria a “*conditio humana* da irreversível não-exclusão do estrangeiro distante. Os riscos

globais destroem os limites nacionais e confundem o nativo ao estrangeiro” (BECK, 2008, p. 4). Assim, a sociedade de risco forçaria a humanidade a reconhecer a pluralidade do mundo. “Os riscos globais abrem um espaço moral e político que pode produzir uma cultura civil da responsabilidade que transcende fronteiras e conflitos” (BECK, 2008, p. 4).

Diversos autores vão entender o fracionamento das fronteiras nacionais e as identidades híbridas, ou múltiplas, enquanto fatores a serem compreendidos e aceitos em vez de combatidos e que muitos dos conflitos dos quais somos testemunhas poderiam ser evitados a partir da adoção de outra postura frente aos desafios que a evolução do tempo oferece.

A fragilidade da estrutura política subcontinental e a permissividade do nível de influência das mais diversas formas de manipulação da opinião pública permitiu que uma crise decisiva se instalasse no final da década de 2010 no continente latinoamericano. Por mais que as pressões políticas externas nunca tenham refrescado a influência contra o estabelecimento de relações de desenvolvimento de políticas econômicas que privilegiam um campo significativo de autonomia nos países, os interesses diretos das nações imperialistas voltaram a ampliar a intensidade com a qual produz relações de subalternidade entre atores públicos e do império para a população das nações cujas estruturas sociais mantêm-se flageladas e conflagradas.

A principal operação policial e judicial realizada no Brasil nos últimos anos desmantelou a organização de firmas privadas criada para a execução das obras de infra-estrutura no país nas últimas duas décadas. Como efeito negativo, a iniciativa é acusada de ter feito o setor da construção nacional demitir dezenas de milhares de trabalhadores com a interrupção de obras, devido às suspeitas de irregularidades nos contratos de licitação.

A análise dos conflitos internos e externos na atualidade mostra que são complexos os fluxos e dinâmicas que fluem perpassando os elementos de sistemas de estruturas espaciais e simbólicas, e que direta ou indiretamente influenciam a vida e a produção do espaço na Chapada Diamantina. Para tentar captar as orientações da ordem internacional atualmente e os efeitos das decisões dos atores representantes destas estruturas de poder nos lugares de interesse da pesquisa, é importante analisar uma das macrotendências desta ordem, a da globalização econômica, caracterizada pelo “capital flexível”. Manuel Castells e Milton Santos convencionaram chamar o recurso de capital informacional, cujo processo de formação envolve a desmaterialização do capital produtivo; o capital financeiro, ou produtivo, volátil; e o comércio internacional, o livre comércio e a competição.

A descentralização produtiva, o fortalecimento do sistema financeiro e a intensificação da globalização fizeram o capital produtivo se autonomizar e tornar-se global, assim como empresas. As disputas em torno do acesso aos recursos naturais e aos fluxos massivos de trabalhadores

imigrantes de áreas de conflito motivados por disputas políticas se intensificaram, afetando a economia global de maneira generalizada e de forma desproporcional. Vide os constantes colapsos motivados recentemente a partir do dispositivo simbólico público da dependência econômica de governos à financeirização do uso do petróleo como matriz energética.

As dimensões nas quais operam a economia dos saberes tradicionais na Chapada Diamantina certamente são afetadas por uma série de acontecimentos contínuos e que ajudam a compreender qual situação do território na rede mundo. De certo modo, é o conjunto de trabalhadores dos principais ofícios nos lugares que movimentam a economia do cotidiano e por meio dos quais acontecem as dinâmicas criadas no lugar ou que acontecem lá, mas são originadas a partir de outras estruturas. Independente de qual seja o nível de influência externa que a atual organização das estruturas das atividades tradicionais pode sofrer – sem considerar processos climáticos ou humanos intensivos e irreversíveis, a exemplo da contaminação, que coloquem em risco a sobrevivência das pessoas – elas continuarão a acontecer por muito tempo e serão as principais responsáveis pela ocupação humana naqueles lugares.

Por isso, a importância de estimar as relações de valores estabelecidas para as práticas artesanais do patrimônio cultural imaterial da Chapada Diamantina, a exemplo, da produção construtiva a partir do uso do barro em Morro do Chapéu. Do mesmo modo, é importante analisar a economia de outras culturas da construção no território a partir das informações inventariadas por meio da transmissão oral de informações e conhecimento a respeito dos lugares. Isso é possível por meio de dados oferecidos voluntariamente pelos mestres trabalhadores da construção civil na Chapada Diamantina, que permitem estabelecer o panorama das dimensões econômicas, políticas e sociais materiais e simbólicas que envolvem a categoria de trabalhadores que vivem no território.

Além disso, é importante realizar este breve apanhado de informações já existentes relacionadas às demais atividades econômicas constitutivas da realidade sertaneja historicamente e na atualidade. Por meio destas reflexões estabelecemos um esboço da complexidade da totalidade das dimensões nas quais estão envolvidas a prática de transmissão de saberes e fazeres em suas relações com os meios de produção da vida dos trabalhadores. Interessa, de forma inicial, assim, considerar a conjuntura de situações que determinaram o desenvolvimento das estruturas vinculadas às atividades no passado e na atualidade.

Isso porque, além de serem atividades fundamentais para a vida da forma com a qual ela está estabelecida na Chapada Diamantina e cuja valorização das dimensões dos saberes tradicionais permitem dinâmicas culturais permanentes e estáveis na relação com a natureza, são também atividades por meio das quais estão estabelecidas forças com capacidades para produzir efeitos espaciais de intensidade devastadora. Quando o território é exposto de forma desqualificada sob a



influência de estruturas baseadas na exploração energética e obtenção desproporcional de lucros baseados nas atividades de interesse, temos uma situação complexa.

Isso porque a relação da capacidade de tempo oferecida pelo ambiente nos lugares para a obtenção do resultado desejado pelas firmas não parece ser adequada e já provoca resultados insatisfatórios em várias medidas. O próprio desenvolvimento do garimpo nas regiões de serras e os impactos definitivos para a organização espacial demonstram a emergência de analisar como se dão os processos de estímulos e controle das principais atividades econômicas no território. Da mesma forma, são preocupantes os níveis de consumo de pesticidas e insumos químicos na agricultura da Chapada Diamantina.

Se considerarmos que a fixação dos atores beneficiados pela financeirização resultante do consumo e comercialização de produtos industrializados destinados à agricultura na estrutura de poderes públicos é cada vez maior, a Chapada Diamantina poderá continuar a intensificar o grau de exposição até a completa e indiscriminada influência dos poderosos conglomerados transnacionais do setor. Do mesmo modo, novas dinâmicas nas estruturas do campo da mineração também colocam em dúvida as condições do espaço relativo ao território manter um padrão socialmente mais justo que o atual, já desigual.

Para analisarmos o tempo nos processos de influência das atividades econômicas que atualmente podem ser relacionadas ao patrimônio cultural imaterial expressos na formação da Chapada Diamantina consideramos a frequência. São atividades cujos saberes relacionados representavam o conhecimento técnico de toda a energia que promovia a produção do espaço. Os saberes e o trabalho das pessoas que habitam o local se mantiveram diretamente vinculados à totalidade das dinâmicas econômicas reproduzidas no território durante quase toda a história.

Podemos afirmar que apenas após a revolução industrial deu-se início ao processo gradual de substituição da força direta dos saberes necessários à produção do espaço pela influência de implementos produzidos via conhecimento de orientação e realização industrializada. A partir do século XX, sobretudo, após a segunda metade do século, o poder das dinâmicas econômicas e políticas desta origem passa a se dar de maneira determinante em todas as atividades de interesse desta pesquisa e no modo como o espaço passou a ser produzido na Chapada Diamantina.

Caracterizamos, assim, o período de transição da influência dos saberes hoje tidos como tradicionais para o modo de produção industrializado como um processo gradual, que, no entanto, não minimizou a importância dos saberes tradicionais para as atividades econômicas analisadas. Porém, é notável que o modo produtivo baseado em implementos industrializados incrementou a capacidade de produção intensiva destas atividades, representando valores financeiros e simbólicos que atraem os atores envolvidos com a vida vinculada às atividades analisadas.

É notável o incremento na capacidade produtiva e financeira das atividades econômicas consideradas para a economia da Chapada Diamantina em geral. São estas atividades que continuam consumindo a energia do espaço para dar movimento ao território. É possível afirmar que um setor como o de serviços tem se tornado cada vez mais dinâmico nas localidades consideradas históricas, mas também depende direta e indiretamente de maneira majoritária das movimentações financeiras que circulam entre as ações das demais atividades, como agricultura, pecuária, construção e mineração, que se desenvolvem em todo o território. No entanto, podemos avaliar que diminuiu o protagonismo da produção especificamente realizada por meios tradicionais na comparação da produção dependente dos elementos produtivos adquiridos comercialmente.

Isso se deve ao fato de que as atividades baseadas em processos intensivos que utilizam implementos industrializados promovem um consumo muito grande de energia num período de tempo curto, promovendo maior dinamismo na rentabilidade da exploração do espaço na Chapada Diamantina. De maneira paralela, o processo limita de maneira rápida o acesso aos depósitos de recursos naturais e matérias-primas no território, produzindo também de forma acelerada a extinção da possibilidade de produção de atividades econômicas em alguns espaços. É evidente que o modo produtivo baseado no trabalho de aplicação dos saberes tradicionais funciona de um modo mais permanente, eficiente e durável, já que permite a transformação do espaço de forma harmonizada, com riscos minimizados na geração de crises nas estruturas sociais, econômicas e simbólicas.

Conforme os exemplos já citados vemos avançar em ritmo acelerado os processos de esgotamento da energia disponível em diversas localidades do território, seja pela contaminação das matérias-primas, esgotamento físico da disponibilidade, entre outros fatores, em favor da obtenção de lucro por meio de formas intensivas de exploração. Mesmo considerando os efeitos monumentais da atuação dos garimpeiros de serra para a alteração das paisagens e das formas geográficas na Chapada Diamantina e considerarmos a rotina de perigo iminente do trabalho nas lavras, além das numerosas mortes de trabalhadores nos espaços de trabalho ao longo dos séculos, parece que o modelo intensivo de exploração mineral vigente é ainda mais nocivo às estruturas sociais, políticas e econômicas do país. Para isso, basta evidenciarmos os casos recentes de desastres relacionados à baixa eficiência da tecnologia empregada na exploração de minérios em Minas Gerais.

De modo comparativo, a mudança do controle sobre as operações mineradoras na Chapada Diamantina se deu das oligarquias para os atores do capital internacional, elemento protagonista deslocado das representações simbólicas da sociedade na qual está sendo investido e com amplo grau de autonomia. Isso se dá em parte pela forma como os atores capitalizados participam das dimensões políticas para favorecer a capacidade de produção, o que permite a adequação das ações das firmas detentoras do capital às necessidades legais representadas pelas normas às quais estão

submetidas as dinâmicas de produção espacial na atualidade. Esta forma de participação faz parte do paradigma da complexidade onde se encontram as relações simbólicas de força, que também influenciam os meios de produção das demais atividades econômicas de interesse.

Os atores nacionais também se aproveitam do modelo operacional que manipula as relações com atores do setor público para ter os interesses atendidos com fins de fazer os investimentos dedicados para a realização de quaisquer atividades renderem o máximo possível. Alguns se apropriam de movimentos discursivos globais a fim de investir mais na dedicação às tentativas de obter a permissão de realizar inversões financeiras que mobilizem lucros significativos, em detrimento de fortalecer as relações de trabalho e o mercado consumidor do espaço no qual produzem seus produtos.

É importante dizer que todo o panorama complexo no qual se desenham os cenários político, simbólicos e econômico do território é o arranjo no qual as estruturas das atividades de interesse da pesquisa operaram e os quais devem seguir operando no futuro. A construção do panorama contribui para a análise dos acontecimentos relacionados aos temas abordados e a complexidade de se realizar uma análise que os considere dentro da totalidade. Compreendemos que a organização da descrição do arranjo físico espacial por meio do qual determinadas ações são produzidas pode facilitar a compreensão da organização espacial e favorecer a ocorrência de transformações destas práticas e o rearranjo do espaço (GOMES, 1997, p. 37).

Esta avaliação da situação do período de análise é importante para ajudar a compreender os processos que promoveram a formação do território a partir da ocupação humana, mas sobretudo desde a colonização. Analisamos, em especial, as estruturas relacionadas às atividades de interesse, pois são estratégicas para compreendermos a produção do espaço como um todo e identificarmos as dimensões econômicas, políticas e simbólicas. Por isso, o processo que mais se destaca nesta parte da pesquisa é justamente os séculos de formação territorial, até o advento da tecnologia industrializada e a influência da tecnologia para a produção espacial.

#### 1.4.1 Adoção das escalas e as políticas de patrimônio cultural

Outro processo que interessa ser analisado é o da influência da política pública do campo do patrimônio cultural na Chapada Diamantina, como as ações que promoveram alterações do espaço existente, influenciadas, sobretudo, pelas normas públicas que passaram a considerar os espaços como parte do patrimônio cultural material do território. Para auxiliar nesta tarefa

utilizaremos o apoio da escala local, considerada como “medida que confere visibilidade ao fenômeno” (CASTRO, 2011, p. 123) e “o artifício analítico que dá visibilidade ao real” (CASTRO, 2011, p. 133).

A atenção às dinâmicas promovidas ao longo dos séculos e a partir da normatização dos espaços urbanos por meio das políticas culturais que passaram a influenciar o território nos permite relacioná-las e compará-las. Realizaremos a partir daí considerações sobre as contradições das iniciativas locais e das ações em relação aos efeitos que eram esperados, definidos dentro da burocracia da escala pública, em especial, estadual e federal. Analisar a influência de forças de escala global para as ações geradas pelo Estado e para as mudanças produzidas na realidade local também permite refletir sobre as contradições inerentes aos estímulos à patrimonialização dos espaços urbanos da Chapada Diamantina e a valorização dos saberes construtivos tradicionais para a formação territorial.

Para isso, é necessário considerar a escala global de discussão e definição das políticas relacionadas à cultura e ao patrimônio, que influenciam o desenvolvimento de ações em todo o mundo e, conseqüentemente, na América, Brasil, Bahia, Chapada Diamantina e seus lugares. Do mesmo modo, as experiências realizadas em outros lugares também nos permitem considerar um outro processo ainda mais definido, que é o de valorização dos saberes relacionados à produção do patrimônio material. No caso, consideramos a principal ferramenta de estudo utilizada para tal na Bahia, o processo de inventariado dos mestres da construção tradicional na Chapada Diamantina.

Esperamos que as diversas escalas consideradas suponham, portanto, campos de representação a partir dos quais são estabelecidas a pertinência do objeto. Cada escala seria indicativa do “espaço de referência no qual se pensa a pertinência (...) do sentido atribuído ao objeto definido pelo campo de representação” (CASTRO, 2011, p. 134). A inspiração do conceito de escalas nos permite, assim, avaliar tanto a importância das discussões e da execução de políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural em uma série de países, quanto analisar a influência econômica do ofício de oleiro e adobeiro em Morro do Chapéu, por exemplo.

As escalas seriam uma forma de dividir o espaço, uma forma de lhe dar uma representação, uma perspectiva que altera a forma como a natureza do espaço é admitida. As escalas permitiriam definir modelos espaciais de “totalidades sucessivas” (CASTRO, 2011, p. 136). Tentamos considerar as relações estabelecidas entre as escalas nas quais operam os departamentos do organismo que atua na elaboração das políticas e organização dos processos de tombamento de bens culturais e de inventariado do patrimônio imaterial vinculado ao ofício da construção tradicional e a escala da execução das ações, no caso, a escala local, e “diferenciar os condicionantes” (MORAES, 2000, p. 26) de ambas as iniciativas.

No caso desta pesquisa, é importante definir com clareza as escalas e os processos que interessam serem considerados. Isso porque temos a expectativa de que o processo de formação territorial nos possibilite identificar como a estrutura econômica do território foi influenciada pelas atividades de interesse e qual a participação das atividades na estrutura econômica atual. Além disso, ao relacionar o apanhado histórico de elementos da atividade da construção que temos à disposição ao processo de realização do inventário identificamos a evolução da dimensão dos saberes tradicionais relacionados à construção e quais as dinâmicas econômicas atuais do setor no território.

Pretendemos analisar os temas de interesse a partir da tentativa de análise da totalidade das relações entre os elementos das estruturas resultantes nos espaços da Chapada Diamantina e de Morro do Chapéu. Compreendendo o “espaço como dimensão da realidade” (MORAES, 2000, p. 21), nos debruçaremos mais à frente sobre a história do “território” (MORAES, 2000, p. 21), tentando também compreender suas dinâmicas enquanto processo, na busca pela gênese de “conjuntos espaciais contemporâneos” (MORAES, 2000, p. 21).

O processo de formação territorial em questão permite verificar que os territórios da Chapada Diamantina e o de Morro do Chapéu são construções políticas afirmadas “por meio de pactos e disputas sociais” (MORAES, 2000, p. 22). A formação territorial apresentaria uma faceta de elaboração ideológica, “resultando em constructos discursivos que comandam tanto a consciência dos lugares quanto sua produção material” (MORAES, 2000, p. 22).

Será possível avaliar estes construtos vinculados às políticas públicas de tombamento do patrimônio cultural material e o programa público dedicado à valorização do patrimônio cultural imaterial e as contradições inerentes a estes mais à frente. Por enquanto, é recomendável libertar o conceito de território adotado “da confusão com a violência e da restrição à dominação” (SOUZA, 2011, p. 80). Mesmo que estejamos analisando os efeitos de políticas governamentais na escala local, o território não precisa ser reduzido a essa escala, nem associado à figura estatal. “Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas” (SOUZA, 2011, p. 80).

Por isso que nos permitimos nesta pesquisa nos apoiarmos em dois territórios complementares. Um deles o território da Chapada Diamantina, formado por 24 municípios, porém, conforme visto, considerando também as relações que se dão com o espaço externo, seja ele contíguo ou o mais distante imaginado. Isso se dá pelo interesse na análise ampla da caracterização daquilo que pode ser considerada a economia do patrimônio cultural da Chapada Diamantina, em especial a influência das atividades econômicas de interesse para a formação deste território.

Outro território de interesse é o que está esboçado nos limites do município de Morro do Chapéu, ou seja, uma parte específica do território de identidade citado. O interesse no território do

município se dá em virtude da importância das atividades laborais relativas ao uso do barro para a produção artesanal de materiais construtivos. É por meio da análise das características da atividade da construção tradicional que pretendemos identificar a dimensão econômica gerada a partir do trabalho de oleiros e adobeiros, incluindo as estruturas políticas e simbólicas das ocupações.

Adotamos assim a questão da territorialidade, uma forma de flexibilizar a maneira de vermos o território. Desta forma, o território é entendido como campo de forças, teia ou rede de relações sociais que “a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade” (SOUZA, 2011, p. 86). Por isso, é importante caracterizar o conteúdo espacial do território, identificado na persistência de “representações espaciais territorializantes” (SOUZA, 2011, p. 98), mesmo que a organização espacial original tenha sido alterada. Acreditamos que este seja o caso do objeto desta pesquisa, que apesar de manter significados semelhantes àqueles de seu surgimento, atualmente operam em outra configuração.

Consideramos ainda que o sentido de território adotado pressupõe que o uso e o controle do território e a repartição de poder possuem importância mesmo quando as estratégias de desenvolvimento sócio-espacial não possuem apenas o sentido econômico-capitalista (SOUZA, 2011, p. 100).

Paralelamente, é necessário, ainda, avaliar se as atividades econômicas tradicionais analisadas modificaram de alguma forma a possibilidade de os trabalhadores considerados se deterem “sobre um controle significativo sobre o seu espaço vivido” (SOUZA, 2011, p. 111), já que isso é decisivo para a coletividade. Isso se torna importante para um estudo que se propõe a avaliar se as ações das políticas públicas para o patrimônio cultural material e imaterial realizadas no território, de fato, representaram mudanças sociais, políticas e simbólicas ou podem apresentar alternativas para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, principalmente, aqueles detentores de saberes e fazeres da construção tradicional.

## 1.5 Movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização

Conforme visto, um dos pesquisadores que abordou a questão do território numa perspectiva integradora é o gaúcho Rogério Haesbaert da Costa. De acordo com o autor, a territorialidade seria o conceito mais adequado para “ênfatar as questões de ordem simbólico-cultural”; “a dimensão simbólica do território” (HAESBAERT, 2007, p.73), comparando o termo ao de identidade territorial (HAESBAERT, 2007, p. 74). Mesmo não sendo possível definir o território sem considerar também a dimensão material, econômica, as análises que utilizam a categoria

passaram a valorizar cada vez mais o caráter simbólico. Assim, o poder não envolveria apenas “as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e (...) produzem” (HAESBAERT, 2007, p. 93).

Portanto, o território “resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política” (HAESBAERT, 2007, p. 93). Nos casos de conflitos de caráter étnico e religioso e cunho territorial a dimensão simbólico-cultural do poder seria a que se impõe com muita força, por exemplo. Do mesmo modo, o território também é fruto de relações de dominação e apropriação, que seguem padrões que variam do político-econômico ao mais cultural e simbólico, em dinâmicas complementares.

Haesbaert da Costa atribui aos estudos de Michel Foucault e de Giles Deleuze a diferenciação de como a dominação no mundo foi alternada na transição entre as sociedades disciplinares, ou modernas, para a “sociedade de controle”. De acordo com o primeiro, a dominação dos territórios-zonas, implicavam o controle sobre áreas, enquanto para Deleuze a dinâmica alterou-se para o controle sobre elementos como “fluxos, redes, conexões” (HAESBAERT, 2007, p. 96). Territorializar-se significaria “criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo 'poder' sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (...), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de 'dominação' e 'apropriação' ao mesmo tempo” (HAESBAERT, 2007, p. 96-97).

Na tarefa de analisar as contribuições recíprocas entre o poder e a obra de Deleuze e Félix Guatarri, Haesbaert da Costa considera o emprego do conceito de desterritorialização, concentrando-se na valorização das relações simbólicas de poder. Para o autor, o pensamento filosófico dos autores se diferenciaria da ciência, pois, ao contrário desta, “que busca especificar e estabilizar domínio do real, os conceitos na filosofia intervêm em problemáticas para desestabilizar, criando novas conexões” (HAESBAERT, 2007, p. 110). A geografia, assim, tomaria um papel central no pensamento de Deleuze e Guatarri, “num movimento centrado no movimento, nas conexões” (HAESBAERT, 2007, p. 111). Tratar-se-ia da valorização dos devires – a “criação do novo” –, que seriam pertencentes à geografia, distinguindo-se da história.

Haesbaert da Costa ressalta ainda o modelo rizomático, das multiplicidades – que também caracterizaria parcialmente a sociedade –, com o qual Deleuze e Guatarri constroem o pensamento. O modelo também se relacionaria com o arborescente, característico dos centros de poder (HAESBAERT, 2007, p. 114), sendo, assim, complementares. Enquanto as relações nas sociedades primitivas são mais marcadas pelo modelo do rizoma, estas teriam também “núcleos de dureza, de

arborificação, que tanto antecipam o Estado quanto o conjuram. Inversamente, nossas sociedades continuam banhando num tecido flexível sem o qual os segmentos duros não vingariam” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 82). De acordo com os filósofos, os indivíduos seriam, então, atravessados pelas segmentaridades molar e molecular, que seriam distintas, mas inseparáveis. “Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 83).

As sociedades capitalistas modernas possuiriam “uma segmentaridade dura, onde a organização social é sobrecodificada por um aparelho despótico e transcendente de poder” (HAESBAERT, 2007, p. 135), em especial o Estado. Já as territorialidades pré-capitalistas possuem agenciamentos “maquínicos de corpos (...) e coletivos de enunciação” (HAESBAERT, 2007, p. 135) fixados na terra<sup>7</sup>. A partir da emergência do Estado e do poder do capital, processos de desterritorialização das identidades pré-capitalistas territorializadas passam a acontecer em dinâmicas mais intensas. Ou seja, a influência dos agentes estatais ou capitalistas passaram a suplantam de forma avançada as territorialidades, incluindo os valores simbólicos e a cultura, das comunidades consideradas tradicionais.

Além das dinâmicas de desterritorialização, haveriam ainda as de territorialização e reterritorialização (FERNANDES, 2005, p. 28), que, da mesma forma, apresentam movimentos de influência de atores aos territórios ao longo no tempo. No caso anteriormente citado do Estado, é possível considerar que este também se “reterritorializa no processo de sobrecodificação, ou seja, constrói novos agenciamentos, sobrecodifica os agenciamentos territoriais que constituíam as sociedades pré-capitalistas, configurando novos agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação” (HAESBAERT, 2007, p. 137-138), num movimento de mão dupla.

Passando a termos mais concretos, Haesbart da Costa (2007, p. 138) define que a “vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização (...), estamos sempre passando de um território para o outro, abandonando territórios, fundando novos”. O operário que se relaciona com os corpos maquínicos e os agenciamentos coletivos de enunciação do chão de fábrica, que, então, se desterritorializa, neste caso, sem destruir o território abandonado, para seguir ao território da família, no qual os corpos e os enunciados são outros.

De outro modo está o boia-fria reterritorializado na periferia da cidade. As diferentes ocupações que pode realizar, possivelmente, em caráter informal, fazem-no transitar por diferentes

---

<sup>7</sup> “A unidade primitiva, selvagem, do desejo e da produção, é a terra. Porque a terra não é apenas o objecto múltiplo e dividido do trabalho, mas também a entidade única indivisível, o corpo pleno que se rebate sobre as forças produtivas e se apropria delas como se fosse o seu pressuposto natural ou divino” (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 144).



territórios simbólicos, até, enfim, ser desterritorializado da periferia urbana e reterritorializado na função de lavrador por meio do processo da colheita na zona rural, onde encontrará códigos e corpos já conhecidos e com os quais se relacionará de diferente modo que no meio urbano.

De maneira semelhante estão os profissionais da construção do território da Chapada Diamantina que migram temporariamente para áreas metropolitanas de todo o país para realizar serviços na área, retornando depois ao território de origem. Em alguns casos, o território do sertão é também o território original do construtor, no qual estabelece a maior parte das relações familiares e de afetividade e onde opera outras funções, como a de roceiro, criador, entre outras.

A complexidade dos desafios para o estudo das relações entre cultura e poder pode ser evidenciada pelas discussões que se dão ao redor do território e os processos relacionados a este, conforme citado. Na análise da desterritorialização numa perspectiva cultural, por exemplo, Haesbaert da Costa ressalta o exemplo da cidade de Tijuana, no México, utilizado pelo antropólogo argentino Néstor García Canclini<sup>8</sup>, para dar conta dos processos de “reterritorialização no hibridismo” (HAESBAERT, 2007, p. 224). A mistura entre os elementos culturais latinos e anglo-saxões do lugar seriam evidência de um caso de multiterritorialidade. As migrações também seriam um processo multidimensional a ser considerado, tendo em vista o potencial de des-reterritorialização das sociedades (HAESBAERT, 2007, p. 233). A multidimensionalidade e a multiterritorialidade de forma geral seriam temas estratégicos a serem analisados.

Além destes, o geógrafo relaciona como prioridades para os estudos sobre o território a atenção às dinâmicas da natureza e à questão ambiental. Visando questionar a visão antropocêntrica de que a desterritorialização é um processo humano, o autor recorda que nas sociedades tradicionais, entre elas as indígenas, algumas das relações sociais mais importantes são aquelas que se dão em relação à apropriação daquilo que denominamos natureza (HAESBAERT, 2007, p. 368). De modo semelhante, o autor indica que o amor é o que deveria estar no centro dos processos de territorialização, pela construção de espaços de apropriação e identificação social, reapropriação dos espaços, reterritorialização e apropriação prevalecendo sobre a dominação, com a valorização dos espaços “do prazer” (HAESBAERT, 2007, p. 369).

Por último, estaria o dilema da desproporção de ritmos e níveis de des-re-territorialização “entre a minoria com pleno acesso dos territórios-rede capitalistas globais, que asseguram sua multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2007, p. 372), e a maioria das “pessoas que vivem na mais precária territorialização (...), na mais violenta exclusão e/ou reclusão socioespacial” (HAESBAERT, 2007, p. 372). Para o autor, a situação se justificaria, pois o que domina desde a passagem do século é “a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de

---

<sup>8</sup> CANCLINI, Nestor G. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos da guetificação e dos neoterritorialismos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede ou 'multiterritórios' da globalização” (HAESBAERT, 2007, p. 372). Será possível verificar mais à frente os fatores que tornam cada vez mais complexos os processos de des-re-territorialização do patrimônio na Chapada Diamantina.

## 1.6 Contribuições da geografia cultural para a pesquisa

Neste tópico referenciamos a utilização da geografia humana como forma de análise da economia do patrimônio cultural imaterial relacionada aos saberes e fazeres localmente desenvolvidos, em especial do ofício da construção tradicional na Chapada Diamantina e no município de Morro do Chapéu. Para isso, faremos uma análise da evolução das pesquisas e autores responsáveis pelo campo de estudo que se convencionou chamar de geografia cultural, que busca revelar os aspectos simbólicos relacionados à ocupação humana do espaço.

Compreendemos, assim, a geografia cultural como uma das principais disciplinas às quais esta pesquisa está dedicada, pois este campo de conhecimento está tão impregnado por outros segmentos de estudo, a exemplo da antropologia, história e sociologia, que – assim como o conceito de território que utilizamos – também se trata de um híbrido, que nos oferece bases suficientes para compreender a totalidade da economia do ofício tradicional praticado por oleiros e adobeiros na zona rural de Morro do Chapéu.

Consideramos que a abordagem da geografia cultural contribui à produção do conhecimento relacionada ao desenvolvimento da interdisciplinaridade. Também porque os estudos sobre as relações simbólicas de valores representam a continuidade das pesquisas das dimensões políticas e econômicas já realizadas pelo pesquisador.

Nos baseamos em um dos principais estudiosos do campo de estudos, o geógrafo francês Paul Claval, que em conferência realizada em 2011 na Universidade Estadual de Londrina rememora ao fim do século XIX a influência da antropologia de Edward Burnett Taylor e de sua obra *Primitive Culture* (1871), na ecologia dos homens de Friedrich Ratzel e na escola francesa de Vidal de la Blache. Estes autores amplamente analisados na obra de geógrafos que os sucederam superando as limitações dos estudos anteriores, a exemplo do francês Claude Raffestin, no estudo da geografia do poder, e do baiano Milton Santos, na análise das influências e processos para explicar a totalidade do espaço (SANTOS, 2008).

Ratzel e Vidal de la Blache aceitariam o conceito de cultura adotado por Taylor, mas questionavam a qualidade da cultura ser inerente ao indivíduo, já que “o meio ambiente podia determiná-la ou influenciá-la” (CLAVAL, 2011, p. 6).

Daí, uma ênfase sobre as relações entre os grupos humanos e o seu ambiente. A curiosidade se dirigia mais em direção às técnicas materiais, permitindo a transformação delas que as representações. A epistemologia dominante neste tempo era o positivismo: daí a disposição de ignorar as dimensões subjetivas do homem. A abordagem cultural tinha um papel importante na geografia da primeira metade do século XX, mas ela permanecia limitada: a ênfase dizia respeito aos meios usados pelos grupos humanos para modificar o ambiente; a domesticação das plantas e dos animais, as técnicas da agricultura e da criação de gado (...), as técnicas de construção de casas e outros edifícios (CLAVAL, 2011, p. 6).

Conforme a organização dos processos de formação do território sertanejo realizado nos capítulos anteriores, consideramos o caso do Alto Sertão baiano, no qual também se localiza a Chapada Diamantina, como uma das "áreas povoadas por grupos tradicionais de agricultores ou de criadores" na qual "a semelhança entre as atividades de todos era tão forte como a descrição de uma agenda pessoal, de seu 'gênero de vida', o que dava uma boa idéia da vida de todos" (CLAVAL, 2011, p. 6). Na virada dos séculos XX e XXI, a geografia cultural ainda lidava quase somente com a atividade humana e as marcas que imprimia às paisagens. A evolução das formas de acessar as informações por meio da comunicação e o avanço da padronização das técnicas fizeram os autores pensarem que o sub-segmento de interesse da geografia, assim como os conhecimentos tradicionais, também poderia desaparecer.

O avanço do quadro epistemológico relativo à geografia cultural teria se dado a partir das décadas de 1960 e 1970, quando a inspiração ideológica deixou de ser "positivista ou neo-positivista" (CLAVAL, 2011, p. 6). Poucos anos antes, o estruturalismo teria passado a atrair os pesquisadores das ciências sociais por conta das configurações sociais, ou estruturas, que se caracterizariam por permanecerem estáveis durante longos períodos. De acordo com Claval, na época, "o estruturalismo foi criticado pelas suas fraquezas – ele explicava a permanência das estruturas, mas não suas evoluções; ele ignorava a história" (CLAVAL, 2011, p. 7).

As obras dos europeus Anthony Giddens (1984)<sup>9</sup> e Pierre Bourdieu (2009)<sup>10</sup> teriam avançando ao complementar os aprendizados do estruturalismo com a importância da iniciativa individual. Surgiu o estruturacionismo que, principalmente, nos trabalhos de Giddens considerava as contribuições da geografia e da escala local, na qual era possível conferir a contribuição dos indivíduos na "construção das realidades sociais" (CLAVAL, 2011, p. 7). Antropólogos estadunidenses também passaram a preferir a ênfase na dimensão simbólica, ao contrário das teorias

---

<sup>9</sup> GIDDENS, A. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

<sup>10</sup> BOURDIEU, P. O senso prático. Petrópolis: Vozes, 2009.

tylorianas, a exemplo de James Clifford (2016)<sup>11</sup>. Diminuía assim a "curiosidade pela base material da vida e para as técnicas de produção" (CLAVAL, 2011, p. 8).

Já no Reino Unido, as correntes do pensamento de Raymond Williams (1958<sup>12</sup>; 1981<sup>13</sup>) e Stuart Hall (2007<sup>14</sup>) promoveram mudanças na ideia de cultura. O primeiro relacionava a interpretação marxista sobre os modos de produção também para as formas de comunicação, o que pode ser comparado à visão gramsciniana de que o poder das classes dominantes também é reproduzido nos modos de representação desenvolvidos. Já Stuart Hall "analisava o papel das representações na gênese da imagem do outro, e as diversas formas da exclusão e de segregação" (CLAVAL, 2011, p. 8). Como resultado dos conceitos discutidos nas escolas de língua inglesa, durante as décadas de 1960 e 1970, "a cultura torna-se um instrumento de dominação, usado pelas classes mais altas para impor às classes mais baixas comportamentos conformes seus interesses" (CLAVAL, 2011, p. 8).

A partir da década de 1970, as dimensões culturais passaram a influenciar diretamente os geógrafos que caracterizaram-se por desenvolver a corrente do pensamento da "Nova Geografia". Entre as razões para a reprodução desta vertente estava a crítica ao perfil conservador da disciplina. Apesar de não ser reconhecido pelos pares da disciplina como um pensador que tivesse privilegiado os aspectos culturais nos estudos do espaço, a "Geografia Nova" defendida pelo baiano Milton Santos traz uma série de aspectos relativos à crítica aos modos conservadores com o qual a geografia lidava com os temas de interesse.

De acordo com Claval, teria sido a partir da dedicação pessoal às questões das dimensões sociais e políticas da nova geografia que o pesquisador teria descoberto a importância de empenhar-se sobre a abordagem cultural no campo de estudos.

Após fases de crítica ao modernismo ocidental e ao movimento pós-moderno, o campo que passou a ser caracterizado como geografia cultural teria tomado duas formas a partir dos anos de 1980 e 1990. A primeira seria a interpretação da geografia cultural de Denis Cosgrove<sup>15</sup> e Peter Jackson<sup>16</sup>, concentrada integralmente no conteúdo simbólico das culturas, criticada por David Harvey, dado o desprezo aos aspectos da base material da vida social. Na França, a relevância teria sido dedicada ao estudo sobre a importância do espaço para a formação das identidades, ou da territorialidade.

---

<sup>11</sup> CLIFFORD, J; MARCUS, G. A escrita da cultura: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/edUFRJ, 2016.

<sup>12</sup> WILLIAMS, R. Culture and Society. Londres: Chatto and Windus, 1958.

<sup>13</sup> WILLIAMS, R. Culture. Londres: Fontana, 1981.

<sup>14</sup> HALL, S. Identités et cultures. Politiques des Cultural Studies. Paris: Amsterdam, 2007.

<sup>15</sup> COSGROVE, D. Social Formation and Symbolic Landscape. Londres: Croom Helm, 1984.

<sup>16</sup> JACKSON, P. Maps of Meaning. Londres: Unwin Hyman, 1989.

O segmento francês teria mantido a inspiração no conceito de cultura tayloriano. Este modelo de geografia cultural daria ênfase aos processos de comunicação e diferenciação entre as culturas de tradição oral, escritas e baseadas nas mídias contemporâneas. Neste caso, os mecanismos de comunicação utilizados para a transmissão da cultura são analisados, colocando em evidência as etapas de formação do indivíduo por meio da cultura. As identidades individuais e coletivas seriam resultado deste processo de construção, que resultaria também na formação de uma dimensão normativa da existência daquelas identidades.

A partir do fim da década de 1980 e nos anos 1990, o campo da epistemologia teria experimentado uma maior permeabilidade de influência entre as áreas de estudos das ciências humanas, em especial por conta do pós-colonialismo. O trabalho de intelectuais como Jacques Derrida e Edward Said teria contribuído com o que Paul Claval (2011, p. 13) convencionou intitular de "virada cultural da geografia", momento no qual se flexibiliza a fronteira que dividia as ciências sociais e a geografia. De acordo com o autor, para entender a realidade de um período, seria "importante analisar as suas culturas subalternas, essas das minorias, dos excluídos, dos grupos marginais" (CLAVAL, 2011, p. 13).

A virada cultural na geografia significaria que "a totalidade dos saberes geográficos tem uma dimensão cultural: eles são relativos a uma época, a um lugar ou a uma área" (CLAVAL, 2011, p. 13). Assim,

no domínio da geografia política, o poder sempre tem dimensões culturais. (...) Construir uma geografia cultural como um compartimento isolado da geografia não tem sentido. A construção duma sub-disciplina deste tipo tem um valor prático, mas o que é importante é entender o papel da cultura no conjunto dos fenômenos geográficos: daí o sentido novo da abordagem cultural na geografia (CLAVAL, 2011, p. 13).

A geografia cultural poderia ser caracterizada como base de toda a disciplina e isso poderia ser evidenciado por meio de alguns aspectos. Entre eles, o fato de que os conhecimentos relativos ao mundo se dariam por meio de representações. Além disso, Claval (2011, p. 16) afirma que a cultura seria formada com elementos transmitidos ou inventados:

A cultura é o conjunto de práticas, conhecimentos, atitudes e crenças que não é inato: eles são adquiridos. Daí o papel central dos processos de transmissão, de ensino, de aprendizagem, de comunicação na geografia cultural: a natureza e o conteúdo da cultura de cada indivíduo refletem os meios através dos quais ele adquire as suas práticas e os seus conhecimentos: transmissão direta pela palavra e pelo gesto (...). Os lugares onde a transmissão ocorre têm também um papel estratégico na gênese dos indivíduos e na construção da cultura. Os lugares e as suas paisagens servem de suporte a uma parte das mensagens transmitidas (CLAVAL, 2011, p. 16).

Ainda para o geógrafo, a cultura existiria por meio das pessoas que têm acesso e a modificam, se formando como indivíduos durante aquele processo. O segmento da geografia

cultural daria atenção especial ao indivíduo, que seria "uma construção ligada ao processo de transmissão das práticas, das atitudes, dos conhecimentos e das crenças" (CLAVAL, 2011, p. 16). O processo de construção da geografia cultural também seria social, assim como o processo de construção do indivíduo. Os valores transmitidos num grupo e que lhe imprimem coerência, tal qual as representações, fazem com que a geografia cultural seja sócio-cultural. Para Claval (2011, p. 17), entre os processos sociais, a transmissão é o mais importante, dado que esta "faz de cada um, um ser social, que lhe dá uma certa semelhança com os outros membros do grupo; é este processo que suscita a formação duma consciência comum".

O surgimento de sentidos de identidade seria a tradução da construção da figura social no indivíduo. De acordo com o geógrafo, a identidade seria formada sempre por muitas dimensões, dado que ao tempo que é individual também é coletiva. Muitas vezes as identidades coletivas se sobrepõem.

O sentido de identidades depende da experiência direta de cada um na escala da família ou da vizinhança. Ele resulta duma construção intelectual e dum ensino sistemático no caso dos sentidos de identidade à escala duma nação, (...) trata-se de identidades imaginadas, no sentido de Benedict Anderson. Como consequência do desenvolvimento das mídias modernas, uma parte das identidades cessa de ter ligação estreita com um território específico: daí os sentidos de desterritorialização e reterritorialização analisados por Rogerio Haesbaert (CLAVAL, 2011, p. 17).

É nesta ordem que embasamos os processos de enfraquecimento dos elementos que integram as estruturas da economia do patrimônio cultural imaterial contido nos saberes herdados e desempenhados por mestres e trabalhadores da construção civil da Chapada Diamantina. Ao passo que o avanço das formas de comunicação fortaleceram a influência dos elementos dedicados à produção de itens para a construção civil em escala intensiva, a rede de formas materiais e intangíveis da construção tradicional também foi enfraquecida, minimizando o poder da economia que flui por meio dos elementos tradicionais. Por isso a dedicação à obra do geógrafo brasileiro Haesbaert da Costa e dos movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das estruturas de trabalho baseadas nos saberes tradicionais na Chapada Diamantina, em especial a estrutura dos saberes vinculados à construção tradicional em Morro do Chapéu.

Um dos aspectos utilizados por Paul Claval para justificar a geografia cultural como base da disciplina que interessa diretamente a esta pesquisa é a construção do espaço pela cultura. Isso porque a geografia cultural esclareceria a construção do espaço. "A organização do espaço reflete constrangimentos de natureza ecológica – esses que os homens têm de superar para extrair do ambiente a sua alimentação, para proteger-se do frio, do vento, da chuva, do calor – e outros de origem social" (CLAVAL, 2011, p. 18). Os saberes relativos à construção civil podem ser compreendidos como uma resposta dos indivíduos aos constrangimentos de ordem ambiental e

social, este último, explicado, por exemplo, pelo fator da segurança.

A organização do espaço seria o resultado da percepção dos homens, "das técnicas e modelos de ação do grupo, e da socialização do espaço" (CLAVAL, 2011, p. 18). Esta socialização se daria de maneira mais favorável aos elementos mais poderosos dos grupos sociais. As formas materiais realizadas seriam reflexo das práticas e conhecimentos dos artesãos que participam no trabalho nas sociedades tradicionais, entre estes, construtores e agricultores. "A construção do espaço reduz muito as possibilidades de expressão espacial das categorias mais pobres e fracas da população. Esses grupos esforçam-se por um reconhecimento da sua existência através de ações visíveis com forte carga simbólica" (CLAVAL, 2011, p. 18).

Assim, Claval conclui a análise sobre o papel da geografia cultural afirmando que a principal mudança nos estudos relacionados à disciplina se deu a partir da década de 1970, quando as dimensões materiais e técnicas da cultura deixaram de ser o foco para ceder lugar às dimensões simbólicas. Ao discordar do fato desta passagem ter se caracterizado na forma de revolução científica ou de ruptura epistemológica, o geógrafo afirma que houve uma evolução da disciplina com a continuidade de formas de pensar que já vinham em desenvolvimento. O interesse contínuo da geografia sobre "os processos de comunicação, de transmissão e de invenção" (CLAVAL, 2011, p. 21) seria testemunho disso. Outro testemunho "é o lugar da dimensão material da cultura na pesquisa contemporânea, mesmo se essa dimensão não é mais centrada sobre as atividades produtivas, mas sobre o corpo como base da experiência humana e dos sentidos, (...) ou sobre a paisagem ou o patrimônio" (CLAVAL, 2011, p. 21).

A análise da base material da cultura não se reduz mais às instalações produtivas, aos edifícios, às ferramentas. (...) O papel do corpo nos processos de percepção é sublinhado. A paisagem (...) tem uma dimensão simbólica: a preservação de algumas de suas formas aparece como um imperativo social, mesmo se ele é custoso. (...) A geografia cultural de hoje (...) aparece como um fundamento comum, que explica a construção dos indivíduos, da sociedade, do espaço e de sistemas normativos. Ela permite compreender uma boa parte dos conflitos sociais na escala local como também na escala das nações e no nível internacional – daí o sucesso da geopolítica crítica. Ela esclarece também (...) o interesse para com o patrimônio (CLAVAL, 2011, p. 20-21).

Tendo assim realizado uma abordagem geral do histórico da geografia cultural, recorreremos à principal obra do autor da análise. No livro que leva o nome da disciplina, uma das principais referências do campo, Claval define a cultura enquanto "a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos (...) pelo conjunto dos grupos de que fazem parte" (CLAVAL, 2007, p. 63). De acordo com o geógrafo, a cultura tem origem em tempos distantes e "mergulha no território" (CLAVAL, 2007, p. 63). É também uma herança cuja transmissão é realizada em várias etapas, a exemplo daquelas realizadas no espaço familiar e pelos mestres. Ambos representam soluções para a transmissão das técnicas necessárias

ao desenvolvimento dos grupos. Em comunidades mais complexas, posteriores à revolução industrial, momento no qual as unidades agrícolas ou artesanais familiares deixam de serem necessariamente transmitidas dentro do núcleo familiar, de pais para filhos, "o aprendizado e o estágio com um mestre ampliavam o recrutamento" (CLAVAL, 2007, p. 66). Nestes casos, o acesso à escrita rompe as formas de reprodução de culturas em comunidades cujas dimensões de ação são baseadas na tradição oral.

No caso dos ofícios tradicionais remanescentes na Chapada Diamantina, cujas dinâmicas percebemos enquanto parte da economia da cultura do patrimônio imaterial do território, consideramos que, apesar de parte dos participantes mais contemporâneos incorporarem informações vindas dos conhecimentos escritos e novas tecnologias, a transmissão de conhecimento oral é o principal meio de reprodução da tradição. No caso da construção civil tradicional, a maior parte dos mestres e trabalhadores identificados durante o INRC da Chapada Diamantina possuem a oralidade como principal fonte de aprendizado e difusão dos saberes. Para Claval (2007, p. 66-67),

a comunicação oral e gestual não necessita de nenhum instrumento e é utilizável por todos. O movimento observado e a palavra que o acompanha frequentemente permitem a aquisição de práticas: o aprendiz brande seu martelo e mira o prego para introduzi-lo direito: 'Segure bem a ponta, olhe o prego, dê um bom golpe!' aconselha o mestre.

Com a escrita, desvincula-se a necessidade de acessar as memórias dos elementos que se dedicam aos ofícios para a preservação das experiências do passado. Assim, "o privilégio do local", e as especificidades que o espaço imprimiu às qualidades dos artesãos de dada localidade, "desaparece em parte" (CLAVAL, 2007, p. 67). A importância dos saberes técnicos se limitaria a algumas áreas específicas. Consideramos que a Chapada Diamantina ainda é um território no qual muitos saberes técnicos tradicionais permanecem vivos por meio dos detentores. No entanto, as influências de técnicas e produtos de ordem externa e contemporâneos têm reduzido o protagonismo destes saberes na formação intelectual e profissional dos indivíduos, promovendo a desterritorialização dos saberes e descaracterizando as localidades enquanto espaços de guarda dos saberes.

Para um dos principais pensadores da geografia da cultural, a escrita desempenharia um fator de desigualdade social, já que o esforço e o poder necessários para o domínio dos textos fundamentais que normatizam e legitimam a participação do indivíduo na sociedade limitaria a difusão do conhecimento a um número restrito de pessoas.

Para Claval, os indivíduos daqueles territórios nos quais as dimensões de valores são reproduzidas em maior parte pela informação falada teriam o mesmo tipo de acesso à cultura. Por meio das observações do geógrafo poderíamos dizer que a cultura inerente aos trabalhadores da



construção tradicional no sertão, protagonizada pela reprodução de intenso meio simbólico relativo às trocas de gestos e conversas, se oporia aos conhecimentos escritos dominados pelas elites. Consideramos aqui todo o arcabouço normativo verbal e escrito reproduzido pelos elementos deste grupo nas escalas locais, ampliando-se também às municipais e regionais, incluindo as ações dos poderes públicos que se realizam nestas escalas. É possível estabelecer vínculos com as possibilidades do que pode ter ocorrido com as categorias de trabalhadores construtores desde o desenvolvimento intensivo da civilização e das formas de convivência.

Desde os megalitos, os templos, os palácios, a decoração das cidades constituem os ancestrais da mídia moderna (...) <sup>17</sup>. Trata-se de meios de comunicação que definem as mensagens muito concretas e imediatamente legíveis para todos. (...) mensagens forçosamente assimétricas, cuja emissão é monopolizada por uma estreita elite, seres de exceção, muito dotados e submetidos a uma longa formação. Eles exaltam e exprimem a força, a beleza e o bem, a vida, a morte e o além: o que há, para todos os seres, de mais essencial. Sua mensagem é também aquela de seus comandatários – as classes no poder. Quando se fala da cultura, não se trata frequentemente de evocar as obras dos artistas que souberam, no seu tempo, exprimir melhor a genialidade original de um grupo (...). Eles testemunharam a cultura da humanidade (CLAVAL, 2007, p. 73).

Seria possível estabelecer uma série de vínculos históricos sobre a importância da atividade da construção para o desenvolvimento da cultura, mas nos dedicamos especificamente ao caso do ofício na totalidade da Chapada Diamantina, em especial nos significados vinculados aos fazeres relativos ao barro nas comunidades do município de Morro do Chapéu. Estamos convencidos de que ainda estamos nos passos iniciais daquilo que convencionamos chamar de economia do patrimônio imaterial da construção tradicional em suas dimensões criativas, entre elas, as dinâmicas financeiras que fluem pelas estruturas do patrimônio material e imaterial no território.

Alguns elementos em especial, a exemplo dos desenhos técnicos, teriam contribuído para a "explosão maquinista da cultura ocidental" (CLAVAL, 2007, p. 73). No caso da construção, os mestres pedreiros há séculos trocavam desenhos de arquitetura. Outro fator decisivo para a caracterização da totalidade atual das condições nas quais funcionam as dinâmicas da construção tradicional no território de interesse foi o desenvolvimento das novas mídias, mídias de massa, interativas, da sociedade do consumo, televisão e cultura de massa. Foram por meio destas que os significados da sociedade industrial, mecanicista, passou a influenciar decisivamente os modos de consumo e produção de praticamente todas as localidades da Chapada Diamantina. É possível que, ao mesmo tempo, isso tenha se dado decisivamente em parte significativa do globo.

O território de interesse pode ser considerado uma das regiões consolidadas detentoras de significativos elementos portadores de saberes tradicionais. Enquanto o processo de aprofundamento das relações vinculadas à globalização de atores financeiros e simbólicos

<sup>17</sup> "(...) e muito frequentemente, o termo cultura não designa mais do que estes tipos de produção artística" (CLAVAL, 2011, p. 73).

relacionados ao modelo de produção intensivo se ampliava, a Chapada Diamantina já havia consolidado uma posição de região detentora de significativa estrutura de mão de obra e saberes dedicados aos modelos artesanais. A disputa, no entanto, se daria a partir das forças manufatureiras que haviam se desenvolvido a partir dos conhecimentos tradicionais e que também estavam "familiarizadas com a gestão de empresas através da cultura tradicional" (CLAVAL, 2007, p. 73). Todo conjunto de fatores favorece a expansão dos modelos de produção que se desenvolvem para as bases industrializadas, minimizando o equilíbrio de força da mão de obra baseada nos saberes tradicionais e os trabalhadores desta ordem.

Estas mudanças também teriam sido motivadas pela revolução midiática que se deu a partir da ampliação do uso e acesso aos meios escritos. A reprodução da informação que era feita nas sociedades de matriz oral tinha como base as localidades. A difusão da escrita teria promovido "o fracionamento das práticas e dos saberes da vida cotidiana e da produção" (CLAVAL, 2007, p. 79). A escrita ainda teria a uniformização dos meios produtivos e de vários outros espaços de "intertextualidade, conhecimentos teóricos e científicos, ideologias, filosofias" (CLAVAL, 2007, p. 79-80).

Os fazeres tradicionais do cotidiano dos trabalhadores que realizam atividades características do campo estão em praticamente todas as atividades do dia-a-dia que eram transmitidas por meio da maestria, aprendizagem e por meio da observação. Claval cita os momentos de trabalhar na agricultura, como preparar a terra, distribuir as sementes, cuidar das culturas, lidar com a criação, fornecer alimentação etc. No caso da forjaria, um dos ofícios inventariados no INRC da construção na Chapada Diamantina — saber necessário para a produção e manutenção de ferramentas para o corte de pedras, base para o garimpo e construção em toda a Chapada Diamantina —, é necessário saber como "alimentar o fogo, regular e acionar o assoprador, reconhecer a cor do ferro aquecido no momento de moldá-lo" (CLAVAL, 2007, p. 80). No caso da construção, os saberes de cada etapa se dariam de modo semelhante:

O pedreiro aparelha suas pedras, utiliza o fio de prumo e o nível para levantar muros sólidos, e amassa a argamassa misturando a areia e a cal na proporção certa. O telhador reconhece no golpe de olhos a telha fendida e a descarta. Os gestos e as práticas assim transmitidos são inseparáveis dos equipamentos para os quais foram concebidos e das ferramentas que fazem funcionar. Os gestos que se repetem indefinidamente sem jamais terem sido questionados terminam efetuados maquinalmente. A vida cotidiana é assim toda penetrada de automatismos: não há necessidade de parar para refletir, o que convém fazer é conhecido; a situação pode ser avaliada num golpe de olhos. Os gestos mudam então de sentido. São feitos em um ritmo que é adaptado ao corpo (CLAVAL, 2007, p. 80).

Como as representações coletivas são passadas de um indivíduo para outro pela cultura, "a apreensão do real reveste-se sempre de uma dimensão social: as representações que vêm da coletividade ajudam os homens a estruturar e a pensar em seu meio e a lhe dar um sentido"

(CLAVAL, 2007, p. 81). A partir das representações viriam os agrupamentos de ideias que organizariam o mundo, "a conceitos abstratos, a teorias, que estão, pois, na base do saber. Cada cultura caracteriza-se por um sistema original de representações e de construções intelectuais" (CLAVAL, 2007, p. 81).

Para Claval (2007, p. 82), uma das tarefas da geografia cultural seria apresentar como sistemas de valores são traduzidos "pelas articulações específicas do social". Seriam tentativas de construir a realidade por meio da cultura, abordagens "baseadas na análise dos discursos que dão sua justificativa às categorias e a suas fronteiras. (...) Elas são compreendidas pelos geógrafos tal como as pessoas relatam, e não tal qual são realmente moldadas pelos fluxos de troca e os feixes de relações institucionalizadas" (CLAVAL, 2007, p. 82-83).

No caso da análise das memórias e de suas formas, a ação humana seria fundada sobre o instinto "contextualizado, normatizado e canalizado pela cultura, ela supõe memorização de esquemas de condutas, atitudes, práticas e conhecimentos (...)" (CLAVAL, 2007, p. 83). Muitas vezes as técnicas, os saberes e os ofícios desempenhados exigem o aprendizado de sequências de gestos e a memorização até um nível automatizado, processos que resultam em aprendizado e repetição. A memória que é colocada em prática para a transmissão de uma cultura é realizada por meio da oralidade. O geógrafo soma à memória viva subjetiva, dos reflexos e palavras, as memórias mortas objetivas, ou as formas materiais de ferramentas, edificações e paisagens construídas. Os objetos não seriam apenas "suportes da memória funcional", mas também formas simbólicas (CLAVAL, 2007, p. 84).

Encarando a cultura enquanto conjunto de códigos e de regras, seriam os significados que transmitiriam as informações mantendo-as sob estruturas definidas. No entanto, os códigos não descreveriam apenas os valores existentes, mas também permitiriam a aplicação de novas situações, dado que a continuidade de dada tradição também permite o uso da criatividade. "Os valores encadeiam-se numa construção coerente, porque os elementos que os homens receberam ou imaginaram correspondem a uma certa lógica" (CLAVAL, 2007, p. 99).

Pesquisas como a do INRC-CD nos facilitam a identificação dos elementos e das dinâmicas das estruturas vinculadas ao trabalhos dos mestres e artífices. Apesar de a pesquisa ter identificado mais de mil referências culturais no território de identidade e ter se concentrado nas excepcionalidade daqueles mestres que simbolizavam a situação de desenvolvimento admirável no segmento de atuação do espaço de estudo, tentamos ampliar a importância da economia da cultura da atividade para além da representatividade dos mestres. Isso porque a cultura não somente permitiria distinguir-se por comportamentos excepcionais. Percebermos, no entanto, que aqueles mestres identificados representam referenciais significativos, a exemplo do artesão marceneiro

citado por Claval (2007, p. 104), que "desfrutará quando descobrir, na madeira em que trabalha, as indicações de forma e de textura que darão vida e estilo ao móvel que prepara". Reconhecemos que estas pessoas possuem o "domínio dos aspectos teóricos e normativos da cultura", o que confere "uma autoridade intelectual, artística ou moral" (CLAVAL, 2007, p. 104).

Assim como os produtos de sua obra, cada indivíduo também seria moldado pela cultura à qual tem acesso, aquilo que aprende a fazer, as maneiras de sentir e de ver, intenções, tudo aquilo que é recebido do entorno de vivência ou construído com base nos elementos oferecidos pelo ambiente. A cultura seria o resultado do meio cultural ao qual o indivíduo pertence. Haveria então uma geografia do homem que resultaria da cultura que foi transmitida para cada indivíduo. Esta geografia seria bem mais influenciada pela cultura do que pela herança biológica. O indivíduo reagiria às condições de vida disponíveis, tirando proveito das experiências particulares e coletivas, transmitindo os valores adquiridos aos pares.

A cultura (...) muda mesmo quando as populações que a ela pertencem acreditam que esteja congelada. Nas sociedades que concebem sua cultura como um todo já constituído, as incitações a inovar são fracas e as mudanças de paradigma são mal vistas. As condições são diferentes nas sociedades abertas: elas aceitam se transformar e acreditam na história (CLAVAL, 2007, p. 107).

A capacidade de inventar e difundir inovações não se explicaria somente pelos níveis de diferença e densidade dos fluxos informacionais recebidos. As inovações seriam uma função da cultura que contribuiriam para promover transformações e "refletem a maneira como os homens concebem seu papel e o futuro da sociedade onde vivem" (CLAVAL, 2007, p. 81). O problema da desterritorialização dos saberes tradicionais na Chapada Diamantina não seria das inovações, mas sim dos atores que têm suas atividades baseadas no modelo capitalista mais intensivo, que exercem temporalidades inadequadas ao tempo do meio ambiente das localidades e diferentes daquelas tradicionais e esgotam os recursos disponíveis, extinguindo qualquer possibilidade de permanência dos saberes localmente desenvolvidos.

## ***2. Contexto dos territórios da Chapada Diamantina e Morro do Chapéu***

*Eu aprendi com meu irmão também. Eu acho que já está na genética, porque os meus avós já faziam isso. Tudo eram fazedor de telha.*

Mestre oleiro Robson

Após organizar os conceitos adotados é importante dar continuidade ao trabalho de associação das categorias de análise com os processos de formação territorial da Chapada Diamantina e de Morro do Chapéu para, posteriormente, analisar a evolução das categorias — função, forma e estrutura — que interessam para compreender os processos de destaque da pesquisa. Um aporte interessante para o exercício teórico de compreensão da relevância das atividades econômicas vinculadas ao patrimônio cultural imaterial na Chapada Diamantina é a caracterização daquilo que o historiador Erivaldo Fagundes Neves, da UEFS, cita como regionalização econômica em estudo preliminar para o INRC-CD.

Organizando os resultados da pesquisa, destacamos a importância dada ao tema da regionalização, enquanto resultado das relações de poder estabelecidas, diferenciando quem domina de quem é dominado e os espaços nos quais emanam as forças de dominação para as áreas dominadas. A Chapada Diamantina teria decorrido das “diferenciações espaciais e sociais que hierarquizaram os poderes e estratificaram a sociedade” (NEVES, 2015b, p. 2). Para o autor:

A identificação e descrição dessa regionalização exige o confronto de alteridades, diversidades, modos de pensar, sentir e agir, na análise socioeconômica e, contemporaneamente, a confrontação de novas categorias analíticas como invenção, análise do discurso, poder simbólico, estereótipo, tomadas de empréstimo de outros campos do conhecimento (NEVES, 2015b, p. 2).

Na nossa pesquisa, estes elementos contribuíram para esboçar aquilo que vislumbramos como totalidade da formação territorial e dos espaços da Chapada Diamantina e de Morro do Chapéu, que ajudam a traçar aquilo que chamamos de territorialidades. Neves relaciona diretamente a regionalização à formação de uma identidade territorial baseado na organização de referenciais

teóricos da egressa do programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da UFBA, Claudia Pereira Vasconcelos. A pesquisadora, na busca por compreender o processo de construção da chamada identidade cultural baiana, a fim de relacioná-la com aquela que também se constituiria como uma identidade da sertanidade, ou identidade sertaneja, utiliza os conceitos de estereótipo do autor anglo-indiano Homi Bhabha e os conceitos de poder simbólico e de região, descritos por Pierre Bourdieu (VASCONCELOS, 2015, p. 25).

A questão da diferença “a partir da construção do estereótipo no discurso colonial” (VASCONCELOS, 2015, p. 25), para Bhabha, seria uma estratégia do poder discriminatório, estabelecido entre colonizador e colonizado. Compreender o discurso colonial como aparato de poder faria voltar a atenção às estratégias de “reconhecimento e a negação das diferenças raciais/culturais/históricas” (BHABHA, 1992, p. 184). O objetivo do discurso colonial se concentraria em “construir o colonizado como uma população de tipo degenerado, tendo como base uma origem racial para justificar a conquista e estabelecer sistemas administrativos e culturais” (BHABHA, 1992, p. 184).

Para o autor, no entanto, “apesar do jogo no sistema colonial, que se torna crucial para o exercício do poder” (BHABHA, 1992, p. 184), as práticas e discursos contrários não podem ser apenas lidos baseados na oposição às estratégias do colonizador. “Um discurso anticolonialista requer um elenco alternativo de perguntas, técnicas e estratégias no sentido de construí-lo” (BHABHA, 1992, p. 184).

Podemos dizer, então, que aquilo que constitui o sujeito no discurso colonial são suas posições ambivalentes em relação à diferença, o constante conflito entre o reconhecimento e a recusa simultânea da diferença, o que é considerado por Bhabha como a principal estratégia de dominação do poder colonial, exercida em relação ao estereótipo (VASCONCELOS, 2015, p. 27).

A alternativa proposta por Bhabha é afirmar o colonizado como elemento atuante em vez de vítima ou objeto da construção do estereótipo como estratégia do poder discriminatório e, assim,

compreender o discurso do estereótipo através dos processos de subjetivação, com suas múltiplas relações de poder (...). A discussão sobre o conceito de estereótipo proposto por Bhabha como estratégia de poder na construção do discurso colonial interessa aos efeitos de discutir a reprodução dessa lógica discursiva no âmbito nacional (Brasil), regional (Nordeste), e estadual (Bahia). Esse procedimento visa a perceber quais os efeitos dessas disputas identitárias internas, na tentativa de impor uma representação hegemônica (VASCONCELOS, 2015, p. 27).

Da mesma forma, é importante para nossa pesquisa discutir a lógica discursiva colonialista em escala territorial e municipal, no caso da Chapada Diamantina e Morro do Chapéu, respectivamente. Isso porque a maior parte das referências em texto disponível sobre ambos territórios de interesse foi produzida por autores vinculados aos grupos identificados com as classes

sociais hegemônicas. Por outro lado, os relatos de trabalhadores que apoiam a construção discursiva presente nos capítulos seguintes nos permitem considerar valores que foram transmitidos de geração a geração por meio da oralidade, fonte de informação que pode nos ajudar a evidenciar a situação de vida das categorias historicamente oprimidas nos territórios.

Já o conceito de poder simbólico organizado por Pierre Bourdieu vem de um “estado de campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro” (BOURDIEU, 1989, p. 7). Para Bourdieu (1989, p. 7) seria necessário verificar as estruturas nas quais o poder simbólico “é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Os sistemas simbólicos, instrumentos de conhecimento e comunicação, poderiam fazer funcionar relações de poder de modo estruturante, capaz, assim, de construir a realidade para dada sociedade. Ao utilizar a análise do sociólogo Émile Durkheim, Bourdieu (1989, p. 10) oferece ao antecessor o mérito de “designar explicitamente a *função social* (no sentido estrutural-funcionalista) do simbolismo, autêntica função política que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas”.

Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social” (...): enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...), eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição para a integração “moral” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Ao tratar das produções simbólicas como instrumentos de dominação, Bourdieu (1989, p. 10) relaciona a tradição marxista de privilegiar as funções políticas dos “sistemas simbólicos” em “detrimento de sua estrutura lógica”. O funcionalismo do filósofo alemão explicaria as produções simbólicas “relacionando-as com os interesses das classes dominantes” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (...); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Isto é, a cultura dominante utiliza diversas ferramentas do campo da comunicação para promover a união dos atores pertencentes à classe detentora e, ao mesmo tempo, separar de sua estrutura aqueles indivíduos que pertencem a outro nível social. Isso faz com que a cultura dominante, tomada como referência para as demais culturas sirva como medida para estabelecer o nível de diferença entre os demais elementos ou classes culturais.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim (...) para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Ainda para Bourdieu, as diferentes classes e subclasses estariam imersas numa constante disputa para fazerem valer o mundo das relações sociais de acordo com os interesses de cada grupo. A dimensão da tomada de decisões ideológicas reproduziriam de forma transformada o campo de disputas sociais. As disputas se dariam de forma direta por meio dos conflitos simbólicos vinculados às relações sociais do cotidiano, “por meio da luta travada por especialistas da produção simbólica (...) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (...), do poder de impor (...) instrumentos de conhecimento e de expressão (...) arbitrários (...) da realidade social” (BOURDIEU, 1989, p. 11-12).

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou 'intelectuais' e 'artistas', segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Ao apoiar-se na obra do sociólogo, Claudia Vasconcelos (2015, p. 28) conclui que o conceito contribuiria para analisar as relações de poder necessárias à compreensão dos significados do mundo e que estariam presentes em todas as relações sociais. O poder simbólico atuaria no imaginário das pessoas com o objetivo de construir a realidade, se utilizando de estruturas simbólicas que reproduzem valores de grupos dominantes como verdades. Seria, então, através de um sistema legítimo de educação e transmissão do conhecimento que se estabelece “um sentido homogêneo de mundo, no qual os interesses de alguns poucos aparecem como interesses gerais. Essa situação gera uma integração fictícia da sociedade, possibilitando o estabelecimento e a manutenção de uma determinada ordem social” (VASCONCELOS, 2015, p. 28).

As estruturas simbólicas de diferenciação social operariam em conjunto com as dimensões de disputas pelo protagonismo do discurso científico e comunicacional. Bourdieu seria um dos que utilizariam as ideias de centro e periferia para analisar de maneira crítica e discutir o conceito de região. A ideia de região aqui também nos interessa pelo fato de o conceito ter subsidiado a popularização da área contígua às serras do Sincorá, do Tromba, do Tombador e do Assuruá enquanto Chapada Diamantina. Mas anotamos que o conceito de território simbólico torna mais



adequada a análise de nosso objeto.

Esse subsídio se deu muito em função dos investimentos realizados nas últimas décadas, em especial, em favor do turismo, atividade que se deu por influência das classes sociais interessadas nos investimentos públicos e privados que passaram a ser revertidos para a região. Isso ocorreu em virtude da aplicação de ações públicas normativas dos campos do patrimônio cultural material, a exemplo dos tombamentos dos sítios urbanos de alguns municípios como bens culturais nacionais; e do ambiental, em virtude, principalmente, da criação da unidade de conservação ambiental do PNCD.

Uma das figuras mais engajadas dos movimentos culturais desde os tempos anteriores à tentativa de forjar o título de Chapada Diamantina para a região, a fotógrafa e militante cultural, Iêda Marques, idealizadora da estética visual incorporada ao INRC da construção tradicional no território afirma a identidade sertaneja como a principal característica de toda aquela área. A divulgação da marca “Chapada Diamantina” por meio da comunicação e a adoção do termo se deu em especial pelas classes dominantes interessadas em atrair os investimentos financeiros para o turismo ou por aqueles atores dedicados na inversão de recursos em modelos de produção extensivos para aquelas atividades que já eram produzidas por meio do modo tradicional na região. A exceção é a mineração, que teve as atividades praticamente suspensas com o advento da presença coercitiva dos órgãos de garantia ao cumprimento das normas ambientais – presença esta que, conforme será visto, também afeta o setor da construção tradicional.

Para Erivaldo F. Neves, o sertão seria uma concepção espacial dupla “de interior e social de semiárido, com transcendência de qualquer delimitação” (NEVES, 2015b, p. 3). Para ele, o conceito traria noções que o distanciam do envolvimento com o poder público, além de envolver um campo semântico ligado a diversas relações de poder. Erivaldo associa o sertão aos conceitos de semiárido e pecuarista, sendo apresentado por uma percepção espacial e social. Neste último caso, ele dá a característica de pouco povoado, apesar de sabermos que o Nordeste brasileiro é compreendido como a região semiárida relativamente mais povoada do mundo, de acordo com o geógrafo Aziz Ab’Saber.

A valorização do termo vinculado ao aspecto geográfico também é uma forma de restringir processos de valorização da identidade sertaneja, ou da sertanidade, na região. Este processo ganhou ainda mais força conforme avançaram as medidas para promover o estabelecimento de uma organização administrativa territorial para todo o Estado da Bahia, com a adoção da escala para a gestão pública, apoiada na definição dos territórios de identidade.

## 2.1 Primórdios da colonização em Morro do Chapéu

Os estudos sobre a função da área de Morro do Chapéu estimada pelos povos originais só permitem estabelecer relações com os discursos pictóricos desenhados na forma de pinturas rupestres que, de acordo com os especialistas em arqueologia que atuam na região, possuem diferentes significados. Há relatos imagéticos de aprisionamento de animais, por exemplo, que remetem aos primórdios daquilo que poderia ser estabelecido como atividades de captura e manejo de grupos de outras espécies.

Estas funções podem representar formas primitivas de relações de troca e de funcionamento destes grupos organizados. Não necessariamente estes grupos habitavam os lugares do território atual da Chapada Diamantina de forma permanente. A maioria dos grupos das nações originais que circulava pela área efetivava maior tempo de presença no litoral. É notório que estas nações passaram a ocupar mais efetivamente a área considerada atualmente como sertão a partir da chegada dos colonizadores.

As marcas da ocupação humana na Chapada Diamantina datam de milhares de anos e estão impressas nas rochas na forma de pinturas rupestres. Centenas de localidades do território possuem sítios arqueológicos, tornando a Chapada Diamantina um território representativo do Estado no campo arqueológico. Atividades do projeto de pesquisa Bahia Arqueológica, vinculado à UFBA e a outras universidades, com financiamento da Fapesb (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia), realizadas em Morro do Chapéu por arqueólogos identificaram durante escavações em um dos principais sítios rupestres do município duas fogueiras próximas uma da outra. Baseado em análise de laboratório para a medição da data em que as fogueiras foram realizadas, a partir dos fragmentos de carvão coletados, estimou-se que uma teria sido feita há aproximadamente 2.500 anos e outra 990 anos.

A análise dos resíduos representa o período extenso de tempo no qual as comunidades pré-colombianas possivelmente frequentaram aquele lugar, “dois momentos de ocupação bem diferenciados no tempo e no conteúdo cultural” (ETCHEVARNE; FERNANDES; BEZERRA, 2015, p. 64).

A serventia da agricultura para os povos originais que cultivaram os primeiros espaços destinados a esta função espacial também promoveu o abastecimento alimentar dos núcleos de habitantes. É provável que as primeiras atividades agrícolas e de aprisionamento de animais na Chapada Diamantina remetam à pré-história, dadas as formas e evidências deixadas pelo homem no território, registradas nos sítios rupestres e arqueológicos. Os sinais de habitação de alguns grupos de caçadores coletores e horticultores pré-coloniais (ETCHEVARNE et al., 2015, p. 16) em

algumas destas localidades podem datar de milhares de anos<sup>18</sup>.

As representações mais antigas existentes no território fazem menção à captura de animais e coletas de frutos. As representações simbólicas do reconhecimento humano à importância de gêneros alimentícios específicos pode ser identificado também a partir dos indícios de representações de plantas de mandiocas (ETCHEVARNE et al., 2015, p. 23). Do mesmo modo, também registra-se na Chapada Diamantina vestígios do artesanato de origem indígena relacionados à cultura agrícola (ETCHEVARNE et al., 2015, p. 24).

Assim, o território é reconhecidamente um espaço que oferece condições e recursos necessários à ocupação e ao desenvolvimento humano. Há séculos a oferta de energia já atraía indivíduos que buscavam satisfazer as vontades, além de possibilitar o consumo e a produção de alimentos. Tomando o espaço como uma dimensão da realidade, compreendemos ser importante resgatar a história do território considerado relacioná-la enquanto um processo, na busca pela gênese de “conjuntos espaciais contemporâneos” (MORAES, 2000, p. 21).

Podemos dizer que desde a pré-colonização as funções necessárias para a sobrevivência dos povos originais estavam baseadas em dimensões simbólicas da vida. A relação do espaço e do tempo, ponderando as possíveis características da dedicação da energia vital ao trabalho necessário à permanência na materialidade, envolvia o contato individual e coletivo com o imaterial. Essa dimensão criativa da constante necessidade de resolver desafios simples e complexos à vivência e à sobrevivência no espaço estava toda baseada nos saberes mantidos pelos grupos de diferentes formas. Podemos sugerir que as distintas formas pré-capitalistas de promover as trocas de experiências e produtos no espaço considerado aconteceram de maneira rizomática na essência, mas a influência do modelo capitalista passou a querer exercer a primazia de forma gradual a partir das dinâmicas promovidas pelos processos colonizatórios.

Diante das fundamentações e da pesquisa realizada, consideramos que as dimensões criativas relacionadas ao trabalho com as atividades que identificamos como economia do patrimônio cultural imaterial, baseada nos saberes e fazeres tradicionais, continuam ativas e influentes. A disputa com o modelo de produção capitalista extensivo se dá, sobretudo, por meio de conquista de territórios a favor deste segmento no aspecto material. No entanto, a esfera discursiva de manipulação da opinião pública talvez seja o campo de batalha mais ativo pelo qual se especula uma pretensa necessidade de substituição dos modelos tradicionais de produção.

É importante considerarmos a capacidade de reprodução do poder do capital financeiro a partir da apropriação direta e indireta de espaços físicos, mas também precisamos nos atentar às

---

<sup>18</sup> Há indícios de que os espaços de ocupação de grupos de origem europeia tenham suplantado aqueles escolhidos pelos coletores hortícolas pré-coloniais limitando os registros de evidências da existência de grandes aldeias na Chapada Diamantina (ETCHEVARNE et al., 2015, p. 17).

disputas discursivas que estão acontecendo nas dimensões simbólicas das relações de trabalho. A situação se torna preocupante a partir da capacidade de reversão de capitais produtivos de grupos favoráveis ao estímulo geral de dinâmicas extensivas baseadas na falta de regulamentação do uso de substâncias perigosas, por exemplo. Mas nem sempre a relação de exploração se dá de modo tão evidente, sendo necessário utilizarmos exemplos específicos locais para dar conta de verificar como modelos de negócios contraditórios para o desenvolvimento dos conhecimentos dos trabalhadores detentores dos saberes tradicionais se apropriam dos valores simbólicos produzindo um novo discurso e corrompendo os significados.

Mesmo tendo que enfrentar concorrentes cada vez mais poderosos que recebem estímulos, entre outros atores, do poder público em diferentes níveis, muitos dos saberes tradicionais ainda são praticados por uma parte significativa da população, detentores dos valores simbólicos. Isso nos inspira a descobrir as origens das formas de transmissão destes saberes e em quais condições eles se desenvolveram ao longo da história no espaço considerado. São dimensões criativas pelas quais aconteceram diversas dinâmicas sociais, políticas e econômicas e que agora têm de enfrentarem diversos desafios para continuarem existindo de maneira significativa. Até porque a alternativa imposta parece representar a falência permanente dos lugares em pouco tempo. Por isso, a importância de evidenciarmos como a situação atual foi construída, na busca de analisar o máximo possível da totalidade dos processos.

É possível verificar que desde o início do processo de formação territorial da Chapada Diamantina e de Morro do Chapéu a função da pecuária representava o eixo pelo qual se desenvolviam as relações econômicas, políticas, sociais e simbólicas. Os ofícios da agricultura e da construção tradicional apoiaram diretamente este processo, o primeiro desenvolvido “à sombra dos ‘currais’, devido à grande distância que separava aquela zona do litoral” (ANDRADE, 1998, p. 174) e o segundo permitindo a fixação do homem no interior. Os três ofícios citados, possivelmente, eram exercidos muitas vezes pelos mesmos indivíduos. Sendo que o ofício mais exaltado era o do vaqueiro, que estava submetido às ordens dos grandes fazendeiros, na condição de subalterno.

O ofício do vaqueiro é o único que possui registro enquanto bem imaterial reconhecido por alguns dos órgãos públicos responsáveis pelo patrimônio cultural, no caso o Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPAC). Algumas comunidades do território participaram das pesquisas do processo do registro (BAHIA, 2013a), a exemplo da comunidade de Barra, em Morro do Chapéu.

A ascensão à atividade garimpeira desenvolve-se em substituição a da pecuária na região a partir do século XIX. Da mesma forma, a origem dos atores indutores do processo econômico e político que se dá a partir da exploração de pedras e metais preciosos, altera-se da colônia para outros países em processo de industrialização, representados pelos comerciantes, na maioria

franceses. O monopólio do poder dos grandes fazendeiros é substituído pela influência dos representantes comerciais que atuavam na região. As atividades de agricultores e construtores são incrementadas a partir da intensificação da movimentação financeira que o processo desencadeia.

De acordo com o político local e cronista, Jubilino Cunegundes, enquanto os fazendeiros da pecuária viviam em casas de tijolos cobertas por telhas em Morro do Chapéu, os vaqueiros viviam em casas de taipa coberta de sapé (CUNEGUNDES, 1981, p. 103).

Apesar da dificuldade em identificar de forma evidente a origem dos valores monetários que passam a influenciar a produção espacial dos lugares e que perpetuam na materialidade os significados relacionados, cremos ser possível verificar a atuação daqueles elementos que evidenciam os valores estéticos no fazer. É o caso daqueles atores que lidam diretamente com o uso das diversas matérias-primas, consideradas energia para a permanência do espaço construído.

Em Morro do Chapéu, a oferta de água, condição fundamental para a realização de qualquer dinâmica vital e que passa a ser fonte de disputas no processo de adensamento do sertão, ofereceu condições vantajosas àqueles que se instalaram nas margens dos rios para trabalhar com o gado, favorecendo também a produção agrícola. A desapropriação do acesso à água deixou as populações originais descontentes, o que motivou numerosos conflitos ao longo dos primeiros séculos de colonização.

Considerando que a Chapada Diamantina possui as terras mais altas do Nordeste brasileiro e a ocorrência de outros planaltos de altitude, é importante considerar que algumas áreas amplas destas estão no território de Morro do Chapéu. O município era um dos principais núcleos populacionais ponderáveis que foram instalados e se desenvolveram na “área do sertão de cima” (MORAES, 1963, p. 15) durante o século XVIII. O sertão de cima é um termo utilizado, possivelmente, para diferenciar a área alta do sertão do restante da região. Além de parte significativa da área baiana maciça da cordilheira do Espinhaço, a Chapada Diamantina incluiria a região do piemonte e a área conhecida como Chapada Velha, a oeste, no limite com o rio São Francisco.

Morro do Chapéu é tida como uma das “grandes fazendas pecuaristas desses sertões, adquirida de herdeiros e sucessores de Antônio Guedes de Brito” (NEVES, 2015b, p. 5), que foram divididas posteriormente. “As fazendas que se conservaram na posse dos Guedes de Brito transferiram-se para os Saldanha da Gama e foram inventariadas no espólio do conde da Ponte, em 1832” (NEVES, 2015b, p. 5). Uma grande área que incluía Morro do Chapéu, além de quase todo o sertão de cima, foi adquirida por procuradores regionais que, posteriormente, venderam os sítios para os “respectivos arrendatários, com os pagamentos em parcelas anuais” (NEVES, 2015b, p. 7).

Já a agricultura, estimulada pela Revolução Industrial, fez o cultivo do algodão desenvolver-

se em alguns lugares da região, mas a cultura não teria suportado “a concorrência da cotonicultura norte-americana e entrou em declínio a partir de 1830, época em que o abastecimento dos garimpos das serras do Assuruá, de Jacobina, de Morro do Chapéu e de Morro do Fogo favoreciam a expansão da pecuária” (NEVES, 2015b, p. 7).

No município de interesse da nossa pesquisa, a existência da serra do Tombador rendeu fortunas aos comerciantes de carbonado, conhecido vulgarmente como diamante negro, utilizado em larga escala na indústria. Quando o mineral passou a ser sintetizado em laboratório os valores de mercado caíram, levando a obsolescência dos garimpos dedicados ao mineral na região.

O garimpo de diamantes teria começado em Morro do Chapéu em 1841 e durado até 1932 (ROCHA; PEDREIRA, 2009). A Vila do Ventura, distrito mais próspero do período diamantífero do município, possuía milhares de habitantes na época. Durante período significativo do auge da exploração de minérios na Chapada Diamantina, os caminhos que ligavam a vila à sede de Lençóis permaneceram com o maior nível de circulação de mercadorias, pessoas, entre outras formas, em todo o Estado. Após o período, o lugar entrou em colapso até o quase total abandono.

Os fluxos de mercadorias e pessoas nos trechos baianos do caminho que ligava o sertão baiano até Minas Gerais, atravessando a Serra do Sincorá, passavam pela vila de Ventura e se intensificaram após 1839, quando se descobriu diamantes num lugar próximo à cidade de Gentio do Ouro (BA), na Chapada Velha. As primeiras descobertas foram superadas pelos achados em outros rios da região, especialmente onde se localizam as cidades de Lençóis e Mucugê (BA) e no Ventura (CUNEGUNDES, 1981, p. 37).

As serras de Morro do Chapéu nas quais foram instalados os garimpos passaram a ser mais valorizadas que as áreas aptas ao desenvolvimento da pecuária. Grandes propriedades teriam sido fragmentadas em virtude de más administrações ou por divisão sucessória. As terras “fragmentadas e na sua maioria com pastagens degradadas, foram compradas pelos emergentes enriquecidos pelo garimpo” (SAMPAIO, 2009, p. 94). O grupo político decadente dos pecuaristas se afastou para as áreas do município que tinham vocação exclusiva de agricultura. Estes proprietários teriam abandonado as fazendas e as pastagens e construções se degradaram (SAMPAIO, 2009, p. 95), situação que se intensificou com a seca de 1898 a 1900.

Vê-se no processo de desvalorização das terras agricultáveis e valorização dos sítios nos quais era possível garimpar a inversão entre a lógica da possibilidade de rendimento oferecido pela produção nos tempos agrícola e mineiro. No caso, este último permitia processos individuais de rentabilização mais dinâmicos, apesar de menos comuns, coisa que a estrutura na qual acontecia a economia da agricultura não permitia. De todo modo, no caso da agricultura, a possibilidade de ascensão estava diretamente relacionada à propriedade da terra, fator que era incomum e segue

sendo limitado.

As vias terrestres no território de Morro do Chapéu, formas espaciais, se desenvolveram a partir da intensificação das funções espaciais em diferentes localidades, conforme a estrutura produtiva se diversificava. As estradas vicinais de terras se ramificaram conforme as fazendas foram divididas e novas moradias surgiram. Outros caminhos, a exemplo dos trechos das estradas boiadeira e real que atravessavam o município, praticamente desapareceram. A precariedade das vias de circulação de pessoas e de mercadorias, evidenciada na desmaterialização da falta de estradas, é considerada como um dos “maiores e mais tradicionais obstáculos do desenvolvimento socioeconômico dos sertões da Bahia” (NEVES, 2015b, p. 5) desde a colonização.

O relatório final do INRC-CD apresentou um mapa daquelas atividades econômicas que se desenvolveram na área considerada atualmente como Chapada Diamantina entre os séculos XVII e XX. Os dados são referentes às pesquisas documentais realizadas durante o projeto e não considera outras atividades realizadas na região no período, a exemplo da extração de madeira. A figura pode ser observada a seguir.

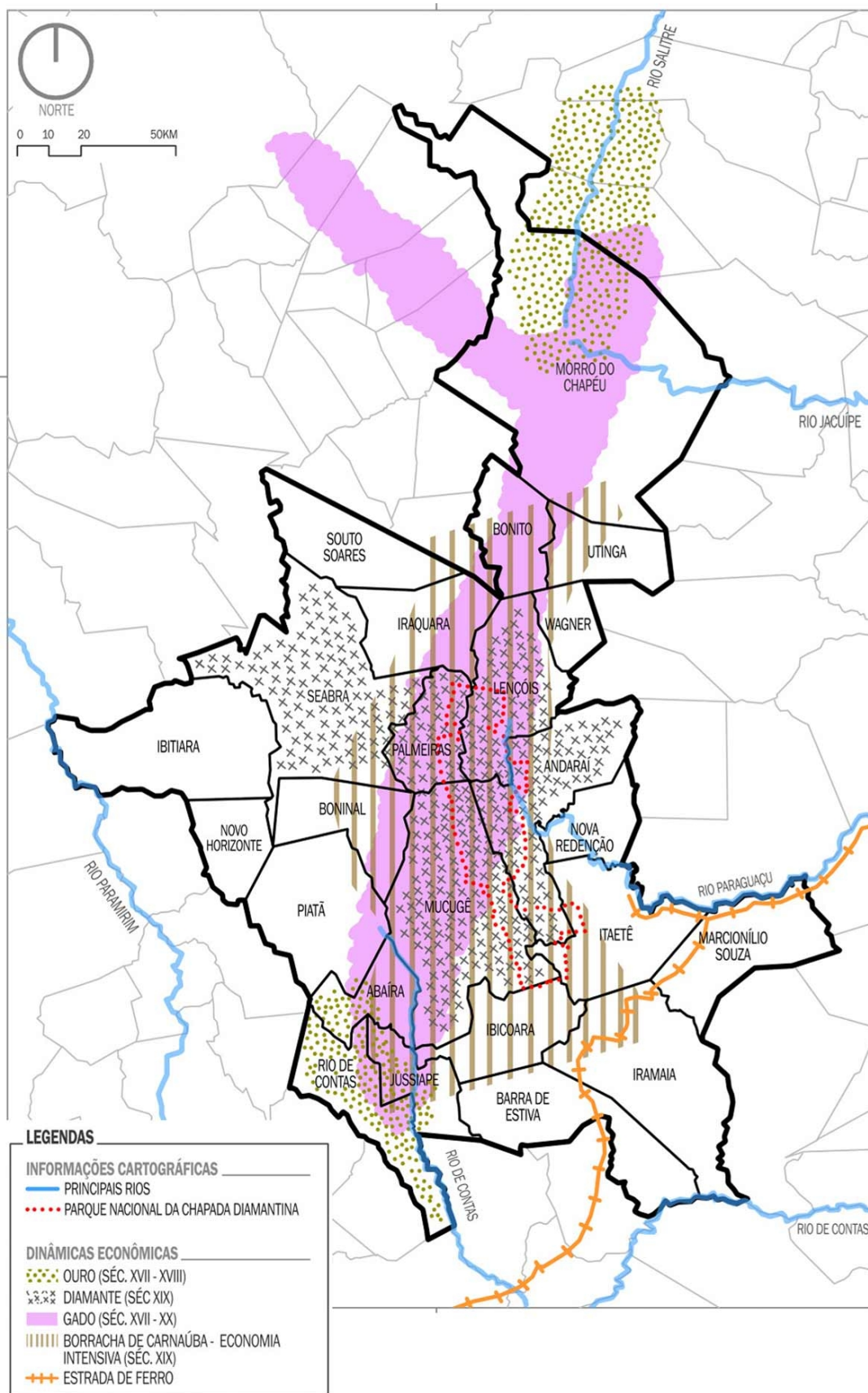


Figura 3: Mapa do contexto histórico-econômico do território da Chapada Diamantina entre os séculos XVII e XX. Fonte: IPHAN, 2015c.



### 2.1.1 Condições históricas de trabalho nos ofícios tradicionais

Compreendemos as condições de atuação dos trabalhadores e as relações de trabalho como os elementos mais importantes da economia, por isso são aqueles aos quais dedicaremos mais atenção, tanto na análise histórica, quanto para a pesquisa da representatividade das atividades de mestres e trabalhadores para o campo da economia do patrimônio cultural da Chapada Diamantina. A historiografia disponível nos permite considerar que a organização do trabalho após a proibição legal da exploração do trabalho escravo, mantinha o jagunço na base da pirâmide social. As funções que executava poderiam ser de “fazendeiro e vaqueiro ou meeiro, minerador e garimpeiro, comerciante e diarista, tropeiro e arrieiro, bacharel e funcionário” (NEVES, 2015b, p. 8). O coronel era o elemento político do topo da pirâmide.

Precisamos associar aqui diretamente as dimensões políticas às econômicas para melhor compreensão das formas de organização e das condições às quais estavam expostos os trabalhadores. A estrutura dos poderes locais nos municípios do sertão, seja nos distritos ou povoados, é relacionada à hierarquia de postos de comando da Guarda Nacional. As linhas de frente destes grupos armados nos momentos de combates eram os trabalhadores, transformados em jagunços.

Os fatores que definiam as possibilidades de mudar de classe social eram basicamente políticas ou sociais, a exemplo do nível escolar e do grau de parentesco. Casamentos entre membros da mesma família permitiam, por exemplo, a reanexação de terras divididas por sucessão hereditária. Os filhos das famílias ricas garantiam a participação e a influência na administração pública a partir do acesso e frequência às instituições de ensino. As relações de compadrio estabelecidas por meio do apadrinhamento de descendentes das classes menos favorecidas pelos indivíduos das oligarquias também determinavam vínculos de solidariedade.

Até meados da década de 1860, o garimpo de diamantes manteve aquecida a economia das regiões baianas sertanejas influenciadas pelas atividades que aconteciam, em especial, nas serras do Sincorá e do Tombador. O recuo do fluxo de dinâmicas relacionadas à mineração que acontecia nas dimensões que envolviam os elementos físicos e imateriais do espaço em questão fizeram dinamizar outras estruturas da região.

O processo teria feito a população gradualmente passar a se dedicar às atividades na agricultura diversificada que se estabelecia após a atividade superar a função de abastecer apenas o serviço nos garimpos. A pecuária caracterizada pelos pequenos espaços de criação também passou a se desenvolver, alterando também a função da atividade para a região. Enquanto a agricultura desempe-

nhou papel estratégico até atingir o status de principal ocupação dos trabalhadores na região, a função da pecuária superou a função de gerar a maior parte da renda, concentrada nas mãos dos coroneis e passou a ser utilizada como fonte de recursos e abastecimento para a subsistência dos trabalhadores no campo.

Entre as alterações das estruturas das atividades econômicas após o declínio da atividade garimpeira e a proibição legal da escravidão, Neves (2015b, p. 13-14) sugere que os fazendeiros substituíram os senhores escravistas. Do mesmo modo, pequenos agricultores autônomos sucederam os garimpeiros, e as funções anteriormente exercidas pelas pessoas escravizadas foram ocupadas por meeiros e diaristas, que vendiam a própria força de trabalho ou, eventualmente, conseguiam pagar a mão de obra de outros trabalhadores.

O consultor do INRC-CD utiliza o argumento da característica transitória da ocupação espacial dos trabalhadores que chegavam às lavras diamantinas para tentar a sorte com o garimpo para explicar a escassez de sinais de edificações dos períodos áureos da atividade na região (NEVES, 2015b, p. 14). Na busca de enriquecer ou se ver obrigado a migrar para outras localidades mais prósperas, os trabalhadores permaneciam precariamente na maior parte dos lugares nos quais passavam. As edificações com nível de permanência mais significativo começam a marcar as formas do espaço embrionário urbano, em especial, a partir do investimento dos autointitulados donos das serras, os comerciantes de pedras e outros indivíduos com maior nível de influência na estrutura decisória da sociedade da época.

Há uma série de outras formas edificadas características de alguns municípios que herdaram marcas evidentes da cultura garimpeira em variados aspectos, além de todas as alterações de nível geológico produzidas pelas ações dos garimpeiros. Neste caso, os espaços de garimpo, os desvios dos cursos de rios, a lavagem de extensas áreas e o conseqüente assoreamento de extensas áreas contíguas aos rios são algumas das evidências materiais atuais do trabalho da mineração artesanal. No outro caso, algumas das formas significativas são aquelas dos muros de pedra seca que dividem longas áreas, marcos dos limites de garimpos na serra, ou para garantir o confinamento e a passagem do gado, encontrados em todo o país como evidência do período colonial. Alguns destes muros sobem planos inclinados de morros até perderem-se à vista de quem admira a paisagem ao sopé das montanhas.

Quanto às moradias dos senhores pecuaristas, as edificações apresentavam um nível de permanência mais prolongado. Estas construções eram edificadas a partir de técnicas que permitiam maior tempo de existência até o arruinamento pelo abandono e falta de manutenção. A taipa era a principal técnica utilizada, mas empregada de forma que permitia maior duração, ao contrário da forma utilizada para obter uma temporalidade inferior, como era o caso das edificações realizadas

para a moradia de vaqueiros e escravos, estas ainda mais vulgares. No caso das edificações mais resistentes, eram utilizadas as fundações de pedras e tijolos de barro cru.

Erivaldo Fagundes Neves (2015b, p. 14) dedica a raridade das evidências na atualidade de edificações do século XVIII na região à “dificuldade de se obter o material de construção, insegurança social” ou “falta de pertencimento ao meio”. São também raros os remanescentes das edificações do período fabricadas com material mais resistente, como os blocos de barro cru, ou adobe, e fundação de pedra, que depois seriam as técnicas pelas quais se realizaria praticamente a totalidade das edificações dos centros urbanos das cidades do alto sertão. “Somente quando se consolidou a ocupação econômica surgiram as rudes olarias e as edificações sólidas” (NEVES, 2015b, p. 14). De acordo com o autor, é possível observar “no processo de urbanização posterior, diferenças regionais no desenvolvimento da construção de moradias” (NEVES, 2015b, p. 14).

em Jacobina e Rio de Contas (...) as construções apresentam paredes de adobes ou pedras, em geral caiadas. Os sobrados seriam quase sempre do século XIX. Nas Lavras Diamantinas, cujos núcleos urbanos formaram-se no século XIX, os sobrados seriam exceções. Encontram-se com maior frequência em Lençóis, onde um rápido crescimento demográfico e a escassez de terrenos planos teriam favorecido o aparecimento de lotes estreitos e construções assobradadas. Há que se levar em consideração também o poder aquisitivo dos senhores desses sobrados de Lençóis e de outras cidades diamantinas. Esses também corresponderiam à necessidade do sistema (...) dos garimpos de diamantes, (...) no qual 'capangueiros' e 'fornecedores' necessitavam de uma loja junto de residência, para a realização dos seus negócios de 'pedrista' (...) (NEVES, 2015b, p. 14).

A situação à qual os garimpeiros estavam submetidos faziam-nos viverem em moradias ordinárias nos arredores das cidades e dos distritos nos quais havia exploração de minérios. Havia aqueles que, sem sucesso, eram obrigados a habitarem em “locas”, ou lapas, preparadas com fechamento da parte externa em pedra seca, sem argamassa, localizadas nas proximidades das áreas de garimpo. Estes espaços podem até hoje ser observados ao longe nas serras nas proximidades das localidades nas quais a mineração artesanal prosperou.

A estrutura econômica que caracteriza a Chapada Diamantina atualmente passou gradualmente a orientar o modelo de negócios na região a partir da segunda metade do século XIX. Além das atividades econômicas tradicionais de interesse desta pesquisa, teve protagonismo a economia de serviços que havia se iniciado com o comércio e ampliado para outros setores (NEVES, 2015c, p. 3). Teriam se estabelecido na região, a partir de então, “lojas, vendas, armazéns, feiras livres semanais e vendedores ambulantes, denominados de mascates” (NEVES, 2015c, p. 3).

Os centros comerciais das microrregiões e as demais cidades que formam o território da Chapada Diamantina passaram a receber instalações de uma série de empresas, a exemplo de bancos, comércio varejista, serviços de diversos tipos, entre outros. Além disso, as estruturas de outra série de órgãos públicos são instaladas na região, a exemplo das áreas de justiça, saúde,

educação, desenvolvimento agrário, autarquias das áreas de transporte, da polícia, empresas distribuidoras de água e energia elétrica, enfim. As empresas e autarquias necessárias para lidar com a complexidade de demandas geradas pela ocupação gradual de novas localidades e a chegada de atores cujas necessidades inéditas exigiam a criação de novas formas de atendimento.

Assim, a maior parte dos espaços da região é representada pela influência dos elementos da estrutura econômica que produziram uma identidade laboral específica, baseada nas atividades aqui descritas como dinâmicas importantes para a formação territorial. A ascensão de setores como o de serviços aconteceu ao tempo da consolidação da agricultura, da pecuária e da construção civil, segmento cujas dinâmicas se desenvolveram durante a ocupação, mas que se tornou mais intensivo conforme os rendimentos produtivos localmente passaram a ser revertidos para a região. O modelo da estrutura econômica só foi alterado de maneira significativa no final do século XX, com o estímulo a novas atividades econômicas pelo poder público e iniciativa privada, a exemplo do turismo e da produção de energia via exploração dos biocombustíveis e da energia eólica, entre outras.

É possível afirmar que as casas de taipa, cuja técnica de construção é dominada pela maior parte da população trabalhadora, tornaram-se cada vez mais raras nas áreas urbanas do território. A taipa foi inventariada durante o INRC-CD e, apesar de ser um método construtivo de domínio dos mestres, pode ser realizada a partir de saberes comuns à grande população em geral. Notoriamente, o modelo de moradia possuía um eixo de significado centrado na questão da facilidade de execução, baixo custo e tempo limitado de durabilidade.

O implemento de produtos industrializados, a evolução da renda da maior parte da população, em especial entre o início da década de 2000 e meados da década de 2010, levou à substituição do padrão mais econômico das moradias de taipa, por utilizar apenas madeira comum e barro. Em seu lugar passaram a ser construídas edificações de bloco de cerâmica e cimento, mais duráveis, mas demandando maiores conhecimentos técnicos e recursos para investimento. Inicia-se nesse período o uso intensivo do concreto estrutural em substituição à pedra nas fundações e estrutura das casas.

Os blocos industrializados e o cimento também substituíram a fabricação dos tijolos de adobe, produzidos em barro cru, outra técnica inventariada pelo INRC-CD que, de acordo com os mestres da construção, qualquer trabalhador sabe fazer. O adobe e a pedra edificaram os centros urbanos na maior parte das cidades do país até o advento do cimento, da mesma forma que nas cidades da Chapada Diamantina. É importante ter em mente que a mão de obra empregada durante os processos de edificação dos núcleos urbanos tombados como patrimônio material nacional e

estadual no território era majoritariamente formada por trabalhadores escravizados<sup>19</sup>. Os colonizadores também incorporaram as técnicas de habitação das etnias que habitavam a Chapada Diamantina no período pré-colonizatório. Esta incorporação ocorreu a partir da ocupação dos núcleos de povoamento dos povos originais para a edificação dos núcleos urbanos, absorvendo os conhecimentos anteriores que existiam relacionados à localização, oferta e acesso aos recursos naturais nas diferentes épocas do ano, as áreas mais estratégicas e protegidas do contato com a natureza e favoráveis às disputas com outros povos, melhores localizadas quanto à mobilidade de indivíduos e recursos, entre outros fatores.

Entre a abolição e a difusão dos implementos industriais, no entanto, a construção experimentou os primeiros processos de assalariamento dos trabalhadores, que empregavam apenas conhecimentos técnicos apurados por meio da transmissão oral. Com a chegada dos materiais industrializados, a mão de obra perde protagonismo dentro da estrutura da construção civil e parte significativa da sua remuneração passa das mãos dos trabalhadores para o bolso dos industriais e comerciantes. O esforço empregado pelos trabalhadores no ofício pode ter sido racionalizado, mas sua renda passa por esse processo abrupto de deslocamento. Atualmente, numa avaliação conservadora, calcula-se que a mão de obra é responsável por um terço do custo da obra.

A intensificação do uso de implementos industrializados nas atividades econômicas da Chapada Diamantina também tornou mais complexas as estruturas do campo da construção civil no território. A distribuição dos produtos tornou-se mais dependente do transporte automotor e as distâncias entre origem e destino da produção foram muito ampliadas. Em oposição, o tempo gasto para a entrega de materiais foi encurtado a partir da popularização do uso dos caminhões e a melhoria das condições das rodovias, elemento estratégico da rede logística das matérias-primas do segmento econômico.

O primeiro fator foi visto como sinal definitivo de progresso para um cronista oficial dos acontecimentos ocorridos durante o século XX. Advogado e vereador por nove mandatos em Morro do Chapéu, até meados da primeira metade do século, Jubilino Cunegundes teve notável ascensão social vendendo terras recebidas como pagamento de famílias pioneiras do município, por agilizar o inventário de grandes áreas (MORENDE, 2013, p. 93). Para ele, “o caminhão substituiu o carro de boi lento e chiador” (CUNEGUNDES, 1981, p. 58), utilizado para transportar a produção das

---

<sup>19</sup> Durante a oficina de construção em pedras, em 2017, uma das atividades do projeto Refazer: Bioconstrução e Cultura na Chapada Diamantina (2014-2018), realizado pelo Núcleo de Rio de Contas do Instituto de Permacultura da Bahia (IPB), com apoio financeiro da Funceb (Fundação de Cultura do Estado da Bahia) e da SecultBA, a partir do edital 24/2013 (Grupos e Coletivos Culturais 2014), o mantenedor da igreja de Santana, construída toda em pedra, relatou que durante o período de edificação do bem, tombado pelo Iphan, faleciam em média um trabalhador escravizado por semana por conta do esforço empregado na construção. A obra teria permanecido inacabada porque a família responsável não esperava a abolição da escravatura durante a viagem do navio que trazia novas pessoas escravizadas para trabalharem na construção da igreja.

jazidas de salitre do município até Jacobina.

Para Manuel Correia de Andrade (1998, p. 186), o caminhão foi, a partir da década de 1970, “o grande conquistador do Sertão, veículo que vem quebrando estruturas seculares e transformando os gêneros de vida delas decorrentes”. Some-se a isso o processo intensivo de investimentos recebidos nas duas últimas décadas pela rede de transportes rodoviários no território da Chapada Diamantina, com a reforma dos trechos das principais vias de circulação e a construção de novos trechos asfaltados.

Esses incrementos na infra-estrutura do transporte possibilitou a elevação dos ganhos do setor e permitiu que o segmento industrial da construção civil oferecesse maior volume e diversificação de produtos em condições facilitadas de distribuição. Os custos, naturalmente, foram repassados ao consumidor que também viu crescer a renda da burocracia pública. Esse processo também resultou na retração da construção civil tradicional, reduzindo a influência das técnicas e materiais empregados neste segmento econômico e na redução de seu protagonismo social. Ao trabalhador restou arcar com o aumento dos custos de produção em geral e lamentar a concorrência desleal que passou a enfrentar.

No passado, a matéria-prima da construção era obtida nos arredores dos núcleos habitacionais ajudando a determinar sua localização. Atualmente, apenas parte residual do material empregado não é transportada em grandes caminhões por centenas e até milhares de quilômetros, passando, no caso do ferro, por diversos nós da sua rede de intermediação até chegar ao canteiro de obra.

Na Chapada Diamantina, em geral, às economias locais restaram apenas o fornecimento da areia e do barro, realizado por autônomos, proprietários de caminhonetes ou caçambas, de maneira informal. Em muitos casos, no entanto, devido ao risco de criminalização por parte dos órgãos ambientais, nem essa atividade é mantida, ou, quando acontece, é de forma descontínua. Sem a oferta, o consumidor se vê obrigado a recorrer a matérias-primas oferecidas pelas casas de comércio de materiais de construção, trazidas de distâncias maiores e com preços mais elevados.

A importância do setor da construção civil para as disputas políticas em diferentes escalas, desde as locais até as internacionais, também é considerada nesta pesquisa. É recente a experiência nacional do embate de poder forjado a partir desse setor resultando no desmonte de um segmento industrial estratégico para o país e numa crise econômica que abalou o equilíbrio de forças políticas que se mantinham no país até 2013. Obviamente, estas disputas se dão em diversos níveis e afetam em maior ou menor medida o cotidiano dos trabalhadores de um território como o da Chapada Diamantina.

## 2.1.2 Origem histórica dos saberes e fazeres locais

É importante lembrar que toda a mão de obra que atualmente trabalha no território de identidade foi formada a partir de processos de maestria e aprendizagem e troca de experiências entre os mais e velhos e os mais jovens, através da oralidade. O acesso dos trabalhadores às novas técnicas construtivas, seja na atuação em grandes obras que passaram a ser realizadas no território de identidade a partir do século XX, seja por meio da migração de muitos trabalhadores e o acesso às técnicas em canteiros de obras nos centros urbanos das regiões metropolitanas da Bahia e de outros estados, só foi possível pois já havia a experiência laboral baseada nas técnicas tradicionais desenvolvida devido os processos históricos ocorridos no território de identidade.

Este acúmulo de experiências no espaço está representado hoje pelo território da construção tradicional na Chapada Diamantina, no qual a estrutura simbólica ainda é protagonista. Historicamente, sem a evolução das dinâmicas deste território, consideramos que não seria possível que a atividade econômica da construção civil na Chapada Diamantina se desenvolvesse da forma como hoje pode ser observada. O estudo pondera que a energia empregada pelos trabalhadores a partir das práticas baseadas nos conhecimentos tradicionais é o principal mecanismo para o desenvolvimento do território de identidade.

Em verdade, deve-se deixar claro aqui que a totalidade da estrutura simbólica da construção tradicional no território de identidade, assim como daquelas estruturas relacionadas às demais atividades econômicas fundadoras do território na sua atual composição, deve a origem aos valores e significados que se desenvolveram a partir do esforço das pessoas escravizadas. Neste sentido, houve tanto a presença de indivíduos das nações originais que foram combatidos e escravizados durante as guerras promovidas pelos atores colonizadores quanto aqueles trazidos à força do continente africano em função de um dos principais processos mercantis realizados pelos representantes da burguesia da época.

O professor pleno da UEFS, Erivaldo F. Neves (2015a, p. 36), contradiz o que denomina de “historiografia tradicional, fundamentada em relatos de cronistas coloniais”. De acordo com Neves, a pecuária que se desenvolveu no sertão da Bahia também se utilizou da escravidão para ocupar o território do interior do Estado<sup>20</sup>. Neves (2015a, p. 36) afirma que foram ignoradas

---

<sup>20</sup> Neves refere-se à obra de Luiz Vianna Filho (1946, p. 126), para quem “o sertão não foi hostil ao Negro. A sua organização econômica, no entanto, repeliu o escravo negro. (...) dentro da economia rudimentar das caatingas e dos campos de criação, foi um elemento deslocado”. Entre os fatores para os quais Vianna justifica isso era “o alto preço” do escravo negro, “em desacordo com a pobreza das explorações da região. (...) a própria natureza dos serviços locais, reclamando apenas limitado número de trabalhadores afeitos ao conhecimento geográfico dos tableiros sem fim, e destinados a uma constante mobilidade no rastro dos animais tresmalhados. Por último a impossibilidade duma severa fiscalização, como a que exerciam nos canaviais e nas minas, os feitores atentos. Tudo conspirava contra o regime da escravidão negra. Caro, ignorando a região, sempre disposto à fuga o negro não

“particularidades da evolução do sistema escravista e a sua capacidade de adaptação às circunstâncias de uma policultura que associava o trabalho escravo à meação e ao campesinato nas caatingas e serrados do semiárido e de uma pecuária escravista”.

No sertão da Bahia, “os plantéis de escravos eram, em geral, pequenos, comparados aos do Recôncavo” (NEVES, 2015a, p. 36). “O trabalho escravo constituía a principal força de trabalho, empregada na mineração, na policultura, na pecuária, no comércio, no transporte de mercadorias e nos ofícios mecânicos (ferreiro, carpinteiro, sapateiro, alfaiate, barbeiro, músico), em Rio de Contas” (NEVES, 2015a, p. 37).

Para Neves, de acordo com os inventários de fazendeiros, todas as atividades econômicas e domésticas no sertão da Bahia eram realizadas por meio de mão de obra escravizada. Baseado nesta fonte de dados, o autor contradiz parte da historiografia tradicional que insiste na tese do emprego de mão de obra de descendentes de indígenas livres realizando a pecuária nos sertões para a ocupação. Neste caso, o autor confirma a tentativa de invisibilizar os massacres de tribos indígenas que já haviam sido impelidas a migrar para o interior após a conquista da faixa litorânea pelos colonizadores.

É importante considerar que dos 27 territórios de identidade do Estado, a Chapada Diamantina e o contíguo de Irecê reúnem, aproximadamente, 30% do número de comunidades quilombolas de descendentes de africanos escravizados e comercializados na Bahia certificadas pela organização responsável. A escravidão teria sido amplamente utilizada para a ocupação e desenvolvimento do sertão da Bahia. O processo de transformação do modelo de produção escravagista para a exploração campesina ou de trabalhador autônomo livre é muito mais recente e pode ter se desenvolvido apenas após a proibição do tráfico de pessoas e de maneira mais intensiva a partir da segunda metade do século 20, com o fracionamento das propriedades a partir de processos de sucessão hereditária.

Consideramos que somente a partir daí passou a haver uma alteração significativa no padrão da relação de trabalho, elemento fundamental para a compreensão das estruturas das economias das culturas tradicionais relacionadas especificamente à agricultura, cuja dimensão também rebate diretamente nos demais ofícios necessários para a ocupação e fixação no território. “Essa frequência aumentou, na proporção em que se fracionaram as unidades produtoras e definiu

---

oferecia no sertão, as mesmas vantagens que dêle fizeram trabalhador indispensável no litoral. Excetuadas as regiões auríferas e diamantíferas, a cuja exploração se adaptava perfeitamente, não houve para êle um lugar na vida sertaneja. Um ou outro existia (...). Nas demais atividades, o precioso colaborador do branco foi o índio, e depois, ao se alastrar a miscigenação, o mameluco ou curiboca. Êstes foram os que fizeram o sertão, integrando-se na sua vida, (...) A pobreza e o isolamento enrijaram a fibra do sertanejo. (...) Adaptou a sua vida às pequenas margens de ganho. Trocou o fausto pelo prazer do mando. Dêsse sertão de economia modesta, de hábitos simples (...)” (VIANNA FILHO, 1946, p. 126).



para a região um perfil minifundiário” (NEVES, 2015a, p. 37).

Considerando as limitações climáticas conhecidas para a efetivação de qualquer modelo produtivo intensivo, é de se imaginar as condições nas quais eram obrigados a permanecer na terra os trabalhadores e administradores das grandes fazendas. Não seria difícil concluir que a condição de vida das famílias cujos integrantes atuavam em regime de servidão dos senhores e eram obrigados a resistir aos prolongados períodos de seca na mesma terra que era cativo, sem recursos. Conforme relatos de ensaios de autores do território, até meados do século XX ainda era comum encontrar na beira das estradas cadáveres de pessoas que sucumbiam durante os processos migratórios por causa da escassez de chuvas.

Estas formas de pessoas e caminhos associados às funções estabelecidas, em geral, mercantis, das nações e povos colonizadores, promoviam os fluxos nas dimensões que se desenvolviam no espaço. Consideramos que estes fluxos ainda são influentes nas dinâmicas atuais, em especial, a econômica, que, hoje, podemos analisar enquanto campo da cultura e do patrimônio imaterial. São eles que determinaram a situação nas quais resistem os trabalhadores detentores dos conhecimentos tradicionais relacionados à construção no território. Para a observação do território, os efeitos das realizações políticas históricas também são determinantes para tentar verificar como a totalidade se dá na Chapada Diamantina.

Conforme os processos sucessórios subdividiram as camadas da dimensão da propriedade privada vinculada aos espaços de terra, a mão de obra empregada também manteve-se escrava e em alguns casos de trabalhadores diaristas, articulando escravidão, meação e campesinato. Apesar de ser menos frequente e menos evidente, ainda existem trabalhadores em condições de trabalho análogas às da escravidão no território<sup>21</sup>. Apesar disso, é mais frequente que os trabalhadores que vivem na Chapada Diamantina tenham contato com este tipo de relação de abuso quando precisam migrar para tentar algum trabalho em regiões nas quais a presença de órgãos fiscalizadores é menos atuante.

Já o sistema de meação ainda é frequente no território e no município de Morro do Chapéu. Durante a pesquisa de mestrado do pesquisador, diversos relatos davam conta da ocorrência de divisão da produção obtida pelo produtor arrendatário da área com o proprietário, no caso daqueles trabalhadores que não tinham a propriedade da terra ou que arrendavam terras para produzir mais. É possível afirmar que o sistema gera sensação de prejuízo para os trabalhadores, que se responsabilizam por todo o processo de produção e ainda têm que dividir o resultado do

<sup>21</sup> Em visita a um lote rural na divisa dos municípios de Lençóis e Lajedinho, em meados de 2013, o posseiro explicou que pagava o mínimo possível ao rapaz que mantinha trabalhando na área. Este sujeito vivia desde criança nas redondezas da localidade e se responsabilizava pela única atividade econômica que estava sendo realizada no lote na ocasião, trabalhando dentro do forno para a produção de carvão com as últimas árvores que restavam da área de aproximadamente 40 hectares. Na época, a remuneração mensal do trabalhador era pouco mais de R\$200.

trabalho e do processo de gestação da safra com aquele que não fez nenhum esforço para obter metade do que fora produzido.

O campesinato é uma categoria que julgamos representativa para compreender a situação dos trabalhadores aqui reconhecidos como portadores dos conhecimentos relativos aos saberes e fazeres do patrimônio agrícola, por exemplo, parte estratégica da economia dos saberes tradicionais do território. A atividade também é complementar à rotina dos trabalhadores da construção civil tradicional identificados pelo INRC, não apenas para garantir a subsistência, mas como atividade dinâmica. Em tempos de chuva, os trabalhadores se dedicam ao plantio. Em tempos de seca, a dedicação é à construção e ao manuseio do barro.

Detendo a propriedade da terra – mesmo que por vezes isto não seja necessário para satisfazer as necessidades básicas da unidade familiar e que o trabalhador se veja obrigado a vender o dia de trabalho para outros proprietários –, o nível potencial de organização dos agricultores familiares é mais qualificado.

Possuir a propriedade do meio de produção oferece uma garantia maior de que o trabalhador não terá que deixar de utilizar os conhecimentos ancestrais que detém para obter remuneração em outros tipos de trabalhos, como pode ser o caso do trabalhador que atua no sistema de “meia”. Nos períodos em que as condições climáticas não exigem que os proprietários de terra remunerem outros trabalhadores por diárias para conseguirem realizar a produção, os trabalhadores autônomos que também não são proprietários necessariamente se veem obrigados a buscar trabalhos em outras áreas, seja no centro urbano mais próximos ou em cidades mais distantes, tendo que migrar para satisfazer esta necessidade. Em muitos casos, o emprego no setor da construção, a partir de outros conhecimentos adquiridos durante a vida a partir de processos de maestria e aprendizagem, em geral, é que oferecerá as condições mínimas de resistência.

Em virtude da importância do campesinato, é importante considerarmos que a agricultura é a atividade na qual houve menos atuação dos órgãos públicos relacionados ao reconhecimento do patrimônio na Chapada Diamantina.

### 2.1.3 Importância da estrutura agrícola para a economia dos saberes

Por conta das características históricas que promoveram o desenvolvimento da agricultura na Chapada Diamantina, identificamos o campesinato diretamente enquanto categoria detentora de significativo arcabouço de conhecimentos relativos às técnicas, valores e saberes vinculados à

agricultura tradicional atualmente. Ao longo do processo de ocupação a atividade agrícola, foi a principal responsável pela fixação do homem na região. Mesmo que, conforme visto, a partir da colonização, a pecuária seja exaltada como principal função a qual os trabalhadores eram obrigados pelos senhores a executar e a terra fosse o cativo, era necessário empregar os conhecimentos adquiridos para produzir para a subsistência da família.

Os trabalhadores que ocupavam as terras, em verdade, deveriam dominar não só as técnicas relativas ao provimento do próprio sustento, mas também as técnicas construtivas para prover a própria moradia, a de seus senhores e toda estrutura necessária para o desempenho das cercanias, tais como cercas e muros, casas de farinha, celeiros, aquedutos, templos religiosos, canais, reservatórios de água, entre outras edificações. Os garimpeiros livres talvez fossem a única categoria de trabalhadores que provia a própria alimentação por meio de comercialização ou troca monetária.

É o reconhecimento da atuação enquanto agricultor familiar que promove a aposentadoria dos trabalhadores da construção, categoria esta que não possui organização trabalhista que possibilite que se tornem pensionistas pela dedicação ao trabalho nas obras. Nestes casos, há a contradição, já que os critérios para garantir benefícios aos agricultores familiares limitam a realização de atividades externas à lavoura.

Atualmente, a função da construção tradicional é a de atividade laboral que oferece aos trabalhadores o aprendizado dos conhecimentos básicos necessários para a atuação na principal atividade econômica realizada pela maior parte da população economicamente ativa do território com nível de escolaridade reduzido. Também possui a função autônoma de permitir a construção do próprio espaço de moradia no caso da parte da população que por necessidade ou tradição emprega a mão de obra familiar no trabalho.

De maneira mais contemporânea, o modo de vida tradicional passou a ser visto também como uma atividade alternativa ao modelo construtivo extensivo baseado na comercialização de produtos industrializados. Alguns grupos que atuam no território passaram a identificar antigos modos de plantar e construir como meios que representam maior capacidade de controle individual do consumidor aos impactos ambientais, sociais e políticos produzidos a partir da prática de extração e comercialização de matérias-primas. Assim, a partir do desenvolvimento do discurso ambiental e de valorização dos saberes tradicionais, a intensificação do discurso estimulador da construção e plantio tradicional passa a fazê-la funcionar também como modelo econômico ambientalmente mais sustentável do que o industrializado.

Esse modelo está em crescimento no território. De maneira geral, o apoio ao que se convencionou chamar de Agroecologia, e que envolve a bioconstrução, permite a valorização da

cultura tradicional e dos trabalhadores, geralmente oprimidos, que ainda detêm os saberes e fazeres relacionados ao ofício ao qual dedicaram parte significativa da vida. A agroecologia resgata saberes há muito deixados de lado.

## 2.2 Funções espaciais da Chapada Diamantina a partir do século XX

Até a consolidação das estruturas nas quais funcionam as dinâmicas econômicas, políticas e sociais da região, algumas funções operaram de maneira significativa no espaço. Ao longo do século XX, a zona rural sertaneja era caracterizada pelos latifúndios improdutivos e milhares de unidades menores de terra que, no entanto, não ofereciam condições mínimas para garantir a sobrevivência das famílias residentes, chamados de minifúndios (COSTA, 1991, p. 56).

O relatório preliminar do INRC-CD produzido pela pesquisadora Joana Horta (2015, p. 5) defende que desde meados do século XX, o potencial agrícola e pecuário na Chapada Diamantina se transformou “frente à implantação de novas tecnologias e arranjos produtivos”. A produção se diversificou, com o predomínio da fruticultura, a cafeicultura, produção de hortaliças e alimentos básicos. A pecuária seguiu sendo praticada em todo o território, com a função produtiva do gado de corte. Morro do Chapéu ainda se destaca no rebanho bovino, caprino e de ovinos (CODETER, 2015).

Os assentamentos agrários começaram a ser criados na região na década de 1980. Até 2015, estavam registrados 4.216 assentados em 13 municípios do território, em especial na borda oriental do território, incluindo Morro do Chapéu (INCRA, 2015). Ainda que os assentamentos pressuponham o fortalecimento da agricultura familiar, parte das terras destinadas aos assentados são de baixa produtividade. São oferecidos poucos estímulos para beneficiar a produção rural e a economia local.

A agricultura se intensificou com a instalação de grandes projetos de agricultura irrigada e agroindústrias nas terras mais produtivas do território. A produção agrícola de alguns municípios do território da Chapada Diamantina, incluindo Morro do Chapéu, destaca-se pela expressiva produção de frutas, grãos e fibras.

Os pequenos espaços dedicados à agricultura, com características de produção familiar ou pequena produção estão presentes em todo o território. De acordo com o relatório, as pequenas produções são destinadas ao consumo familiar e às feiras locais, mas também são escoadas para centros de abastecimento. Isso acontece a partir da atuação de atravessadores (INCRA, 2015, p. 7).

A atividade do garimpo de serra, realizado artesanalmente, teria sido realizada majoritariamente até meados dos anos 1970 no território. Com a exaustão dos diamantes superficiais, passou-se à utilização de dragas mecanizadas, técnica posta em prática entre 1979 e 1980. A mineração na Chapada Diamantina encontra novo cenário com promulgação da Lei 7.805, de 18 de julho de 1989, que regulamenta a atividade garimpeira. As ações governamentais de fechamento dos garimpos de diamante intensificaram-se a partir de 1996. Empresas multinacionais, no entanto, divulgam amplamente pela internet áreas com potencial de extração de diferentes minerais, a exemplo do “minério de ferro [...] com baixo custo de aquisição que agrega valor significativo e imediato aos acionistas” (CABRAL, 2015, s/p).

Um mapa organizado pela equipe do INRC-CD com aquelas atividades econômicas que promoveram maior espacialidade durante os séculos XX e XXI na área considerada atualmente como território da Chapada Diamantina pode ser observado a seguir.

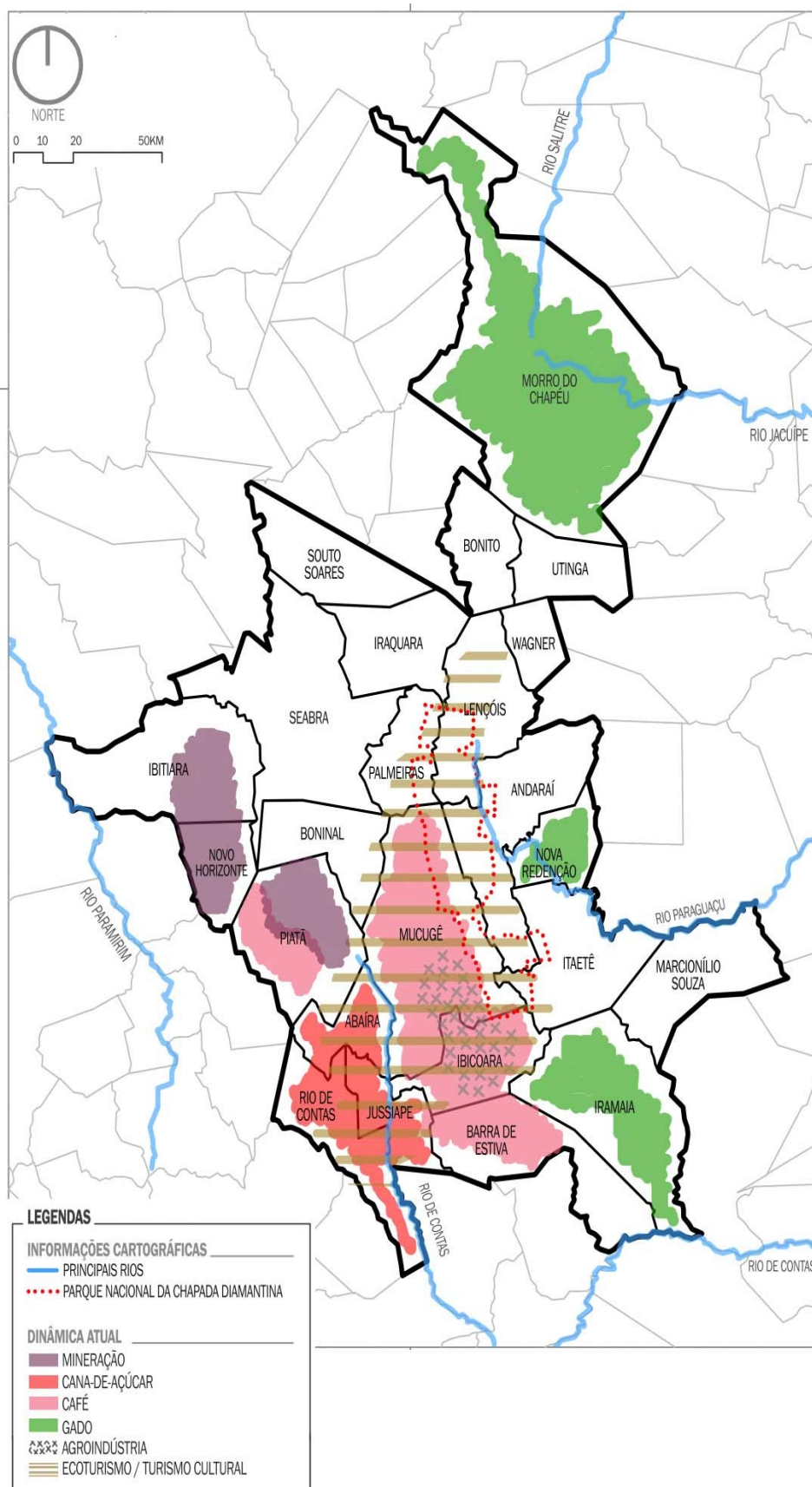


Figura 4: Mapa do contexto histórico-econômico do território da Chapada Diamantina entre os séculos XX e XXI. Fonte: IPHAN, 2015d.

Das atividades econômicas que se desenvolveram no território no século XXI, destaca-se ainda a produção de energia. Além do estímulo à produção de biocombustíveis, ocorreu a instalação de parques eólicos nos municípios de Bonito e Morro do Chapéu, que transformaram profundamente a paisagem. O segmento atrai investidores externos e movimentou investimentos de bilhões de reais nos últimos anos no Estado. O complexo eólico Cristais, localizado em parte em Morro do Chapéu, foi concluído em 2014 pela empresa italiana Enel Green Power, com investimentos na ordem de mais de R\$600 milhões.

A instalação do complexo eólico Cristais, no entanto, gerou uma série de conflitos com as organizações dedicadas à proteção ao meio ambiente. Além disso, após uma década dos primeiros testes eólicos, um dos resultados da atuação das empresas eólicas foi o encarecimento do arrendamento de terras e do custo de vida no município.

Outra atividade econômica que mereceu destaque do documento preliminar do inventário é a função de destino turístico do território, intensificada a partir da década de 1990. Além da promoção do ecoturismo, do turismo de aventura e esportivo, recreacional de massas e o turismo cultural, outros segmentos tiveram a potencialidade ressaltada no relatório, entre eles o turismo social, turismo rural, turismo de saúde e turismo cinematográfico (SENAC, 2014). O turismo é considerado de maneira crítica por pesquisadores que analisaram a atividade na Chapada Diamantina (BRITO, 2005).

Outro setor analisado no relatório do inventário é o setor terciário correspondente às atividades de comércio de bens e prestação de serviços, cujas atividades de comércio de bens variam de acordo com o desempenho das atividades primárias. De acordo com dados do Caged, elaborado pelo MTE, pasta extinta em 2019, os setores de comércio e serviços apresentam saldos positivos de criação de vagas com carteira assinada na maior parte dos anos no século XXI. A sistematização dos dados do cadastro mostram que, de 2002 a 2015, o território da Chapada Diamantina apresentou saldo positivo nas contratações formais em todos os anos, a exceção de 2012.

Outro campo de informações utilizado no relatório para a identificação da qualificação da população do território é o da educação. Nos municípios da Chapada Diamantina, as taxas de analfabetismo funcional são expressivas. De acordo com o Censo (IBGE, 2010), mais de 60% da população com mais de 15 anos, em sete dos 24 municípios que compõem o território são analfabetas funcionais. Por outro lado, a educação de Jovens e Adultos (EJA) possuía 7.208 vagas em instituições municipais e estaduais, de acordo com dados do Censo de Matrículas do Inep de 2014.

Os efeitos desta situação afetam diretamente os trabalhadores que atuam em atividades

consideradas tradicionais e parte do patrimônio do território. Grande parte dos trabalhadores que dominam conjuntos complexos de saberes e de técnicas necessárias à realização destas atividades tem nível de escolarização limitado. Muitos podem ser considerados analfabetos. Apenas recentemente as instituições oficiais dedicadas ao desenvolvimento das ciências ordinárias passaram a dedicar atenção significativa aos conhecimentos acumulados pelos trabalhadores.

Preocupa ainda mais o nível de evasão escolar de adolescentes e jovens, em especial, em períodos de crise política e econômica, quando os investimentos na educação básica e superior sofrem sucessivos cortes e contingenciamentos. Um volume significativo de jovens é induzido a abandonar os estudos para contribuir com a renda familiar executando qualquer atividade, já que falta de ganhos reais da remuneração obtida pelos trabalhadores é rapidamente defasada pelo constante processo inflacionário do custo de produtos e serviços.

O setor da construção civil na Chapada Diamantina é um daqueles nos quais atuam muitos trabalhadores que não finalizaram os estudos, sejam eles no nível fundamental ou médio. Mesmo assim, a atividade garante o emprego e a renda para grande parte da população. No entanto, conforme visto, grande parte dos trabalhadores atua de maneira informal. A geração de empregos formais na construção civil no território é sazonal e, em geral, varia de acordo com a realização de empreendimentos como recuperação de estradas, construção de barragens e plantas industriais.

A baixa capacidade das políticas de educação em curso no território em atenderem a demanda do analfabetismo também se repete na demanda por ensino profissionalizante. A análise dos dados do censo do Inep também contabilizou aproximadamente 400 vagas de ensino técnico no território em 2014. Apenas um pequeno percentual deste volume seria dedicado a funções relacionadas à atividade da construção civil. O único curso técnico de edificações oferecido no território é ofertado pelo Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina, no município de Wagner, primeiro território desmembrado da área original de Morro do Chapéu.

Por outro lado, os dados do Caged dos anos de 2016 e 2018, por exemplo, evidenciam a importância da construção civil para a economia do território. Nestes anos, o setor foi responsável pelo maior número de contratações com carteira assinada entre todos os setores de atividades econômicas, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.



### Variação do emprego formal na Chapada Diamantina por atividade

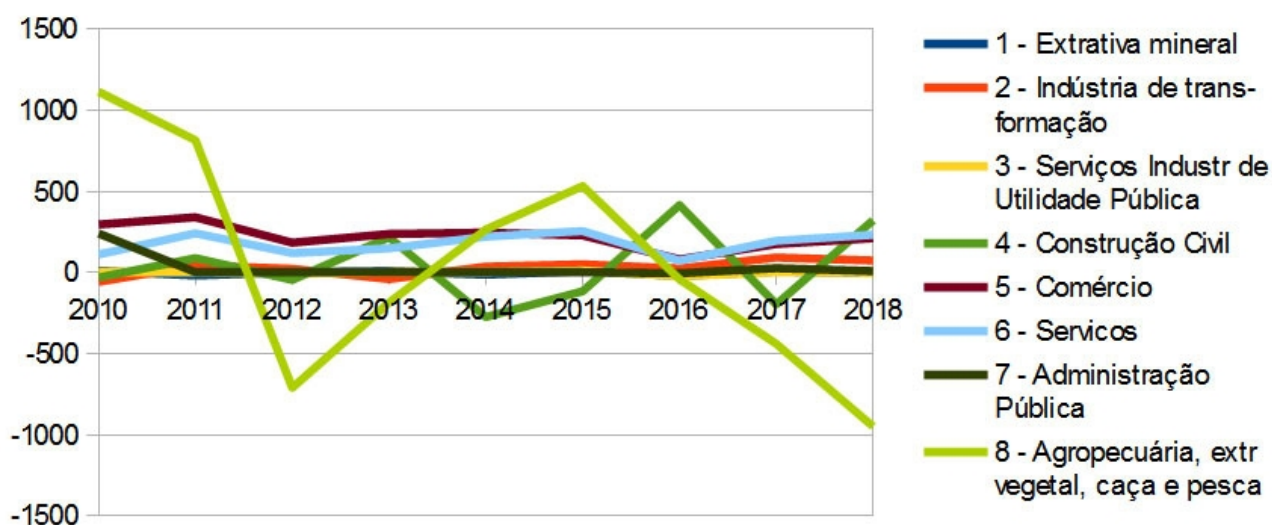


Figura 5: Saldo de contratações e demissões do emprego formal nas atividades econômicas dos 24 municípios do território entre 2010 e 2018. Fonte: Caged.  
Elaboração: Vinicius Morende.

A figura 6, a seguir, mostra a importância do município de Morro do Chapéu para a geração de empregos com carteira assinada no território na comparação do saldo acumulado por atividade econômica no período entre 2010 e 2018.

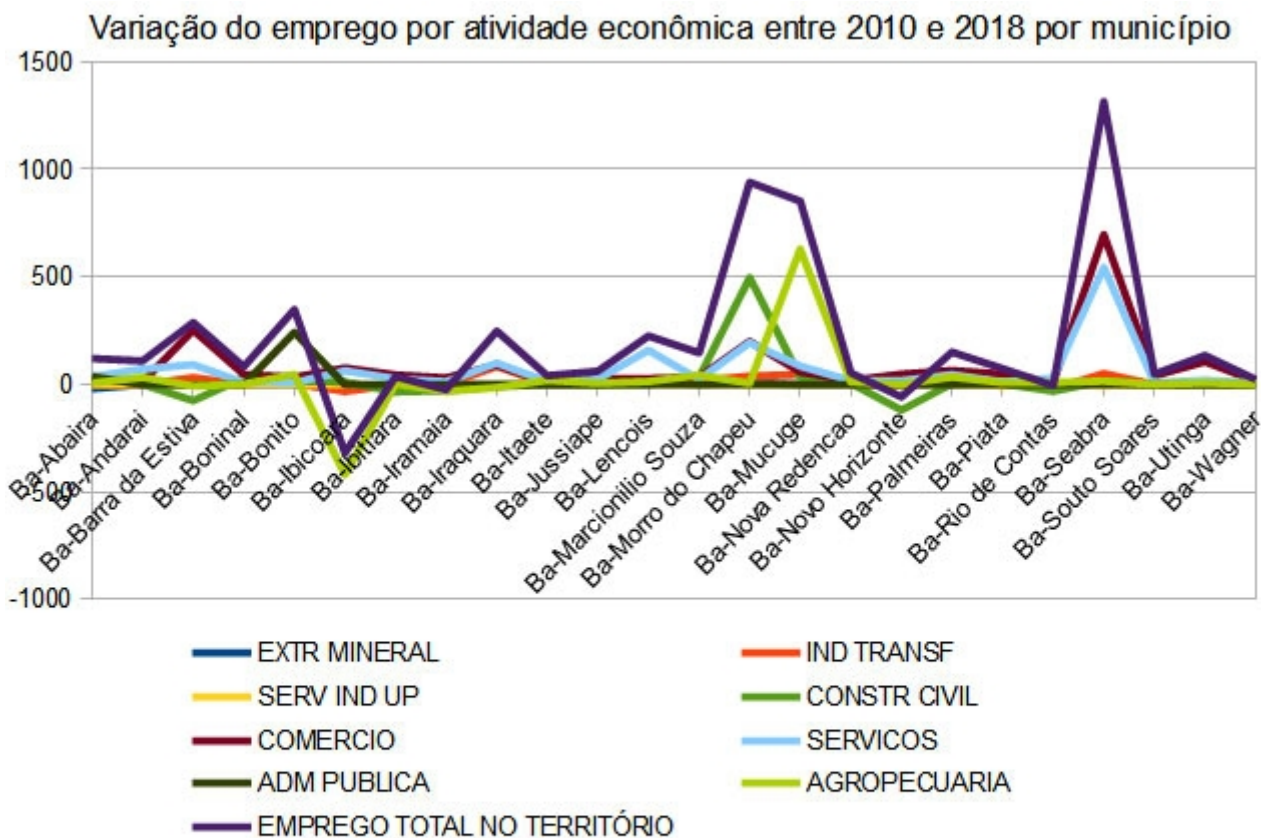


Figura 6: Saldo agrupado de contratações e demissões do emprego formal entre 2010 e 2018 nas atividades econômicas dos municípios da Chapada Diamantina. Fonte: Caged. Elaboração: Vinicius Morende.

O segmento da construção civil no município de Morro do Chapéu é aquele que apresenta as variações positivas mais significativas na série histórica do Caged. A figura a seguir apresenta variação do volume de vagas de trabalho com carteira assinada criadas na atividade em todos os municípios do território. A variação do emprego formal entre os anos de 2016 e 2018 pode ser considerado atípica, possivelmente, por conta das contratações e demissões realizadas pela construção de torres de energia eólica.

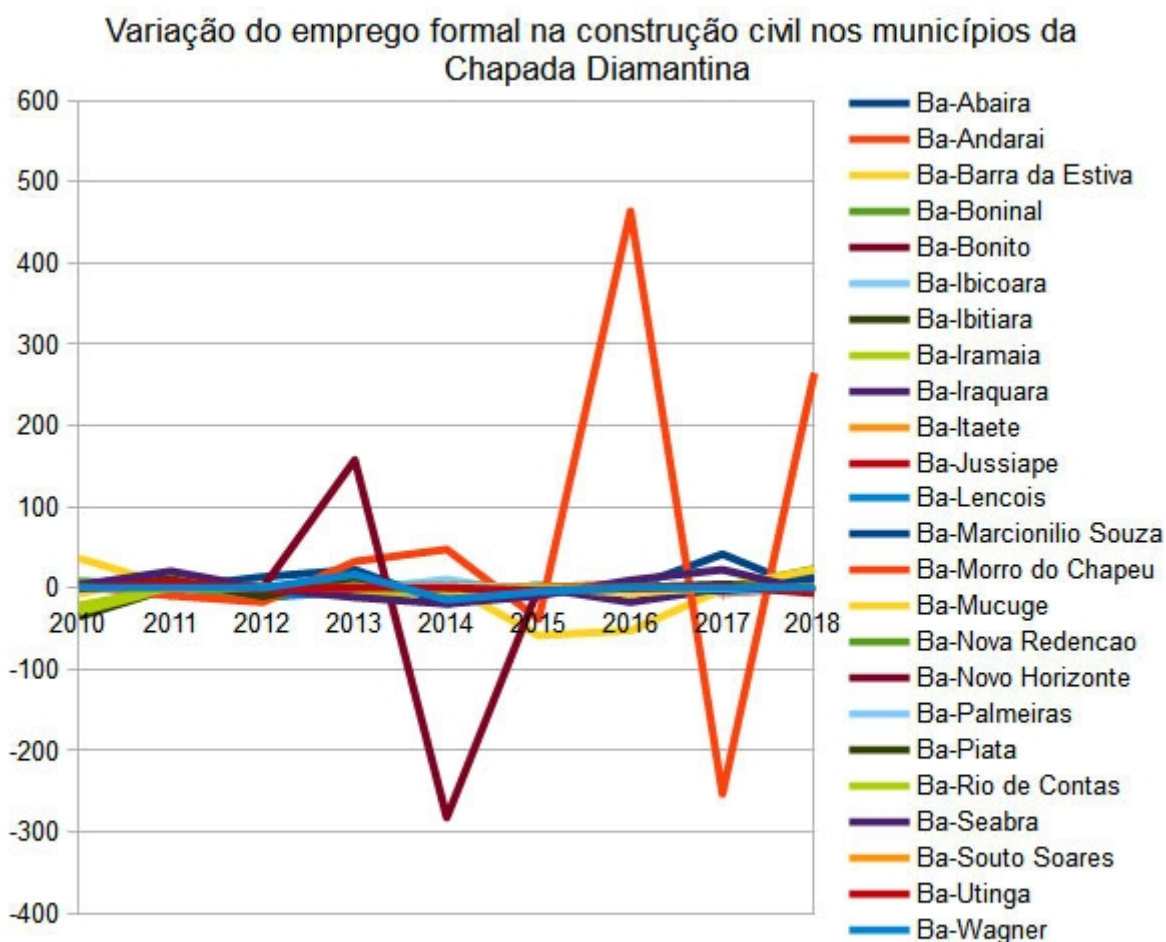


Figura 7: Saldo de contratações e demissões do emprego formal na construção civil dos municípios da Chapada Diamantina entre 2010 e 2018. Fonte: Caged. Elaboração: Vinicius Morende.

A análise da variação do emprego formal em Morro do Chapéu evidencia a importância da construção civil para o município. Por meio da figura 8 podemos perceber também que a criação de vagas da atividade em Morro do Chapéu alavancou o desempenho geral do emprego formal territorial em alguns dos últimos anos, a exemplo de 2014, 2016 e 2018. Nestes dois últimos anos, o saldo positivo de vagas criadas no município foi maior do que o saldo geral do território. Isso aconteceu, provavelmente, por conta das sucessivas quedas no emprego formal na agropecuária na Chapada Diamantina.

Varição do emprego formal em Morro do Chapéu por atividade

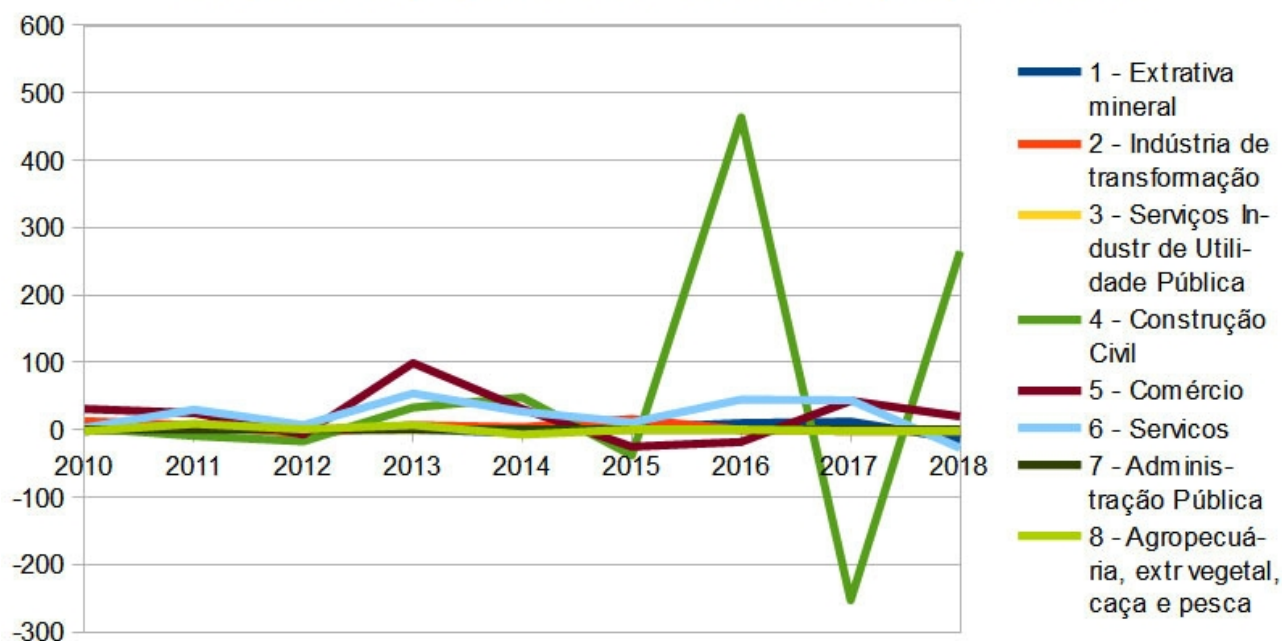


Figura 8: Saldo de contratações e demissões do emprego formal nas atividades econômicas de Morro do Chapéu entre 2010 e 2018. Fonte: Caged. Elaboração: Vinicius Morende.

A construção civil também pode ser considerada uma das principais atividades responsáveis pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Morro do Chapéu nos últimos anos, diferentemente dos municípios que figuram nas maiores economias do território. Seabra, por exemplo, além de outras atividades, destaca-se pela vocação de polo comercial e de serviços. Barra da Estiva, Ibicoara e Mucugê têm as economias baseadas nas dinâmicas vinculadas à agricultura intensiva. Já o PIB Iraquara desenvolveu-se nos últimos anos por conta da indústria da transformação, em especial, por ser sítio de uma planta de esmagamento de grãos para a produção de biocombustíveis. A figura a seguir apresenta a variação da série histórica do PIB municipal.

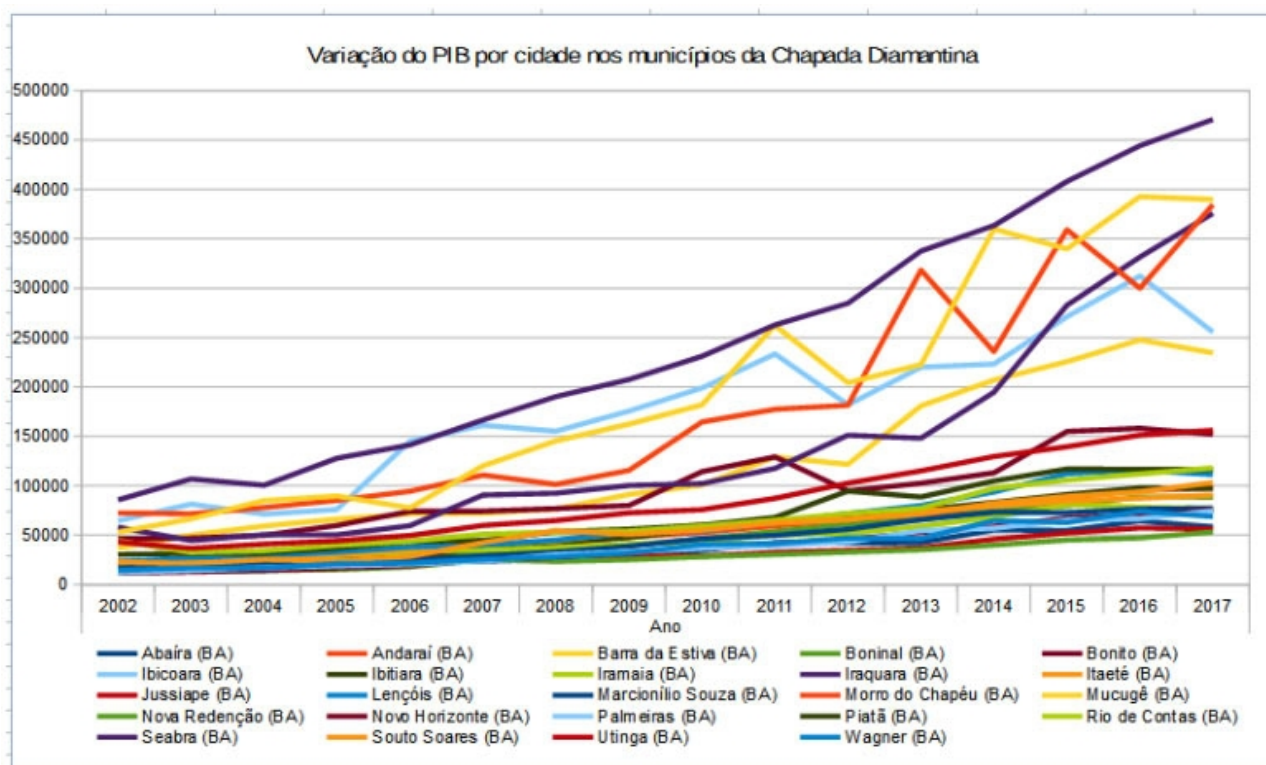


Figura 9: Variação do PIB por município da Chapada Diamantina entre 2002 e 2017 em milhares de reais. Fonte: Sidra/IBGE. Elaboração: Vinicius Morende.

No gráfico abaixo comparamos também a variação do PIB municipal e o crescimento do estoque de empregos formais dos municípios que possuem as maiores populações do território: Seabra e Morro do Chapéu.

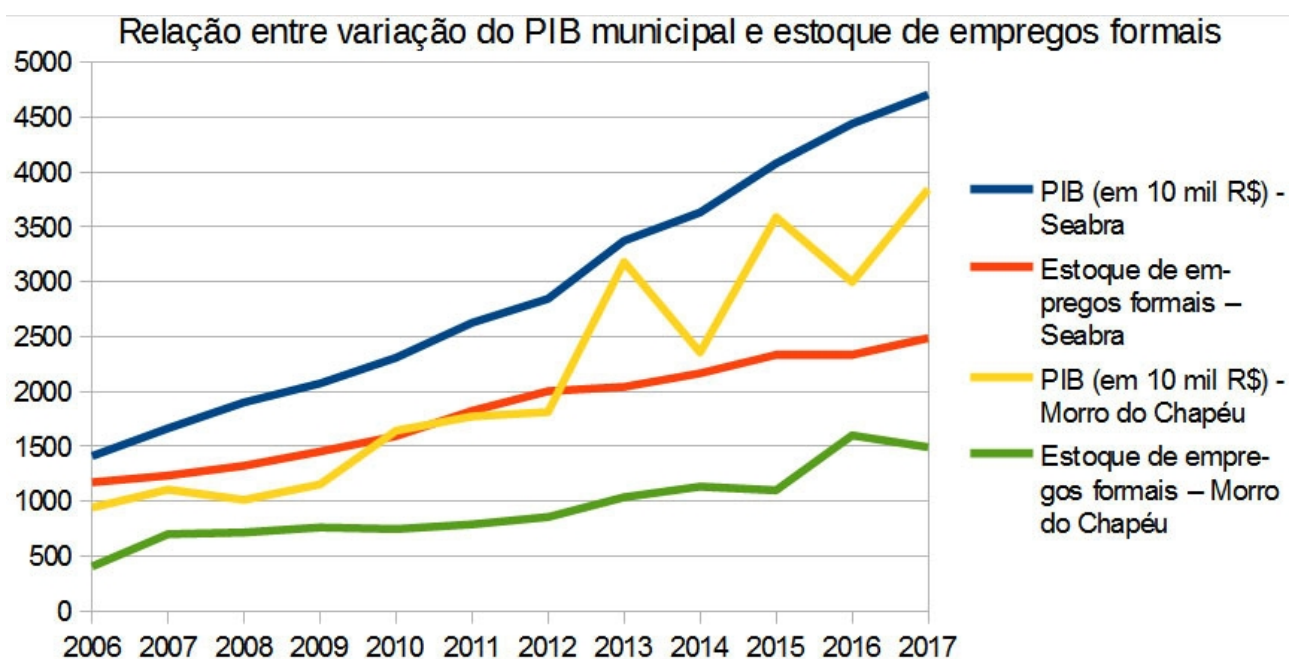


Figura 10: Comparação entre a variação do PIB e do estoque de empregos formais dos municípios de Seabra e Morro do Chapéu entre 2006 e 2017. Fonte: Sidra/IBGE; Caged. Elaboração: Vinicius Morende.

A imagem apresenta um indicativo de que o estoque de trabalhadores formais não acompanha o nível do crescimento econômico dos municípios. Além disso, o desenvolvimento de atividades de novos segmentos econômicos em Morro do Chapéu alterou, sobretudo, o padrão da variação do PIB municipal a partir do ano de 2012. Da mesma forma, posteriormente, o nível do estoque de empregos formais do município também variou no médio prazo.

### 2.2.1 A construção enquanto função estratégica em Morro do Chapéu

A atividade da construção civil em geral é fundamental para realizarmos a descrição dos processos econômicos, políticos e sociais de formação do território posterior ao declínio da atividade garimpeira. Para isso, damos destaque ao caso do município de Morro do Chapéu. Consideramos como a intensificação das infraestruturas na região também determinou a economia. A estruturação das redes de transmissão de energia elétrica em Morro do Chapéu e a expansão mais recente da rede em diversas localidades da área rural do município são um dos elementos importantes para a formação territorial e a evolução do mundo do trabalho. Além deste, outros elementos foram considerados, a exemplo da expansão das estruturas rodoviárias, das estruturas para a transmissão de infor-

mações, abastecimento de água, oferta de ensino, acesso aos estabelecimentos da saúde, entre outros.

Alguns destes elementos afetam diretamente a evolução das práticas e usos dos saberes tradicionais empregados nas atividades econômicas compreendidas aqui como parte do patrimônio imaterial do território. Se atentando às relações menos evidentes da construção, por exemplo, é importante considerar que a chegada da energia elétrica possibilitou a instalação de maquinário necessário para o beneficiamento de peças de madeira destinadas para a construção civil, promovendo alterações nas atividades de marceneiros e também de mestres de obras. As olarias industriais também passaram a participar efetivamente nos mercados locais, especialmente com a melhoria das estradas.

Conforme visto, um dos atores protagonistas da evolução das infraestruturas neste período é o Estado. Por isso, é importante considerar o papel desempenhado pelo poder público para a formação territorial, em especial, do município de Morro do Chapéu. A maior parte dos núcleos populacionais passou a se desenvolver no município, em especial durante o século XX em Morro do Chapéu. São todos povoados da zona rural, espaço no qual habitam aproximadamente 60% da população do município, o segundo município mais populosos de toda a Chapada Diamantina, com cerca de 35 mil habitantes.

Realizando o exercício de explicitar as formas geográficas do território do município se evidencia a diferença entre os espaços urbanos da sede do município e das sedes dos distritos, as comunidades rurais e das “roças”, todos interligados pelos caminhos terrestres. A análise realizada propõe considerar, principalmente, os territórios de algumas localidades específicas de Morro do Chapéu, além da sede do município. Tratam-se das comunidades nas quais a equipe do INRC-CD identificou grupos significativos de mestres artífices que realizam ofícios artesanais que utilizam o barro para construir.

Tratam-se das comunidades da Veredinha, Ventura, Duas Barras, Fedegosos, Dias Coelho, Ribeiro, Lagoa Nova e Barra I. Nos dedicaremos neste primeiro momento aos povoados de Fedegosos e Ribeiro, nos quais a atividade de olaria é historicamente desenvolvida e segue ativa, ainda que sob forte risco de extinção, contribuindo para a edificação de novas construções e gerando renda para mestres e trabalhadores.

Fedegosos pode ser considerada uma das comunidades que possui algumas das terras mais valorizadas do município e que possui o conjunto de infraestruturas mais complexas entre os distritos de Morro do Chapéu. Escolas, casa de farinha, fábrica de blocos de cerâmica utilizados na construção civil, feira dominical regular – realizada no dia seguinte ao último dia de feira da sede. Parte da situação econômica e social pode ser explicada por conta do clima na localidade, caracterizado enquanto tropical subúmido (ROCHA; COSTA, 1995a), diferentemente do restante

do território do município, que possui climas mais secos. Abastecido pela bacia do rio Jacuípe, o clima tropical subúmido é considerado favorável entre os demais que incidem sobre o território de Morro do Chapéu pelo volume favorável de chuvas. Isso promove a diversificação da agricultura, além de contribuir com a criação de gado e melhora da produtividade.

O questionário de identificação dos ofícios e modos de fazer, que integra o conjunto de documentos do INRC da construção tradicional na Chapada Diamantina, realizado para identificar os trabalhadores e a olaria de Morro do Chapéu, descreve como se dá o acesso ao povoado de Fedegosos.

Partindo da sede do município é feito através da BA 052, Rodovia do Feijão, sentido Salvador, por 25km. (...) Para chegar a Fedegosos é preciso acessar a BA 422, sentido norte, por mais 28km de estrada de terra, que cruza a paisagem rural. Já próximo ao povoado de Fedegosos, nota-se uma fábrica de tijolos de alvenaria (IPHAN, 2016a, p. 2).

É provável que a formação de Fedegosos esteja associada de modo direto aos fluxos relacionados ao garimpo, dada a proximidade com a vila do Ventura, mas também à microrregião de Jacobina. As fazendas que existiam no entorno da comunidade passaram por um processo de adensamento demográfico a partir da intensificação da mineração em toda a região. Os assentamentos se transformaram em vilas, novas fazendas e localidades surgiram e se expandiram em sucessões de acontecimentos até a atualidade. O processo evoluiu até a emancipação dos distritos mais desenvolvidos ao nível de municípios com sede própria, como é o caso da vizinha Miguel Calmon, distante pouco mais de 40 quilômetros, e desmembrada de Jacobina.

A comunidade do Ribeiro de Morro do Chapéu também se localiza na mesma microrregião de Fedegosos. De acordo com o tópico de descrição etnográfica do contexto da entrevista realizada com o oleiro Calixto de Almeida Ramos, disponível no questionário de identificação do INRC analisado (IPHAN, 2016b), o acesso ao povoado do Ribeiro a partir de Morro do Chapéu se dá pela BA 52, rodovia do Feijão, principal via de acesso à sede do município. Percorridos 42 quilômetros da rodovia asfaltada é necessário transitar por mais 30 quilômetros por estrada de terra passando pela comunidade que leva o nome do coronel mais notório de Morro do Chapéu, Dias Coelho, antigo proprietário da fazenda na qual se localiza o povoado.

A sede do município de Miguel Calmon está localizada mais próxima da comunidade do Ribeiro do que a sede do município do qual a comunidade faz parte. Assim, serviços costumeiros, a exemplo daqueles prestados pelos setores da saúde, bancário, educação e comércio em geral, realizados pelos habitantes da comunidade são feitos na sede do município vizinho, distante 24 quilômetros. Entre as formas geográficas evidenciadas no caminho até Dias Coelho e o Ribeiro estão as escarpas da Serra do Tombador e o rio Jacuípe que corre junto da estrada e possibilita a observação da



agricultura realizada nos baixios. Entre as culturas agrícolas cultivadas na área estão a carnaúba, o feijão, a mamona, entre outras.

Durante o trajeto são visualizadas dezenas de povoados e fazendas. Pode-se observar que a vida na referida zona rural conserva antigos hábitos, como casas de taipa cobertas com palha e quintais floridos, com pequenas roças de mamona e árvores frutíferas diversificadas. A paisagem que remete a um modo de vida “do passado” também indica os traços da modernização, como grandes fazendas com maquinário agrícola, cisternas plásticas e antenas parabólicas nos telhados das casas (IPHAN, 2016b, p. 2).

Ainda de acordo com o relato, o povoado de Dias Coelho conserva diversas construções seculares e parte da estética do início do século XX, tempo “áureo das lavras”, tendo sido o espaço contíguo à comunidade aproveitado para a exploração agrícola das terras férteis. Na comunidade do Ribeiro, a família do oleiro Calixto resguarda técnicas ancestrais de produção de tijolos, telhas e utensílios de barro cozido, com um primor destacado pelos pesquisadores do INRC-CD. O povoado está a 12 quilômetros de distância de Dias Coelho. A fazenda na qual está localizada a olaria do mestre oleiro Carlixto é possível de ser avistada das proximidades do núcleo urbano da comunidade. A olaria está instalada no baixio próxima do riacho, afluente do rio Jacuípe, que inspira o nome do povoado. “O riacho, que passa pela baixada das serras onde encontram-se as dispersas casas que compõem o Ribeiro, limita as terras dos municípios Morro do Chapéu e Miguel Calmon” (IPHAN, 2016b, p. 2).

De maneira geral, é possível afirmar que a situação na qual se encontram as localidades citadas e a forma como se dá o acesso aos lugares atualmente está muito relacionada aos processos que se deram nos últimos 30 anos. Antes disso, as dinâmicas de crescimento econômico e desenvolvimento das infraestruturas aconteceram num ritmo menos acentuado. Os processos de abertura dos caminhos até as duas localidades são um exemplo disso. As trilhas utilizadas pelas comunidades que viviam no espaço durante a pré-colonização foram transformadas em estradas carroçáveis a partir da dinamização das localidades de interesse, de acordo com cada época. Aqueles acessos que atingiram maior intensidade de fluxos se ampliaram para comportarem veículos maiores que passaram a circular, a exemplo dos caminhões, já na segunda metade do século XX. Atualmente, o acesso às comunidades é feito pelas estradas de chão, da mesma forma que a maior parte das localidades do município.

Além de confirmar a agricultura e a pecuária como atividades econômicas precursoras, um levantamento geológico do município de Morro do Chapéu (ROCHA, 1997, p. 5) fez considerações sobre os aspectos socioeconômicos da época. Na época, a extração mineral era limitada aos garimpos remanescentes de diamantes na região da sede de Morro do Chapéu, município no qual foi reconhecida significativa produção de material para construção civil, a exemplo de paralelepípedos

e pedra britada. A atividade industrial estava limitada a uma cerâmica na área de Fedegosos e a uma unidade para produção de corretivo de solo nas proximidades da cidade de América Dourada (ROCHA, 1997, p. 6), já no caminho para Irecê, um dos municípios desmembrados de Morro do Chapéu no século XX.

Mesmo tendo sido perdida parte significativa do território da freguesia, Morro do Chapéu preserva localidades com economias influenciadas por fluxos comerciais e informacionais que acontecem vinculados diretamente aos elementos contíguos ou distantes do espaço, seja física ou simbolicamente. A complexidade das redes formadas pelas formas que se estabeleceram vinculadas a estes distritos ou comunidades rurais, de relações intensas, integra um dos territórios de extensão mais significativa para as dinâmicas históricas, que também ainda influenciam o mundo de forma diversificada da maior parte do estado da Bahia.

Na sede se concentram a administração pública, as principais representações dos poderes judiciário, policial, legislativo, o sistema financeiro entre outros serviços públicos e privados. Os povoados se consolidam como elementos importantes das estruturas política e econômica e dos conjuntos de dimensões simbólicas, centralizando relações com vários outros elementos, entre formas naturais, espaços construídos, de uso geral, de uso restrito, a exemplo das propriedades que os rodeiam. Neste processo, aprofundam as relações com a sede do município e as sedes dos territórios vizinhos.

Fedegosos é uma das comunidades que alcançaram nível de desenvolvimento considerável na comparação com as demais comunidades de Morro do Chapéu. A regularidade da feira semanal, evento que reúne os produtores das imediações e promove o comércio de diversas mercadorias entre os habitantes da microrregião, na comunidade é exemplo disso. No caso de outras comunidades, mais distantes da sede, a feira é realizada nas sedes das cidades vizinhas. A existência de uma casa comunitária de farinha na comunidade de Fedegosos e de, pelo menos, outras quatro casas do tipo próximas ou na localidade mostra a importância da mandioca para a microrregião da comunidade.

É possível estabelecer que algumas comunidades de Morro do Chapéu possuem territorialidades mais baseadas em determinadas atividades econômicas, pois diversos elementos políticos e simbólicos derivam das relações estabelecidas por meio do campo do trabalho. De maneira complexa, a atividade da construção civil possui influência sobre todos os territórios construídos, principalmente, aqueles nos quais se apresentam formas edificadas. A maneira como a atividade influencia as relações econômicas, sociais e políticas das localidades, sejam rurais ou urbanas, varia da mesma forma que as demais atividades econômicas. Aquelas comunidades nas quais há maior concentração de formas dedicadas à produção de materiais destinados à construção ou produtos beneficiados pos-

suem maior influência sobre a estrutura da construção civil do território do município. Nas escalas locais, os efeitos também são melhor identificados.

Nas comunidades onde há maior concentração de trabalhadores e mestres da construção civil é notável que a influência dos rendimentos gerados a partir da atividade beneficie o lugar de maneira mais intensa. Do mesmo modo, o espaço de uma pedreira pode fazer com que as atividades de extração de pedras para utilização em diversos tipos de construção seja a principal renda de um número significativo de trabalhadores. Algumas vezes a economia das localidades é movimentada basicamente pelas dinâmicas da atividade. Acontece o mesmo no caso das olarias, que garantem que o rendimento obtido com o trabalho de produção e queima dos tijolos, telhas e cerâmicas permaneça na comunidade, gerando novos fluxos financeiros. De outro modo, seria necessário remunerar alguma das casas de material de construção mais próximas para realizar a entrega de um produto originado, muitas vezes, em localidades distantes, que anteriormente não se relacionavam de forma direta com o destino do material.

É possível considerar que para os trabalhadores que executarão a obra de determinada edificação utilizar com um material produzido na própria comunidade ou em outro lugar pode representar especificações técnicas diferentes, mas também há significados simbólicos distintos. As técnicas de levantar de uma parede, por exemplo, são diferentes, pois o tipo de produto produzido nas olarias, o tijolinho, possui especificações diferentes do bloco cerâmico furado feito nas indústrias. Os custos com o transporte de produtos de origem distante são outra diferença, pois encarecem o material para o consumidor. Há ainda a diferença dos tipos de materiais complementares à edificação, já que as construções feitas com tijolos de adobe, por exemplo, não necessitam de cimento na argamassa. As diferenças significativas nos valores simbólicos de uso dos diferentes materiais para os trabalhadores serão exploradas mais adiante.

No caso desta pesquisa, a identificação dos valores relacionados à produção e ao uso dos materiais produzidos de maneira artesanal pelos trabalhadores da construção civil tradicional foi realizada por meio das informações obtidas dos trabalhadores das localidades de interesse no município e ao uso de relatos orais sistematizados. Isso faz com que tornemos possível identificar alterações no padrão de trabalho e uso dos produtos da construção na Chapada Diamantina, dada a abrangência do INRC da Chapada Diamantina.

Do mesmo modo, a participação das localidades de Morro do Chapéu no inventário nos permitiu analisar a economia da construção tradicional e os territórios simbólicos da atividade de forma qualificada. Tornou-se necessário, neste caso, a confirmação em campo de informações sistematizadas por meio das entrevistas.

Outra localidade de Morro do Chapéu que se destacou no INRC-CD é a vila do Ventura. Antigo distrito que originou Morro do Chapéu, foi criado por lei provincial datada de 1838, elevado à condição de vila e desmembrado de Jacobina em 1864. De acordo com a crônica do ex-vereador do município, Jubilino Cunegundes, estes dois distritos possuíam a maior proporção de propriedades valorizadas do território de Morro do Chapéu. “Essas terras, em parte, muitos descendentes dos primeiros donos ainda as possuem” (CUNEGUNDES, 1981, p. 105). A atração de pessoas promovida pela mineração nas serras das proximidades da vila do Ventura foi tamanha que relatos dão conta de, aproximadamente, 18 mil habitantes o contingente que vivia nos arredores da vila no período de auge do garimpo.

É apenas em meados do século XX, que Morro do Chapéu passou a receber investimentos que alteram de maneira significativa a rede de infraestrutura do município. É nesta época que é instalado o mercado municipal, forma edificada que beneficia os produtores e comerciantes locais com a melhoria das condições para relações comerciais e demais trocas relacionadas à atividade. Do mesmo modo, o prédio da “Usina Força e Luz” (CUNEGUNDES, 1981, p. 42) é edificado e o serviço de luz instalado em 1951. Acontece ainda a construção da rodovia do Feijão, a BA-52, que passa às margens da sede do município, indo de Feira de Santana até Xique-Xique, principal acesso às comunidades de interesse da pesquisa.

Cunegundes (1981, p. 45) informa que o trajeto original da rodovia passaria mais próximo do distrito do Ventura, dado que o caminho escolhido isolou a vila da influência mais direta de dinâmicas promovidas pelos fluxos de mercadorias, pessoas, informações e energia que passam pela estrada. As disputas políticas pela emancipação do distrito teriam motivado o isolamento, promovido pelos donos do poder de outras territorialidades influentes do município, interessados em enfraquecer ainda mais as limitadas dinâmicas pós decadência do garimpo, em benefício das atividades em vigência nos próprios espaços de influência. De acordo com o autor, a rodovia teria sido o serviço mais importante já realizada até a redação das próprias memórias, publicadas no início dos anos de 1980.

A vila do Ventura é o único espaço do município que, atualmente, possui algum tipo de proteção legal, definida por órgão público estadual ou federal, dedicada à preservação de aspectos vinculados à cultura. A localidade possui tombamento provisório do Ipac, realizado em 17 de janeiro de 2005. O dispositivo de preservação visa proteger o casario da vila, cuja ocupação se deu de forma intensa no final do século XIX, época do auge da mineração de carbonato e diamante. As edificações que resistiram ao processo de abandono da vila pela quase totalidade dos habitantes, que migraram para a sede do município e outras regiões após o declínio do garimpo, apresenta características semelhantes às de outras localidades mineradoras. Os casarões com dois pavimentos reserva-

vam o espaço de comércio na parte térrea, assim como as casas térreas possuíam salas de negócio na parte dianteira. De acordo com o levantamento do INRC da construção tradicional, todas as casas da comunidade “são construídas com adobe e cobertas com telhas cerâmicas” (IPHAN, 2016c).

O Ventura é um elemento importante do território-rede do município de Morro do Chapéu, e contribui para a análise tanto das dinâmicas econômicas que promoveram a produção espacial do município, quanto as relações políticas entre líderes, que determinavam diretamente a vida dos trabalhadores. A descrição dos elementos do território-rede de Morro do Chapéu ajuda a compreender quais fatores estavam envolvidos nas formas pelas quais se desenvolveu o campo da construção civil em geral no território, com atenção especial ao segmento tradicional da atividade, representado pelas relações de produção e comercialização, entre outros elementos.

## 2.3 Localidades de Morro do Chapéu em função da construção tradicional

É importante evidenciar que seria um desafio grandioso estabelecer o território da construção civil no município sem a contribuição dos produtos do INRC-CD. Mesmo assim, a complexidade de elementos e relações que envolvem a atividade, que acontece em fusão com outras atividades essenciais para a reprodução da vida sertaneja, exigiu a delimitação dos ofícios que utilizam o barro como forma de facilitar a representação de um nicho da atividade geral. Assim, foi possível detalhar os elementos da estrutura física, mas também os valores das dimensões simbólicas da construção tradicional em Morro do Chapéu.

As localidades citadas são tomadas pelo fato de historicamente serem lugares de produção de materiais construtivos artesanais feito a partir do barro. Mas de forma ampla, toda edificação ou conjunto urbano e cada forma construída por meio de alguma técnica entre aquelas do campo da construção poderiam ser consideradas como parte da estrutura física da atividade. Isso é, produto da evolução técnica ao longo dos séculos de ocupação. É importante considerar também que a estrutura material resultante da execução das técnicas da construção se envolvem diretamente com as demais estruturas simbólicas relacionadas à atividade, entre elas as estruturas de valores e significados.

Assim, qualquer forma edificada, independente da função que representa na configuração espacial do território de Morro do Chapéu, também é uma forma da estrutura da construção civil do município. Ainda é possível dizer que a maior parte das formas que existe na atualidade foi diretamente originada a partir da construção civil tradicional, ou derivada dela. Assim, todas as localida-

des e edificações são “nós” e fazem parte da rede estabelecida a partir da execução dos saberes e fazeres ligados à construção no município. Obviamente, cada edificação atende uma necessidade específica e adquire a função dedicada pelo idealizador, ou outra função estabelecida a partir do interesse de dado ator em certo momento da história.

As maiores obras edificadas no município, no geral, foram realizadas a partir do interesse político de dados grupos de atores que exerceram influência ao longo dos séculos de ocupação no território o qual hoje é compreendido como o município de Morro do Chapéu. No entanto, a estrutura operacional da atividade da construção civil está toda concentrada e pulverizada nos conhecimentos e disposição dos trabalhadores do segmento. A história de formação e a conseqüente falta de organização da categoria são fatores que determinam a fragilidade dos trabalhadores enquanto unidade. Apesar de as empresas que executaram grandes obras terem agrupado de maneira formal conjuntos de trabalhadores em alguns momentos da formação territorial do município, a principal característica da categoria é justamente o fato de, praticamente, qualquer indivíduo em condição ativa poder exercer a função de construtor, seja homem ou mulher, de forma permanente ou temporária, em benefício próprio ou privado.

A territorialidade do construtor confunde-se com as demais identidades forjadas pelas vidas de labuta dos trabalhadores. Quase a totalidade dos mestres que atuam com o barro identificados pelo INRC da Chapada Diamantina afirmaram trabalhar em roças próprias, por exemplo, produzindo culturas agrícolas em espaços limitados e criando pequenas quantidades de animais para possibilitar um nível maior de autonomia para a sobrevivência da unidade familiar. Isso se torna estratégico considerando a limitação da renda obtida com a função de construtor, em especial, daqueles que atuam nas olarias, localizadas na zona rural dos municípios. Além disso, o exercício da função de trabalhador rural também contribui para obterem aposentadoria específica para a categoria de trabalhadores rurais autônomos, dado que as funções relacionadas à construção civil, mesmo que às vezes tenham sido a principal função exercida pelos trabalhadores durante a totalidade da vida, não possibilitam a mesma garantia.

Por isso, o interesse da pesquisa em também caracterizar, mesmo que de maneira breve as condições de trabalho complementar na produção agrícola por parte dos trabalhadores da construção civil. Da mesma forma que a maior parte da população ativa que habita a região é capaz de exercer funções da atividade da construção, a exemplo do serviço de adobeiro, ou mesmo ajudante geral, muitas atividades da agricultura são realizadas pelos moradores das comunidades rurais em geral. Por conta do elemento do acesso à aposentadoria, muitos trabalhadores autônomos que exercem funções em diversas atividades na lógica da vida no campo, identificam-se enquanto agriculto-

res familiares, por exemplo, dada a característica das propriedades rurais demandarem os esforços de todos os indivíduos do núcleo da família.

As condições de vida do conjunto de familiares depende muito da ocupação de cada integrante, do tipo de unidade rural do qual o grupo é proprietário, posseiro, arrendatário, ou na qual eventualmente vende a força de trabalho, entre outros fatores. São elementos que afetam o nível de trabalho, as condições financeiras e a situação social da família. De maneira geral, é importante considerar que são pessoas que vivem em condições que exigem grande mobilidade dentro das funções de trabalho disponíveis, a depender daquela que permite maior fonte de renda ou a adoção de função estratégica para assegurar a execução de determinada tarefa e assegurar o equilíbrio da situação familiar em determinada conjuntura.

Em resumo, é importante considerar os trabalhadores da construção enquanto indivíduos que vivem na mobilidade de territorialidades vinculadas ao ofício que executam, por vezes, o da construção, em outras, a agricultura, entre outros, a depender da possibilidade de outras tarefas que permitam complementar a renda familiar. Múltiplos fatores poderiam promover a instabilidade do indivíduo, grupo ou coletivo – no caso do sertão baiano, a questão climática é uma das mais significativas, podendo promover a desestruturação quase completa da organização espacial.

Uma série de dispositivos de ordem familiar e comunitária contribuíram para a permanência dos grupos que vivem historicamente na zona rural da região e do município de Morro do Chapéu nos períodos de restrição. Nas últimas décadas a garantia de uma série de elementos possibilitou uma convivência menos insegura de trabalhadores e famílias, a exemplo dos programas públicos que garantiam a construção de reservatórios de água e minimizaram a fragilidade da estrutura social camponesa às limitações climáticas.

Um conjunto de iniciativas que restringia a suscetibilidade da população aos períodos de crise climática promoveu a maior fixação do homem no campo em Morro do Chapéu. No entanto, é importante reconhecer que os programas públicos do tipo são, em maior parte, oriundos da ação de um dos principais atores responsáveis pela evolução econômica do Nordeste nas últimas décadas, o Estado, e jogarmos luz a algumas etapas deste processo. O economista Celso Furtado (1998, p. 52) é um dos especialistas que identifica as práticas políticas conservadoras, as quais caracterizam o “atraso político”, como a principal razão para o “atraso da economia nordestina na comparação com outras regiões do país”.

Conforme vimos anteriormente, a estrutura de elementos estabelecidos em dada localidade determina a influência das dinâmicas dos elementos entre si e de elementos de fora sobre aqueles existentes no espaço em questão. Assim, a configuração territorial de cada lugar é caracterizada pelos fluxos que aconteceram e continuam ocorrendo. Se o conjunto de atores políticos que exerce in-

fluência sobre os elementos daquela localidade atuar em prejuízo das possibilidades de desenvolvimento econômico e social, conseqüentemente, os lugares sofrerão as conseqüências das decisões, dinâmica particular de uma série de localidades do território de identidade.

De acordo com Celso Furtado, entre as características que mais marcaram a economia nordestina, em geral, até meados do século XX, a exemplo de Morro do Chapéu, estava a concentração das elites proprietárias de terras nos centros urbanos da região. No caso do município, a aquisição das grandes extensões de terras e boiadas dos coronéis pecuaristas pelos coronéis dos garimpos se dava, sobretudo, pois a população continuava a manifestar admiração pelos valores simbólicos das posses. Era a manutenção da manifestação do poder de uma ordem anterior pelos novos coronéis.

As alterações nos padrões de vida e a redução dos índices de miserabilidade no sertão nordestino apurados no início do século XXI não são mérito de efeitos de iniciativas tomados de forma isolada. Compreendemos que o conjunto de medidas adotadas pelas diferentes instâncias do poder público, a partir do alinhamento de projetos políticos federais, do governo estadual, no caso da Bahia, e de organizações da sociedade civil organizada que atuam nas localidades do sertão resultaram na intensificação daquilo que o geógrafo Milton Santos (2009, p. 238) chamou de meio técnico-científico-informacional. O processo de crescimento econômico promovido, em especial, no Nordeste, durante a primeira década do século XXI, inseriu a economia da região de forma mais intensa na lógica do mercado global e de maneira mais dependente dos atores transnacionais de mercado.

### 2.3.1 Territórios normativos do patrimônio cultural na Chapada Diamantina

Consideramos o condicionamento dos usos das técnicas, a produção dos objetos técnicos e as relações sociais derivadas (ANTAS JR, 2005, p. 39) e compreendemos as dinâmicas destes elementos enquanto o território entendido como norma. Tomando a esfera política como influente na criação e implementação de objetos técnicos no território, podemos considerar o conjunto das normas de uso e demandas sociais por regulação como “densidade normativa” (ANTAS JR, 2005, p. 39), considerada imensurável, uma das dimensões que envolvem a economia da cultura.

O nível de interação entre espaço geográfico e normas de interesse da pesquisa se dá na relação entre as limitações ambientais, que restringem os ofícios tradicionais, e as restrições de uso urbano, que protegem os resultados do acúmulo de conhecimentos da construção tradicional. Esperamos que as informações do INRC da atividade na Chapada Diamantina representem uma seleção apropriada e conhecimentos históricos (ANTAS JR, 2005, p. 69) suficientes para uma



análise dos níveis mais detalhados da aplicação destas normas e outras forças simbólicas que afetam as estruturas da economia dos ofícios do barro.

Conforme já vimos, as formas espaciais funcionalizam processos (SANTOS, 1985, p. 2). Assim, conseguimos identificar a relação entre formas e normas e os mecanismos de controle envolvidos, ou a regulação econômica, mas também social ou política (ANTAS JR, 2005, p. 55) as quais os ofícios da construção estão vinculados. A possibilidade de avaliarmos a economia relativa à construção civil se dá para podermos compreender qual a atual situação da atividade, tendo em vista que não atende da mesma forma os impulsos originais que promoveram seu desenvolvimento. Hoje, estão vinculadas também aos novos consumidores, num nível de competição na qual as dinâmicas e as normas do capitalismo internacional influenciam diretamente as condições de produção.

Da mesma forma, novos processos de formação territorial passaram a se desenvolver quando as normas e ações de políticas públicas produziram estímulos próprios. Essas dinâmicas, possivelmente, também provocaram novas normas morais em escala local. É o caso das políticas culturais e a execução de programas e ações relacionadas à valorização do patrimônio material na Chapada Diamantina. A preservação visual e estética dos centros urbanos do território, por exemplo, cuja definição de parâmetros foi internalizada nos espaços de discussão e decisão dos órgãos do patrimônio, por vezes excludentes da participação da sociedade, é um exemplo promotor de novas dinâmicas.

De maneira preliminar, podemos considerar que estas normas instituídas pelo Estado provocaram diversos efeitos físicos para a espacialidade destes lugares. A valorização de uma pretensa estética “original” dos centros urbanos faz com que a adoção de novos valores estéticos que emanam da influência de novas técnicas construtivas, produtos comercializados ou valores simbólicos propagados seja limitada. Isso restringe em parte a influência arquitetônica externa à localidade.

A sobrevalorização das edificações em detrimento dos conhecimentos de mestres de obras e trabalhadores responsáveis pela manutenção e restauro das construções e detalhes estilísticos que passaram a caracterizar a estética tradicional é elemento da contradição da execução das políticas do patrimônio na Chapada Diamantina. Mais de 30 anos após as primeiras intervenções normativas que restringiram os usos e atribuições do conjunto urbano das cidades tombadas é que se iniciou o trabalho de reconhecimento dos saberes dos trabalhadores, que é utilizado aqui para aprofundar os sentidos econômicos da atividade da construção tradicional no território e no município de Morro do Chapéu.

O processo de como se deu a intensificação das ações dos órgãos públicos responsáveis pelo patrimônio material na Chapada Diamantina foi organizado e pode ser apreciado mais à frente. A tentativa é a de compreender quais atores promoveram as mobilizações visando o tombamento dos sítios urbanos do território e quais interesses eram atendidos enquanto isso acontecia. Da mesma

forma, tentou-se identificar os pressupostos que permitiram a realização do INRC da construção tradicional no sítio da Chapada Diamantina. Abordamos como as discussões relacionadas à política pública para a valorização do patrimônio material evoluíram até que houvesse substância suficiente para que os valores imateriais e os saberes das categorias menos favorecidas nas estruturas de poder local, regional e nacional pudessem começar a ser valorizados.

No caso de Morro do Chapéu, é importante considerarmos os fatores políticos que influenciaram a configuração social e como a classe dos trabalhadores está representada em meio às demais. A análise da formação das estruturas políticas local e regional auxilia também a compreensão de como estas influenciaram a construção do poder formal político federal e, conseqüentemente, as políticas públicas dos governos, entre elas os programas de preservação e proteção do patrimônio nacional e estadual.

## 2.4 Histórico dos processos políticos em Morro do Chapéu

Algumas etapas são representativas para compreender como o poder formal se organizou na escala local e qual a sua importância para a formação territorial de Morro do Chapéu. Algumas formas políticas ainda marcam as relações na região, a exemplo do coronelismo, que apesar de ter entrado em decadência a partir de 1930 ainda possui reminiscências, a exemplo da influência de mecanismos de poder como o clientelismo, o paternalismo entre outros. A diferença é que enquanto antes o Estado era compreendido como uma extensão do patrimônio privado dos coronéis e apadrinhados, mais recentemente passou a ser visto também “como refém de interesses do empresariado e do grande capital financeiro” (CHRISTOFOLLI, 2010, p. 234). São lógicas que vêm de processos históricos que remontam “às capitâneas hereditárias e às terras de sesmaria, em que o beneficiário respondia também pelo governo, pelas leis etc” (CHRISTOFOLLI, 2010, p. 234).

Pecuaristas e comerciantes de pedras preciosas foram os principais líderes políticos até o século XX na região. Os chefes políticos detinham, em especial, a propriedade dos garimpos e das casas comerciais de compra e venda das pedras e o apoio dos comerciantes. Além disso, tinham o apoio dos garimpeiros e o controle local sobre aquela que foi a principal função econômica das serras do sertão baiano. De acordo com a importância dedicada por Milton Santos (1985, p. 6) a um dos elementos do espaço, as firmas, e da capacidade daquelas vinculadas à comercialização de pedras preciosas à produção de normas que regulam as relações entre os elementos do espaço (ANTAS JR, 2005, p. 68), é possível afirmar que, principalmente, os coronéis do garimpo definiram as

normas que regiam a sociedade local. Obviamente, os atores estrangeiros, destinatários da produção, também faziam parte do esquema.

Em 1915, em contrapartida aos sucessivos desmembramentos de territórios do município em favor de novas municipalidades, é cedido a Morro do Chapéu o status de comarca, com área de influência muito maior que os limites do município. O espaço de produção de normas e decisões jurídicas significou maior influência econômica e política das elites do município. O elemento da estrutura jurídica pública pode passar prontamente a receber e atender às demandas dos atores produtores do espaço no que se referia à regulação dos usos do território. Isso porque “aqueles com maior capacidade de produzir território, segundo interesses gerais ou específicos (agentes hegemônicos), produzem regras com vistas a facilitar suas ações” (ANTAS JR, 2005, p. 75).

O poder dos coronéis seria abalado em 1930, quando, a partir do golpe capitaneado por Getúlio Vargas, alteram-se as estruturas do poder político. A estrutura política local também passou a funcionar numa dinâmica diferente e “uma nova ordem foi imposta” (CUNEGUNDES, 1981, p. 39). Os principais coronéis da região são presos, e o sertão passa por um processo de desarmamento. A força econômica e política dos comerciantes e “senhores de terra” e “as lutas específicas pelas frações do poder” (COSTA, 2008, p. 263) continuam a acontecer, mas, a partir de então, outros atores também passam a fazer parte do jogo.

Obviamente, parte da população até hoje se opõe à persistência da influência dos grupos políticos vinculados às famílias tradicionais e aos coronéis. Reconhecemos que as versões da história do município contadas pela população, em geral, não estão disponíveis em documentos. Mas os conflitos aconteciam, como “expressão concreta da territorialidade” (CASTRO, 2005, p. 140), dado que os trabalhadores estavam inseridos no sistema de sociedades “complexas e desiguais” (CASTRO, 2005, p. 140)

As disputas políticas mobilizavam interesses vinculados aos territórios dado que este é intrinsecamente político, “arena de conflitos e, conseqüentemente, de normas para a regulação que permitem o seu controle” (CASTRO, 2005, p. 139). Reconhecemos, no entanto, o espaço atual de Morro do Chapéu como uma resposta possível a outra série de conflitos ocorridos e, em parte, atendidos em virtude das demandas e lutas dos trabalhadores.

#### 2.4.1 Criação das principais formas espaciais em Morro do Chapéu

No caso da efetivação espacial das formas empreendidas pelo poder no local, é importante ressaltar como a ação política e a articulação entre as oligarquias locais e as demais escalas de poder provocaram mudanças para a formação territorial do município. É em meados do século XX que as demais esferas do poder público promovem de modo mais intenso uma série de obras em Morro do Chapéu. Além disso, novas sociedades com foro são criadas.

Conforme apresentamos anteriormente, apesar das obras empreendidas com o apoio do poder público, a situação de fragilidade social na maior parte da zona rural de Morro do Chapéu persistia quase que nas mesmas condições que nas décadas anteriores. Em vez de promover o desenvolvimento econômico das localidades, as obras e serviços criados teriam tido a “finalidade de manter as áreas de interesse sob o controle das elites locais” (MORENDE, 2013, p. 102).

Com a intensificação da rede de infraestrutura do município, em 1995, numa das localidades de interesse da pesquisa em Morro do Chapéu, o povoado de Fedegosos, já havia escolas municipais e estaduais de 1º grau, posto de saúde, energia elétrica, serviço telefônico e serviço público de abastecimento de água (ROCHA; COSTA, 1995). É importante considerar que as disputas pelo poder dentro da Câmara de Vereadores do município também representam benefícios para algumas localidades em detrimento de outras (MORENDE, 2013, p. 92).

A garantia de manter parcialmente as formas das elites edificadas durante os séculos de exploração da classe trabalhadora, possivelmente, foi uma das funções que influenciaram a mobilização para a transformação das zonas urbanas decadentes, resultado da exploração e abandono dos garimpos de diamantes. Esta meta não era só um dos objetivos dos representantes de dada classe de habitantes de algumas destas localidades, que se beneficiaram diretamente dos processos que se desenvolveram a partir da chancela concedida pelo órgão responsável pelo patrimônio cultural nacional. A própria política e as normas produzidas pelo poder público federal e pela autarquia de mesma função no Estado também se destinavam parcialmente a isso.

## 2.5 Estrutura do patrimônio cultural na Chapada Diamantina

Diante da intensificação da influência do poder econômico e das transformações nos modos de vida da população ao longo dos últimos séculos, cabem breves considerações sobre como o Estado, através da política cultural, atua para a valorização das manifestações culturais expressas no território de identidade da Chapada Diamantina. Para isso, utilizamos as informações organizadas em relatório preliminar da pesquisadora Joana Horta (2015) para o INRC-CD.

Este material considerava que o território configurava-se como um dos mais dinâmicos do Estado da Bahia no campo cultural, tanto por conta da diversidade das manifestações, quanto pela capacidade de proposição de projetos e atração de recursos financeiros. “Esta diversidade corre eminente risco frente aos desafios impostos pela globalização e exige mobilização e ação dos atores sociais e públicos das diversas esferas do poder” (HORTA, 2015 p. 7). Isso porque a fragilidade institucional a qual estão expostas as localidades fazem com que os elementos materiais e imateriais estejam sobre a constante ameaça de sujeição aos distintos atores de mercado internacional que possam ser atraídos pela oferta de recursos. Na conjuntura atual, os recursos naturais, a exemplo da água, insolação, ventos e minérios depositados no território são as maiores fontes de atração de interesses externos.

A pesquisadora do INRC-CD considerava que o poder público não atendia a totalidade das demandas pela valorização das diversas expressões culturais. “No entanto, entende-se que a população do território segue expressando suas tradições, valores, modos de ser e fazer, sustentações de sua identidade e sua cultura, como um movimento de resistência ou 'circularidade cultural’” (HORTA, 2015, p. 30), parafraseando o conceito cunhado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (2006, p. 18). Para Horta (2015, p. 30), “afirmar que a cultura do território é subjugada frente às novas dinâmicas que se impõem não se presta a aceitar a 'dicotomia cultural', mas a compreender a opressão do poder econômico frente à cultura local”.

Para a identificação das ações do poder público do campo cultural relacionado diretamente ao patrimônio cultural no território utilizamos as subdivisões “sítios arqueológicos”, “patrimônio cultural material” e “comunidades identitárias e tradicionais”, termos que já foram identificados em relatórios e informativos dos órgãos públicos da cultura e elaborados enquanto o pesquisador desta tese estava na representação da SecultBA na Chapada Diamantina. Na época estes eixos foram compreendidos como aqueles nos quais haviam significativas ações direcionadas a partir do poder público.

A Superintendência do Iphan na Bahia reconhece o potencial da arqueologia pré-histórica da Chapada Diamantina e exalta a concentração dos sítios identificados e estudados na região logo na página inicial do sítio da regional da autarquia na internet.

Atualmente a política estadual também identifica no território diversas culturas identitárias. Não só o volume de comunidades quilombolas reconhecidas é considerável, como também o fato do território possuir quatro territórios quilombolas demarcados, todos no município de Seabra. “Dos diversos grupos indígenas que ocupavam a região antes das entradas dos colonizadores, identifica-se um principal grupo de remanescentes indígena Payayas, cuja ocupação se estende praticamente em todo o território, mas, principalmente no município de Utinga” (HORTA, 2015, p. 30).

A pesquisadora do INRC-CD considerou que as políticas de proteção ao patrimônio histórico e cultural encontram no território um vasto campo para a realização de ações. A Chapada Diamantina está entre aqueles do Estado Bahia com maior volume de bens tombados pelo Estado e União, no entanto, as iniciativas de apoio são escassas, tendo em vista a diversidade do patrimônio cultural e o volume de processos de registro ou tombamento ou de bens que possuem potencial para tal.

Somando-se os tombamentos do IPAC, do IPHAN e um tombamento municipal no município de Palmeiras, o território possui 29 bens materiais tombados ou em processo de tombamento. A tabela de bens tombados, por município, sítio e órgão, nos territórios de identidade Chapada Diamantina pode ser identificada a seguir.

Abaíra	Tombamento Provisório IPAC Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso
Andaraí	Tombamento IPHAN Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Igatu, ruínas de habitações de pedra. Tombamento Definitivo IPAC de área contígua de Proteção do Centro Histórico de Igatu.
Iraquara	Tombamento Provisório IPAC Vila da Parnaíba.
Lençóis	Tombamento Provisório IPAC Vila do Barro Branco. Tombamento Provisório IPAC Vila de Estiva. Tombamento IPHAN Conjunto Arquitetônico e Paisagístico.
Morro do Chapéu	Tombamento Provisório IPAC Igrejinha. Tombamento Provisório IPAC Vila do Ventura.
Mucugê	Tombamento IPHAN Conjunto arquitetônico e paisagístico.
Palmeiras	Tombamento IPHAN Conjunto Paisagístico do Morro do Pai Inácio; Tombamento Provisório Conjunto Arquitetônico e Paisagístico – IPAC. Tombamento Municipal.
Piatã	Tombamento Provisório IPAC Capela Nossa Senhora do Rosário. Tombamento Provisório IPAC Igreja Matriz do Bom Jesus.
Rio de Contas	Tombamento IPHAN Antiga Casa de Câmara e Cadeia. Tombamento IPHAN Casa Natal do Barão de Macaúbas. Tombamento IPHAN Igreja de Santana: Ruínas. Tombamento IPHAN Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento. Tombamento IPHAN Casa à Rua Barão de Macaúbas. Tombamento IPHAN Conjunto Arquitetônico da Cidade de Rio de Contas.
Seabra	Tombamento Provisório IPAC Campestre. Tombamento Provisório IPAC Cochó do Malheiro. Tombamento Provisório IPAC Lagoa da Boa Vista. Tombamento Provisório IPAC Vale do Paraíso. Tombamento Provisório IPAC Povoado de A Lagadiço.
Wagner	Tombamento Provisório IPAC Grace Memorial Hospital. Tombamento Provisório IPAC Igreja Presbiteriana. Tombamento Provisório IPAC Instituto Ponte Nova.

Tabela: Relação de bens tombados, por município, sítio e órgão, no território de identidade da Chapada Diamantina. Elaboração: Joana Horta. Fonte: HORTA, 2015.

A espacialização do patrimônio cultural do território também pode ser representada por meio do mapa a seguir.

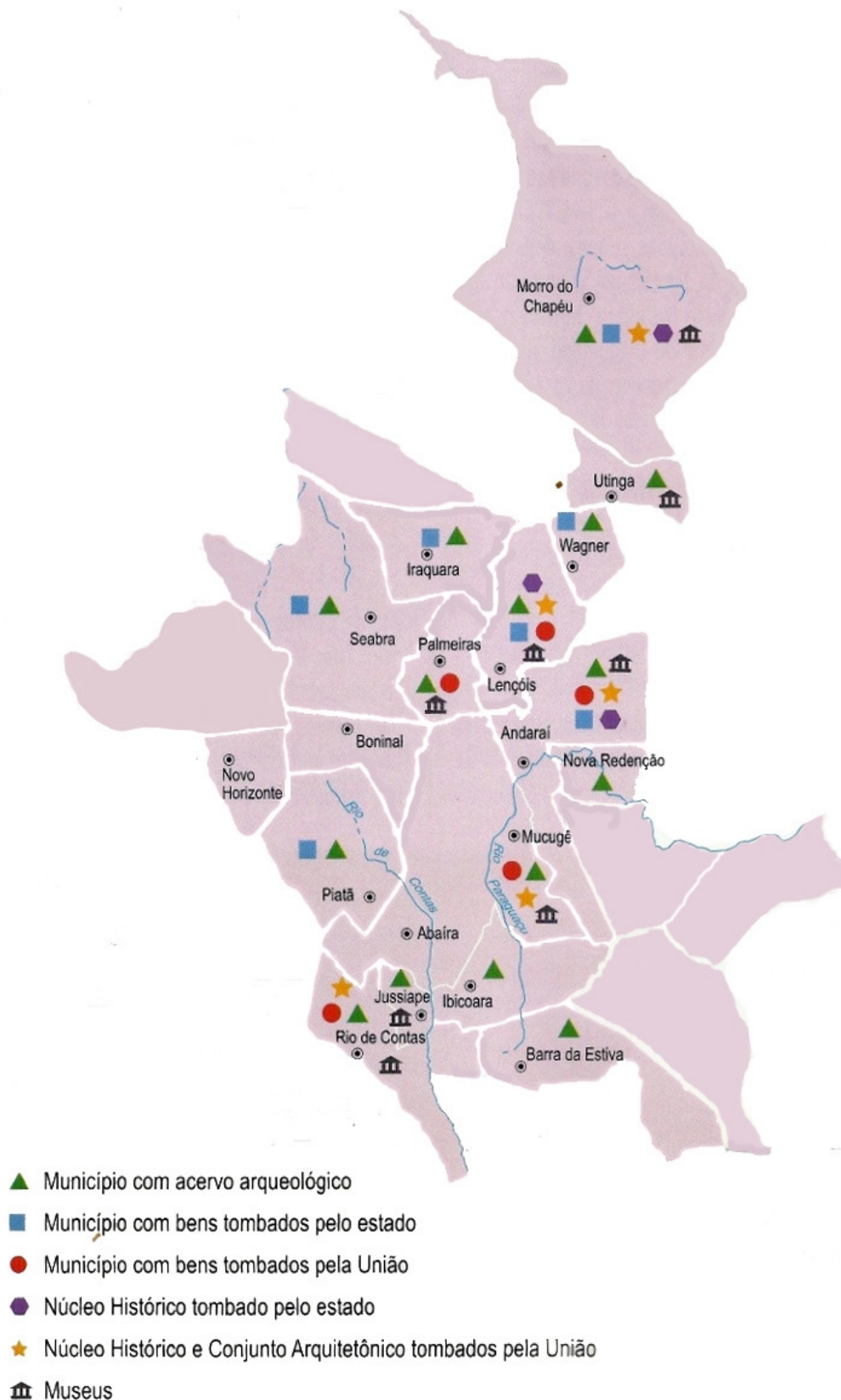


Figura 11: Mapa do patrimônio cultural edificado e arqueológico do território de identidade da Chapada Diamantina. Elaboração: SENAC, 2014. Fonte: Ipac, Iphan e UFBA.

Os municípios de Andaraí, Lençóis, Mucugê e Rio de Contas produziram legislações para criarem os fundos municipais para o patrimônio cultural, requisito para acessar o programa “Monumenta/Iphan” ou “BID/Monumenta”, criado pelo governo federal, em colaboração com o BID e a Unesco. Já Morro do Chapéu publicou, em abril de 2013, a Lei Municipal 1.002. A norma dispõe sobre “a proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural no município [e] especifica as diretrizes para a realização de tombamentos, inventariados e registros” (HORTA, 2015, p. 33). Com a lei, o município criou o Departamento Municipal de Defesa do Patrimônio, subordinado à Secretaria Municipal de Cultura.

Principal mecanismo de consulta popular do sistema estadual de cultura, as conferências de cultura mais recentes realizadas na Chapada Diamantina ocorreram em 2013. As etapas municipais culminaram na Conferência Territorial de Cultura da Chapada Diamantina, realizada em Lençóis, em agosto de 2013, resultando na elaboração de sete propostas para o fortalecimento da cultura e das políticas para o setor no território. Entre as prioridades estabelecidas pela conferência territorial para a cultura da Chapada Diamantina estavam o “mapeamento em parceria com a comunidade e salvaguarda do patrimônio material e imaterial do território, com valorização das estradas reais, dos terreiros de jarê (e todas as demandas já priorizadas nas conferências anteriores) além de educação patrimonial de forma continuada” (MORENDE, 2015, p. 14).

De acordo com o relatório preliminar para o INRC-CD, os investimentos feitos pelo Iphan no território não se encontravam consolidados. Alguns dos projetos de inventariado das referências culturais do território foram aqueles relativos aos saberes tradicionais dos municípios Rio de Contas e Mucugê. Identifica-se ainda o investimento de R\$ 250 mil, para a instalação da Casa do Patrimônio no município de Lençóis. No campo do patrimônio material, foi possível apurar que até 2008 o Monumenta/Iphan investiu R\$ 8,23 milhões no município de Lençóis. “A maior parte dos recursos se destinou à restauração de edifícios históricos, vias públicas e monumentos, como os prédios da prefeitura, da biblioteca e do arquivo público, a ponte sobre o rio Lençóis, a avenida Nosso Senhor dos Passos e a igreja de Nossa Senhora do Rosário” (HORTA, 2015, p. 39). Outros R\$ 2,68 milhões foram aplicados na recuperação de imóveis privados (IPHAN, 2008).

A breve análise considerou limitada não só a atuação dos atores públicos para o desenvolvimento cultural da Chapada Diamantina, mas mostra também o quanto os avanços conquistados eram frágeis frente às mudanças nas gestões. Um exemplo é o enfraquecimento dos elementos dos sistemas públicos de culturas – a exemplo das conferências, órgãos gestores, fundos de recursos, conselhos e planos de cultura – a partir das crises econômicas nos últimos anos, que contribuíram para frear a institucionalização das políticas culturais na escala municipal do território.



### ***3. Política do patrimônio cultural e ambiental na Chapada Diamantina e economia***

*Desde os escravos hebreus é que tinha [olaria].  
É bíblico isso. Os faraós egípcios pra concluir  
suas obras tinham que ter escravos e os escravos  
faziam tijolos. Eles dependiam dos escravos*

Mestre oleiro Robson

Consideramos que os estímulos promovidos à normatização dos espaços naturais e dos centros urbanos de cidades da Chapada Diamantina deram-se com mais intensidade a partir da década de 1960, com a chegada dos primeiros voluntários dos Corpos de Paz. As ações dos voluntários norte-americanos foram aquelas que promoveram os processos mais recentes de indução à produção espacial de forma significativa e determinante, a exemplo do tombamento do centro histórico de Lençóis e da criação do PNCD (MANGILLI, 2015). Obviamente, outras instâncias dos poderes federal, estadual, regional e local contribuíram no período fomentando e apoiando ativamente outras funções, a exemplo do turismo.

Em Morro do Chapéu, também em meados da década de 1960, acontece outra mobilização a favor da produção de estudos e orientação à normatização de áreas para a criação de UCs ambiental. Um dos resultados da expedição realizada pelo artista plástico e arquiteto paisagista paulista Roberto Burle Marx teria sido a sugestão ao governo estadual de que o território do município fosse transformado em parque, dadas, principalmente, as características geográficas e botânicas (CUNEGUNDES, 1981, p. 57). A consideração principia o estabelecimento das UCs estaduais criadas no município, em especial a APA Gruta dos Brejões / Vereda Romão Gramacho, cujo decreto de criação é assinado 20 anos após a pesquisa de Burle Marx, e o Parque Estadual de Morro do Chapéu, criado pouco mais de 30 anos depois da visita do paisagista.

O movimento de influência das normas ambientais na região trouxe, em paralelo, a intensificação das ações de fiscalização dos órgãos repressores de atividades que envolvem a exploração de recursos naturais, a exemplo daquelas consideradas aqui como ofícios característicos do patrimônio imaterial do território de identidade. A maior parte dos mestres entrevistados durante o INRC da construção na Chapada Diamantina relataram casos de repressão de agentes de órgãos fiscalizadores dos poderes estadual e, em especial, federal, a exemplo do Ibama. As principais queixas são relacio-

nadas à supressão vegetal, mas também há casos no território de fechamento da exploração em pedreiras de uso coletivo, proibição de extração de areia dos rios para uso na construção, entre outros.

A experiência dos trabalhadores ficou mais marcada pelo emprego de força pelas instituições repressoras do poder do que pela orientação de quais as normas teriam passado a valer desde o passado recente. Na segunda metade do século XX, antes do processo de aumento da renda da classe trabalhadora e da facilitação do acesso ao uso de maquinários, mesmo pelos proprietários mais endinheirados, a experiência de trabalho na lavoura era a de realização do manejo para a derrubada das matas em espaços naturais unicamente pela força humana. A tarefa fazia parte das técnicas necessárias tanto para a obtenção de materiais para a construção, quanto para a abertura de áreas para a lavoura.

Os trabalhadores traziam a experiência da derrubada das matas como atividades essenciais dos ofícios desempenhados. Vinculadas à função estavam estruturas simbólicas relacionadas à realização da atividade. Com a intensificação da repressão fiscalizatória às atividades a partir da proibição dos garimpos de draga nos rios, ainda no fim do século XX, e, a partir daí, com a ampliação das atividades combatidas, gerou-se uma indisposição entre trabalhadores e órgãos públicos ambientais.

Mesmo a criação de estruturas como o batalhão de Polícia Ambiental e o núcleo do Ministério Público para tratar de assuntos relacionados à questão ambiental no território não foi suficiente para esclarecer aos trabalhadores os limites do uso de recursos naturais. Por meio da produção de normas, tarefas que eram do cotidiano dos trabalhadores, mesmo no caso daquelas que representavam impactos ambientais mínimos, se transformaram em infrações ambientais e passaram a significar a possibilidade de irem para a cadeia. Isto é, houve a instalação de elementos e atores no território dedicados a garantir e fiscalizar a execução das normas de proteção ambiental e de adequação às exigências para realização de atividades produtivas que utilizam recursos naturais. A estrutura de fiscalização e denúncia de elementos que infringem as normas foi intensificada, mas os trabalhadores permanecem sem conhecerem os dispositivos que adequariam suas funções às normas instauradas.

Por outro lado, elementos que possuem elevado grau de acesso, interpretação e institucionalização para atuar de acordo com as normas e que, no geral, promovem fluxos intensos, além da capacidade de produzir prejuízos significativos, conseguem se adaptar à normatização desenvolvida. Obviamente que, para isso, é necessário investimentos para a obtenção do conhecimento jurídico e a realização de processos que possibilitem o desenvolvimento de atividades com finalidade de geração de lucros. De outro modo, é exigido o mesmo nível de articulação aos trabalhadores que buscam apenas a execução de ofícios seculares, com o objetivo de obter uma renda familiar mínima.

Devemos considerar que as políticas ambientais e culturais consideradas compõem estratégias de cunho econômico, político e social e acompanham uma série de políticas territoriais “implícitas” (COSTA, 1991, p. 73). Estas ações se desenvolveram, principalmente, no século XXI, a partir de “políticas econômico-territoriais”, “subestratégias das macropolíticas econômicas” (COSTA, 1991, p. 74). No caso do tombamento de centros históricos, utilizaram-se processos de reterritorialização de espaços decadentes para incorporação de novas atividades econômicas, a exemplo do turismo.

A criação de UCs desterritorializou espaços de interesse, salvaguardando ambições econômicas de iniciativas futuras por atores distintos. Já a fiscalização ambiental restringiu as atividades econômicas, desterritorializando os trabalhadores autônomos em diferentes níveis – promovendo desde o impedimento à realização de dado ofício, até a migração para outros lugares pela imposição da impossibilidade de trabalhar na função da qual o trabalhador é conhecedor –, entre estes aqueles detentores de significativos saberes tradicionais, em benefício daquelas atividades com capacidade de atenderem as exigências burocráticas para a remessa de impostos diretos.

A execução das políticas, mesmo tendo como discurso a adoção de práticas de viés cultural e ambiental, a partir de movimentos políticos internacionais, aparentemente deslocadas dos aspectos econômicos, resultou em interações diretas de trabalhadores e cidadãos com novas dinâmicas da sociedade do consumo. O termo se relaciona às ações políticas por meio das quais consumidores ascendem à condição de cidadãos. Isso implicaria numa “concepção de mercado não como simples lugar de troca de mercadorias, mas como parte de interações socioculturais mais complexas” (CANCLINI, 1999, p. 90). O “valor mercantil”, deste modo, também seria “resultante das interações socioculturais em que os homens os usam” (CANCLINI, 1999, p. 90).

A agricultura e a construção civil em Morro do Chapéu podem ser consideradas atividades que têm como finalidade a obtenção de renda por parte dos trabalhadores. Por outro lado, quando realizadas em benefício da unidade familiar, atendem necessidades de autonomia e subsistência que não envolvem necessariamente relações capitalistas. Isto é, não há a venda da mão de obra para obtenção de rendimentos e troca do recurso pelo serviço prestado. No caso da agricultura, investe-se o tempo de trabalho na produção para o consumo dos gêneros alimentícios. No caso da construção civil, aquelas pessoas que planejam a construção da própria casa têm a opção de produzirem os próprios tijolos de adobe, sem a necessidade de construir um forno para tal.

Esta atividade figura como estratégia utilizada por muitas famílias, em especial, aquelas que vivem na zona rural de toda a região. Isso porque a produção dos próprios tijolos reduz os custos de construção, ampliando a necessidade de utilização de mão de obra, muitas vezes disponível dentro do próprio núcleo familiar. A edificação de paredes de tijolos de adobe não exige a utilização de ci-

mento na argamassa, podendo ser realizada apenas usando barro, disponível abundantemente. Muitas vezes a compra de materiais de construção é exigida apenas na etapa final de construção da residência, com a compra de telhas das olarias ou de complementos para garantir mais conforto, a exemplo das estruturas hidráulicas e elétricas.

Ao mesmo tempo em que possibilita a edificação da residência da família, o método construtivo reduz a dependência dos trabalhadores à necessidade de vender dias de trabalho em benefício de outras pessoas. A dedicação ao trabalho é integralizada para o desenvolvimento social da própria família, que muitas vezes está associado ao cultivo agrícola para a garantia da segurança alimentar, ampliando ainda mais a autonomia familiar na relação com o sistema capitalista de exploração da mão de obra em benefício da mais-valia. A eventual prestação de serviços para elementos de outras estruturas que não sejam a familiar do trabalhador, nesta lógica, representaria uma renda adicional que poderia ser investida na melhoria das condições de vida, ao invés do suprimento das necessidades mais básicas.

É óbvio que as condições para obter este nível de autonomia só se tornaram possíveis após o processo de intensificação de estruturas físicas que contribuíram para garantir a vida no campo, a exemplo dos programas governamentais que ofereceram melhor oferta de infraestruturas. São importantes também as iniciativas que garantem as condições mínimas de sobrevivência, a exemplo dos programas de transferência de renda e a estrutura da organização pública de seguridade social. Do mesmo modo, o período recente de relativa estabilidade da macroeconomia nacional também favoreceu o planejamento familiar em bases menos instáveis.

Esta perspectiva é um dos fatores que contribuíram com a manutenção dos saberes tradicionais, entre eles os construtivos, e a aplicação por parte da população possibilitando que novas edificações fossem realizadas com o uso das técnicas tradicionais. Sem este pretense equilíbrio da economia durante a primeira década do século XXI até meados da segunda década muitas famílias, possivelmente, não teriam tido condições de permanecerem nas comunidades e migrariam do campo para outros centros urbanos que concentram grandes populações, seguindo o caminho de conhecidos que viveram nas localidades próximas.

Assim, estas construções foram edificadas sobretudo por conta da autonomia técnica que a transmissão dos saberes possibilitou, mas também pela autonomia financeira que o conhecimento técnico permitiu e porque a economia de modo geral apresentava índices estáveis, que muitas vezes garantiam alguma renda, geralmente, por conta da ocupação em diferentes tipos de trabalho – formais, informais, autônomos, contratados etc. Mesmo esta situação tendo garantido a expansão dos núcleos urbanos do território em alguma medida nas últimas décadas, as ações do tombamento dos conjuntos arquitetônicos das sedes de municípios da Chapada Diamantina representaram, principal-

mente, a valorização de espaços edificados historicamente pelas oligarquias locais, dinamizando-os por meio da vinculação das localidades às dinâmicas transnacionais de fluxos turísticos.

Os recursos públicos de origem internacional e nacional que foram investidos para a reforma das fachadas e edificações públicas nestes territórios também beneficiaram diretamente as famílias mais abastadas que ainda possuíam as edificações mais valorizadas da cidade, localizadas nos centros históricos. É importante lembrar que os perímetros de tombamento destas zonas urbanas excluem praticamente todos os bairros populares, que guardam os maiores valores responsáveis pela edificação das cidades, o conhecimento dos trabalhadores.

As ações de inventariamento dos saberes tradicionais dos construtores do território de identidade, a exemplo dos trabalhadores das olarias de Morro do Chapéu, além daqueles que atuam em toda sorte de ofícios vinculados à atividade, podem ser tratadas aqui como espécie de autocrítica dos organismos definidores da política patrimonial. É possível considerar isso, dado o histórico da política de tombamento de símbolos edificados representativos do poder das classes dominantes. Apenas recentemente deu-se início ao reconhecimento dos saberes construtivos mantidos pelos trabalhadores, justamente quando os saberes pareciam fadados ao desaparecimento, dada a influência das técnicas necessárias aos empregos de materiais de construção industrializados.

Podemos, assim, considerar que enquanto a função da política do patrimônio material era valorizar as obras construídas por meio do emprego do poder das classes dominantes, a proposta de reconhecimento dos saberes tradicionais dos trabalhadores tinha como mérito registrar as técnicas construtivas antes da morte da maior parte dos detentores dos saberes. Esta proposta vem a reboque das discussões sobre as políticas de valorização do patrimônio imaterial, em geral, a partir de discussões realizadas, principalmente, nas duas últimas décadas. A questão é que a falta de atenção aos saberes e fazeres tradicionais relacionados à construção tradicional era uma evidente contradição se comparada com os estímulos dados ao longo de 80 anos à política de tombamento de edificações e das discussões promovidas sobre o patrimônio material.

No caso da definição das políticas de patrimônio material e imaterial, ações de tombamento e registro de bens imateriais precisamos manter-nos atentos aos “micro-poderes”, cuja fluência acontece simultaneamente às fontes de macropoder. Nesta dimensão forma-se uma “rede de aparelhos dispersos, sem aparelho único, sem foco nem centro, e uma coordenação transversal de instituições e de tecnologias” (FOUCAULT, 1979, p. 159) que influenciam os territórios simbólicos. É possível observar isso por meio da pesquisa na escala de Morro do Chapéu.

Foucault concorda que não podemos nos limitar à análise dos aparelhos do Estado se quisermos apreender os mecanismos de poder detalhadamente em sua complexidade. Para compreender as dimensões da economia da construção tradicional nos territórios, foi necessário buscar o poder

em exercício que passa por canais muito sutis. Consideramos que cada indivíduo e cada mestre artesão entrevistado durante a realização do INRC-CD são titulares de um certo poder, sendo também condutores do poder. “O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem” (FOUCAULT, 1979, p. 159).

A possibilidade de analisar alguns desses “mecanismos e efeitos de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 161) não reduz a importância nem a “eficácia do poder de Estado” (FOUCAULT, 1979, p. 161). A iniciativa visa identificar as forças que tentam reduzir o papel de protagonismo dos trabalhadores dos ofícios tradicionais no território e os interesses que servem de pano de fundo das ações, principalmente, na escala local. Os processos de formação do território contribuem no sentido de esclarecer as estratégias por meio das quais os atores responsáveis pela efetiva produção espacial sejam oprimidos pelos grupos que estabeleceram o controle decisório dos elementos que seriam desenvolvidos para efetivar sua predominância.

O fato de os trabalhadores da construção civil tradicional no território de interesse serem autônomos resulta das condições históricas da origem dos ofícios, conforme relatado. Desde então não houve mobilizações significativas para que a categoria se organizasse e é possível afirmar que, em geral, elementos que promovessem a organização laboral podem ter sido induzidos a recuarem do objetivo. Para isso, basta ver, no caso de uma categoria com histórico de mobilização, a exemplo dos agricultores familiares, fator que se deu como resultado de uma série de outros elementos, a perseguição, violência e constantes assassinatos de lideranças, principalmente, nos períodos de estímulo às críticas às formas de mobilização. Assim, a categoria dos construtores funciona de modo desorganizado, com indivíduos atuando de forma colaborativa ou competitiva a partir de dispositivos particulares de estímulos.

### 3.1 A ação pública e as políticas culturais de tombamento

A intensificação da influência de autarquias estaduais e federais do campo do patrimônio é um dos principais fatores de regulação da formação territorial dos espaços urbanos nas cidades históricas do território da Chapada Diamantina. Um dos primeiros tombamentos na Chapada Diamantina é realizado em 1973, pouco menos de dez anos desde os estímulos do primeiro voluntário da organização do governo norte-americano dos Corpos de Paz neste sentido. A organização representada pelo integrante já havia difundido a iniciativa para a criação de um parque para a conservação

ambiental na região. Inicialmente, o tombamento contou com o apoio do Movimento de Criatividade Comunitária (MCC), tecnologia de mobilização executada pelo integrante da organização norte-americana vinculada ao serviço de inteligência do país e desenvolvida pela igreja católica. A efetivação do parque nacional seria forjada pelo integrante seguinte do mesmo programa, que se tornou pesquisador em temas da natureza no território.

A forma de mobilização em que se deu a participação local para o processo, que envolvia também elementos regionais, dada a influência política de atores de interesse das localidades, é relatada enquanto baseada majoritariamente dentro das estruturas de poder da época. A mobilização para o tombamento de Lençóis, por exemplo, se deu durante o regime militar, e um dos mobilizadores locais afasta a possibilidade de que tenha havido a interferência de qualquer elemento subversivo (MANGILLI, 2016) no processo.

A política de tombamento, no caso da normatização cultural do espaço urbano, estava definindo-se desde meados de 1930, por iniciativa do movimento modernista brasileiro que resultou na criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. A noção de patrimônio teria sido uma invenção francesa do século XV, que “sob denominação de antiguidades, ilustra o desdobramento do projeto humanista” (CHOAY, 2001, p. 205). O desenvolvimento de um conjunto de normas relacionadas ao conceito, no entanto, ganhou corpo entre os séculos XVIII e XIX, em especial a partir da Revolução Francesa. É a partir de então que “se percebe uma outra sensibilidade em relação à proteção e conservação de bens considerados dotados de valor” (ZANIRATO, 2006, p. 86).

Com a possibilidade de destruição completa dos valores materiais da burguesia francesa que parte dos apoiadores da revolução passaram a alertar sobre a importância de preservar riquezas do país, a fim de manter referências dos períodos anteriores para as gerações futuras. Nesta época, “os bens ganham o sentido de herança pública, sendo assim, dignos de investimentos públicos” (HORTA, 2014a, p. 63). No século XX, as discussões sobre o patrimônio teriam avançado até que, na virada do século seguinte, o conceito se ampliaria ao processo em curso denominado de “patrimoniação”.

A nova fase da política para o patrimônio seria caracterizada pelo excesso de iniciativas para a conservação de bens e pela sobrevalorização das “raízes”, promovendo a anulação da “vida presente, destituindo-a de seus encantos” (JEUDY, 2005, p. 15). Pode ser o retrato de um processo que se deu na realidade francesa, mas, definitivamente, não é o caso da política de conservação do patrimônio no Brasil. A análise conjuntural das políticas em vigência no território nacional é marcada pela “precária situação de conservação de boa parte do patrimônio, reconhecido ou não, além da crônica dificuldade de atuação dos órgãos públicos de preservação”, situação reveladora de “que se

está muito distante de um quadro que se pudesse qualificar de ‘excesso de patrimônio’” (SCIFONI, 2006, p. 56).

Outro fator diferencial da realidade do país que inspirou a política de conservação do patrimônio é que “bens e saberes locais são constantemente subjugados frente ao processo de modernização, que transforma tradição em sinônimo de obsolescência e retroação” (HORTA, 2014a, p. 63), de acordo com a pesquisadora da Universidade de São Paulo que estudou o patrimônio sertanejo existente nas técnicas tradicionais de irrigação da agricultura, na Chapada Velha. O conceito de patrimônio nos interessa, pois também representa um campo de disputas de valores materiais simbólicos “entre classes, as etnias e os grupos” (CANCLINI, 1994, p. 97).

O antropólogo argentino alerta para a necessidade de se analisar as desigualdades na formação e apropriação do que é considerado patrimônio pelo poder público. O campo teria possibilitado a aproximação da ação estatal à formação da memória que interessa à gestão pública, junto das suas representações, expondo a iniciativa do Estado e os conflitos sociais vinculados à questão do patrimônio. A medida teria a função de promover a “institucionalização da memória social figurada pelo patrimônio” (HORTA, 2014a, p. 64). De acordo com outra pesquisadora, “o patrimônio é um campo de disputas simbólicas no qual se refletem as possibilidades de cada segmento social apropriar-se do passado e manter ou conquistar o acesso pleno aos direitos sociais, o que torna também um lugar de esquecimento, de exclusão, em constante mudança” (RODRIGUES, 2000, p. 145).

As culturas relacionadas aos saberes dos ofícios tradicionais das atividades econômicas cujos processos foram responsáveis quase totalmente pela formação territorial da Chapada Diamantina, são intangíveis na essência, em especial o ofício da construção civil, que esta pesquisa se interessa de maneira particular. Por mais que existam as evidências materiais do ofício e que em casos, como o da mineração artesanal, o trabalho tenha se resultado em efeitos monumentais, conforme, atualmente, pesquisas reconheçam o patrimônio geológico criado pela modificação das paisagens pelos garimpeiros, os valores que resistem por mais tempo são os simbólicos.

Estes valores, no entanto, podem ser apurados com maior certeza por meio dos conhecimentos transmitidos por meio da oralidade. Neste sentido, as etapas de entrevistas realizadas durante o INRC-CD facilitam o acesso a um conjunto de saberes informados pelos mestres dos saberes da atividade de forma qualificada. Para que possamos utilizar o arcabouço de conhecimentos oferecido pela metodologia de identificação do patrimônio do órgão federal, é importante elucidarmos o lugar do patrimônio imaterial nos debates relacionados ao patrimônio cultural e histórico.

Desde a revolução francesa os bens edificados, os monumentos excepcionais e a produção da elite são os símbolos prontamente vinculados ao conceito do patrimônio. A realização de conferências internacionais funcionaram como marcos para a delimitação do patrimônio imaterial; para a va-



lorização das “experiências vividas”; e para redefinição do conceito de patrimônio cultural aplicado tanto aos bens materiais quanto imateriais. Foram, respectivamente, a Convenção de Haia, realizada em 1954, a Declaração do Quebec, feita em 1971, e a Convenção Mundial do México, em 1985 (ZANIRATO, 2006, p. 87-89).

O avanço dos segmentos que discutem as políticas de conservação do patrimônio cultural resultou em duas tendências de pensamento e de análise. Em primeiro lugar, aquelas representações consideradas de interesse de “determinados segmentos sociais dominantes” (PELEGRINI, 2009, p. 99), os chamados bens de cal e pedra. O segmento não considera apenas obras monumentais, ou conjuntos arquitetônicos consagrados, mas também obras de arte, obras-primas, bens, em geral, que remetem às relações dos bens culturais e das memórias nacionais. “Outra vertente se dedica às histórias e memórias dos segmentos menos favorecidos expressos nas tradições orais e no patrimônio imaterial desenvolvido em determinadas épocas e regiões do planeta” (PELEGRINI, 2009, p. 99).

Esta vertente tentaria valorizar os bens relegados pelas autoridades responsáveis pela escolha e seleção daqueles bens que seriam considerados enquanto patrimônio de uma nação. Compreender os saberes da construção civil tradicional, com o apoio do material do INRC-CD, elaborado pela UFBA, sob a supervisão do órgão responsável pela atribuição de sentido àqueles bens que podem ser considerados enquanto patrimônio nacional, é também “compreender o poder de opressão das classes dominantes frente aos saberes locais de populações postas à margem da sociedade” (HORTA, 2014a, p. 66).

Neste caso, não foram só as classes dominantes que determinaram como os saberes de trabalhadores seriam realizados durante os séculos de edificação da maior parte das estruturas de ocupação no território de interesse desta pesquisa. Durante décadas, desde a produção do primeiro conjunto de diretrizes para a determinação do que o Estado consideraria como patrimônio nacional, foram aquelas mesmas classes que definiram a localização do valor dos bens nacionais. Para o grupo, os valores a serem reconhecidos e protegidos estavam na conservação da estética material, símbolos da capacidade das oligarquias de possuírem pessoas escravizadas para edificarem os conjuntos arquitetônicos tombados.

O INRC-CD reconhece estes símbolos, mas de forma complementar, os relaciona aos saberes tradicionais seculares necessários para a realização das edificações. Some-se à utilização destes conhecimentos milenares o acúmulo das experiências obtidas pelos trabalhadores durante séculos, resultando na produção espacial em acordo com os recursos disponíveis no ambiente sertanejo. Esta simbiose resultou num arcabouço de saberes locais relativos aos conhecimentos da construção civil tradicional adaptada à realidade do sertão baiano.

Em vez de aceitarmos a diferenciação, ou a dicotomia, entre as culturas representadas pelos produtos de poder das classes dominantes e os bens do fazer, estratégicos para a realização das obras, consideramos a situação de opressão à qual os trabalhadores detentores dos saberes tradicionais estão submetidos pela força imposta pelas classes historicamente dominantes. Isso nos permite compreender melhor as formas pelas quais operam o poder dominante e identificar os processos de desterritorialização dos saberes tradicionais da construção civil e reterritorialização da influência dos elementos contemporâneos industriais da construção. Assim, podemos compreender a relação entre os saberes tradicionais da construção e os conhecimentos desenvolvidos nas localidades aplicados às novas tecnologias como uma forma de adaptação da atividade econômica no espaço analisado, na atualidade. Afinal, “a hipótese formulada por Bakhtin de uma influência recíproca entre as culturas das classes subalternas e a cultura dominante” (GINZBURG, 2006, p. 18) parece mais produtiva do que o pensamento dicotômico.

No entanto, a ideia de preservação do hemisfério ocidental não era compatível com a noção de conservação dos valores imateriais ou processuais que surgia a partir da década de 1970. Isso porque a prática de salvaguardar o patrimônio material estava fundada “na conservação do objeto e na sua autenticidade, bem como sua codificação legal, baseada, em última análise, na limitação do direito de propriedade” (SANT'ANNA, 2009, p. 52).

O mundo ocidental só começou realmente a considerar essas questões quando, após a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, em 1972, países do Terceiro Mundo reivindicaram a realização de estudos para a proposição, em nível internacional, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural. Em 1989, uma resposta foi dada a essa reivindicação, por meio da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (SANT'ANNA, 2009, p. 53).

O documento foi aprovado durante a Conferência Geral da Unesco e recomendava aos países-membros a realização de processos como “a identificação, a salvaguarda, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional e popular” (SANT'ANNA, 2009, p. 53). Recomendava-se que, para isso, fossem realizados registros e inventários com o devido suporte econômico, além da “introdução de seu conhecimento no sistema educativo, documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais” (SANT'ANNA, 2009, p. 53).

O Brasil é considerado um dos poucos países ocidentais que haviam instituído o registro do patrimônio cultural imaterial até meados da primeira década do século XXI. O país determinou o conjunto de normas para tal por meio de decreto no ano 2000, quase sete décadas após a elaboração do anteprojeto do poeta modernista Mário de Andrade, que resultou na criação do órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural pelo governo brasileiro, em 1936. O trabalho realizado pelo artista relacionava a cultura à arte, considerando-a como “uma palavra geral”, cujo sentido significa

a “habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos” (MEC/SP-HAN/FNPM, 1980, p. 61).

Conforme a arquiteta e urbanista, professora do mestrado profissional em conservação e restauração de monumentos e núcleos históricos, da Faculdade de Arquitetura da UFBA, Márcia Sant'anna, é notório que o “conceito revolucionário” e as ideias visionárias de Mário de Andrade não tiveram sucesso após a apresentação do anteprojeto que teria o objetivo de organizar os termos legais da conservação do patrimônio cultural a partir da década de 1930. Assim, as normas para o tombamento de bens nacionais definida pelo decreto-lei 25, de 1937, “tem outra natureza e só é aplicável e produz efeitos no plano material” (SANT'ANNA, 2009, p. 52).

Mesmo com o atraso até a criação dos termos legais para a conservação do patrimônio imaterial no país, é importante considerar que a iniciativa nacional antecipou a convenção da Unesco que orientou a salvaguarda e o respeito ao patrimônio cultural imaterial, realizada em 2003 (UNESCO, 2006, p. 4).

Temos então que o patrimônio cultural imaterial corresponde às expressões e tradições, como os saberes, os modos de fazer, as celebrações, costumes e tradições, pertencentes e reconhecidas por um grupo de indivíduos. Dentro dos inúmeros elementos que compõem o patrimônio cultural imaterial destacam-se os conhecimentos tradicionais. Como o próprio nome indica, eles estão ligados a uma determinada comunidade e à sua cultura, formada por várias gerações e em constante mutação. São formas de desenho, celebrações, rituais e métodos para produção de alimentos, pratos e medicamentos a partir de recursos naturais (HORTA, 2014a, p. 67).

Os termos internacionais desenvolvidos para pautar a valorização dos bens imateriais são particulares ao Ocidente, dado que a prática oriental de valorização da cultura, ao invés dos objetos produzidos, “não dependem das convenções internacionais” (HORTA, 2014a, p. 67). “No mundo oriental, os objetos jamais foram vistos como os principais depositários da tradição cultural. A permanência no tempo das expressões materiais dessas tradições não é o aspecto mais importante, e sim o conhecimento necessário para reproduzi-las” (SANT'ANNA, 2003, p. 52).

Nestes países, em suma, mais relevante do que conservar um objeto como testemunho de um processo histórico e cultural passado é preservar e transmitir o saber que o produz, permitindo a vivência da tradição no presente. De acordo com essa concepção, as pessoas que detêm o conhecimento preservam e transmitem as tradições, tornando-se mais importantes do que as coisas que as corporificam (SANT'ANNA, 2003, p. 52).

A primeira legislação de preservação do patrimônio cultural japonesa, por exemplo, que data da década de 1950, tinha como objetivo incentivar e apoiar pessoas e grupos que detinham as técnicas necessárias para o desenvolvimento das tradições. A aceitação das propostas orientais bem-sucedidas fez países como a França também criarem dispositivos legais para o apoio aos mestres dos ofícios tradicionais. O objetivo principal era o risco da perda das dinâmicas de transmissão das téc-

nicas e os conhecimentos acumulados pelos chamados “Tesouros humanos vivos”, categoria forjada pela Unesco para as gerações mais jovens.

A realização do INRC da construção tradicional na Chapada Diamantina é reconhecida como iniciativa para identificação e valorização dos ofícios vinculados à atividade da construção civil tradicional. Muitos dos saberes da atividade estão praticamente extintos. Em texto de apresentação dos Caderno de Memórias dos mestres artífices da construção no território de identidade, produto do INRC da Chapada Diamantina, o diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan, Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz, descendente de famílias tradicionais do território, afirma a necessidade de valorizar os mestres enquanto “sujeitos ativos do patrimônio” por todos os entes federativos “para poder reinseri-los numa lógica de mercado; um trabalho complexo, porque para isso acontecer é imprescindível uma movimentação entre eles mesmos e também aproximação e interlocução com os governos, para fins de atendimento a demandas específicas dos grupos envolvidos” (IPHAN, 2017a, p. 20).

Durante a pesquisa apresentada teriam sido identificadas “muitas práticas e conhecimentos tradicionais um tanto esquecidos pelos detentores, dando ensejo a sua potencial reinserção nas atividades do cotidiano das comunidades, transformando muitas realidades, tendo em vista a possibilidade real de dinamização das economias” (IPHAN, 2017a, p. 20-21). O trabalho realizado pela equipe da UFBA com recursos do Iphan representaria “uma perspectiva de ações futuras com muitas possibilidades e com a finalidade maior de através da comunhão de esforços do poder público, universidade e sociedade se buscar a valorização e apoio à continuidade e sustentabilidade desses saberes tradicionais” (IPHAN, 2017a, p. 21). É em acordo com isso que nossa pesquisa utiliza os produtos do inventário como apoio para melhor identificar as dimensões econômicas das atividades de mestres e trabalhadores do campo em geral, incluindo suas estruturas ou territórios simbólicos.

A iniciativa de evidenciar as potencialidades da atividade da construção civil no território e dos conhecimentos tradicionais relativos à função para as realidades locais possui relação direta com o desenvolvimento econômico da Chapada Diamantina. É iminente o risco representado pela ameaça de interrupção das dinâmicas de transferência de conhecimentos seculares desenvolvidos no território dada a influência do poder das indústrias e das tecnologias desenvolvidas externamente. A perda dos conhecimentos afeta negativamente toda a cadeia produtiva no território, influenciando desde relações pré-capitalistas de dinâmicas econômicas até o conjunto de rendimentos da classe trabalhadora ativa do segmento de maneira geral. O benefício viria de modo extensivo para os atores vinculados às indústrias contemporâneas do setor ou prestadoras serviços para a construção civil.

Seria o caso do avanço da desterritorialização dos conhecimentos tradicionais do setor e reterritorialização das influências de tecnologias promovidas por forças externas, representadas por tecnologias contemporâneas que dominam cada vez mais os fluxos das estruturas econômicas, políticas e simbólicas da construção. Isso acontece tanto nas esferas internacionais, quanto nacionais, regionais e locais. A perspectiva complexa disso poderia ser rerepresentada por uma hipotética interrupção total da transmissão dos saberes tradicionais, devido à priorização de técnicas contemporâneas, e impossibilidade da construção com técnicas tradicionais nas zonas rurais, nas quais residem a maior parte destas dinâmicas, realizadas pelas próprias famílias e sem uso de recursos financeiros para pagamento de trabalhadores. Ainda são comuns as residências construídas com uso mínimo de materiais adquiridos no comércio local.

Enquanto o acúmulo histórico permite a execução de técnicas tradicionais por grande parte da população, a realidade sem estímulos para a manutenção dos processos de transmissão dos conhecimentos relativos às técnicas tradicionais de construção promove a perspectiva de domínio total dos elementos contemporâneos do mercado.

As iniciativas para a salvaguarda dos núcleos urbanos no interior da Bahia aconteceram após a série de tombamentos realizados nas cidades do ciclo do ouro no interior de Minas Gerais. O processo priorizou não só os conjuntos arquitetônicos, mas também as igrejas do circuito, no qual também desenvolveu-se posteriormente iniciativas de estímulo ao turismo histórico. No caso da Chapada Diamantina, a orientação dos voluntários norte-americanos dos Corpos de Paz à mobilização social serviria como forma de recuperar as estruturas urbanas decadentes e arruinadas, possibilitando a reorientação funcional dos lugares.

Os governos estadual e federal passaram a exercer maior influência sobre o espaço da região, redefinindo a nomenclatura territorial a fim de facilitar a comercialização dos atrativos na esfera internacional. Normas ambientais e culturais restritivas influenciaram uma série de áreas do território, em alguns casos, entrando em contradição com a permanência de comunidades tradicionais nas localidades em que viviam há décadas, conforme visto. Como parte deste processo, a área de exploração diamantífera do sertão baiano passa a ser conhecida como Chapada Diamantina.

No caso da vila do Ventura, distrito de Morro do Chapéu, a distância da sede e o histórico de disputas com o espaço matricial do município fizeram com que a localidade ainda não tenha passado pelo processo de beneficiamento turístico. É importante considerar os relatos de que, apesar de toda importância regional da vila do Ventura para a formação da Chapada Diamantina, o processo de tombamento da sede deste distrito de Morro do Chapéu está paralisado. A origem da iniciativa é considerada de modo controverso por atores com atuação na localidade

Apesar do centro histórico da sede de Morro do Chapéu ser anterior ao apogeu do garimpo de diamante no Ventura e a sede possuir casario com características que preservaram a estética de décadas anteriores, os estímulos para o tombamento do conjunto arquitetônico são municipais. Não houve ainda mobilização para o tombamento da sede do município pelos órgãos estadual ou federal responsáveis pelo patrimônio cultural, ao contrário da articulação realizada em virtude da criação das UCs ambiental em Morro do Chapéu.

A época seguinte ao período marcado pela influência de Mário de Andrade sobre os trabalhos do órgão nacional do patrimônio resultou na ampliação do conceito e a inclusão dos bens de natureza imaterial, em especial os relativos à identidade, à ação e memória dos grupos que formaram a sociedade brasileira. A marca do novo conceito foi deixada na Constituição Federal de 1988. O conjunto de normas definido pela Constituição que incide sobre as diversas escalas do território nacional traz entre os valores, além do pleno exercício dos direitos culturais, a previsão de instrumentos para tutela do patrimônio cultural brasileiro.

Além disso, um dos valores que mais são identificados com as ideias que pretendemos expor na pesquisa é a previsão de que o mercado interno faz parte do patrimônio nacional (art. 219). Compreendemos que todo o segmento da construção civil tradicional na Chapada Diamantina está diretamente vinculado com dinâmicas internas do mercado no território. Estas dinâmicas representam um volume significativo de fluxos financeiros e de valores que circulam quase que de maneira espontânea entre as diversas localidades sem que o poder público dê conta de estimulá-los de modo positivo ou normatizar as formas pelas quais essas atividades operam. Conforme vimos as formas de interferência se dão em maior parte de modo negativo, a exemplo das normas ambientais produzidas, que limitam a realização de uma série de ofícios tradicionais.

Arriscamo-nos a dizer que a estrutura econômica de todo o território depende destas atividades. A estrutura política também é influenciada pela ação cotidiana dos trabalhadores daquela função. Essas atividades além de envolverem uma série de dimensões simbólicas de valores identitários que estão em processo de mudanças radicais caracterizadas pela perda de representatividade a partir da falta de ações para o reconhecimento e problematização, em especial, da informalidade que caracteriza o trabalho dos ofícios tradicionais na Chapada Diamantina, relegando-os a condições desprezadas pela política pública econômica.

### 3.1.1 O patrimônio cultural nacional a partir da Constituição de 1988

A Constituição Federal de 1988 definiria duas ordens de valores que tratam da cultura. Uma seria o sistema de significações da norma jurídica em si e a outra a própria cultura, ou o patrimônio cultural nacional, enquanto matéria normatizada. “As ordens de valores se complementam e interagem necessariamente. Os direitos culturais são permanentemente repositório de valores e são ancorados em um suporte que é o patrimônio cultural material ou imaterial” (SOARES, 2009, p. 104-105). Por meio da normatização promovida pela Carta Magna de 1988, a ordem de valor de interesse para o estudo do cuidado jurídico com o patrimônio cultural é aquela que trata da vertente dinâmica da cultura, isto é, “a cultura normatizada, especialmente o significado jurídico do patrimônio cultural e as relações deste com outros bens e interesses” (SOARES, 2009, p. 106).

No caso da produção de inventários vinculados aos sítios urbanos, além do valor histórico e artístico dos bens e da racionalidade econômica e social da intervenção, “é possível que os inventários deixem de fora a dimensão simbólica daquele espaço para seus habitantes, necessariamente plural e diversificada” (FONSECA, 2006, p. 86). Comparamos dois inventários realizados de forma distinta na Chapada Diamantina utilizando os exemplos do volume do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia que abrange a região (BAHIA, 1997), além do INRC realizado em Mucugê, em meados de 2009, como suporte ao tombamento da cidade.

O primeiro trabalho, organizado pelo arquiteto formado pela primeira turma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, Paulo Ormino David de Azevedo, se concentra nas principais edificações dos principais centros urbanos históricos do território. Faltam, no entanto, referências aos demais aspectos da cultura em geral, além de informações relacionadas aos aspectos sociais vinculados ao processo de construção das edificações. No caso do INRC de Mucugê, há dados relativos às referências culturais em geral do município, mas também não há referências vinculadas aos ofícios tradicionais da construção, por exemplo.

Para Londres Fonseca (2006, p. 86), considerar somente os monumentos excepcionais retiraria a vitalidade do espaço já que se deixaria “de apreender em toda a sua complexidade, a dinâmica de ocupação e de uso daquele espaço”. No caso do território, ou do espaço produzido, o objetivo da preservação do patrimônio teria como resultado uma nova orientação quanto ao uso do solo. “Trata-se de levar em conta um ambiente, (...) a maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, usos e costumes” (FONSECA, 2006, p. 86).

O INRC da construção tradicional viria justamente para suprir a ausência de informações dos inventários anteriores realizados na região, principalmente, aquelas relacionadas aos fatores sociais que envolvem os processos construtivos. Seria uma forma de dar valor à principal ocupação responsável pela edificação dos bens mais valorizados pelo órgão nacional responsável pelo patri-

mônio. Podemos identificar como um dos benefícios preliminares dessa iniciativa a promoção de algum nível de valorização de uma categoria de trabalhadores historicamente oprimida e desvalorizada dentro da estrutura social. Muitas perspectivas podem se abrir a partir disso.

Referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos [...]. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica. O ato de apreender “referências culturais” pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas como também a elaboração de relações entre elas, e a construção de sistemas que “falem” daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo (FONSECA, 2006, p. 87).

No caso do INRC-CD, o arquivo de resultados do inventário, que servira como suporte desta pesquisa, apresenta os padrões culturais dos trabalhadores da atividade no território, colhidos por meio de uma série de entrevistas e analisados neste estudo. Os registros fotográficos e sonoros e as gravações em vídeo realizadas durante o inventário e armazenados, da mesma forma, constituem traços materiais dos depoimentos e conhecimentos colhidos a respeito dos saberes.

Estes recursos podem ser compreendidos como iniciativas do poder público para apoiar a tutela das formas de expressão e produção intelectual dos trabalhadores da construção tradicional com base nas tecnologias disponíveis. Os registros permitem a seleção de referências intergeracionais numa tentativa de não permitir que a forma escolhida seja deteriorada rapidamente pela obsolescência. No caso do INRC, um dos últimos produtos foi realizado a partir do uso da linguagem cinematográfica, um documentário produzido por uma das pesquisadoras que atuou na maior parte da etapa de identificação dos mestres. A linguagem audiovisual facilita a divulgação do bem cultural, pois a forma de apresentação não necessita de um nível elevado de instrução do expectador, ao contrário dos materiais de divulgação escritos, ou pesquisas produzidas.

Em 1938, uma série de igrejas entre outras edificações foram tombadas na Bahia, especialmente, em Salvador e Cachoeira, no Recôncavo. A inscrição no livro do Tombo Histórico da antiga Casa de Câmara e Cadeia, da casa natal de Abílio Cesar Borges, o barão de Macaúbas, além de mais uma edificação e duas igrejas, todas na cidade de Rio de Contas, entre 1958 e 1959, possivelmente, define os primeiros bens tombados no alto sertão baiano.

O tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Lençóis pelo Iphan somente seria realizado em 1973, a partir da inscrição do bem urbano no livro do tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico. O conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Mucugê teve a inscrição no mesmo livro do tomo realizada em 1980, enquanto no ano de 2000 o Iphan inscreveu o distrito de Igatu, do município vizinho de Andaraí, dado o conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e as habitações de pedra, utilizadas pelos antigos garimpeiros. O outro bem do território



inscrito no livro do tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico, também em 2000, é o conjunto paisagístico do Morro do Pai Inácio, em Palmeiras. Estes são os principais bens tombados pela União na Chapada Diamantina.

A partir da década de 2000, no âmbito estadual, uma série de bens do território foram tombados ou passaram a possuir tombamento provisório. Podemos sugerir que as diretrizes normativas inovadoras propostas pela Constituição favoreceram esta fase das políticas patrimoniais na Bahia. A alteração do conceito de bens pertencentes ao patrimônio cultural abrangendo valores mais abrangentes contribuiu para a superação da referência anterior. A monumentalidade era o valor de referência conceitual da tradição constitucional anterior e com a mudança, a partir de 1988, a cidadania cultural teria passado a ser mais valorizada.

No caso dos INRCs dos mestres artífices da construção tradicional, entre eles o da Chapada Diamantina, o que houve foi a realização da pesquisa enquanto elemento de proteção, mas ainda não ocorreram medidas para salvaguardar a ocupação desempenhada pelos mestres do segmento. Alguns casos que podem ser considerados neste sentido, em diferentes níveis do desenvolvimento da política do patrimônio imaterial, são o registro do ofício das baianas de acarajé e o registro do ofício dos mestres de capoeira, ambos realizados pelo Iphan, com vínculos diretos com a cultura baiana, e o registro do ofício do vaqueiro, realizado pelo Ipac.

### 3.2 Tensões entre as perspectivas do patrimônio material e imaterial

Consideramos que fatores como a reterritorialização da influência dos produtos industrializados, a repressão policial para a aplicação de normas ambientais pouco conhecidas pela estrutura do exercício de saberes tradicionais e a interrupção de práticas de maestria e aprendizagem colocam em risco a transmissão dos conhecimentos e práticas das técnicas tradicionais.

Ao considerarmos os mestres da construção tradicional identificados pelo INRC-CD enquanto atores econômicos do setor e do campo do patrimônio cultural verificamos que uma das vertentes de participação destes atores nos contextos de seleção, na “tarefa de viabilizar o desenvolvimento cultural por meio de incentivos do estado, decorrentes de lei federal” (SOARES, 2009, p. 127), foi parcialmente atendida. A maior problemática da atividade da construção tradicional, no entanto, é na vertente ambiental, de acordo com a qual adota-se “o meio ambiente como princípio da ordem econômica e indica a obrigação de realização de estudos de impacto ambiental para empreendimentos potencialmente lesivos, atribuindo responsabilidade objetiva pelos

danos causados aos bens em decorrência de atividade pública ou privada” (SOARES, 2009, p. 127).

No caso da atividade, estendida aos trabalhadores e praticantes da construção tradicional de uma maneira geral, atualmente na Chapada Diamantina é imposta a mesma exigência de cuidados ambientais que deveria valer para empreendimentos com dinâmicas de obtenção de lucros mais intensivas. No geral, estes elementos possuem estrutura para lidar com a burocracia pública.

Por outro lado, mesmo havendo dispositivos legais que resguardam a atividade de impacto ambiental mínimo, praticada por praticamente todos os extratores de materiais e trabalhadores da construção tradicional, a totalidade da mão de obra no território atua com o espectro do medo em ser alvo de operações policiais. Os órgãos públicos que poderiam resguardar a continuidade das atividades dos mestres e trabalhadores, garantindo a territorialização da influência e dos saberes praticados, até o momento, não realizaram atividade significativa em prol do patrimônio cultural representado. Por outro lado, uma série de operações de fiscalizações policiais foram realizadas no território, realizando autuações de pequena, média e grande escala.

A realização do INRC da construção tradicional ainda não representou também uma mudança significativa na postura do Ministério Público da Bahia no sentido de favorecer a valorização das dimensões simbólicas promovidas pelos mestres e trabalhadores da construção civil tradicional na Chapada Diamantina. A unidade do órgão instalada no território, o Núcleo de Defesa da Bacia do Rio Paraguaçu (NURP) é integrante do Centro de Apoio às Promotorias de Meio Ambiente e Urbanismo, organismo auxiliar aos órgãos de execução do MP, do qual também faz parte o Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (Nudephac).

A preocupação pela intensificação da territorialização dos saberes e fazeres relacionados à construção civil tradicional aos níveis anteriores aos dos processos de desterritorialização da prática e reterritorialização dos elementos industrializados não se dá apenas pela importância do nível de emprego e renda do segmento tradicional, com o qual lidamos nesta pesquisa. Com a realização do INRC da construção tradicional na Chapada Diamantina, torna-se uma obrigação pública e privada garantir a “perspectiva da equidade intergeracional” (SOARES, 2009, p. 127). A razão desta pesquisa integra este esforço, tendo em vista que “os estudos, a sistematização dos dados, a utilização dos instrumentos nominados ou não para a tutela dos bens e a indicação de valores de referência para bens culturais (...) devem (...) considerar a fruição imediata e o acesso e uso das gerações futuras” (SOARES, 2009, p. 127).

Buscar por meio das instituições de ensino os argumentos para expor o risco da perda da influência dos elementos do patrimônio cultural no território pode também fomentar a mobilização dos atores jurídicos que deveriam garantir a fruição da produção cultural em diferentes níveis. Compreendemos que o debate econômico inerente ao ofício dos mestres e trabalhadores do

segmento e às formas de apoio à produção cultural, via realização de relações financeiras para obtenção de renda, formas solidárias de busca de autonomia financeira ou promoção dos valores simbólicos, complementam a realização do INRC-CD a partir do estudo dos resultados da pesquisa. O debate é importante tendo em vista os riscos de desterritorialização total dos elementos da construção tradicional e reterritorialização dos elementos industrializados.

Consideramos ainda que a consolidação das atividades tradicionais da construção civil enquanto elementos do patrimônio cultural por meio do INRC-CD insere os saberes e atores humanos diretamente no foco das diretrizes constitucionais. Reconhecendo os saberes vinculados aos ofícios como propriedade dos mestres e trabalhadores e estes como detentores do conhecimento necessário para a continuidade das práticas e significados consagramos não só a defesa do meio ambiente, aspecto notável quando comparamos o padrão de consumo da atividade tradicional com aquela de espaços em que a territorialização dos elementos industrializados da construção civil é mais intensa. Atende-se também a demanda pela função social da propriedade como princípio “da ordem econômica, determinando que o Estado é o agente normativo e regulador das atividades econômicas” (SOARES, 2009, p. 128).

Conforme vimos, foi há menos de duas décadas que o patrimônio cultural imaterial passou a merecer a atenção do poder público federal brasileiro. A diferença do período de dedicação dos órgãos públicos dedicados ao patrimônio fez com que o país tenha relativamente poucos bens imateriais registrados na comparação com os bens tombados. Consequentemente, “o campo de disputas que compreende o patrimônio não permitiu que o país contemplates de forma homogênea a diversidade cultural e histórica que compõe a realidade brasileira” (HORTA, 2014a, p. 68).

Nas primeiras décadas da política cultural, o patrimônio é especificamente eleito para um público em formação que passa a admirá-lo a partir da influência das normas recém-definidas. O público que tenta ser agraciado é o de “um homem novo, construído a partir do binômio educação e trabalho” (SANTOS, 1996, p. 80). O fato da gestão da recusa ao anteprojeto para o Sphan preparado por Mário de Andrade é, “em partes, a recusa do homem antigo, que habitava o Brasil antes de sua colonização, ou então do homem escravizado, trazido à força e desprovido de bens materiais, que carregou consigo apenas o que possuía de imaterial” (HORTA, 2014a, p. 69), tal qual os detentores dos saberes relacionados aos principais ofícios que contribuíram com a formação territorial do sertão, em especial, a construção tradicional.

E é nessa abrangência, que as figuras individuais, no momento da criação do organismo federal de proteção ao patrimônio, agem para a criação do acervo nacional. Como campo de disputas, uma arena ideal para uma peleja sem testemunhas, onde o Estado impõe suas vontades, sob a tutela de intelectuais oriundos de classes hegemônicas (HORTA, 2014a, p. 70).

Os tombamentos realizados em Rio de Contas integram a primeira fase de atuação do Sphan. A segunda fase representativa da política para o patrimônio cultural brasileiro só teria se desenvolvido entre as décadas de 1960 e 1980, ao qual pertence o tombamento de Lençóis. Este teria também sido o período de intensificação do uso do conceito de cultura popular pelo órgão, processo que coincidia com a ampliação da visão nacionalista pretendida durante o período do regime militar autoritário. Os bens tombados teriam feito parte dos pilares de edificação destes ideais.

No entanto, é importante ter atenção a esta periodização das fases consagradas da política patrimonial organizada por Maria Cecília Londres Fonseca (2009), adotada pelo próprio Iphan. Isso porque a definição tenderia “a ofuscar a presença de outros atores nos primórdios da preservação” (WILLIAMS, 1997, p. 375) do patrimônio.

Na organização proposta por Londres Fonseca, além da fase heroica, inicial, a política desempenhada pelo Iphan poderia ainda ser caracterizada pela fase moderna, pós Estado Novo, ambas dedicadas intensamente ao patrimônio material. Haveria ainda a fase dos tombamentos realizados entre as décadas de 1970 e 1990.

A fase mais recente da política do patrimônio nacional teria acontecido a partir da década de 1990, já sob influência de diversas convenções internacionais realizadas sobre o tema nas décadas anteriores e os avanços já citados trazidos pela Constituição de 1988. O novo processo teria sido influenciado pelas reivindicações por novos modelos de salvaguarda que incluiriam o registro do patrimônio imaterial, dos bens intangíveis. Os estímulos à realização do registro do sistema tradicional agrícola do rio Negro e os inventários dos mestres da construção tradicional são evidências da mudança de postura do órgão responsável pelo patrimônio nacional. Seriam também estudos de saberes relativos à formação social e territorial do país e que passaram a ser valorizados enquanto patrimônio brasileiro.

Em texto inédito intitulado “O patrimônio cristalizado”, a pesquisadora do INRC-CD, Joana Horta, revela que as políticas de patrimônio cultural desta etapa estão inseridas no processo da mundialização da cultura como instância universal. No Brasil, contratos com o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) sustentam o programa Monumenta, de recuperação do patrimônio urbano, que atua em cidades históricas protegidas pelo Iphan, a exemplo de Lençóis, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações. A política patrimonial não teria se desenvolvido caso novos modelos de salvaguarda do patrimônio não tivessem sido reivindicados.

A instituição da metodologia do INRC foi realizada em 2000, três anos antes da convenção da Unesco que tratava sobre o patrimônio imaterial. No Brasil, o campo teórico do patrimônio

imaterial teria suas bases na noção de referências culturais desenvolvida na década de 1970 pelo Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) e que, “posteriormente, com a criação da Fundação Pró-Memória, se constitui domínio específico do campo patrimonial” (HORTA, 2014a, p. 71). A tensão entre o movimento de defesa das referências culturais do CNRC e o movimento que privilegiava o patrimônio edificado em “pedra e cal” pautou a política do patrimônio imaterial no país (OLIVEIRA; FREIRE, 2005, p. 154).

Após a instituição do registro do patrimônio imaterial como instrumento de preservação, a chancela da paisagem cultural surge como um dos mais recentes instrumentos de preservação do patrimônio cultural. Entre outras ferramentas concebidas no desenvolvimento do campo patrimonial na transição para este século XXI, permite-se um olhar abrangente sobre o patrimônio. As ações, porém, continuam indissociáveis às relações com o Estado. Os planos de salvaguarda para o patrimônio imaterial são outra ação considerada avançada para as políticas para o patrimônio cultural.

Por meio do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), o Estado viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. O programa foi criado pelo decreto nº 3.551, de 2000, e é considerado o principal instrumento para tornar possível o desenvolvimento das linhas de ação para o registro do patrimônio imaterial. O decreto “reconhece a face imaterial do patrimônio, institui o registro; o PNPI, que atua na identificação, inventário e valorização do patrimônio; e uma metodologia de inventário, o INRC, através de seu manual de aplicação, elaborado pelo departamento de identificação e documentação do Iphan” (HORTA, 2011, p. 12). Enquanto programa de fomento, o PNPI estabeleceria parcerias com órgãos governamentais, universidades – a exemplo do contrato com a UFBA para realização do INRC-CD –, ONGs, instituições privadas e agências de fomento (HORTA, 2011, p. 12).

De acordo com Horta (2011, p. 11), o patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, “é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.

O procedimento metodológico do INRC pressupõe uma etapa inicial do trabalho para a realização de pesquisas em fontes secundárias e em documentos oficiais e entrevistas para o mapeamento dos bens existentes nos sítios de estudo. A fase seguinte consiste na identificação e documentação por meio da aplicação de formulários estruturados, com o intuito de descrever e tipificar os bens selecionados; mapear as relações entre os itens identificados, assim como

identificar novos bens e práticas relevantes. “Identificam-se, portanto, os aspectos básicos dos processos de configuração da manifestação, seus executantes, mestres, aprendizes e público, assim como suas condições materiais de produção” (SANT'ANNA, 2003, p. 54).

Para Leonardo Castriota (2009, p. 208), a ampla abordagem a respeito do patrimônio imaterial dá margem a críticas: “o antropólogo Manuel João Ramos anota que uma concepção demasiado restritiva do conceito de 'patrimônio cultural' por parte da Unesco teria conduzido 'por reação de inversão' a uma questionável autonomização do patrimônio intangível”. A cristalização observada pelo português Manuel João Ramos não foge à reflexão sobre o papel do Estado na eleição do patrimônio, interpreta Castriota (2009, p. 208):

A seu ver, faltaria uma necessária discussão crítica multidisciplinar a respeito dessas ações, sendo o processo de discussão e aprovação dos mecanismos legislativos e de implementação de um programa de 'classificação patrimonial' promovido pela Unesco 'um misto de voluntarismo coletivo, de paternalismo politicamente correto e de tensão negocial entre duas fracções de representantes nacionais 'norte VS sul'.

Ao analisar a experiência mexicana para as políticas públicas de patrimônio cultural, no cenário da contemporaneidade, Néstor Canclini (1994) sugere uma nova postura frente a aspectos como o desenvolvimento urbano, a mercantilização, as indústrias culturais, para se pensar a reformulação do conceito de patrimônio cultural. “Que não só devemos aceitar, por serem as condições em que hoje os bens históricos existem, mas também porque contribuem para repensar o que devemos entender por patrimônio histórico e por identidade nacional” (CANCLINI, 1994, p. 95).

Para o autor, nesse novo contexto é fundamental que o patrimônio cultural seja observado e estudado do ponto de vista das “desigualdades sociais”. A existência de uma “hierarquia dos capitais culturais”, justifica inclusive a desigualdade ao acesso ao patrimônio preservado ou conservado. Entende-se, assim, que o patrimônio deve ser estudado como espaço de luta material e simbólica entre classes, etnias, grupos:

Os produtos gerados pelas classes populares costumam ser mais representativos da história local e mais adequados às necessidades presentes do grupo que os fabrica. Constituem, nesse sentido o seu próprio patrimônio. (...) Têm, no entanto, menor possibilidade de realizar várias operações indispensáveis para converterem esses produtos em patrimônios generalizados e amplamente reconhecido: acumulá-los historicamente (sobretudo quando sofrem de pobreza ou repressão), convertê-los numa base do saber objetivando expandi-los mediante uma educação institucional e perfeccioná-los através de uma investigação e experimentação sistemática (CANCLINI, 1994, p. 97-98).

Essas posições incitam a necessidade de se empreender estudos sobre o patrimônio, com uma nova orientação e a construção de políticas para a preservação e salvaguarda. A política cultural deve buscar resgatar objetos culturalmente representativos através de um olhar interdisciplinar. “Precisamos de novos instrumentos conceituais e metodológicos para analisar as interações atuais entre o popular e o de massa, o tradicional e o moderno, o público e o privado” (CANCLINI, 1994, p. 113).

Os mecanismos criados para identificar, difundir, proteger e conservar a cultura tradicional e popular do patrimônio imaterial podem ser compreendidos como avanços da política brasileira e internacional para o campo. Os dispositivos dos inventariados, de maior interesse da pesquisa, assim como os mapeamentos de referências culturais, “registros etnográficos e audiovisuais de divulgação e valorização dos saberes e produtos dessas manifestações” (SANT’ANNA, 2008, p. 7) contribuem para salvaguardar os bens relativos aos modos de fazer e às formas de sociabilidade, por exemplo. São iniciativas que atendem a necessidade de geração de “ações de produção de conhecimento, de documentação, de sensibilização da sociedade, de promoção e de apoio a condições sociais e materiais de existência” (SANT’ANNA, 2008, p. 7).

Neste caso tratam-se de bens culturais, de processos ou de bens "vivos", “cujo principal repositório é a mente, e cujo principal veículo é o corpo humano” (SANT’ANNA, 2008, p. 7), a exemplo do ofício da construção tradicional, mas também daqueles que consideramos fundadores da identidade sertaneja do alto sertão baiano.

Processos cuja existência depende diretamente dos indivíduos, grupos ou comunidades que são seus detentores ou portadores – e, com isso, qualquer possibilidade de fruição, de acesso ou de uso. A salvaguarda nesse campo deve portanto estar mais orientada para a valorização do ser humano e para o registro do seu saber do que para a preservação ou valorização de objetos e produtos (SANT’ANNA, 2008, p. 7).

O registro de bens imateriais pode ser compreendido como o dispositivo máximo de salvaguarda do patrimônio imaterial, o “instrumento que apoia uma nova política de seleção e preservação do patrimônio, que, ao focar o ser humano, tem que ser, por definição, inclusiva e democrática” (SANT’ANNA, 2008, p. 7). O registro legitima o reconhecimento dos bens culturais vivos enquanto patrimônio imaterial nacional e representa um dispositivo de preservação “adaptado à natureza dinâmica” (SANT’ANNA, 2008, p. 7) das manifestações. A divulgação do conhecimento relacionado aos bens é um dos principais objetivos do dispositivo e garantido a partir da elaboração de “dossiês de Registro” (SANT’ANNA, 2008, p. 7).

Num dos textos que trata das limitações do conceito de patrimônio que vigorou por décadas na atuação do órgão responsável pelo patrimônio no país, Maria Cecília Londres Fonseca

trata da falta de registros em geral dos atores que faziam parte da formação da época colonial no país, a exemplo dos trabalhadores em geral, “mercadores, escravos domésticos, negros de serviço e alforriados, enfim, da sociedade complexa e multifacetada” (FONSECA, 2009, p. 57). Quem costumava incluir os personagens “excluídos”, principalmente, em reproduções visuais produzidas, eram sobretudo “viajantes estrangeiros”, cujo olhar era movido “pelo interesse em documentar o que lhes parecia peculiar” (FONSECA, 2009, p. 57), a exemplo de Debret e Hildebrandt.

Citando o caso do período no qual o Rio de Janeiro foi a capital do país, a autora lembra que mesmo tendo sido “uma cidade quase africana durante a primeira metade do século XIX, essa informação não ficou registrada nos bens que ali são identificados como patrimônio cultural brasileiro, nem na leitura que deles fazem os órgãos de preservação” (FONSECA, 2009, p. 57). O cais do Valongo é um exemplo de sítio arqueológico identificado após intervenções urbanas na atual capital do Estado homônimo. Mesmo com a importância histórica verificada, só foi possível torná-lo parte do patrimônio da Unesco e evitar que fosse suprimido ou descaracterizado após intensa mobilização do movimento negro. Há outros casos de bens tombados do país que envolveriam dimensões simbólicas de modo protagonista, mas que tiveram selecionados apenas os aspectos materiais relacionados ao espaço de realização cancelado.

De acordo com a autora, a limitação da política cultural para o patrimônio aos processos de tombamento durante aproximadamente 60 anos, mesmo no caso de bens que evidenciavam valores simbólicos mais determinantes que o padrão estético material, imprimiu o ideal conservador e elitistas às políticas. “Os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, que no Brasil, são aqueles identificados como as classes dominantes (FONSECA, 2009, p. 61-62).

Conforme aconteceu com manifestações culturais na Chapada Diamantina, é possível que diversos bens e práticas simbólicas tenham deixado de existir no país durante o século XX sem que houvesse qualquer mecanismo de proteção e salvaguarda enquanto patrimônio. Isso aconteceria pois não havia como considerar o “valor excepcional” que representavam. Assim, a questão do patrimônio imaterial “é motivada pelo interesse em ampliar a noção de 'patrimônio histórico e artístico'” (FONSECA, 2009, p. 63). Para que a função protetora para um bem cultural seja cumprida, é necessário que seja antecedida de ações de identificação e documentação.

Além disso, é importante que a estas ações sigam iniciativas de promoção e difusão, “que viabilizam a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados” (FONSECA, 2009, p. 65). São ações que se encontrariam fundamentadas em critérios não apenas técnicos, mas também políticos, tendo em vista que a importância dos bens culturais seria essencial para que a função de patrimônio se desse de forma integral, a fim de fazer os grupos



da sociedade se reconhecerem no repertório.

É o caso do trabalho realizado pelo INRC-CD. Apesar de uma iniciativa do tipo exigir uma equipe interdisciplinar de pesquisadores, o núcleo duro do corpo técnico era composto por arquitetos, incluindo os dois coordenadores do trabalho. Mesmo que fossem sensíveis os aspectos imateriais vinculados à arquitetura e a outras referências culturais, seria de se esperar que a importância relativa às técnicas construtivas fosse mais evidente. A consultoria do trabalho, no entanto, foi realizada pela arquiteta Márcia Sant'anna, que dirigiu o departamento de patrimônio imaterial do extinto Ministério da Cultura.

A equipe de pesquisadores foi composta por duas arquitetas, uma especialista em patrimônio imaterial com atuação no território – a única da equipe que possuía trabalho acadêmico sobre o patrimônio na Chapada Velha – e apenas uma vaga foi ocupada por dois antropólogos que se sucederam, atuando de forma alternada durante a pesquisa. Por outro lado, a supervisão técnica da pesquisa foi realizada pela única servidora do Iphan na Bahia responsável pelo patrimônio imaterial no Estado, também antropóloga. É possível considerar que, mesmo possuindo profissionais que dominam as disputas políticas entre as forças ainda dedicadas ao ideal de “pedra e cal” e aqueles promotores do patrimônio imaterial, a maior parte da equipe que coletou as referências culturais de todo o território eram arquitetos vinculados à Faculdade de Arquitetura da UFBA.

Apesar disso, o INRC-CD conseguiu cumprir a missão de identificar, documentar, promover e difundir as informações coletadas. As dinâmicas de reapropriação simbólica, econômica e funcional da atividade da construção civil tradicional na Chapada Diamantina e no país dependem de novas ações de salvaguarda, que estão brevemente delineadas nas últimas páginas do caderno de memória publicado na pesquisa do território, que será abordado mais à frente. Trata-se de um conjunto de ações que exigem novos esforços e ao qual esta pesquisa de forma despretensiosa e preliminar pretende contribuir com algumas reflexões.

A análise crítica produzida por Londres Fonseca (2009, p. 64) dos livros do Tombo do Iphan mostra que a política do patrimônio nacional retratou a identidade brasileira associada de forma direta com as referências simbólicas trazidas pelos elementos colonizadores, “reproduzindo a estrutura social por eles aqui implantada”. A partir da superação da prática de concentração das ações nas políticas que instituíram o tombamento, passou-se à adoção de um conceito mais amplo de patrimônio, desvinculado diretamente dos objetos, que associava a ideia de conservação à de imutabilidade. A relação que passou a ser valorizada era a da sociedade com a cultura eminente a ela.

O idealizador do CNRC, Aloísio Magalhães, afirma em obra que há bens que permeiam as

categorias de material e imaterial, ou intangível. Os saberes relativos à construção civil tradicional e demais ofícios considerados neste trabalho fariam parte destes tipos de bens, já que estão naquilo que o *designer* modernista cita como “dinâmica viva do cotidiano” (MAGALHÃES, 1985, p. 52). Não seriam considerados bens culturais e tampouco seriam atividades utilizadas na formulação das políticas econômicas ou tecnológica. “No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade. Além disso, é deles e de sua reiterada presença que surgem expressões de síntese de valor criativo que constitui o objeto de arte” (MAGALHÃES, 1985, p. 52-53).

Podemos considerar que estes bens vinculados aos saberes e às tradições relacionadas aos lugares se diferenciam e se relacionam de modos diferentes com os fenômenos atuais, caracterizados “pelos intensos fluxos migratórios, os processos de comunicação cada vez mais ágeis, a presença e a interpretação de tradições culturais distintas” (FONSECA, 2009, p. 71). Os movimentos do tipo poderiam ser constituídos pelos processos que são chamados de “desterritorialização da cultura”, caracterizados pela rápida mobilidade e a expansão dos povos combinada “com a recusa de produtos e práticas culturais de 'ficar parado' para dar um sentido profundo de perda de raízes territoriais, de erosão da peculiaridade cultural dos lugares e de fermentação na teoria antropológica” (GUPTA; FERGUSSON, 2000, p. 35).

A aparente desterritorialização da identidade que acompanharia tais processos teria levado autores a questionarem o que significaria no final do século passado a ideia de “terra nativa” e quais processos, em detrimento das essências, estariam envolvidos nas experiências de identidade cultural. A situação teria promovido a identidade coletiva a uma “condição generalizada de desabrigados” (SAID, 2006, p. 18, tradução nossa).

No espaço pulverizado da pós-modernidade, o espaço não se tornou irrelevante: ele foi reterritorializado de um modo que não se conforma à experiência de espaço que caracterizava a era da alta modernidade. É isso que nos força a repensar as políticas de comunidade, solidariedade, identidade e diferença cultural (GUPTA; FERGUSSON, 2000, p. 35).

As identidades, se não estão tornando-se totalmente desterritorializadas, estariam se territorializando de formas diferentes. A identidade sertaneja, por exemplo, que é mais caracterizada pelo conjunto de saberes e fazeres vinculados aos ofícios que identificamos como tradicionais no território de identidade analisado, pode ser considerada sob constante influência de novas referências culturais nas décadas recentes. Talvez o maior exemplo disso são os efeitos da exposição da juventude aos elementos comunicacionais contemporâneos, como dispositivos móveis com acesso a internet. A influência sobre o cotidiano dos jovens rompe de forma drástica as formas de transmissão de informações das gerações anteriores, cada vez menos baseadas na oralidade, quando

se trata dos conhecimento em geral, e processos de maestrias e aprendizagem, no caso das práticas laborais.

Compreendemos que a identidade sertaneja seja formada por um emaranhado complexo de dimensões simbólicas de valores vinculados a diversas estruturas, entre elas as de crenças, de sobrevivência, sociais, políticas, entre outras. A esta pesquisa interessam, sobretudo, as estruturas do trabalho, ou das atividades às quais foram designadas relações financeiras ao longo das últimas décadas. Estas estruturas representam diferentes territorialidades, isto é, conjuntos de valores que permitem que os trabalhos relacionados sejam realizados e que criam identificação entre os diferentes elementos que formam a identidade. As territorialidades não são somente formas de agregação intangíveis, mas também estão vinculadas a uma série de elementos materiais. Isto faz com que esta territorialização dos saberes e dos trabalhadores se dê tanto na forma física quanto na dimensão simbólica.

A intensificação da influência das técnicas e produtos industrializados relacionados aos ofícios tradicionais e aos fazeres baseados nos conhecimentos tradicionais da construção, mas também dos demais ofícios considerados, faz com que o nível de territorialização dos dispositivos tradicionais seja enfraquecido tanto na esfera imaterial quanto material. Compreendemos que estas são as principais dinâmicas que influenciam atualmente a territorialização da construção e demais ofícios tradicionais. São estes fenômenos que tratamos nos movimentos de desterritorialização dos elementos da construção tradicional e reterritorialização dos elementos vinculados à industrialização. Obviamente que estes não são fenômenos originais, e a territorialização dos ofícios tradicionais no alto sertão baiano foi realizada às custas da desterritorialização das comunidades que antecederam a ocupação europeia na região.

O próprio ato de distanciar a lente restritiva daquilo que pode ser considerado patrimônio cultural é sugerido como um fenômeno da globalização. “Na medida em que ter aspectos de sua cultura, até então considerada por olhares externos como tosca, primitiva ou exótica, reconhecidos como patrimônio mundial, contribui para inserir um país ou um grupo social na comunidade internacional, com benefícios não só políticos, mas também econômicos” (FONSECA, 2009, p. 69). Entre os efeitos da preservação da memória das manifestações dos conhecimentos tradicionais por meio do valor do patrimônio cultural estariam o fato de que se:

aproxima o patrimônio da produção cultural, passada e presente; (...) viabiliza leituras da produção cultural dos diferentes grupos sociais, sobretudo daqueles cuja tradição é transmitida oralmente, que sejam mais próximas dos sentidos que essa produção tem para seus produtores e consumidores; dando-lhes voz não apenas na produção, mas também na leitura e preservação do sentido de seu patrimônio; (...) contribui para a inserção, em novos sistemas, como o mercado de bens culturais e do turismo, de bens produzidos em contextos culturais tradicionais possa ocorrer sem o comprometimento de sua continuidade histórica,

contribuindo ainda, para que essa inserção aconteça sem o comprometimento dos valores que distinguem esses bens e lhes dão sentido particular (FONSECA, 2009, p. 72).

Outra reflexão da autora, é a de que, na comparação com os países desenvolvidos, a preservação ambiental que se promoveu em regiões como a Chapada Diamantina, considerando, principalmente, as áreas externas às unidades de conservação ambiental, mesmo que a preservação tenha se dado de maneira involuntária, oferecem uma significativa riqueza ao território. O mesmo significado teria “a sobrevivência de formas de vida (...) [e] 'de expressão' e 'modos de criar, fazer e viver' diversificados, em geral mais apropriados aos recursos disponíveis na região” (FONSECA, 2009, p. 74). Isto é, não só os recursos, mas também os conhecimentos associados aos usos destes, em especial por aquelas formas de apropriação menos intensivas e mais adaptadas aos ciclos naturais de recuperações das áreas onde os materiais são coletados, seriam consideradas riquezas.

Este pensamento se aplica diretamente aos estímulos para o desenvolvimento de práticas conscientes da exploração de recursos naturais destinadas ao uso na atividade da construção tradicional. Conforme vimos, a extração artesanal de pedras para a construção no território possui impacto ambiental inferior à prática industrializada, por exemplo, e envolve elementos simbólicos, sociais e econômicos coletivos. Do contrário, a exploração em jazidas privadas de modo intensivo beneficia um volume menor de trabalhadores, produzindo proporcionalmente muito mais lucros aos empresários e firmas fornecedoras de equipamentos mecanizados.

O segundo elemento privilegiado tem retrospecto menos significativo na reversão dos lucros para a própria região. Muitas vezes os proprietários nem vivem próximos aos lugares de exploração e gastam os recursos apurados em áreas urbanas, no consumo em lugares distantes do espaço explorado. Quando muito, as firmas vão investir nas plantas industriais, localizadas distantes do espaço no qual os equipamentos são utilizados. Assim, pensar em formas de preservar tanto os recursos naturais quanto o patrimônio relativo aos saberes desenvolvidos nas localidades para a exploração consciente dos recursos naturais, assim como também a relação destes bens com os produtores e consumidores, passa a ser uma medida para o desenvolvimento dos lugares.

Para discutir a distinção histórica feita entre o patrimônio cultural material e imaterial a fim de orientar o que consideramos como a economia dos saberes tradicionais ou do patrimônio imaterial no território da Chapada Diamantina também nos apoiamos na obra do professor emérito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, Ulpiano Bezerra de Meneses (2009, p. 25), para quem a "desarticulação entre práticas e representações (...) esvazia o patrimônio de seu conteúdo existencial e privilegia os perversos 'usos culturais da cultura', concentrados em segmentos à parte do cotidiano e do universo do trabalho".

No trabalho que tem como objetivo discutir a inconveniente polaridade produzida por pensadores e pelas políticas culturais aos bens materiais e imateriais, o autor propõe a reflexão sobre o panorama de valores culturais vigentes "e que precisaríamos formular do ponto de vista das práticas culturais e seus praticantes, não mais supondo que tais valores sejam imanentes às coisas" (MENESES, 2009, p. 25). O autor, que reconhece a territorialização da ação de atores que executam suas influências e que vivem nos lugares, dá destaque à relação de pertencimento dos indivíduos às formas construtivas com as quais convivem. O pertencimento seria um "mecanismo nos processos de identidade que nos situa no espaço, assim como a memória nos situa no tempo" (MENESES, 2009, p. 27).

Poderíamos, assim, avaliar que um garimpeiro aposentado que caminha pelas ruas de determinada cidade da Chapada Diamantina que possuía a atividade econômica como uma das principais no passado é um ator territorializado, que possui uma relação existencial com o lugar, que lida com significados da função com a qual ocupou a vida de forma contínua. De outra maneira, o turista que visita a mesma cidade o faz em uma atividade desterritorializada, desvinculada ao cotidiano de trabalho que se dá em outra localidade. Por mais que o turista visite um espaço de garimpo, o tempo e espaço dedicados à visita serão comprimidos na comparação com o cotidiano de trabalho do visitante.

O uso que o garimpeiro fez do seu espaço de trabalho, que pode ser atualmente considerado bem cultural, sendo existencial seria oposto ao *uso cultural* realizado pelos turistas. "O uso cultural da cultura ao invés de estabelecer uma interação das representações e práticas, privilegia as representações que eliminam as práticas. O simbólico substitui as condições concretas de produção e reprodução da vida" (MENESES, 2009, p. 29). Para Meneses (2009, p. 29), "a política de patrimônio imaterial que o Iphan vem desenvolvendo procura reconhecer que o campo cultural diz respeito à totalidade da vida social". Linhas de ação como aquelas que determinaram o registro de sistemas agrícolas tradicionais seriam capazes de articular facetas à primeira vista alheias à cultura. Compreendemos que processo semelhante se dê com os inventários da construção tradicional realizados.

No processo de questionamento da escala de alcance dos bens culturais, o autor propõe a introdução de "outros critérios para avaliar os círculos concêntricos de pertinência e interesse do bem" (MENESES, 2009, p. 30). Para ele, a grande referência para a definição de um bem cultural "deveria ser esse potencial de interlocução, começando sempre com os interlocutores locais" (MENESES, 2009, p. 29). O autor admite que o patrimônio cultural possui como suporte *vetores materiais*, incluindo o patrimônio imaterial, pois "se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material

que lhe permite realizar-se" (MENESES, 2009, p. 31). As diferenças entre os bens seriam operacionais.

Ao afirmar que o valor de determinado bem é sempre atribuído, Meneses insere no centro da questão o fator da matriz de valor e questiona quem atribui valor, ou quem cria valor para os bens. Para o professor, a Constituição de 1988 não inovou no reconhecimento do patrimônio imaterial, mas sim na figura que possuía legitimidade para definir o patrimônio cultural. Enquanto o patrimônio material possuía papel instituinte do valor cultural, atribuído majoritariamente pelo poder público, a Constituição cidadã reconheceu os valores culturais atribuídos ao bem pela sociedade. "É claro que o estado e o governo podem participar da criação desses valores, privilegiando ou marginalizando uns e outros, mas sempre no jogo das práticas sociais" (MENESES, 2009, p. 34). Ao poder público, além do papel declaratório, compete "colaborar com o produtor de valor, a comunidade" (MENESES, 2009, p. 34). No entanto, mesmo sem a intervenção do ator público, existiriam os bens que podem ser compreendidos enquanto parte do patrimônio cultural nacional.

Meneses divide os valores culturais em diferentes segmentos, entre eles os valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos e considera que são valores que se combinam. Nos interessam, em especial, os valores pragmáticos, "valores de uso percebidos como qualidades. (...) comumente marginalizados ou ignorados" (MENESES, 2009, p. 37). Para exemplificar a importância deste fator de valoração, o autor recorda o fator de vivermos "numa sociedade que ainda não superou a herança escravista, em que trabalho e o trabalhador não gozam de cidadania plena (...) em que o desperdício chega a 15% do PIB (...)" (MENESES, 2009, p. 37). Outro valor de interesse é do padrão ético, que remete às interações sociais mais do que aos bens em si. Para tratar dele, o autor cita o multiculturalismo, em que "certo universalismo" mascararia normas, valores e interesses.

Sobre a antinomia corrente entre o valor cultural e o valor econômico, o autor afirma ter desenvolvido uma perspectiva que não oferece qualquer antagonismo.

Há uma dimensão econômica no bem cultural, assim como uma dimensão cultural no benefício econômico. (...) A oposição existe, sim, entre a lógica da cultura (que é uma lógica de finalidade, em que a produção dos sentidos e da comunicação é que constitui prioridade [...]) e a lógica de mercado (que tende a instrumentalizar a cultura, na obtenção do lucro) (MENESES, 2009, p. 38).

Meneses trata o campo de valores como uma arena de conflitos na qual acontecem diversos confrontos, o que faria dos campos da cultura e do patrimônio cultural, espaços de trabalho eminentemente políticos. Apenas um tratamento técnico-científico não bastaria para atender a complexidade das questões, dado que é um campo de estudos que nunca dará conta das

problemáticas existentes. O que seria próprio desse campo é o que filósofos alemães como Karl-Otto Apel e Jürgen Habermas teriam chamado de ética do discurso: "a base racional, e universal dos princípios da ação, partindo da forma da comunicação linguística humana e da modalidade específica que é a argumentação, o convencimento, a demonstração" (MENESES, 2009, p. 38-39).

Em artigo no qual busca analisar o conceito de patrimônio cultural, o professor José Guilherme Magnani afirma que os principais fatores transmitidos por meio do patrimônio são "suportes físicos, manifestações concretas e condições efetivas de existência da cultura" (MENESES, 2009, p. 39). Para o pesquisador, a herança, ou legado, caracterizado como patrimônio cultural e transmitido nas sociedades chamadas "primitivas" se daria por meio de processos de transmissão, de continuidade, independente de critérios ou escolhas individuais ou coletivas, "está intimamente ligado à própria dinâmica social" (MENESES, 2009, p. 39).

Nestes casos, tanto a produção quanto a apropriação do patrimônio são realmente coletivos. Já os princípios que estruturam as sociedades complexas, "a divisão social do trabalho, a existência de classes e grupos sociais com interesses divergentes, a separação do trabalhador e seu produto" (MENESES, 2009, p. 3), as fazem funcionar em outra ordem.

Os fatores que seriam transmitidos enquanto herança social estão sujeitos a um volume maior de condições que dependem majoritariamente da lógica capitalista. Alguns espaços que se diferenciam de outros mais dinâmicos acabam parcialmente preservados mais por conta do isolamento do que por terem o valor reconhecido. Este é o caso das cidades históricas da época do garimpo na Chapada Diamantina. Apesar de estarem em condições avançadas de arruinamento até as primeiras iniciativas para o tombamento, muitos valores coletivos tradicionais ainda mantinham-se razoavelmente organizados. De forma geral, afirma o autor, a preservação de tipo espontânea está "vinculada ao 'atraso', ao isolamento: no 'centro das coisas', a regra não é preservar, mas mudar, aperfeiçoar, progredir" (MENESES, 2009, p. 3).

Magnani afirma ainda que tratar do patrimônio do ponto de vista institucional, da preservação enquanto tarefa e atribuição de órgãos públicos, da definição dos bens que são dignos de compor o patrimônio cultural oficial, exige padrões culturais e suportes múltiplos em sociedades complexas, por vezes conflitantes. O chamado patrimônio cultural "oficial" não coincidiria "com a noção de patrimônio cultural, conceito abstrato, amplo e de difícil delimitação nas sociedades complexas; é, antes, o resultado de uma intervenção política e discricionária" (MENESES, 2009, p. 3). Os critérios das intervenções normativas realizadas a partir das políticas do patrimônio não seriam objetivos ou absolutos. Possivelmente, durante quase a totalidade das ações das políticas do campo, não foram definidas pelas culturas dos grupos dominados.

Por outro lado, existiria a tendência de "encarar a questão do patrimônio também a partir

da visão de outros segmentos e grupos sociais" (MENESES, 2009, p. 4), numa tentativa de ampliar a abrangência das ações de preservação para bens além daqueles exemplos conhecidos que preservam a arquitetura de influência luso-brasileira. O autor dedica as tentativas de avanço aos profissionais da área das ciências humanas, que estariam permitindo a ampliação do conceito de patrimônio e complementando a ação de arquitetos e historiadores, que até então era dominante na área.

Como pode a pesquisa antropológica contribuir, (...) Na busca dos padrões culturais que dão sentido a ritos, mitos, comportamentos, espaços edificados, etc., (...) A riqueza de análise e a capacidade explicativa dependerão das relações que se consiga estabelecer entre um fato particular e o sistema cultural de que é parte; entre esse sistema e outros — similares, alternativos ou antagônicos; e, finalmente, entre os agentes envolvidos e outros processos culturais e sociais de que participam (MENESES, 2009, p. 4).

Associamos a esta orientação uma das contribuições da antropologia à nossa pesquisa.

O autor dedica aos conjuntos edificados preservados os acervos de bens que possuem "maior durabilidade e permanência" e que são "significativos enquanto espaço produzido e agenciado pelo homem em seu contexto de trabalho" (MENESES, 2009, p. 4). Estes espaços, no caso da Chapada Diamantina, podem ser, assim, considerados a maior prova edificada da importância dos saberes construtivos de trabalhadores ao longo dos últimos séculos. Para Magnani, seria estratégico "identificar a rede de relações sociais daqueles que vivenciam este espaço e suas representações, valores e formas de uso a ele vinculados" (MENESES, 2009, p. 4). Sendo também importante para o território de interesse o inventariado das técnicas construtivas ainda preservadas, realizado pelo Iphan, e as pesquisas sobre os aspectos relacionados aos saberes. No caso deste estudo, tentamos tratar também da importância histórica, conforme já visto, e a atual da economia ainda significativa relacionada aos saberes da construção tradicional e, indiretamente, os demais saberes estruturantes da formação do território.

### 3.3 Patrimonialização e os processos do mercado

Interessa-nos discutir a relação entre as dimensões de estudos das manifestações culturais e a valoração monetária estimulada. Alguns autores dedicam à multiplicação de instâncias que têm a ver com a ampliação do mercado e as expectativas dos agentes sociais o estímulo aos estudos das relações entre consumo, gestão cultural e sanção patrimonial (CHAVES; MONTENEGRO; ZAMBRANO, 2010, p. 8). Os autores propõem as reflexões e investigações sobre cinco eixos



transversais que possibilitam estudos que fazem intersecções com os temas da economia, política e cultura relacionados "aos processos de patrimonialização e usos do patrimônio" (CHAVES; MONTENEGRO; ZAMBRANO, 2010, p. 15).

O eixo de economia política e multiculturalismo designa o processo de transição do social para o cultural que tem acontecido sobre o campo do patrimônio e a patrimonialização. Ao abordar as conexões entre as esferas econômicas e políticas se evidenciaria como "os valores culturais produzidos nos processos de patrimonialização são rentáveis e capitalizáveis" (CHAVES; MONTENEGRO; ZAMBRANO, 2010, p. 15).

O eixo que mais nos interessa, entretanto, é o da economia cultural. Quanto a este, os autores afirmam:

economia cultural designaria mais um corpo conceitual, um método, que um campo específico ou um objeto de estudo. Não se trata, então, de uma economia da cultura. O conceito de economia cultural é muito útil porque engloba categorias como 'mercado' e 'consumo' e torna possível sua articulação com objetos e processos culturais como o patrimônio<sup>22 23</sup>. Haveria, portanto, uma 'economia do patrimônio' que deveria ser reconhecida e estudada (...) (CHAVES; MONTENEGRO; ZAMBRANO, 2010, p. 18, tradução nossa).

Há ainda o eixo de identidades, representações, diversidade e diferença, os autores afirmam ser muito comum o uso da retórica da diversidade e da autenticidade cultural nos discursos sobre patrimônio material ou imaterial. "A autenticidade, por sua vez, ligada à noção de identificação identitária é geralmente considerada estranha ao mercado e ao consumo, o que a corrompe sob essa perspectiva" (CHAVES; MONTENEGRO; ZAMBRANO, 2010, p. 15).

Quanto ao eixo de práticas de mediação e agenciamento, os autores baseiam-se em pesquisadores como a cientista social britânica Doreen Massey<sup>24</sup>, para tratar sobre a "compreensão da complexa dinâmica das redes sociais locais em interação com escalas mais amplas" (CHAVES; MONTENEGRO; ZAMBRANO, 2010, p. 20). Para eles:

os propósitos e consequências das políticas estatais de patrimonialização são diferentes de acordo com o lugar que ocupa a comunidade postulada em um jogo de hierarquias que são governadas de acordo com a cartografia sócio-racial da nação, a valorização da escala de autenticidade e de alteridade, e na escala do capital socioeconômico e simbólico (CHAVES; MONTENEGRO; ZAMBRANO, 2010, p. 20).

Isso explicaria o favorecimento dos bens das elites no caso daquelas referências culturais que foram beneficiadas com processos de patrimonialização. O processo se daria de forma generalizada no mundo, beneficiando os bens de grupos privilegiados da sociedade, enquanto os bens culturais dos grupos oprimidos teriam muito mais dificuldade de terem reconhecidos os fatores

<sup>22</sup> COMAROFF, J.; COMAROFF, J. *Ethnicity Inc.* Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

<sup>23</sup> KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. *World heritage as cultural economics.* In: I. Karp et al. *Museum frictions. Public culture/Global transformations.* Durham: Duke University Press, p.161-202, 2007.

<sup>24</sup> MASSEY, D. *Space, place and gender.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

que os fariam tornarem-se bens passíveis de fazerem parte do patrimônio internacional ou dos lugares nos quais são realizados.

Outros pesquisadores, a exemplo da pesquisadora romena Tudorache Petronela (2016, p. 732), contrapõem a corrente de pensamento que opunha a preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento econômico à noção de que ambos são parceiros para o desenvolvimento dos países. A autora diferencia a determinação do valor econômico pela medição do "valor agregado bruto, os efeitos multiplicadores sobre a economia, as visitas turísticas e seu consumo" (PETRONELA, 2016, p. 732, tradução nossa) e do valor social pela "coesão social, o empoderamento da comunidade, a habilidade e desenvolvimento do aprendizado" (PETRONELA, 2016, p. 732).

A autora ainda descreve que, para o setor turístico, por exemplo, a riqueza nacional imaterial seria medida pelo agrupamento entre conhecimento, nível da cultura, tradições, moral nacional entre outros fatores. "No contexto da nova economia, a crise econômica e a luta entre as nações para alcançar um avanço competitivo na política de desenvolvimento regional podem ser consideradas uma ferramenta de defesa contra as possíveis ameaças da globalização" (PETRONELA, 2016, p. 735). Os recursos intangíveis específicos e únicos dos países teriam a capacidade de atrair investidores estrangeiros.

Com o objetivo de medir a importância do patrimônio cultural imaterial para a economia de cinco países europeus, Petronela conclui que a Áustria é a nação que mais investiria recursos nos campos das artes, cultura e patrimônio. A conclusão é que valorizando os elementos intangíveis da cultura os países teriam maior capacidade de atrair o apego emocional e sentimental dos turistas. Petronela relaciona os efeitos diretos de aumento da renda e emprego nas comunidades locais e os efeitos indiretos, por meio do desenvolvimento do turismo vinculado ao patrimônio cultural imaterial. A autora conclui que "é importante salvaguardar o patrimônio cultural intangível, porque aumenta a receita do país e atrai muitos turistas que visitam diferentes produtos culturais e, é claro, podem criar empregos" (PETRONELA, 2016, p. 736, tradução nossa).

A atenção dada ao país europeu ao tema pode ser exemplificada pela publicação dedicada aos *Ofícios tradicionais enquanto patrimônio cultural intangível e um fator econômico na Áustria* (SANGRUBER; HEIDRUN; WALCHER, 2019, tradução nossa). O documento revelou certa estabilidade no volume de espaços dedicados ao ensino profissionalizante de ofícios tradicionais da construção, a exemplo dos fabricantes de tijolos cerâmicos, entre as décadas de 1950 e 2010, por exemplo, assim como o número de aprendizes dedicados aos ofícios. A medida teria sido possível por conta da adaptação dos modos de produção artesanal a partir de práticas inovadoras ao uso de novos materiais e técnicas na construção civil.

Mesmo algumas técnicas tradicionais tendo sido substituídas por novas técnicas construtivas, as academias de ensino da construção, presentes em todas as províncias federais austríacas, oferecem treinamentos relacionados aos diversos tipos de ofícios da construção tradicional. Compreende-se que seja necessária a qualificação nos ofícios tradicionais para que os profissionais possam lidar com técnicas construtivas modernas. Considerou-se também a necessidade de mão de obra qualificada ao uso de materiais consagrados pelo tempo e as técnicas apropriadas para a restauração de edifícios antigos e preservação de estruturas construtivas tradicionais (SANGRUBER; HEIDRUN; WALCHER, 2019, p. 75). Edificações históricas também foram convertidas em espaços que oferecem oficinas para a qualificação em restauração de bens do patrimônio cultural e o conhecimento de técnicas artesanais, a exemplo da alvenaria. A iniciativa garantiria a ligação entre a teoria e prática necessárias à transmissão dos conhecimentos relacionados aos ofícios.

### 3.4 Gestão do patrimônio cultural: mercado e cidadania

O risco de desaparecimento da herança material e imaterial das gerações passadas a partir da intensificação de atores do meio técnico-científico-informacional promoveu uma "tendência de sobrevalorizar o recurso patrimonial, segundo uma lógica de mercado, que leva tanto a uma ampliação do seu público como a uma intensificação da sua exploração orientada para o consumo urbano" (STARLING, 2012, p. 92). De acordo com a cientista política, à gestão do patrimônio caberia a primeira atribuição de selecionar parte dos bens, em seleções condicionadas por "fatores externos de caráter econômico, político, científico, administrativo e cultural" (STARLING, 2012, p. 92). Não existiriam critérios "neutros, transparentes e universalmente aceitos" (STARLING, 2012, p. 92) nos processos de seleção, o que relativiza os processos de patrimonialização e instaura um ambiente de conflitos em potencial.

De acordo com a organização feita por Leonardo Castriota (2009, p. 152-153), a gestão do patrimônio cultural pode ser definida em quatro diferentes modelos. Um deles seria o da reabilitação do patrimônio urbano, que teria como condição para a implementação e sustentabilidade das ações de conservação e reabilitação do espaço urbano a valorização econômica dos monumentos e dos espaços públicos (CASTRIOTA, 2009, p. 97). Podemos compreender que este modelo foi desenvolvido no caso dos centros históricos das cidades tombadas na Chapada

Diamantina. No caso, os critérios de intervenção se orientam pela dimensão estética monumental, em especial, pela valorização das fachadas. "Neste sentido, estimulam prioritariamente as oportunidades de novos negócios relacionados ao turismo e à animação cultural de lugares e espaços públicos revitalizados" (CASTRIOTA, 2009, p. 98).

A valorização dos fatores estéticos do patrimônio, no entanto, suprimiria as necessidades da população nativa, o que promove diversos conflitos no caso do território do interior baiano. Isso se daria, em parte, pois as intervenções realizadas para a revitalização e alterações de uso de espaços públicos históricos teriam promovido o patrimônio histórico à condição de mercadoria de consumo. O indivíduo que vivia nestes lugares teria a condição de cidadão realizada de forma precária, transformada, mesmo que inconscientemente, para a de consumidor.

As intervenções do espaço urbano acabariam apresentando resultados negativos como a "exclusão de segmentos sociais que não se adequam ao novo padrão de consumo que se estabelece" (STARLING, 2012, p. 99).

Outro modelo para a gestão do patrimônio seria o de governança participativa e deliberativa do patrimônio cultural que, numa concepção mais ampla de patrimônio, "engloba o tecido urbano, as edificações, os espaços de convivência, os sítios paisagísticos e os valores simbólicos e imateriais que têm por referência as dinâmicas sociais e culturais das localidades" (STARLING, 2012, p. 101). Neste modelo, outros atores seriam incluídos no debate das políticas públicas do patrimônio, ampliando a capacidade de negociação entre atores públicos e privados (STARLING, 2012, p. 101).

A Chapada Diamantina possui nível considerável de institucionalização da política do patrimônio, mas não é possível considerar que se atingiu efetivamente o último modelo de gestão do patrimônio citado. A proposta de valorização dos saberes simbólicos relacionados ao patrimônio material tombado nos centros históricos do território se efetivou por meio do INRC-CD, mas numa ação realizada décadas após os primeiros tombamentos. Podemos considerar que a medida está razoavelmente desvinculada dos processos de tombamento realizados no território e integra outra política para a valorização do patrimônio, no caso o imaterial.

### 3.5 Estabelecendo parâmetros para definir a economia do patrimônio imaterial

Não são muitos os trabalhos dedicados a analisar a economia relacionada ao campo do patrimônio cultural. Menos referências ainda existem vinculadas às análises do patrimônio cultural

imaterial. Uma das referências no estudo da economia do patrimônio em geral é o cientista econômico espanhol Juan Alonso Hierro que já produziu trabalhos relacionados à questão da construção civil e do turismo vinculados ao patrimônio cultural (HIERRO; FERNÁNDEZ, 2004, p. 4). Na obra, em parceria com o colega economista de instituição de ensino, Hierro aborda "a importância do turismo cultural como fator de desenvolvimento econômico sustentável e sua vinculação com as despesas na preservação do patrimônio histórico" (HIERRO; FERNÁNDEZ, 2004, p. 14), além das dinâmicas do campo para a geração de emprego e fomento territorial.

Entre as referências utilizadas está a ideia de que o desenvolvimento dependeria mais da incorporação dos recursos que não estão sendo bem utilizados, que são mal disseminados, ou ocultos, ao invés das combinações entre recursos e fatores de produção (HIERRO; FERNÁNDEZ, 2004, p. 14). Nos interessamos, em especial, pelas formulações conceituais do trabalho dos espanhóis relativas às considerações sobre o patrimônio cultural e economia:

a preservação do patrimônio histórico não implica apenas objetivos de proteção e restauração, mas também de sua rentabilidade (...). Este último objetivo de 'valorização' do patrimônio histórico está infalivelmente vinculado ao de desenvolvimento econômico, confirmando que há uma clara correspondência entre este e a promoção dessas atividades culturais (HIERRO; FERNÁNDEZ, 2004, p. 53, tradução nossa).

Na opinião dos autores, para que o campo do patrimônio cultural tenha condições de representar possibilidade de geração de recursos financeiros para outras áreas, é necessário preservar ou proteger os bens. No caso analisado pelos autores, o campo da construção civil contribuiria com a restauração de bens imóveis e o setor do turismo cultural se beneficiaria dos conjuntos dos bens imóveis conservados, a exemplo do que acontece na Chapada Diamantina.

A preservação do patrimônio deveria ser realizada a fim de possibilitar a transmissão dos bens para as gerações futuras, evitando a exposição aos riscos "pelo aproveitamento da geração atual" (HIERRO; FERNÁNDEZ, 2004, p. 53, tradução nossa).

É esperado que as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico vinculadas às dinâmicas do patrimônio cultural imaterial também priorizem elementos como a expansão das "liberdades reais", a "emancipação dos sujeitos", "amplificação das diversidades" e "reivenção das tradições" (BANDEIRA, 2015, p. 187-188). Acreditamos na possibilidade de um modelo de desenvolvimento para a construção tradicional que promova a valorização da atividade em acordo com estas prioridades.

Complementamos as considerações de Hierro e Fernández afirmando que seria necessário preservar também os saberes construtivos relacionados aos conjuntos arquitetônicos das cidades tombadas, num processo de valorização do patrimônio imaterial vinculado à construção das edificações. De acordo com o desenvolvimento das políticas internacionais do patrimônio, os

saberes e os indivíduos detentores destes conhecimentos são tão importantes quanto a existência dos centros históricos, que atraem os turistas. Os trabalhadores poderiam ser incorporados ao processo de preservação dos espaços produzidos por seus antepassados a partir da inclusão da necessidade do uso de técnicas e materiais artesanais, aqueles que originalmente foram utilizados nas construções, nas obras de restauração das edificações.

Este fator não é exigido nos projetos de revitalização dos centros históricos da Chapada Diamantina, que priorizaram a transformação das fachadas em cenários de estética cênica, sem garantir o uso dos materiais originais, promovendo a substituição de técnicas, saberes e materiais e, conseqüentemente, reduzindo a dedicação e os recursos destinados aos trabalhadores detentores dos saberes tradicionais, que trocaram a preparação e uso da argamassa de barro, areia e cal pelo cimento, o bloco cru de adobe pelo tijolo industrializado e a tinta de cal hidratada e pigmentos pelas tintas sintéticas.

As empresas fornecedoras de produtos construtivos industrializados baseados em processos contemporâneos se beneficiaram com a incorporação dos recursos relativos ao tempo de dedicação dos trabalhadores que deixou de ser empregado por estes. Este recurso, possivelmente, é inferior ao lucro das empresas que administraram os projetos de revitalização, gerenciando o repasse de verbas de órgãos internacionais transferidas ao poder público federal e posteriormente às empresas e destas ao pessoal contratado.

A sustentabilidade sugerida pelos autores espanhóis citados se daria caso a mão de obra local tivesse sido empregada, assim como os materiais de construção disponíveis nas localidades ou proximidades, cuja extração também é realizada por meio da mão de obra local, gerando maior renda e emprego às localidades. Para isso, no entanto, o nível de institucionalização do envolvimento das políticas e órgãos responsáveis pela cultura e meio ambiente deveria ser intensificado, a fim de equacionar o uso racionalizado de recursos naturais disponíveis na escala local para o setor da construção com destinação à preservação do patrimônio cultural, evitando a incorrência em crimes ambientais.

A proposta de Hierro e Fernandez (2004, p. 53, tradução nossa) é avaliar empiricamente a

correlação entre o esforço na preservação do patrimônio cultural e sua conseqüente contribuição ao crescimento [que] poderia servir de base para enfatizar a conveniência de políticas de desenvolvimento sustentável que tiveram o objetivo intenso da virtualidade econômica dos bens culturais.

Para isso, criaram o medidor que chamaram de “gasto histórico de conservação patrimonial”, baseado em dados fornecidos pelas administrações públicas de países europeus para diversas finalidades culturais, entre elas, a reforma de monumentos, de maior interesse no nosso

caso. A proposta dos autores era verificar a relação entre estes e a contribuição do percentual dos recursos para o produto interno bruto (PIB) e a geração de emprego nacional que essas atividades de investimento ou despesa dão origem (HIERRO; FERNÁNDEZ, 2004, p. 54).

Os autores consideram complicada a tarefa de determinar a representatividade econômica das empresas que se dedicam à restauração e reabilitação dos bens culturais com os dados disponíveis à época do trabalho. As empresas que concentravam as atividades na restauração de bens móveis foram consideradas de tamanho pequeno e modelos de negócios reduzidos, mas altamente qualificados. "Sobre estas é impossível avançarmos na valoração de conjunto hoje em dia" (HIERRO; FERNÁNDEZ, 2004, p. 54).

No caso da nossa pesquisa, temos a vantagem de partir de uma base de dados qualificada produzida pelo órgão federal responsável pelo patrimônio, o que qualifica o trabalho. No momento atual, não há como verificar a representatividade da economia do patrimônio imaterial da construção civil sem utilizar uma ampla pesquisa de base. O recorte utilizado pela pesquisa do INRC-CD nos induz a tomar o território de identidade como caso e a restringir ainda mais a análise para verificar a representatividade de ofícios específicos em um município, no caso o de Morro do Chapéu. A proposta permite estimar não só dados financeiros relativos à capacidade econômica do ofício e dos saberes tradicionais da atividade de forma direta, mas verificar também as dimensões simbólicas nas quais operam os saberes.

Partimos não apenas dos resultados do INRC-CD, mas sim do pressuposto verificado nos capítulos anteriores de que os saberes tradicionais da construção se vinculam direta ou indiretamente com praticamente todas as atividades econômicas que se dão no território de identidade na atualidade, sendo estratégicos para a produção do PIB territorial. Isso acontece porque as formas físicas das estruturas econômicas são quase na totalidade diretamente condicionantes para a realização de operações das demais atividades econômicas, não só do turismo, nos casos aplicáveis, mas também nos demais setores da economia do território.

Conforme vimos nos capítulos anteriores, compreendemos que o estímulo ao exercício dos saberes relacionados à construção civil tradicional está na intersecção da preservação dos conhecimentos ancestrais necessários à preservação dos conjuntos urbanísticos tombados enquanto patrimônio material, de modo a preservar também a característica de permanência do modelo de produção dos bens, considerado mais sustentável que os padrões industrializados. Isso acontece, em parte, pois a reterritorialização dos elementos contemporâneos da construção se dá a partir da desterritorialização dos mestres e trabalhadores da construção tradicional e suprime a possibilidade de controle local da extração dos materiais de construção necessários à preservação ou expansão urbana.

De acordo com Hierro e Fernandez (2013, p. 1136):

Para a Economia da Cultura, o conceito de sustentabilidade tem especial relevância, a partir de uma dupla perspectiva. Por um lado, para a consideração da preservação do patrimônio como uma estratégia para promover o desenvolvimento econômico sustentável. De outro, porque a ativação de recursos vinculados ao Patrimônio Cultural requer, dada a sua natureza, uma utilização responsável dos mesmos, o que impõe a sustentabilidade como critério inescapável.

Por mais que a hipotética supressão total do emprego dos saberes e técnicas tradicionais da construção civil, substituídas pelos implementos industrializados, não seja possível, dado que os trabalhadores remanescentes do setor são oriundos da transmissão ancestral dos conhecimentos do ofício, é notável que o enfraquecimento do território dos trabalhadores dos modelos tradicionais representa também a redução das economias locais.

Conforme vimos, apesar da dificuldade de apresentar o processo, já que quase a totalidade do setor se encontra na informalidade, basta verificar *in loco* a participação dos trabalhadores do setor na população economicamente ativa das localidades e considerar a quantidade de tempo dedicado às técnicas baseadas nos modelos de produção artesanal. É notório que o estímulo a maior dedicação ao emprego da mão de obra local se reverte em recursos financeiros para as localidades.

Os autores espanhóis dividem em três as características consideradas para a economia relativa ao patrimônio cultural. A primeira seria aquela cujos elementos do patrimônio são públicos. A segunda considera a valoração econômica do patrimônio cultural como um ativo, dado que para "sua construção foi necessário um investimento de recursos físicos e humanos" (HIERRO; FERNÁNDEZ, 2013, p. 1137). Além disso, os bens seriam depreciados com o tempo, o que exigiria recursos para a manutenção.

Ao contrário dos autores consultados, consideramos que os conjuntos arquitetônicos tombados enquanto patrimônio cultural, ao menos do caso da Chapada Diamantina, não têm apenas o setor de turismo como uma das principais atividades econômicas relacionadas. Mesmo considerando os serviços e outra série de negócios vinculados ao setor de turismo, reconhecemos o papel fundamental que o campo da construção civil oferece para os bens culturais imóveis. Primeiramente, pois são os ofícios que possibilitaram a edificação dos bens, o que faz deles parte do patrimônio cultural, mas porque também é uma atividade que atende os demais espaços do meio urbano e rural, por meio da prestação de serviços para construção ou reformas. A atividade atende de forma geral toda a sociedade dedicada às demais atividades econômicas e é pressuposto para a realização de qualquer atividade relativa à ocupação dos lugares.

A característica considerada por Hierro e Fernandez de que a economia relacionada ao patrimônio cultural vincula o campo ao conceito de capital cultural, cunhado pelo economista



australiano David Throsby, definiria o bem como ativo que incluiria, valorizaria ou daria origem a um valor cultural determinado, além do valor econômico que aquele bem poderia ter. De acordo com o australiano:

Mais precisamente, o capital cultural é o estoque de valor cultural incorporado em um ativo. Este estoque, por sua vez, pode dar origem a um fluxo de bens e serviços ao longo do tempo, ou seja, para mercadorias que podem, por si mesmas, terem valor cultural e econômico. O ativo pode existir em bens tangíveis ou intangíveis (THROSBY, 1999, p. 6-7, tradução nossa).

Assim como os outros tipos de capital, o cultural apresentaria duas faces: do estoque de ativos e do fluxo de serviços vinculados. Em outro texto dedicado a discutir os vários tipos de valores vinculados ao patrimônio cultural, Throsby expõe o mal-estar de pesquisadores desse campo de estudos à insensibilidade de economistas que se concentravam apenas nas análises de mensuração financeira dos bens do patrimônio cultural. O autor diferencia vários tipos de valores, a exemplo dos individuais em oposição aos coletivos, os valores privados e os públicos, além dos valores referentes à análise econômica do patrimônio cultural e os valores financeiros.

Além disso, Throsby (2007, p. 4) reconhece a existência de ativos econômicos vinculados ao patrimônio cultural imaterial. O autor considera habilidades artesanais tradicionais enquanto ativos de valor cultural. Sendo ativos do capital cultural também invocam a ideia de estoque e fluxos (THROSBY, 2019, p. 200).

No caso dos ofícios da construção tradicional, um conjunto de 150 mil tijolos numa olaria, a exemplo do estoque de produtos disponível na olaria de Fedegosos, em Morro do Chapéu, em meados de 2019, pode ser considerado um estoque do patrimônio de valor cultural. A comercialização dos produtos promove um fluxo cuja representação financeira seria da ordem de R\$42 mil na época, mobilizado a partir do emprego dos conhecimentos tradicionais do ofício de oleiro transmitidos geracionalmente. Ao considerar o ofício parte do patrimônio cultural, a atividade envolve muitos outros valores simbólicos, a exemplo das relações nas dimensões familiares e de interações sociais que acontecem no espaço de trabalho.

Para Throsby, propor um conceito de valor que não seja financeiramente mensurável "requer uma ampliação de perspectivas entre os economistas instruídos na rigorosa tradição neoclássica" (THROSBY, 2019, p. 200, p. 200-201). O autor afirma que mesmo supondo-se que o consumidor esteja apto a captar todas as dimensões subjacentes ao produto, talvez seja possível convencer um tradicionalista conservador "a contemplar outras formas de valor se for possível demonstrar que, independentemente dos efeitos financeiros, esses valores alternativos afetam as escolhas das pessoas e, portanto, a alocação de recursos" (THROSBY, 2019, p. 201). Isso explicaria a opção dos consumidores que optam por materiais de obra artesanais para a construção a partir de

preferências estéticas ou para favorecer produtores locais e as economias das comunidades, por exemplo.

O pesquisador australiano ainda define três categorias de valores econômicos do patrimônio cultural: os valores de uso, não-uso e de externalidades benéficas. A primeira categoria constaria nos "processos de mercado e podem ser observados em várias transações financeiras" (THROSBY, 2019, p. 201). A segunda se vincularia aos bens públicos e, mesmo sendo experimentado por indivíduos, não se refletiria em processo de mercado. A terceira categoria promoveria "algum tipo de prazer transitório" (THROSBY, 2019, p. 201) na observação da estética ou das qualidades históricas, a exemplo dos centros urbanos tombados.

Para a avaliação do valor cultural na economia do patrimônio cultural, dado o caráter multidimensional dos bens, Throsby (2019, p. 203) sugere a desconstrução dos elementos constituintes, a exemplo de "propriedades estéticas, simbólicas, sociais, históricas, educacionais e componentes científicos". A categorização das dimensões do valor cultural se assemelharia aos critérios de julgamento de edifícios ou locais em processo de tombamento ou nomeação para a lista do patrimônio mundial sugerido por meio da publicação da Carta Burra, do ICOMOS da Austrália para Locais de Significado Cultural.

O desafio da iniciativa se daria pelo fato de que "um julgamento quanto ao grau de relevância cultural ou o nível de valor cultural de um item do patrimônio é inevitavelmente subjetivo" (THROSBY, 2019, p. 203). Seria necessário inventar meios de avaliação para oferecer um padrão comum de avaliação para os avaliadores. Throsby ainda reconhece as concentrações de bens patrimoniais derivados da arquitetura de vilas e cidades nos países em desenvolvimento e a permanência de atividades tradicionais relacionadas aos espaços. A exemplo da Chapada Diamantina, estes espaços resguardam núcleos históricos que compreendem "uma maior ou menor homogeneidade [para a] aglomeração de patrimônios culturais tangíveis e intangíveis" (THROSBY, 2019, p. 205).

Após a caracterização da importância do campo da economia do patrimônio cultural, os professores Hierro e Fernandez por meio de análise dos dados da Conta Satélite de Cultura – modelo de gestão do orçamento – espanhola analisam a representatividade do setor para o desenvolvimento do país europeu. Os autores avaliaram que, apesar da limitação dos dados disponíveis, o aspecto econômico relacionado ao patrimônio cultural, acionado por meio das iniciativas do turismo cultural, gera impactos positivos. Para eles, "o patrimônio, assim considerado capital cultural, dá origem a um importante fluxo de retornos econômicos, o que (...) compensa com muito o esforço que se realiza em preservá-lo" (THROSBY, 2019, p. 205). O patrimônio cultural seria um ativo cuja valorização pública e privada promove rentabilidade social e econômica.

Compreendemos que a investigação do potencial do uso turístico do patrimônio cultural seria importante de ser utilizada no caso da Chapada Diamantina, dado que seria possível considerar que parte representativa do turismo realizado em parte do território é feita a partir dos serviços concentrados nos centros históricos tombados, o que poderia caracterizá-la enquanto turismo cultural. No entanto, compreendemos que as localidades turísticas da Chapada Diamantina são comercializadas enquanto atrativos do ecoturismo, apesar de haver grande demanda para atrativos culturais que foram pouco aproveitados pelas iniciativas de divulgação dos atrativos turísticos nas últimas décadas. Além disso, apesar da disponibilidade de informações sobre os investimentos realizados por programas de restauração de conjuntos arquitetônicos tombados haveria problemas por conta da ausência de dados territorializados vinculados ao desempenho econômico, impedindo a medição do impacto dos investimentos.

Compreendemos que as informações disponíveis por meio da pesquisa realizada pela equipe do INRC-CD apresentam a perspectiva de dados econômicos em nível territorial mais qualificada já apurada. Por outro lado, consideramos que a ausência de uma análise econômica dedicada no INRC-CD quanto aos ofícios e ações praticadas por mestres e trabalhadores da atividade representa uma oportunidade de realização de um estudo relacionado à economia do patrimônio cultural imaterial no território. Possivelmente, a perspectiva é mais promissora que qualquer outra iniciativa que busque a identificação deste segmento econômico no território, dado o volume de dados colhidos aptos a serem analisados. Temos em vista, no entanto, que por conta do aspecto econômico não ter sido um segmento priorizado pelo trabalho de pesquisa do inventário é necessário realçá-lo em meio a um volume significativo de informações, tarefa desafiadora.

### 3.6 O INRC da construção tradicional no Brasil

O projeto do INRC-CD e os inventários sobre o mesmo tema realizados em outros três Estados do país tratam do início do projeto que tem como objetivo o inventário e registro dos saberes ligados à atividade. A iniciativa seria uma forma “de ressaltar os vínculos entre materialidade e imaterialidade, mas também valorizar esses conhecimentos que ainda têm grande importância na contemporaneidade” (IPHAN, 2017a, p. 23). O “caderno de memória” produzido pela equipe responsável da UFBA, um dos produtos da pesquisa, reconhece a Chapada Diamantina enquanto território construído, marcado historicamente pelas formas das dinâmicas econômicas da

exploração do ouro, diamante, gado e borracha de Carnaúba.

O resultado seria a formação de estruturas físicas, a existência de camadas de evidências do acúmulo de vários movimentos exploratórios, “um território constituído por superposições, arruinamentos e reconstruções cíclicas com técnicas que se utilizavam da materialidade do lugar e do conhecimento trazido por cada construtor em consonância com a natureza” (IPHAN, 2017a, p. 23). Além da função de registrar os processos por meio dos quais evoluíram as técnicas construtivas herdadas pelos mestres da construção, o que possibilitaria a “manutenção de parte desse patrimônio construído herdado” (IPHAN, 2017a, p. 23), o inventário também ofereceria algumas contribuições para as instituições responsáveis pelo patrimônio cultural nacional. Entre elas:

a necessidade de reforçar as relações sociais e suas práticas colaborativas que se esgarçam frente a nossa sociedade de consumo. Esse descompasso entre as políticas públicas e a produção desses mestres e artífices da construção tradicional, gera a desvalorização dos detentores dos saberes que não conseguem mais transferir os conhecimentos práticos por não atrair os jovens interrompendo assim um ciclo estabelecido de mestres e aprendizes por séculos (IPHAN, 2017a, p. 23).

Os cadernos de memória dos inventários da construção civil tradicional de Santa Catarina, Minas Gerais e Pernambuco, todos publicados em 2012, e o da Chapada Diamantina, representando a Bahia, de 2017, executam a função dos dossiês realizados para o registro do bens culturais. Nesses dossiês, “o surgimento, a história e a trajetória” dos bens culturais imateriais relacionados à atividade de interesse foram “investigados e descritos, assim como as adaptações ou transformações” (SANT'ANNA, 2008, p. 8). Do mesmo modo, a etapa de pesquisa realizada pelas equipes responsáveis pelos projetos nos diferentes Estados também identificou outros bens culturais e práticas direta ou indiretamente associadas à construção tradicional, o que propiciou o mapeamento de um volume significativo de referências culturais. Além disso, fatores determinantes da atividade de interesse, a exemplo do “contexto ambiental” e da “rede de atores e relações sociais que propiciam” (SANT'ANNA, 2008, p. 8) a existência da construção civil foram verificados.

Pelo menos duas linhas de apoio para tentar promover a sustentabilidade dos bens, em especial por parte dos atores do poder público, envolvem as questões relacionadas aos aspectos econômicos do patrimônio imaterial. Seriam as linhas para a realização de ações de valorização e promoção dos bens e as ações de defesa de direitos (SANT'ANNA, 2008, p. 8).

A linha voltada para a promoção e valorização de bens culturais imateriais destina-se a consolidar ou reforçar a sustentabilidade desses processos por meio de ações de sensibilização da sociedade para o reconhecimento da importância desses bens, de trabalho de divulgação, (...) inserção econômica, ampliação ou abertura de mercados. (...) A última linha de ação está voltada para o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa destinados ao aprofundamento do conhecimento sobre bens culturais registrados ou inventariados; para a elaboração de diagnósticos de avaliação de impactos econômicos, culturais ou sociais sobre esses processos (SANT'ANNA, 2008, p. 8-9).

No caso da construção tradicional, é possível notar dinâmicas que estão se desenvolvendo a partir da ressignificação das técnicas tradicionais e incorporação de conhecimentos num movimento que está sendo concentrado sob o conceito da bioconstrução. No entanto, o movimento envolve um potencial de geração de renda muito mais significativo, já que diversas edificações estão sendo construídas na Chapada Diamantina a partir do uso das técnicas que envolvem a valorização dos elementos tradicionais e o uso racional de produtos construtivos industrializados, a exemplo do ferro e do cimento.

A recuperação do uso de técnicas tradicionais promove a financeirização dos trabalhadores da construção tradicional, pois deixa-se de remunerar as firmas produtoras de itens industrializados, que concentram os lucros obtidos nas mãos do proprietário ou empresário. Quanto mais utilizadas as técnicas tradicionais, que dependem do trabalho realizado pelos trabalhadores detentores dos saberes e fazeres, maior é o nível percentual de investimento dedicado à mão de obra para a despesa do serviço. Vale considerar que os investimentos para a edificação de obras são de monta significativa, independente do tamanho da composição.

No caso das edificações realizadas com base no uso de materiais industrializados, o custo da mão de obra envolve pelo menos, aproximadamente, 30% do valor total da obra. Quanto maior a dedicação à realização de construções com a utilização de técnicas tradicionais maior será o índice, isto é, maior o percentual de remuneração dedicado aos trabalhadores da atividade. Em valores atuais apurados junto aos trabalhadores do município de Lençóis, por exemplo, uma das localidades nas quais as edificações realizadas a partir do uso da bioconstrução tem apresentado resultados significativos, o custo do metro construído é de aproximadamente R\$500.

É importante considerar a contribuição efetiva das releituras que são realizadas dos saberes e fazeres relacionados à construção tradicional de maneira geral no país. Isso porque, aparentemente, nem todo o movimento de valorização das técnicas tradicionais está vinculado às tradições. É possível verificar situações nas quais cursos ou serviços de aplicação das técnicas tradicionais são realizados por atores contemporâneos sem a vinculação com o acúmulo histórico de saberes. A ressignificação de conhecimentos que poderia resultar numa cultura híbrida, baseada na tradição, mas influenciada por novas tecnologias, naqueles casos, dá vez à apropriação por atores interessados na comercialização dos saberes históricos sob a forma de uma nova embalagem.

Os processos que consideram de forma equilibrada os conhecimentos herdados das gerações que acumularam intenso arcabouço de experiências e saberes têm uma potencialidade maior de funcionarem como atividades de salvaguarda do bem cultural e contribuir para a evolução do patrimônio imaterial relacionado. Isso porque “a seleção e a avaliação de bens culturais

imateriais devem estar apoiadas mais em noções de referências culturais e de continuidade histórica do que no conceito de autenticidade que tradicionalmente estrutura o campo da preservação” (SANT'ANNA, 2008, p. 9). Isto é, é importante que novas técnicas sejam incorporadas aos conhecimentos existentes no território relativos à atividade da construção tradicional. Este fator contribui de forma estratégica para a permanência dos conhecimentos tradicionais e de elementos de atualização dos saberes, dado que o espaço no qual operam as atividades da construção atualmente é diferente daquele de séculos ou décadas atrás. A escassez de recursos naturais utilizados como matéria-prima da atividade, seja por exaustão das reservas, seja por conta das restrições de acesso, é uma evidência das mudanças ocorridas.

Por outro lado, é possível desconsiderar aquelas atividades que não valorizam os aspectos da transmissão ancestral de conhecimentos enquanto parte das ações de salvaguarda dos bens imateriais da construção tradicional. Considera-se que as ações de fomento, inventários e o processo para a salvaguarda destes bens precisam ser dinâmicos, mas diretamente vinculados aos saberes tradicionais. Isso porque são nas dimensões simbólicas destes saberes que operam também as estruturas simbólicas de valores sociais, econômicos, políticos e estéticos. Estas estruturas são fundamentais para a realização material e intangível destes saberes e estratégicas para a dimensão econômica dos bens na condição atual e em eventuais ações para o fortalecimento dos bens culturais.

a organização comunitária e o fortalecimento da base social (...) são essenciais no sentido de que as ações voltadas para o incremento da produção ou para a ampliação de mercados não venham a afetar negativamente processos tradicionais de produção e transmissão e desagregar e romper as relações sociais que sustentam e preenchem de sentido esses processos (SANT'ANNA, 2008, p. 9).

Entre as diretrizes da política nacional da preservação do patrimônio que orienta as ações direcionadas ao patrimônio imaterial realizadas pelo Iphan pelo menos uma faz menção direta aos aspectos econômicos relacionados aos bens culturais. De acordo com a orientação, a política busca promover “a sustentabilidade das ações de preservação por meio da promoção do desenvolvimento social e econômico das comunidades portadoras e mantenedoras do patrimônio” (SANT'ANNA, 2008, p. 11). Nossa expectativa é que a análise da totalidade da situação na qual opera a economia da cultura do patrimônio imaterial da construção tradicional no território evidencie o papel estratégico da atividade oferecendo ao campo da produção de conhecimento e ao poder público argumentos para promover condições melhores de atuação aos mestres, trabalhadores e atividades de maneira geral, fortalecendo diretamente a economia regional.

Frente às incertezas que envolvem o futuro da política para o campo do patrimônio cultural imaterial, nos resta tentar evidenciar a totalidade na qual a economia do patrimônio relacionada ao

trabalho dos mestres, trabalhadores e aprendizes artífices da construção tradicional está inserida. No caso, as comunidades nas quais a territorialização dos significados das atividades oleiras e adobeiras acontecem. Vivenciar como as pessoas estão enfrentando os desafios de uma permanência para a qual a existência é condicionada a uma tendência crescente de variáveis aleatórias que influenciam a intenção de atores cada vez mais distantes e desconhecidos para a prática do cotidiano, mas que operam decisivamente para a produção do espaço.

Se a origem da preservação dos valores decisivos para esta produção é a chave do amanhã é possível considerar que o protagonismo do trabalhador na definição do destino das atividades tradicionais pode ser suplantado pela ação de diferentes interesses. Apesar da função do conceito de patrimônio ser justamente a da preservação faria sentido considerar a possibilidade de orientações destinadas ao descarte e o desinteresse do poder público pela manutenção dos bens imateriais cujos detentores, por meio destes bens, se vinculam de forma resistente mantendo ativa a economia do patrimônio cultural nacional.

A socióloga Maria Cecília Londres Fonseca (2009, p. 73) considera os bens culturais vivos do país enquanto detentores de “valor econômico”. Consideramos desta forma também os construtores aposentados, muitas vezes com a aposentadoria rural, por terem se dedicado parcialmente à função e enquadrarem-se nos atributos necessários para o recebimento do benefício.

Além dos bens culturais tradicionais vinculados aos ofícios responsáveis pela formação territorial e por dinâmicas de territorialização de diferentes forças nas localidades da Chapada Diamantina se constituírem como “importantes meios de desenvolvimento”, antes de tudo “são formas de sobrevivência para inúmeros grupos e populações” (FONSECA, 2009, p. 73). De acordo com a autora, não haveria dúvidas de que o processo recente de ampliação do conceito de patrimônio cultural “contribui para aproximar as políticas culturais dos contextos multiétnicos, (...) extremamente heterogêneos, que caracterizam as sociedades contemporâneas” (FONSECA, 2009, p. 73).

No espaço pulverizado da pós-modernidade, o espaço não se tornou irrelevante: ele foi reterritorializado de um modo que não se conforma à experiência de espaço que caracterizava a era da alta modernidade. É isso que nos força a repensar as políticas de comunidade, solidariedade, identidade e diferença cultural (FONSECA, 2009, p. 74).

Observando o atual espaço do território de identidade de estudo e os fatores de interferência na totalidade que conforma a situação do espaço é possível identificar outra série de comunidades de trabalhadores para esclarecermos os fatores econômicos aos quais a dimensão da economia do patrimônio cultural imaterial está diretamente relacionada. Para isso, podemos tratar inicialmente do

elemento do intermediário que faz parte do processo de negociação da produção com o consumidor em diferentes atividades.

Podemos considerar que as lojas de comercialização de materiais de construção atuam como o intermediário da estrutura da atividade da construção civil contemporânea. As firmas foram introduzidas como forma de subordinar o modelo tradicional, no qual os próprios artesãos, ou produtores, comercializam os produtos para o consumidor, muitas vezes com a mediação do serviço de transporte das peças pelo cliente. O resultado é o encarecimento do produto ao consumidor final, dado que o novo elemento concentra o repasse de um significativo acréscimo no preço final, representado pela aplicação da margem de lucro do intermediário.



## ***4. A economia vinculada à produção dos saberes tradicionais***

*Isso aqui é para quem tem coragem. Se não tiver coragem não faz isso. Amassar um barro daquele aqui. Eles mesmo, trabalham aqui e trabalham na roça. Não deixa a roça também.*

Mestre Antônio Neto

Para tentar caracterizar a economia vinculada ao patrimônio imaterial abordaremos o conceito de mestres que produzem o patrimônio intangível, qualificados pela antropóloga Regina Abreu (2004) como mestres das artes. Inspirada na obra da filósofa política Hannah Arendt, a brasileira considera as heranças da experiência coletiva que não se realizam mais em virtude da alteração do modelo reinstituído das disputas de força. De acordo com Abreu (2004, p. 58), "na era moderna, o fio da tradição ter-se-ia rompido. (...) o fim da experiência compartilhada à luz da tradição eliminaria o vínculo direto do pensamento com a ética, o plano dos valores". Fora dos momentos de crise, o "pensamento humano não seria mais capaz de discernir, estando condenado a um movimento de eterna repetição" (ABREU, 2004, p. 58).

De acordo com Hannah Arendt (1979, p. 31), é a ideia de cidadão que emerge, que carrega a memória, mas ela não é definidora da ação da posição política dele, às vezes, por questões de autoritarismos, e Estados totalitários:

'nossa herança foi deixada sem testamento algum'. O testamento, dizendo ao herdeiro o que será seu de direito, delega posses do passado para um futuro. Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado, nem futuro, mas tão-somente a sempiterna<sup>25</sup> mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem.

Regina Abreu, no entanto, considera as preocupações da filósofa um tanto inadequadas já que desde as últimas décadas do século XX uma série de lugares de memória teriam sido fundados, lembrando até a obra de Eric Hobsbawm sobre o processo de invenção das tradições. A antropóloga brasileira caracteriza o Ocidente moderno como um espaço-lugar no qual "os indivíduos concebem a si mesmos como seres autônomos, singulares (...) num mundo cada vez mais mercantilizado, os indivíduos deixam para trás antigas formas de associação ou de relação social" (ABREU, 2004, p.

---

<sup>25</sup> Ou "eterno devir do mundo" na tradução do texto *La crise de la culture*, de 1993, da mesma autora.

59).

As corporações de ofício medievais, por exemplo, onde os seres humanos eram essencialmente apreendidos em suas relações com o conjunto deram lugar a novas formas de trabalho, onde os trabalhadores circulam num amplo mercado de força de trabalho como seres 'livres' e 'iguais', (...) substituíveis e intercambiáveis como mercadorias (ABREU, 2004, p. 59).

É possível considerar que os trabalhadores da construção civil na Chapada Diamantina encontram-se num híbrido que envolve a situação original, na qual a maestria e aprendizagem eram o modelo de transmissão do ofício, e que continua sendo a base do processo de formação dos trabalhadores mais jovens, que iniciam as atividades com as funções menos técnicas. O elemento moderno das técnicas relacionadas ao uso de produtos industrializados, no entanto, descaracterizam-nos enquanto detentores reconhecidos de conhecimentos tradicionais específicos e os padroniza enquanto executores de técnicas ordinárias, diferenciando-os apenas entre aqueles que executam melhor ou pior o serviço. Perde-se, no entanto, a diferenciação das habilidades em executar técnicas artesanais específicas.

Considerando o modelo produtivo mais contemporâneo, acreditamos que ele exerça uma forte influência sobre aquilo que Abreu (2004, p. 60), a partir das orientações de Hannah Arendt, poderia compreender como uma "configuração-mãe da cultura na qual vivemos". As orientações da transmissão e uso das técnicas tradicionais poderiam ser alguns dos "inúmeros e significativos pequenos aspectos e desdobramentos" (ABREU, 2004, p. 60) do contexto cultural da economia da construção civil, "traços gerais e fundantes de uma grande configuração cultural" (ABREU, 2004, p. 60), que poderia ser considerada como formada pelas dinâmicas financeiras promovidas pelas atividades da construção como um todo.

O inventariado dos saberes da construção tradicional poderia ser considerado um "elogio ao passado" pela filósofa, necessário para combater o "engodo de uma concepção que lança os seres humanos para um futuro sem liames com a tradição" (ABREU, 2004, p. 60).

Na discussão sobre a capacidade de Estados totalitários configurarem o território, a nação e o povo, a antropóloga brasileira utiliza ainda a relação entre o conceito de "experiência" concebido pelo filósofo Walter Benjamin, que se diferencia da informação nova, se opondo também ao rompimento entre passado e futuro. Já para Hannah Arendt, a experiência seria um território que nos protegeria das imanações do passado e do futuro, dado que desde a experiência seria possível costurar relações entre passado e futuro. Tanto Arendt quanto Benjamin falam desta memória dos narradores, das figuras portadoras desta memória, muito na perspectiva da cabala e da memória do povo judeu, que muitas vezes não tem vínculo com a materialidade, mas sim com a oralidade.

ao valorizar a relação do oleiro com o vaso, imprimindo nele suas impressões digitais, Walter

Benjamin traz elementos capazes de expressar a 'experiência' como única, intransferível, singular. (...) todos estes indivíduos não são seres intercambiáveis em mercado de trabalho. Eles são únicos e singulares, posto que marcados por suas experiências particulares. Em tudo que fazem deixam suas próprias impressões. São insubstituíveis (ABREU, 2004, p. 61).

A partir desta perspectiva, Abreu sugere pensar o passado assim como sugerido por Arendt (1979, p. 37), não como um fardo que o homem tem que carregar – "ou mesmo devem se desfazer em sua marcha para o futuro" –, mas como uma força. Para a filósofa, esse passado do qual falamos, "estirando-se por todo seu trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para a frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado" (ARENDR, 1979, p. 37). Por isso nosso interesse de compreender as relações entre os trabalhadores por meio da organização das relações de produção anteriores no território de identidade considerado na pesquisa e no município de Morro do Chapéu. É a organização da totalidade acumulada que nos prepararia para compreender a situação da economia relativa aos saberes tradicionais considerados parte do patrimônio material herdado e patrimônio imaterial acumulado.

Apenas porque o homem se insere no tempo, e apenas na medida em que defende seu território, o fluxo indiferente do tempo parte-se em passado, presente e futuro; é essa inserção (...) que cinde o contínuo temporal em forças que, então, por se focalizarem sobre a partícula ou corpo que lhes dá direção, começam a lutar entre si e a agir sobre o homem (...) (ARENDR, 1979, p. 37).

Na análise da antropóloga brasileira, a categoria "tradição" seria acionada positivamente, assim "como um legado, um patrimônio" (ABREU, 2004, p. 61). O indivíduo seria "um elo, um ser relacional, ativo participante de uma cadeia de outros seres humanos que o ultrapassa no tempo e no espaço" (ABREU, 2004, p. 61). O coletivo de indivíduos, assim como no nosso caso, o de mestres e trabalhadores da construção civil, se envolve ou se distancia discernindo o que é fundamental para cada um e ao grupo. No momento da prática da experiência, os indivíduos seriam "elos entre o passado e o futuro" (ABREU, 2004, p. 61).

Dentro do sentido do coletivo, o sentido de experiência "distancia-se do conteúdo das informações que podem ser transmitidas independentemente dos narradores" (ABREU, 2004, p. 61). Os narradores das experiências, ou os mestres dos saberes, seriam "sujeitos especiais de um tipo de comunicação que articula mundos" (ABREU, 2004, p. 61). É esta a principal característica que os diferem da informação transmitida que não é associada diretamente ao narrador, que tem a possibilidade de poder ser lida ou ouvida em outro tempo e lugar, e que representaria um processo de comunicação completamente diferente.

A autora utilizou na obra o exemplo dos chamados mestres da arte franceses detentores de tradições em ofícios de arte, modelo de organização de trabalho inspirado na cooperação e

completamente diferentes da divisão industrial do trabalho. "Com as modificações no contexto do mundo do trabalho (...) estes ofícios e seus mestres ficaram cada vez mais restritos a pequenos circuitos de arte. Em muitos casos, corriam o risco do desaparecimento pela concorrência com a produção em larga escala" (ABREU, 2004, p. 61-62).

O órgão gestor da cultura daquele país teria transformado, a partir de meados da década de 1990, a categoria de mestre da arte numa espécie de titulação a fim de diferenciar determinados profissionais de ofícios de arte pela excelência de suas habilidades. De acordo com a proposta, os mestres "seriam os depositários da memória de seus ofícios e também conservatórios vivos de técnicas e de práticas a serviço da restauração do patrimônio mobiliário e monumental" (ABREU, 2004, p. 62). Um dos objetivos era manter a capacidade criativa e econômica dos mestres e o desenvolvimentos dos ofícios.

A Unesco avalizou o programa francês, nomeando os mestres dos ofícios tradicionais enquanto "tesouros humanos vivos", de acordo com o órgão, pessoas que dominam em níveis de excelência as capacidades para o desenvolvimento cultural de determinada sociedade, contribuindo com a expansão da criatividade humana. A atuação na corrente de transmissão dos saberes, por vezes, especiais e notáveis, teria o objetivo de evitar a perda dos elos. No caso do programa francês, não interessaria tanto as informações que podem ser transmitidas. A singularidade representada pelos ofícios dos mestres é o que importa, os rituais estabelecidos no processo do aprendizado. A relação pedagógica entre mestres e aprendizes deveria ser considerada em seu aspecto corporal.

Os mestres da arte do programa francês seriam profissionais detentores dos saberes relacionados aos ofícios raros e excepcionais das artes que possuem "longa tradição nacional e que por diversos motivos se encontrem em situação desfavorável economicamente" (ABREU, 2004, p. 63). Aparentemente, a variante cultural e simbólica dos saberes da construção tradicional sofre em escala global com a hegemonia da dimensão técnica do ofício.

No geral, os fatores que poderiam diferenciar um artesão de um mestre seriam que estes seguiriam um ofício familiar, transmitido de pai para filho; tratam os processos de aprendizado dos ofícios "como um processo quase 'natural' como ocorria nas corporações de ofícios medievais, onde as crianças se misturavam-se aos adultos no dia-a-dia e socializavam-se em diferentes ofícios sem passar por um aprendizado fora da família" (ABREU, 2004, p. 64).

Nas relações estabelecidas pelos mestres de ofícios tradicionais até mesmo o padrão de tempo de dedicação se estabelece em outros parâmetros. "Para um bom mestre, a relação entre a consecução da tarefa e o tempo dispendido não segue um cálculo econômico ou uma noção de rentabilidade nos moldes capitalistas" (ABREU, 2004, p. 65). O aperfeiçoamento da técnica passa mais pelo domínio dos modos de fazer antigos do que pela inovação e criação de novas técnicas. A

transmissão do saber para o aprendiz é uma das principais formas de aprendizado para o mestre, que ensina aprendendo. Estes são fatores que orientam outras possibilidades de relações com o tempo "onde passado e futuro não sejam termos desconexos, onde a tradição possa funcionar como um elo positivo na construção do novo" (ABREU, 2004, p. 66).

A caracterização dos mestres artífices do INRC-CD não segue as mesmas orientações que a do programa francês. Sendo mais flexível admite outra variedade de trabalhadores qualificados que julgamos ser mais adequada à situação social do território.

#### 4.1 A economia do patrimônio cultural em Françoise Benhamou

Uma das principais obras que trata da economia vinculada à economia do patrimônio cultural é o livro que leva o tema no título, da economista francesa Françoise Benhamou. Para a autora, o patrimônio material e imaterial são territórios em expansão devido ao "interesse coletivo crescente pela preservação do patrimônio intangível" (BENHAMOU, 2016, p. 16). De acordo com Benhamou (2016, p. 17), o processo de inventariado das referências culturais seria o primeiro passo para a preservação e uma condição para oferecer acesso ao patrimônio.

A autora considera a convenção de 2003 da Unesco o principal marco internacional relacionado ao estímulo à proteção às tradições orais ancestrais de comunidades do mundo todo. Entre os diferentes tipos de valores atribuídos ao patrimônio estariam o valor estável, o valor histórico, o valor de rememoração e o valor de contemporaneidade, ou de uso. Além destes, haveria ainda o valor de comunicação e de apropriação do patrimônio. Esta dimensão seria aquela que mais se aproximaria do valor mercantil do patrimônio, procedendo o valor simbólico. Haveria ainda os valores educativos, científicos ou simbólicos que podem ser fortes dependendo do bem, mas representar valores mercantis nulos ou fracos

Um caso de interação entre o consumo do patrimônio material que também permitiria o acesso aos saberes imateriais relacionados seriam os eventos de abrangência nacional realizados na França, chamados Jornadas do Patrimônio, que chegam a 33ª edição em 2019. São eventos que privilegiariam os diálogos entre os indivíduos visitantes e realizadores do patrimônio e os locais. A inspiração no modelo de evento fez com que o Iphan organizasse no Rio de Janeiro eventos com a mesma denominação, além de outras cidades do país tomassem a mesma iniciativa.

Apesar de não concentrar a análise relativa à economia do patrimônio nas considerações relacionadas ao patrimônio imaterial ou aos saberes tradicionais, tomamos brevemente as

contribuições de Benhamou relacionadas, principalmente, à gestão e visitação de bens tombados por conta do comparativo possível com a questão do turismo cultural na Chapada Diamantina. A tarefa, no entanto, é a de tentar estabelecer considerações com as possibilidades para a economia dos saberes tradicionais vinculados aos bens tombados no território de identidade.

Na análise da estimativa de valores e consentimento em pagar, principalmente vinculada à visitação daqueles bens considerados patrimoniais, a economista francesa considera que não há necessariamente um preço inerente ao bem, mas estes possuem um valor. Para estimar a propensão, a microeconomia dos lugares recorreria a diversas técnicas para a determinação das preferências. Entre os métodos citados estariam o de valores contingentes, por meio do custo de deslocamento e o método dos preços hedônicos – cujo preço implícito é atribuído a alguma característica do bem.

O patrimônio demanda investimentos de grande valor para que os custos de manutenção e reabilitação à visitação sejam garantidos. Benhamou (2016, p. 55) cita que "as atividades culturais são por natureza pouco rentáveis". A restauração das edificações tombadas, por exemplo, requereria "emprego de trabalho qualificado (conhecimentos aprofundados dos métodos de construção antigos, trabalho em grande parte artesanal) e o emprego de materiais raros e caros" (BENHAMOU, 2016, p. 55).

o diferencial de custos entre a construção e a manutenção dos edifícios “normais” por um lado e a restauração e a manutenção dos monumentos históricos do outro aumenta com o tempo. Os ganhos de produtividade são parcos no setor da Restauração dos monumentos protegidos, enquanto no setor da construção de edifícios novos são mais elevados (BENHAMOU, 2016, p. 55).

A economista considera que caso os salários dos trabalhadores especializados em restauração dos bens imóveis tombados sejam equivalentes à média dos setores modernos da construção, "os custos relativos dessas atividades aumentam o que recai sobre os preços relativos" (BENHAMOU, 2016, p. 56). Muito possivelmente, isso se dá, conforme vimos, pois o tempo de dedicação ao trabalho com as técnicas tradicionais é maior. Conforme Benhamou, se a demanda por restauração dos bens for dependente dos valores apurados com o uso do lugar, o balanço financeiro pode ser prejudicado a ponto de limitar a manutenção das atividades de conservação.

De acordo com a economista, a diferença de produtividade praticada entre o setor da construção civil normal e o de restauração dos edifícios históricos se aprofunda progressivamente, dado que este trabalho não seria o produto final no caso do patrimônio. Mesmo assim, o bem tombado exigiria a utilização do recurso dos métodos tradicionais. Para equilibrar os gastos apurados com o uso dos espaços e os investimentos na recuperação e reabilitação dos bens tombados, outras atividades que promovam recursos poderiam ser acionadas, a exemplo do recebimento de recursos por conta da utilização dos espaços para realização de filmagens

cinematográficas, por exemplo.

Entre as categorias de profissionais que poderiam ser compreendidos como o que Benhamou intitula de emprego patrimonial estariam os criadores, entre eles, os artesãos de alto nível e os operadores, principalmente, os artesãos, operários e mestres de obras. A exemplo do caso espanhol anteriormente analisado, as estimativas do governo francês consideram apenas empregos associados diretamente ao campo do patrimônio. "Não são levados em conta nem os empregos da construção destinados a recuperação do patrimônio" (BENHAMOU, 2016, p. 76). Os detentores dos ofícios da arte, profissionais "profissionais cuja atividade comprova um *savoir-faire*<sup>26</sup> elaborado e dominado e também uma produção artesanal (criação e restauração de peças únicas ou de séries reduzidas)" (BENHAMOU, 2016, p. 77) também estariam fora das estatísticas. O campo de trabalho seria amplo no caso francês, abrangendo mais de 200 ofícios, entre eles o de oleiro.

A conservação de monumentos históricos requer empregos no setor da construção e dos ofícios de arte. (...) O impacto sobre o emprego pode ir além dessas despesas facilmente localizáveis e depender do aporte da cultura e do patrimônio à identidade e à atratividade dos territórios, assim como à criatividade requerida em todos os setores de atividade. O efeito é, nesse caso, bem mais difuso e difícil de avaliar (BENHAMOU, 2016, p. 78).

A análise da economia do patrimônio monumental feita pela economista também é considerada a partir da ótica do turismo. Considera-se os efeitos da atividade econômica para o bem-estar nas localidades e o desenvolvimento dos serviços, além do envolvimento com outros setores da economia. Nos interessa considerar o dado de que aproximadamente 44 mil postos de trabalho no país de origem da economista estão diretamente envolvidos como o campo do turismo relacionado ao patrimônio especificamente. Entre estes trabalhadores estão funcionários de "empresas especializadas na restauração e preservação do patrimônio protegido, artesãos, arquitetos ocupados com o patrimônio, empregos na rede turística" (BENHAMOU, 2016, p. 80), entre outros. O número gera um volume de empregos da ordem de 534 mil postos, que podem ser considerados submensurados se considerarmos também o caso de trabalhadores que realizam ofícios tradicionais, mas que não oferecem os produtos diretamente para beneficiar bens tombados, por exemplo.

Conforme visto, parte significativa dos recursos atraídos ao território da Chapada Diamantina por meio da atividade turística pode ser considerada resultado do turismo cultural, em especial, por conta dos conjuntos arquitetônicos tombados. No entanto, o caso específico da produção dos mestres artífices da construção tradicional do território não é majoritariamente dedicada à aplicação nos espaços normatizados pelas políticas culturais, o que restringiria a mensuração da economia do patrimônio nos moldes propostos por Benhamou.

Entre as conclusões da economista na obra está a de que a preservação do patrimônio não

---

<sup>26</sup> Ou, "saber fazer".

envolveria apenas a história das artes, mas teria vinculação direta com o desejo de garantir a existência de vínculos com a identidade e a memória. O patrimônio poderia ser considerado uma "utopia de proximidade mergulhando na história e nos territórios, para se abstrair deles e escapar em direção a uma dupla dimensão imaterial e global" (BENHAMOU, 2016, p. 129). Para a autora, o patrimônio cultural salva economias locais, "cria empregos e laço social, ressuscita locais adormecidos, traz sentido e substância para os elos entre homens e territórios. Não para de se enriquecer e evoluir. [...] é um instrumento de projeção e de orientação econômica voltado para atividades com forte conteúdo em serviços" (BENHAMOU, 2016, p. 129).

Benhamou (2016, p. 129) questiona a postura de enxergar o patrimônio apenas como "um instrumento de desenvolvimento econômico", o que o fadaria ao campo do entretenimento aquilo que pertenceria à transmissão cultural geracional e às solidariedades de todo tipo. A medida fragilizaria o patrimônio cultural. A perspectiva seria a dedicação à valorização do patrimônio imaterial, ou intangível:

O patrimônio vivo, criando elos sociais e alimentando a criatividade tal é a visão que se impõe e para a qual a caixa de ferramentas do economista se mostra necessária. Permite esclarecer a questão dos determinantes da demanda, do acesso, da oferta entendida como conjugando bens e serviços imateriais, ou, finalmente, da intervenção pública e da sua eficácia (BENHAMOU, 2016, p. 129).

Apesar das considerações da economista, consideramos que os estudos sobre a economia relativa ao patrimônio imaterial ainda necessitam de mais iniciativas, sobretudo as análises sobre a representatividade econômica das atividades relativas ao saber-fazer, ou os ofícios tradicionais. A informalidade em que atuam mestres e trabalhadores é um dos limitantes, por isso, acreditamos na necessidade de pesquisas qualitativas que contribuam para oferecer perspectivas analíticas convincentes.

## 4.2 Referências recentes da economia do patrimônio cultural imaterial

No decorrer da realização da tese outras pesquisas foram publicadas<sup>27</sup> relacionadas à

---

<sup>27</sup> BANDEIRA, Messias. M. G; COSTA, L. F. (Org.). Dimensões criativas da economia da cultura: primeiras observações. Salvador: EDUFBA, 2015.

CFPCI. Centre Français du Patrimoine Culturel Immatériel. L'économie du patrimoine culturel immatériel. Paris: Université 1; Panthéon Sorbonne, 2017.

VALIATI, L.; FIALHO, A. L. do N. Atlas econômico da cultura brasileira: Metodologia 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

VALIATI, L.; FIALHO, A. L. do N. Atlas econômico da cultura brasileira: Metodologia 2. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

ALACOVSKA, A. Informal creative labour practices: A relational work perspective. In: Humans relations.



discussão dos valores culturais vinculados à economia do patrimônio cultural. Estas obras contribuem para o nosso estudo, pois também abrangem o tema do patrimônio imaterial. Dedicamos esta seção do trabalho à análise de alguns destes documentos, a exemplo de *Values in heritage management: emerging approaches and research directions*, publicado em 2019 pelo Getty Conservation Institute.

Um dos artigos publicados trata dos valores contemporâneos relacionados ao patrimônio cultural chinês. A autora, Kuanghan Li, trata como equivalentes os valores do patrimônio cultural material e imaterial. Ela aborda os elementos vernaculares do patrimônio cultural e confirma o desinteresse de arquitetos, historiadores de arte e arqueólogos pela “rica herança cultural intangível” (LI, 2019, p. 104) das aldeias do país oriental. Para Li, estas disciplinas dominam a herança autoritária do discurso do patrimônio cultural.

As abordagens humildes de construção e as práticas ativas dos habitantes locais em reconstrução estavam entre as razões pelas quais os edifícios vernaculares das minorias étnicas não eram considerados histórica e artisticamente significativos e dificilmente se qualificavam como monumentos protegidos classificados. Mas, diante de questões socioculturais decorrentes de movimentos dinâmicos de globalização e urbanização em massa, os profissionais do patrimônio do governo chinês tiveram uma significativa mudança de perspectiva. Enquanto rótulos como 'primitivo', 'remoto' e 'minorias étnicas' no passado eram vistos como impedimentos ao desenvolvimento, esses lugares agora são vistos como 'autênticos' e ricos em 'diversidade cultural' (LI, 2019, p. 104, tradução nossa).

A orientação eurocêntrica das organizações internacionais que orientava as políticas para o patrimônio cultural no mundo não era concebida para ser aplicada às localidades da América Latina, por exemplo. Apenas com a fundação da unidade australiana do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), a elaboração da Carta de Burra, em 1979, e as alterações ao documento em 1999 e 2013 que se desenvolveram "metodologias que se envolvem com questões emergentes, como a crescente conscientização sobre atributos intangíveis" (MACKAY, 2019, p. 111, tradução nossa).

Na Carta de Burra, o conceito de “significado cultural” é compreendido de forma abrangente incluindo valores estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais para as gerações passadas, presentes ou futuras, "podendo ser incorporada nas dimensões tangíveis e intangíveis dos lugares considerados parte do patrimônio cultural" (LI, 2019, p. 101, tradução nossa). De acordo com a autora, a partir dos princípios revisados do documento na China, "o valor cultural (...) não se baseia em tecido histórico, mas se relaciona de forma mais direta com a dimensão intangível do lugar" (LI, 2019, p. 101).

---

Frederiksberg, p. 1-27, 2018.

MSELLE, J.; ALANANGA, S. Knowledge incubation in informal construction practices in Tanzania: a critical review of the literature. In: International Journal of Construction Engineering and Management. Ardhi, v. 6, p. 63-77, 2017.

A arqueóloga canadense Ayesha Pamela Rogers (2019, p. 172, tradução nossa), que atua no Paquistão, defende que o "tecido tangível de um lugar e os aspectos intangíveis que lhe dão significado são inseparáveis". No entanto, a pesquisadora considera que a relação entre ambos nem sempre é coordenada ou compatível "levando a tensões criativas ou destrutivas que têm implicações para abordagens de análises de valores para sua conservação" (ROGERS, 2019, p. 172). Reconhecendo que os valores envolvidos "não são fixos, mas subjetivos e situacionais" (ROGERS, 2019, p. 173), Rogers defende ser necessário tratamento de forma específica para "revelar os valores complexos e multidimensionais no trabalho" (ROGERS, 2019, p. 173).

Os valores e significados e suas 'histórias' são revelados por meio de uma combinação de mapeamento cultural, promovendo a voz das comunidades, ferramentas etnográficas representando a voz dos realizadores do patrimônio cultural, pesquisa histórica representando a voz da academia e documentação que reflete a voz do próprio patrimônio (ROGERS, 2019, p. 173).

As análises que consideram as perspectivas para gestão do patrimônio cultural, seja material ou imaterial, relacionado aos lugares, nos ajuda a refletir as perspectivas que atividades como a produção artesanal de tijolos têm para territórios como a Chapada Diamantina. Um dos principais apontamentos é o exemplo dos trabalhos de mensuração de valores de determinado patrimônio cultural satisfatoriamente realizados, que resultaram em dinâmicas de preservação, restauração e conservação, mas que não provocaram mudanças significativas para os lugares. Isso poderia ser explicado pela concentração de pesquisas na base material do patrimônio em vez da análise dos processos culturais dos bens imateriais relacionados que, se analisados e trabalhados, poderiam "levar a um conjunto expandido de resultados para a conservação" (BUCKLEY, 2019, p. 62).

Uma das autoras que tratam da importância de estudos dos aspectos imateriais de edifícios históricos, a professora da cidade turca de Konya, Özlem Karakul (2015, p. 137, tradução nossa), afirma que a conservação e documentação dos saberes e técnicas dos trabalhadores da produção artesanal de materiais construtivos, além dos saberes e técnicas dos construtores, é tão importante quanto a preservação da arquitetura tradicional. A autora defende a adoção de uma metodologia para promover a conservação integrada de bens patrimoniais considerando o restabelecimento de relações mestre-aprendiz para a sustentabilidade da produção construtiva artesanal. A metodologia considera os aspectos intangíveis e tangíveis e "inclui a documentação das estruturas físicas e das expressões culturais relacionadas, a prática e a transferência do conhecimento dos métodos de construção e das habilidades e técnicas dos construtores para uma nova geração" (KARAKUL, 2015, p. 137).

A partir da intensificação dos estímulos das convenções internacionais dos órgãos do

campo do patrimônio à conservação dos saberes e fazeres tradicionais, a autora argumenta “que a salvaguarda do patrimônio cultural intangível requer a prática contínua e a transmissão de conhecimento para as gerações futuras” (KARAKUL, 2015, p. 137). Sendo assim, “os praticantes vivos precisam ser identificados e devem ser fornecidas formas adequadas para a prática” (KARAKUL, 2015, p. 137). Após a etapa de identificação dos mestres dos ofícios tradicionais, Özlem afirma ser importante garantir que os portadores do patrimônio imaterial desenvolvam os conhecimentos e habilidades, transmitindo-os aos jovens.

A autora defende que os edifícios tradicionais são resultado da comunicação entre artesãos, aprendizes e os moradores das localidades.

Na criação de edifícios tradicionais, os mestres da construção lidam com as características ambientais e as necessidades, expectativas e valores da população local através de suas habilidades e conhecimentos e expressam sua criatividade. Além da encomenda e montagem de materiais de construção, seu processamento e instalação em estruturas e trabalhos práticos de construção (...) edifícios também refletem valores e expressam julgamentos de valor, as visões de mundo do construtor e da sociedade e a diversidade e criatividade individual (...) (KARAKUL, 2015, p. 138).

A construção tradicional é identificada como um tipo de arquitetura popular transmitida por meio de normas não-escritas. O desenho das edificações baseadas em técnicas tradicionais “é realizado exclusivamente na mente dos construtores e continuado pela tradição – a transmissão de informações de boca-a-boca, observação, replicação e aprendizado” (KARAKUL, 2015, p. 138). A transmissão do conhecimento dos mestres para os aprendizes é considerada estratégica para a manutenção das tradições locais da construção. A autora considera entre as medidas de salvaguarda do artesanato tradicional que “os programas educacionais e de treinamento são especialmente significativos para a transmissão do conhecimento dos construtores para as novas gerações” (KARAKUL, 2015, p. 138).

Özlem revela que a introdução de técnicas modernas de construção na Turquia também reduziu a quantidade de profissionais dedicados ao emprego das técnicas construtivas tradicionais. Como alternativa, a autora propõe o estudo de uma abordagem “integrada ao processo de formação e transformação da arquitetura tradicional para entender as inter-relações genuínas entre a construção artesanal e a arquitetura tradicional para determinar sua sustentabilidade em meio ao *design* contemporâneo” (KARAKUL, 2018, p. 2-3).

Historicamente, a integração orgânica entre artes e ofícios tradicionais começou a se romper a partir da Renascença e se intensificou após a Revolução Industrial, até que a possibilidade de implementação dos ofícios tradicionais na arquitetura praticamente desaparecesse (KARAKUL, 2018, p. 3). A autora afirma que:

para discutir a conservação e sustentabilidade da construção artesanal é necessário entender a

cultura local da construção em uma abordagem integrada, com seus elementos constitutivos, com todos os aspectos intangíveis e suas relações ao longo dos processos de formação e mudança da arquitetura tradicional; e buscar os caminhos da sustentabilidade dessa integridade no futuro (KARAKUL, 2018, p. 7).

Ainda de acordo com a autora, “as estruturas estruturantes da cultura da construção, compostas pela tecnologia e pelo conhecimento dos construtores locais, têm poder formativo sobre os valores intangíveis concretizado principalmente na tecnologia construtiva e na linguagem da arquitetura vernacular” (KARAKUL, 2018, p. 7). A integridade da cultura da construção tradicional viria justamente dos elementos imateriais do patrimônio cultural, a exemplo dos saberes e fazeres, e do patrimônio material, a exemplo dos materiais de construção tradicionais.

Özlem (2018, p. 8) afirma ainda que o termo “‘artesão tradicional’ reflete fisicamente as habilidades e saberes do mestre ou artista, e, culturalmente, (...) transmite vários significados ocultos atribuídos pelo artesão e pela população local”. O conceito atende às necessidades funcionais, relativas aos aspectos físicos e mecânicos do processo de produção da construção, e expressivas, relacionadas às representações mentais dos mestres artesãos transmitidos às características físicas por meios de processos construtivos, que incluem as diversidades e criatividades individuais (KARAKUL, 2018, p. 8).

Entre os trabalhos verificados que tratam dos aspectos socioeconômicos de fabricantes de tijolos artesanais de países em desenvolvimento, verificamos o estigma da pobreza no ofício desempenhado em localidades tradicionalmente oleiras da Índia. Apesar do reconhecimento do papel importante no processo de construção de casas (BHOSALE, 2020, p. 493), identificou-se que é uma atividade que não promove a melhoria do padrão de vida, sendo o único recurso desempenhado durante praticamente todo o período ativo dos trabalhadores. A renda média mensurada pelo estudo para o ofício era de cerca de US\$100 por mês.

Apesar da renda ser metade daquela apurada durante nosso estudo pelos trabalhadores do ofício na Chapada Diamantina, as semelhanças chamam atenção, a exemplo da baixa escolaridade e a distância de acesso aos recursos governamentais.

Confiamos que considerar os estudos que analisam aspectos econômicos vinculados aos ofícios da construção tradicional sob a perspectiva do campo da economia da cultura possa contribuir para o estabelecimento de parâmetros para a valorização das atividades. Estimamos que por ser uma temática em desenvolvimento, outros trabalhos deverão abordar objetos de estudo vinculados à economia relacionada aos bens culturais intangíveis nos próximos anos. Acreditamos que a produção de novas pesquisas sobre o tema também promova o debate sobre a economia do patrimônio cultural imaterial, fortalecendo a produção de conhecimento sobre a economia da

cultura como um todo. Para isso, consideramos importante qualificar melhor como se deu o desenvolvimento das referências teóricas sobre a economia da cultura, abordagem que trataremos a seguir.

### 4.3 Economia da cultura e patrimônio cultural na Chapada Diamantina

Na tentativa de esclarecer por meio de uma descrição breve os conceitos que envolvem a economia da cultura e o patrimônio cultural nas discussões envolvendo as esferas públicas e instâncias internacionais de poder, tomamos como base a organização elaborada para o relatório final do desenvolvimento do Programa Nacional de Economia da Cultura<sup>28</sup> (PACHECO, 2016). O documento organiza o panorama sobre o debate nos seguintes temas: indústrias criativas e economia criativa; economia da cultura; indústrias culturais; e trajetória do tema da dimensão econômica da Cultura no âmbito das Nações Unidas.

A economia da cultura, o tema que interessa mais para nossa pesquisa, teria sido criada na década de 1960 (PACHECO, 2016, p. 16). Ao considerar a cultura como a matriz do desenvolvimento, adotando uma visão antropológica que considera tudo enquanto cultura e a dimensão econômica da cultura como foco, damos destaque à importância de “validar que os insumos básicos desse mercado são a inovação e a imaterialidade para a geração de novos produtos e negócios” (MARINHO, 2009, p. 360).

O relatório considera David Throsby como protagonista do surgimento de uma Nova Economia da Cultura. Uma das definições de cultura defendidas pelo autor consideraria as atividades e os produtos de atores econômicos. O aspecto de interesse do fenômeno cultural nesta definição é o valor cultural. De acordo com Throsby (1999, p. 4-5, tradução nossa), os bens que contribuem para o capital cultural intangível compreendem:

o conjunto de idéias, práticas, crenças, tradições e valores que servem para identificar e unir um determinado grupo de pessoas (...). Esses ativos culturais intangíveis também dão origem a um fluxo de serviços que pode fazer parte do consumo final privado e/ou pode contribuir para a produção de futuros bens culturais.

Durante o II Encontro Internacional da Economia realizado pelo OBEC-BA, em 2015, Throsby diferenciou bens e serviços culturais de outros tipos de bens e serviços afirmando “que os mesmos transmitem uma mensagem/significado simbólico por meio de seus conteúdos culturais, sua manufatura requer criatividade e podem gerar, pelo menos potencialmente direitos de propriedade intelectual” (LOIOLA; FERREIRA, 2016, p. 3-4).

<sup>28</sup> Realizado por meio do projeto MinC-Unesco: Intersetorialidade, Descentralização e Acesso à Cultura no Brasil.

Criam simultaneamente valor econômico (medido monetariamente) e valor simbólico-cultural (que é multifacetado), incorporam criatividade e não são quaisquer *commodities*. As indústrias culturais, proveem bens e serviços culturais, e as indústrias criativa se singularizam por terem como *input* central a criatividade (LOIOLA; FERREIRA, 2016, p. 4).

O relatório do Programa Nacional de Economia da Cultura (PACHECO, 2016) cita ainda o reconhecimento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) pelo emprego do termo “economia da cultura” por latino-americanos e europeus para referenciar “aspectos econômicos da política cultural” (PACHECO, 2016, p. 19). A UNCTAD (2008, p. 11) reconhecia a economia da cultura como a aplicação da análise econômica ao patrimônio cultural, entre outros setores. O relatório da conferência reconhecia alguns serviços vinculados ao patrimônio cultural como parte de um conjunto mais amplo de indústrias criativas. Na classificação definida pelo órgão, as artes e ofícios constam no subgrupo de expressões culturais tradicionais, dentro do grupo amplo de indústrias criativas do patrimônio cultural.

De acordo com a publicação, o patrimônio cultural é “identificado como a origem de todas as formas de arte e a alma das indústrias culturais e criativas” (UNCTAD, 2008, p. 14, tradução nossa). Considera-se associado ao segmento o conceito de “conhecimento tradicional e expressões culturais' relacionado à criação de artes e ofícios” (UNCTAD, 2008, p. 14). O documento da UNCTAD reconhece ser complexo definir e classificar as artes e ofícios provenientes do patrimônio cultural.

Uma definição da Unesco compreendia que seriam os produtos realizados à mão por artesãos, com ajuda de ferramentas ou meios mecânicos, desde que a operação manual fosse o principal componente da realização do produto (UNCTAD, 2008, p. 114). A definição abrangeria uma série de matérias-primas que seriam consideradas para a produção das obras, entre elas “cestarias e trabalhos em vime ou fibras vegetais; couro; metal; cerâmica; têxteis; e madeira” (UNCTAD, 2008, p. 114).

Apesar de não ser citado diretamente, consideramos que o barro ou a argila poderia ser considerada uma delas, dada a produção oleira de trabalhos artísticos e de peças ordinárias, a exemplos de vasos, louças, jarros, entre outras. Somos cientes, no entanto, das dificuldades de alguns órgãos internacionais considerarem a produção oleira destinada à construção tradicional como integrante do segmento do patrimônio cultural das indústrias criativas.

Consideramos, no entanto, o potencial criativo dos bens construtivos produzidos a partir do barro na Chapada Diamantina. “Expressões culturais tradicionais e outros elementos do patrimônio cultural intangível são, portanto, uma fonte principal de criatividade, pois estão em um processo cumulativo permanente de adaptação e recriação” (UNCTAD, 2008, p. 151). Ao discutir as políticas

estratégicas para as indústrias criativas, o relatório da UNCTAD considera a necessidade das políticas públicas preservarem e protegerem o patrimônio intangível. Considera-se que os lugares, os produtos e as tradições são vulneráveis a “possíveis perdas por deterioração ou desaparecimento” (UNCTAD, 2008, p. 173).

Mesmo considerando os diferentes modelos utilizados pela economia criativa para identificar e classificar as indústrias culturais, o relatório de 2008 da UNCTAD sobre o tema inclui o setor do patrimônio cultural (UNCTAD, 2008, p. 202). Sugere-se a conservação do patrimônio cultural material e imaterial como política para a economia criativa.

O conceito de economia criativa passa a ganhar mais destaque nas discussões dos órgãos internacionais a partir da publicação do primeiro *Creative Economy Report* pela UNCTAD (2008). O documento apresenta o conceito de economia criativa como uma alternativa aos modelos econômicos vigentes. A iniciativa “cria um campo multidisciplinar onde há interface entre criatividade, cultura e economia. No cerne desse conceito se encontrariam as chamadas 'indústrias criativas’” (PACHECO, 2016, p. 24). O relatório da UNCTAD de 2012 continuou vinculando a economia criativa às indústrias criativas.

A publicação do *Framework of Cultural Statistics* (FSC) em 2009, após 23 anos do documento original, também compreendia que a economia da cultura englobava a criação, produção e comercialização de conteúdos culturais intangíveis, protegidos por direitos autorais. O documento da UNESCO trazia a ressalva de que alguns países estavam utilizando o termo de indústrias criativas para substituir o conceito de indústrias culturais de forma equivocada.

O trabalho abordava o patrimônio cultural como um domínio cultural, “um conjunto comum de indústrias, atividades e práticas culturalmente produtivas” (PACHECO, 2016, p. 25). O domínio inclui “artefatos, monumentos e grupos de edifícios e locais que possuem uma diversidade de valores, incluindo significado simbólico, histórico, artístico, estético, etnológico ou antropológico, científico e social” (UNESCO, 2009, p. 25, tradução nossa).

Já o patrimônio cultural imaterial foi considerado um domínio cultural transversal, que pode estar vinculado aos demais domínios culturais ou aos domínios culturais relacionados, a exemplo do turismo e esportes e recreação. O conceito de patrimônio cultural imaterial no FSC é o mesmo adotado após a convenção da Unesco que orientou a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003. De acordo com o documento da convenção, são considerados patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2006, p. 4). As técnicas artesanais tradicionais são consideradas uma

manifestação do patrimônio cultural imaterial.

O FSC reconhece que por trás da definição deste domínio cultural transversal, havia muitos anos de pesquisa realizada pela UNESCO sobre as funções e os valores das expressões e práticas culturais. O domínio “abre caminho para novas abordagens entenderem, protegerem e promoverem o respeito à nossa herança cultural – envolvendo o reconhecimento de comunidades e grupos como aqueles que identificam, promulgam, recriam e transmitem o patrimônio imaterial” (UNESCO, 2009, p. 29, tradução nossa).

Uma das obras recentes sobre a temática, o Atlas Econômico da Cultura Brasileira (2017) apresenta o conceito de setores criativos a partir da diferenciação feita entre a economia criativa e economia da cultura por Potts e Cunningham<sup>29</sup>:

a economia criativa mostra-se como um marco teórico voltado para formulação de estratégias de desenvolvimento centradas no impacto positivo das indústrias criativas sobre o crescimento econômico e a inovação tecnológica, em um contexto decorrente da desindustrialização e da crise do fordismo. A economia da cultura, por sua vez, representa um marco teórico voltado para formulação de políticas públicas para a cultura enquanto canal para expressão de signos, símbolos e valores (simbólicos e culturais), os quais também são capazes de gerar valor mercantil e econômico (VALIATI et al., 2017, p. 15).

Em obra publicada em 2015, o OBEC-BA, da UFBA, considerava as dimensões criativas em adição “às dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura” (BANDEIRA, 2015, p. 195). Deste modo o vetor tecnológico seria o principal elemento de uma noção ampliada de economia criativa. Para tanto, é necessário considerar a tecnologia de forma expandida:

onde se inscrevem todos os atos artísticos, criativos e informacionais. No entanto, não é o determinismo tecnológico que gera, por automático, a certificação da Economia Criativa, mas a ressignificação de processos técnicos que permitem a potencialização da criatividade, levando-a aos limites da produção artística e cultural (...). Dimensionar a importância da Economia Criativa significa considerar as distintas economias da cultura (BANDEIRA, 2015, p. 195).

Uma série de modelos foi desenvolvida na tentativa de estimar a influência econômica dos processos culturais e criativos, alguns “mais ligados às questões simbólicas e de expressões culturais características de uma nação, outros (...) centrados em processos como a criatividade, o conhecimento e o desenvolvimento de novas tecnologias” (VALIATI et al., 2017, p. 15-16). As dinâmicas econômicas do campo do patrimônio são consideradas entre os principais modelos. Naqueles elaborados a partir das estruturas das Nações Unidas, o patrimônio recebe maior atenção, a exemplo do modelo da UNCTAD (2012, p. 8). O documento mantém a identificação do patrimônio como a origem das formas das indústrias cultural e criativa. “É o patrimônio que une os aspectos culturais dos pontos de vista histórico, antropológico, étnico, estético e social, influencia a

---

<sup>29</sup> POTTS, J.; CUNNINGHAM, S. Four models of the creative industries. *International Journal of Cultural Policy*, v. 14, n. 3, p. 233-247, ago. 2008.



criatividade e se caracteriza como a origem de uma gama de produtos e serviços patrimoniais” (UNCTAD, 2012, p. 8).

Parte-se da aceitação de uma noção ampliada das relações econômicas estabelecidas a partir de valores simbólicos, o que tornam mais desafiadores os estudos sobre as economias da cultura. Concentrar-se nas dinâmicas pertencentes ao patrimônio parece tarefa das mais complexas, mas que pode contribuir com reflexões sobre diversas questões atuais.

Em obra dedicada à *Economia da Cultura*, Françoise Benhamou (2007, p. 75-76) relaciona o patrimônio, em especial o material, ao mercado das artes, mas pondera que “a vontade de interrogar-se sobre os efeitos induzidos do patrimônio cultural (...) dá lugar a novas pesquisas estimuladas pela onda de projetos de revitalização do patrimônio”. Para a autora, o patrimônio cultural, junto com os museus, são “objeto atualmente [de] culto popular pelo menos, alimentado por diversas campanhas como as jornadas do patrimônio” (BENHAMOU, 2007, p. 76) para, entre outros fins, a identificação de bens. No entanto, a autora considera que “as preocupações patrimoniais e as preocupações econômicas nem sempre caminham juntas” (BENHAMOU, 2007, p. 106), o que afastaria os campos do patrimônio e o das indústrias culturais.

A ideia a partir daqui é justamente aproximá-los e possibilitar o entendimento de que, ao considerar as atividades que podem ser reconhecidas como patrimônio imaterial, seja possível observar a principal atividade econômica de muitos lugares. Deste modo, tornar-se-ia importante analisar as condições dos fluxos financeiros, sociais e culturais e dos elementos que integram as estruturas da economia do patrimônio imaterial no território de interesse.

Nosso trabalho propõe reflexões sobre a economia da cultura a partir de considerações relacionadas ao patrimônio cultural imaterial do território, por meio da análise dos fatores de desenvolvimento e as possibilidades para as iniciativas da Chapada Diamantina, em especial aquelas relacionadas aos saberes e fazeres baseados nos conhecimentos tradicionais, sobretudo, a construção civil tradicional. A expectativa é contribuir com as discussões realizadas sobre o tema nas últimas décadas e fomentar a agenda das discussões sobre os estímulos à dimensão econômica da cultura no Brasil. Consideramos que nosso objeto de estudo pode ser enquadrado como parte da economia da cultura. Compreendemos a atividade e o acúmulo dos saberes vinculados à construção tradicional como integrantes da economia da cultura.

A partir da análise de potencialidades das atividades culturais baseadas nos fazeres relativos aos saberes tradicionais formadores do território, contribuimos com a identificação dos ofícios tradicionais como parte substancial da economia da cultura do território. Compreendemos, assim, a economia da cultura como uma das principais atividades econômicas da Chapada, pois seria compreendida como um segmento intersetorial que envolve partes de uma série de outras

funções. No caso, as funções espaciais baseadas nos saberes e fazeres tradicionais de diferentes atividades econômicas estratégicas para o território.

Para tanto, reconhecemos o território como detentor de singularidades físicas, naturais, históricas, sociais e econômicas que o valorizam de maneira especial para a geração de conhecimento, energia e recursos dedicados ao avanço da cultura. A busca pela atribuição dos valores contemporâneos para os saberes tradicionais vinculados aos ofícios estratégicos representam fatores de desenvolvimento e possibilidades para as demais iniciativas culturais tradicionais do território que possuem ou não aspectos inovadores. A partir da proposta, permitiu-se oferecer um modelo de análise para outra diversidade de atividades promovidas no território que podem ser identificadas como parte da economia da cultura da Chapada Diamantina desde uma avaliação prévia.

#### 4.3.1 Chapada Diamantina enquanto laboratório de referências para a economia do patrimônio

Compreendemos que o conjunto de referências culturais apuradas ao longo das décadas relacionadas às expressões dos saberes tradicionais fazem-nos considerar a Chapada Diamantina como um território cuja eminência das ações da economia da cultura seja protagonista da maior parte das relações econômicas em vigência. Estas dimensões econômicas fazem parte do patrimônio cultural do território, o que as insere nas discussões sobre políticas públicas dos campos da economia da cultura. Mesmo sabendo o conjunto de atividades econômicas desenvolvidas atualmente, defendemos que o conjunto da economia dos saberes tradicionais, em especial a da construção civil tradicional, é o principal segmento econômico na atualidade.

Além disso, consideramos a formação territorial da Chapada Diamantina e como as categorias de saberes dos trabalhadores se vinculam diretamente com todo o patrimônio cultural salvaguardado e todo aquele com potencial de tombamento e registro. Tendo em vista que o território é um dos quais houve maior histórico de ações das políticas do patrimônio cultural e ambiental no Estado, a importância dos saberes pode ser considerada enquanto estratégica para qualquer proposta de desenvolvimento com base em estruturas mais racionais, sustentáveis e socialmente mais coerentes. É importante que seja a partir delas que as desigualdades sejam combatidas, perspectivas se delineiem e que se estabeleça o equilíbrio de forças frente a influência dos atores do poder hegemônico, tecnologicamente contemporâneo e politicamente opressor.

Em relação ao setor da construção, a Unesco (2013b, p. 47, tradução nossa) considera que “na maior parte dos países em desenvolvimento, o desenho dos ambientes construídos é amplamente informal e frequentemente não-planejado. Esta é uma questão de ‘arquitetura sem arquitetos’ (...)” . Possivelmente, esta prática, fundamental para compreender a formação territorial da Chapada Diamantina e a evolução das dinâmicas econômicas do território, atualmente, pode ser associada à prática da construção em geral, mas historicamente a referência está vinculada ao segmento tradicional – sendo que esta se tornou com mais frequência objeto de estudos pelo campo do patrimônio a partir da maior importância dada aos saberes e fazeres vinculados ao ofício pelos organismos de poder responsáveis no país, apesar das inseguranças provocadas pela descontinuidade das políticas de incentivo.

As abordagens [a partir do lugar] situam a criatividade em espaços de trabalho locais, geralmente, a partir de correntes de valores que tem pouco a ver com a economia do conhecimento pós-industrial como tal, mas, ao contrário, os valores são mais artísticos ou artesanais e funcionam em configurações pré-industriais que abrangem de vilas às cidades (UNESCO, 2013b, p. 87, tradução nossa).

Uma das dicas para forjar novos padrões de desenvolvimento, de acordo com o órgão, seria investigar as conexões entre os setores formais e informais, medida crucial para o desenvolvimento de políticas (UNESCO, 2013b, p. 157). Uma das características do setor informal seria que o “capital é levantado a partir de fontes informais, incluindo família e amigos (...)” (UNESCO, 2013b, p. 157).

A adoção de métodos que identifiquem as conexões entre os setores informal e formal será particularmente útil para avaliar como as iniciativas de políticas destinadas a promover a atividade criativa em ambientes informais podem moldar a forma como essas atividades evoluem e se transformam na economia criativa formal (UNESCO, 2013b, p. 157, tradução nossa).

No caso da Chapada Diamantina, é possível estabelecer uma série de relações entre as dinâmicas econômicas vinculadas aos ofícios tradicionais, em geral de maneira informal, com o setor formal como um todo e até com setores formais que também estão vinculados aos saberes e fazeres. No caso da construção civil, por exemplo, é possível citar as olarias que possuem processos mecanizados e funcionários registrados, fornecedoras de materiais para os trabalhadores formados por meio da aprendizagem do setor no território.

O encaminhamento do trabalho se deu a partir da análise dos produtos da pesquisa do INRC-CD e identificação de Morro do Chapéu enquanto município com elementos significativos da estrutura dos saberes e fazeres da categoria de trabalho para serem melhores verificados. Considerando-se o interesse nas atividades relacionadas ao patrimônio imaterial, em especial, os ofícios e saberes tradicionais, temos as narrativas dos mestres artífices para caracterizar as

estruturas da economia dos saberes tradicionais relacionados ao uso do barro para a construção em Morro do Chapéu, e como os elementos destes ofícios integram a economia da cultura do território.

A partir da análise dos documentos de organismos internacionais que fundamentam a relação entre o patrimônio cultural e a economia da cultura, qualificamos o trabalho de mestres e artífices detentores de conhecimentos. Para tal, contextualizamos aspectos da totalidade do espaço e das ocupações de interesse a partir de um amplo levantamento das informações já apuradas por órgãos da cultura, pelos demais órgãos realizadores de estatísticas e indicadores no país, públicos e privados, além da realização de estudos nas localidades do território.

A busca pelos indícios da totalidade da estrutura da economia do patrimônio cultural na Chapada Diamantina, em especial as manifestações relacionadas aos valores imateriais, qualificou os estudos relativos à economia da cultura. Evidenciou-se o perfil inovador das atividades no meio informacional para valorizar os saberes e fazeres tradicionais e incluí-los como alternativa aos modelos de crescimento econômico cujos resultados mostram tendências de esgotamento. Ainda é necessário buscar alternativas ao campo das políticas culturais para gerar contribuições de maneira significativa na busca por melhores condições para a existência dos trabalhadores.

Identificar as dimensões da economia da cultura no território e no município em questão permitiu também relacionar as redes dos saberes e fazeres da construção tradicional às outras estruturas da economia da cultura na Chapada Diamantina que não foram aqui tratadas em detalhe. Buscou-se a valorização dos estudos que discutem a importância da economia que movimenta as formas e funções espaciais consideradas enquanto patrimônio cultural imaterial vinculado aos saberes e fazeres tradicionais no território.

A partir da análise das informações contidas nas entrevistas com atores envolvidos e os discursos utilizados foram verificados casos de empreendimentos de porte representativo que desenvolvem atividades cuja matriz de conhecimento possa ser considerada vinculada aos saberes e fazeres tradicionais e ao patrimônio do território. É o caso das olarias de Morro do Chapéu cujos mestres artífices foram entrevistados e esclareceram vários fatores relacionados à questão econômica da realização do ofício. De modo parecido o ofício de adobeiro foi considerado, tendo em vista, no entanto, que se trata também de uma atividade que praticamente qualquer pessoa pode fazer, oferecendo autonomia no processo de edificação da própria casa, por exemplo.

É possível considerar que para os fins da pesquisa, o ofício da construção tradicional impõe os maiores desafios, considerando-se a perspectiva de recursos financeiros a serem movimentados pelos segmentos no território da Chapada Diamantina. Isso porque o ofício sofre a influência do uso não controlado de produtos industrializados, motivados pelo ator tecno econômico, em contra-

posição à utilização dos recursos oferecidos pelo meio ambiente a partir dos conhecimentos acumulados ao longo da história.

No caso da construção tradicional, o advento dos produtos industrializados, a exemplo do cimento e do ferro, impôs nova condição à função dos trabalhadores. Na prática, quanto mais produtos do meio técnico-científico-informacional são requisitados à execução de um serviço, maior se torna a dependência do indivíduo à aquisição de equipamentos, maior a vinculação à lógica industrializada, em detrimento das técnicas tradicionais, e menor é a renda, dado o menor tempo de trabalho e menor dedicação à execução de tarefas. Isto é, quanto maior o uso dos produtos técnicos, menor é o tempo dedicado ao serviço, maior o investimento em produtos industrializados e menor o investimento na mão de obra.

Não se trata aqui de negar a utilização de produtos industrializados, mas considerar a cultura inerente aos saberes e fazeres tradicionais enquanto uma cultura de consumo. A proposta, então, seria não só racionalizar a produção relativa a estes ofícios, mas também as “maneiras de utilizar os produtos impostos pela ordem econômica dominante” (COUCHE, 1999, p. 150). A lógica seria considerar a valorização dos conhecimentos tradicionais como ferramenta estratégica para a economia da cultura na Chapada Diamantina.

Isso estaria de acordo inclusive com a possibilidade de desenvolvimento das atividades criativas do território na lógica capitalista. Dado que se as empresas procuram a “competitividade dos seus produtos a partir dos valores como autenticidade, memória coletiva e tradição, a cultura local deve ser preservada. Para a lógica de acumulação capitalista atual, não é interessante destruir a singularidade (...) fonte dos seus rendimentos monopólicos” (LIMA, 2006, p. 127). A forma de preservar a cultura popular nos segmentos econômicos que são objeto deste trabalho se daria por meio da consideração dos saberes e fazeres tradicionais enquanto elementos estratégicos da economia da cultura no território. Adotando-se, assim, uma postura ativa para o setor na Chapada Diamantina.

#### 4.3.2 Economia da cultura dos ofícios tradicionais na Chapada Diamantina

O ofício da construção tradicional pode ser apresentado como expressão do acúmulo, troca e incorporação de diferentes técnicas e conhecimentos dos povos originais que habitaram o território e dos indivíduos trazidos de diferentes partes do mundo ao longo da formação territorial da Chapada Diamantina. Foi o ofício que possibilitou a espacialização do território nos últimos séculos, a ex-

pansão urbana e promoveu o reconhecimento de diversos conjuntos arquitetônicos da Chapada Diamantina enquanto patrimônio material.

É possível verificar que o conhecimento que permitiu as edificações ao longo dos séculos, no entanto, não é tão celebrado ou protegido quanto as fachadas dos edifícios dos centros históricos no território. Apenas em 2012 é que o Iphan demonstrou interesse em registrar o patrimônio imaterial por trás da edificação do casario histórico, ruas e praças do território, de maneira geral no país. A condição social dos trabalhadores da atividade, no entanto, permanece precária.

A análise dos relatos dos mestres e trabalhadores do ofício da construção é um caminho à formulação de índices que ilustram o panorama das atividades desempenhadas por profissionais detentores dos saberes tradicionais, além de possibilitar mensurar a representatividade das experiências vividas.

Um profissional da construção civil cuja experiência, aprendizado e atuação estejam dentro do padrão tradicional<sup>30</sup>, por exemplo, seria potencial elemento da estrutura da economia da cultura na Chapada Diamantina, inserindo-o enquanto parte da dimensão criativa desta estrutura. No entanto, quando executa um trabalho dentro dos conceitos da bioconstrução, a influência e a proporção de uso dos conhecimentos tradicionais seriam maiores do que quando executa uma obra convencional. Este exercício teria a finalidade de contribuir com a avaliação sobre qual a movimentação financeira promovida a partir do emprego dos saberes e fazeres tradicionais, de forma a evidenciar a representatividade destes trabalhadores para a economia da cultura do território e o volume de recursos movimentado pelo segmento na Chapada Diamantina.

A expectativa é considerar que o valor do patrimônio material, de maior interesse até a atualidade, não sirva apenas para a proteção de uma pretensa estética da capacidade econômica histórica daqueles atores que financiaram a construção dos edifícios, muitas vezes a partir da exploração da vida e constrangimento dos trabalhadores, mas sim no conhecimento e força daqueles que ergueram vilas e cidades. A importância desta postura, seria promover o reconhecimento de quem detém o poder relacionado à produção e à economia vinculada às atividades não são os descendentes dos antigos fazendeiros ou negociantes de diamantes, coronéis, cujos nomes são celebrados até hoje e homenageados em logradouros e obras públicas, mas sim os trabalhadores, detentores dos saberes tradicionais.

Após a organização das teorias e metodologias que orientaram a realização da pesquisa, torna-se importante aprofundar as reflexões preliminares feitas sobre a economia da cultura do

---

<sup>30</sup> Isto é, que não utiliza materiais de construção industrializados, ou que os usa de forma racionalizada, privilegiando o uso de materiais disponíveis na natureza de forma sustentável – a exemplo do barro, da pedra, da madeira, areia, propriedades técnicas de plantas, a exemplo da função impermeabilizante de alguns tipos de cactos, etc. Além disso, que emprega equipamentos que favoreçam o baixo nível de contaminação do solo e do ambiente da construção.

patrimônio cultural imaterial vinculado à construção tradicional na Chapada Diamantina. Conforme visto, a abordagem visa relacionar a situação do campo da cultura e as emanções de poder que se deram ao longo da história e que contribuem para compreender como a situação da totalidade atual está dada.

É possível observar uma estrutura complexa da economia do patrimônio cultural e natural da Chapada Diamantina. As relações econômicas que se deram a partir do tombamento dos centros históricos no território podem ser consideradas pertencentes ao campo da economia da cultura, em especial, por conta dos usos dos espaços tombados. Compreendemos que os tombamentos tenham funcionado complementarmente a outra série de ações de estímulo ao turismo na Chapada Diamantina. De todo modo, as chancelas de bem material são exaltadas.

Além disso, é necessário considerar os recursos investidos diretamente no setor do patrimônio a partir da chancela de bens materiais. O principal montante investido em uma ação específica do campo da cultura na Chapada Diamantina foi oriundo do BID para o programa Monumenta na cidade de Lençóis.

Além da institucionalização de normas por regulação de uso do espaço material urbano, rural ou natural do território há também dimensões normativas morais vinculadas aos saberes que possibilitaram a formação do território. Entre estas dimensões estão aquelas relacionadas aos ofícios tradicionais. A partir das inversões financeiras realizadas no Brasil possivelmente determinaram-se alterações na origem das normas que envolviam as relações simbólicas e as funções de troca destes saberes anteriormente.

No caso destes ofícios, as técnicas que formaram o espaço servem atualmente, por vezes, à função de suprir quase a totalidade das condições necessárias à permanência existencial e espacial das pessoas e da cultura. Mestre de obras, pedreiro e ajudante são ocupações frequentes no território. É possível afirmar que parte significativa da população economicamente ativa dos municípios da área de estudo que não possui vínculo empregatício formal trabalha como autônomo para o setor da construção, em especial, os homens.

As técnicas tradicionais, em geral, são de domínio dos trabalhadores, que posteriormente se qualificaram, a partir da experiência prática de uso dos materiais industrializados, e, atualmente, são capazes de utilizar na construção tanto estes quanto os recursos naturais beneficiados.

Esperamos ter organizado alguns conceitos para dar conta da observação do território simbólico dos saberes e fazeres tradicionais na Chapada Diamantina, sobretudo, daquilo que pode ser identificado como patrimônio cultural imaterial. A partir daí, será possível identificar os elementos e processos da economia relacionada à construção civil tradicional e aos ofícios que utilizam o barro como matéria-prima.

As iniciativas que promovem novas dinâmicas para estas estruturas, a exemplo da permacultura e da bioconstrução, entre outras, valorizam tanto a questão identitária quanto a do patrimônio dos saberes e fazeres tradicionais. As estruturas complexas de produção da construção tradicional, a exemplo das olarias e pedreiras cuja atividade é realizada artesanalmente, sofrem com a concorrência das indústrias do setor que possuem processos mecanizados. Evidentemente há diferenças nas características de ambos os modos de produção e é possível que aquele que carrega as informações, os conhecimentos e as técnicas mais adaptadas às condições das localidades, o artesanal, possua menos possibilidade de resistir, frente o avanço do capital informacional e novas tecnologias, dada a falta de estímulos para o desenvolvimento.

Há evidências de uma série de casos de organizações culturais do território que possuem atividades econômicas relacionadas aos saberes e fazeres tradicionais que enfrentam dinâmicas complexas na Chapada Diamantina. O estudo contribui não só para avaliar o potencial do campo da economia da cultura para o território, mas analisar a evolução de aspectos simbólicos relacionados à dedicação ao trabalho por comunidades detentoras de saberes e fazeres tradicionais.

#### 4.4 Atores de poder dos ofícios tradicionais no território

No caso da execução das políticas culturais e ambientais no território de identidade, os fluxos das cadeias produtivas que se vincularam posteriormente aos territórios normatizados pelas iniciativas passaram a exercer papel decisivo nas estruturas de cada cadeia produtiva. Podemos considerar que os processos de tombamento dos centros históricos de algumas cidades do território da Chapada Diamantina produziram novas dinâmicas econômicas por conta do turismo, por exemplo.

Novas dinâmicas passaram a modificar o padrão de produção espacial nas localidades que tiveram parte significativa da cultura afetada por uma nova “forma de utilização e funcionamento do espaço” (SANTOS, 2008b, p. 148), uma forma que tem como base “a ciência, a tecnologia e a informação” (SANTOS, 2008b, p. 148), dadas as diferenças de frequências de valores as quais os setores dos ofícios tradicionais e do turismo operam. Tanto no campo quanto na cidade, as ações hegemônicas do meio técnico, científico e informacional se realizariam por meio “de objetos hegemônicos” (SANTOS, 2008b, p. 148). No caso da Chapada Diamantina, os escritórios regionais do Iphan e do ICMBio — entre outros órgãos geradores de alterações espaciais significativas e produ-



tores de diferentes configurações espaciais — podem ser considerados como alguns destes objetos, pelo menos no que diz respeito à atividade da construção tradicional.

Ainda utilizando como exemplo o território de identidade baiano, o parâmetro “ciência” pode ser visualizado no desenvolvimento da edificação de novas formas espaciais materiais para o espaço construído, ou das chancelas criadas para diferentes bens. As novas técnicas que alteram os conhecimentos e o trabalho dos artífices tradicionais fariam parte da substância tecnológica, elemento problematizador da economia dos saberes tradicionais vinculada ao patrimônio cultural.

O aspecto “informativo” poderia ser tanto compreendido como estando presente nas influências globais que levaram o Estado a criar as autarquias responsáveis e criar as políticas necessárias e os processos de reterritorialização dos centros históricos e unidades de conservação ambiental transformados em destinos turísticos. A informação está presente nas coisas como também é necessária às ações realizadas sobre essas coisas. Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização (SANTOS, 2008b, p. 148). No caso das atividades tradicionais do território é possível verificar isso nas dinâmicas resultantes do poder de influência das estruturas baseadas em elementos, relações e valores de características globais.

É possível compreender que os atores envolvidos com os saberes de atividades tradicionais em Morro do Chapéu possuem importância estratégica para a formação das localidades das quais fazem parte, além de serem elementos importantes para as dinâmicas econômicas dos lugares. Isso acontece tanto por conta da importância histórica dos ofícios realizados, quanto pelos benefícios recebidos atualmente de outras fontes pelos trabalhadores, a exemplo das aposentadorias de agricultores, como também por conta das dinâmicas econômicas geradas pela produção de itens artesanais ou prestação de serviços baseados em saberes tradicionais. No caso de interesse desta pesquisa, os materiais construtivos artesanais produzidos, a exemplo, de tijolos, telhas e cerâmicas, considerados, porém, os demais serviços da atividade, como a extração de pedras, os serviços das marcenarias, mestres de obra, pedreiros etc.

Naqueles espaços tombados pelos órgãos do patrimônio cultural do território de identidade, a partir da definição das normas pelos organismos internacionais, nacionais, regionais e locais que discutem as diretrizes do campo, teria sido importante a garantia de realização de técnicas tradicionais em reformas ou realização de novas edificações. Como a preservação estética de fachadas foi privilegiada, o emprego de qualquer técnica é aceita, desde que assegurado o padrão “originalmente” tombado. Com isso, deixou-se de assegurar uma espécie de reserva de mercado para os trabalhadores e mestres, o que conseqüentemente favorecia a transmissão dos conhecimentos herdados às futuras gerações. Isso porque é a partir da necessidade de uso do ofício,

da demanda gerada pela sociedade para a realização de dado saber, que novas demandas são produzidas. Assim, os detentores transmitem conhecimentos às novas gerações de trabalhadores e assumirão os serviços futuros.

Com a influência de novas tecnologias, vindas dos países industrializados, a exemplo do uso do cimento portland, reduz-se o uso de produtos e técnicas artesanais. Isso marca definitivamente a redução da influência dos saberes tradicionais na construção civil, ou a desterritorialização da atividade no país e na Chapada Diamantina. A forma como os mestres e trabalhadores detentores dos diferentes saberes relacionados à construção civil foram afetados pela incorporação das tecnologias industrializadas varia de acordo com o segmento de trabalho. A marcenaria artesanal, por exemplo, praticamente deixou de existir e os profissionais passaram a incorporar os equipamentos. Aqueles que continuaram executando trabalhos de forma artesanal, mesmo que utilizando maquinário montado de modo caseiro, dificilmente tiveram êxito em transmitir os conhecimentos para as novas gerações.

No caso dos mestres de obras, trabalhadores capacitados nas diversas técnicas necessárias à edificação de obras da base até o acabamento, as técnicas contemporâneas tiveram que ser incorporadas ao cotidiano da profissão. Os saberes tradicionais continuam sendo dominados, mas utilizados em menor medida, também não são transmitidos às novas gerações de trabalhadores na intensidade de décadas atrás. O caso da forjaria e da extração do cal talvez seja aqueles cujo risco de desaparecimento seja mais eminente, tendo em vista que a produção em larga escala em empreendimentos fabris suplantaram quase totalmente as atividades no território.

As olarias tradicionais resistem na medida que oferecem produtos com especificações técnicas diferentes daqueles geralmente fabricados nas olarias industriais. Obviamente que a produção perdeu volume, e atualmente uma quantidade inferior de fornos continuam ativos na comparação com o volume que existiu em outras épocas. Neste caso, a desterritorialização do saber relacionado ao ofício se dá com a inatividade de áreas produtoras, a inoperância de mestres e trabalhadores que são obrigados a mudar de ofício e a perda da importância com a substituição do produto por tijolos, telhas e revestimento realizados em plantas industriais. Ocorrências como o esgotamento de barreiros, que fornece o barro, de modo análogo não remetem necessariamente ao processo de desterritorialização, já que é possível obter a matéria-prima em outros lugares, trazendo-a até o local de trabalho.

O período de evolução da influência das tecnologias industrializadas na construção civil marcou a transformação do trabalhador em profissional qualificado para lidar com o uso de novos equipamentos e produtos. Isso se deu, no geral, com o contato estabelecido com os novos elementos nos grandes centros urbanos por profissionais que migraram em busca de emprego e retornaram

para a cidade da família para trabalhar. Estes profissionais repassavam o conhecimento para operar equipamentos e utilizarem as diferentes matérias-primas aos parceiros de trabalho que se mantiveram na região. Conforme o uso destes elementos se difundia por diversas formas, as firmas responsáveis se apoderavam de novos consumidores e espaços, baseadas, principalmente, nas casas de comércio que revendem os produtos, geralmente, por meio de representantes comerciais que atuam em diversas cidades.

A partir da disputa de influência entre as firmas geradoras de produtos e tecnologias contemporâneas e os detentores dos saberes tradicionais da construção é possível verificar movimentos de TDR, ou de “territorialização – desterritorialização – reterritorialização” (FERNANDES, 2005, p. 29) na Chapada Diamantina ao longo do século XX. Estes movimentos influenciaram diretamente as “paisagens”, a estrutura da “relações sociais” (FERNANDES, 2005, p. 29), a economia da região, os processos de transmissão dos conhecimentos relacionados à atividade e a cultura de um modo geral na esfera local.

É possível compreender o período de fortalecimento da influência das firmas como um processo simultâneo de territorialização da influência das empresas e desterritorialização dos detentores de saberes tradicionais da construção civil. Isso porque, por mais que tenham incorporado o conhecimento para o uso dos novos produtos e tecnologias tiveram limitado o diferencial que lhes fornecia autonomia nas dimensões econômicas, simbólicas e políticas. Afinal, a possibilidade de utilização dos novos equipamentos dependia do acesso aos recursos financeiros para adquiri-los, o que o trabalho e as condições de remuneração não ofereciam necessariamente.

Por mais que os produtos contemporâneos a exemplo do cimento portland, que suprimiu a utilização de argamassas produzidas com compostos obtidos artesanalmente, fossem adquiridos pelo contratante da obra, não representando custos para o trabalhador, a intensificação do uso do recurso reduziu o índice relativo ao custo da mão de obra nos projetos. Assim, a remuneração da temporalidade dedicada pelos trabalhadores à realização de técnicas tradicionais que exigiam maior dedicação, foi transferida para as firmas, em virtude do uso do cimento e da limitação das horas trabalhadas.

Isso representa o processo de desterritorialização dos saberes tradicionais ou a perda de força da dimensão simbólica dos saberes, incluindo o poder econômico dos bens representados pelo conhecimento herdado pelos trabalhadores. De modo alternativo, durante o processo se deu a territorialização do poder das indústrias e firmas que fornecem os equipamentos e produtos para a atividade da construção civil. A eventual recuperação do uso dos saberes tradicionais pelos trabalhadores e profissionais que atualizaram as técnicas centenárias, associada à racionalização do uso de produtos industrializados nos canteiros de obras, representaria a reterritorialização dos

saberes transmitidos pelos mestres da construção. Do mesmo modo, a dimensão simbólica dos saberes e da economia dos bens imateriais da construção tradicional ganha força.

Por meio dos processos de formação territorial analisados em Morro do Chapéu é possível induzir que a situação dos trabalhadores tende a ser menos desoladora quando há presença de formas de organização social. Precisamos ter em mente que o espaço social pode também ser suporte material da existência, “catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia” (SOUZA, 2011, p. 107). Acreditamos que as rupturas em meio aos efeitos cumulativos complexos (SOUZA, 2011, p. 108) em dado espaço dependem de outra série de fatores para se tornarem representativas.

Apesar da complexidade das condições destes fatores, entendemos os ofícios tradicionais como as perspectivas mais avançadas no que diz respeito à busca da plena autonomia para o desenvolvimento coletivo como horizonte essencial. Compreendemos que mesmo mediante a influência de múltiplas estruturas na atualidade, as categorias das ocupações fundamentais no sertão tem as mais importantes formas de lidar com os “pequenos e grandes desafios, quotidianamente e nas mais diferentes escalas, das mais modestas as menos acanhadas” (SOUZA, 2011, p. 108).

Por este motivo que processos como os tombamentos dos centros históricos de algumas cidades do território de identidade da Chapada Diamantina, além dos processos temporários de tombamento, não representaram benefícios para os trabalhadores da construção tradicional. Até a realização do INRC da construção tradicional no território não houve ações que oferecessem algum nível de protagonismo aos trabalhadores do segmento, nem a valorização do patrimônio imaterial relacionado à atividade.

Apesar dos indícios de aumento da renda e do nível de emprego em parte das duas primeiras décadas do século XXI em Morro do Chapéu, a atual conjuntura político-econômica do país e a situação histórica de fragilidade da situação dos trabalhadores dos diferentes ofícios tradicionais em exercício na Chapada Diamantina dificultam a previsão do futuro das atividades. Dada a instabilidade de perspectivas, é possível considerar que, até agora, a “autonomia” das categorias cujas atividades são baseadas no exercício dos saberes tradicionais na escala local, possivelmente, sofreu apenas transformações por conta de dinâmicas do “regime de classes” (FERNANDES, 2008, p. 69) que ocorreram em escala nacional. Ainda não houve iniciativas que se propuseram a valorizar o devido protagonismo do segmento para as economias e dimensões simbólicas e políticas.

Considerando que a lógica econômica do “capitalismo dependente” brasileiro “interfere e restringe, normalmente” (FERNANDES, 2008, p. 74), as funções do regime de classes – neste caso, das categorias de trabalhadores dos ofícios tradicionais – e que a “articulação de estruturas arcaicas

e modernas”, junto com a “modernização do campo” (FERNANDES, 2008, p. 72), são requisitos do capitalismo dependente, o que pode ter ocorrido em Morro do Chapéu em parte dos últimos 20 anos foi a melhoria das condições de vida, por conta do aumento do emprego e da renda.

Tendo elaborado o rascunho do plano de constituição da participação dos trabalhadores das atividades tradicionais no funcionamento e desenvolvimento da “economia fundada na apropriação privada dos meios de produção, na mercantilização do trabalho e na organização das relações de produção e do mercado” (FERNANDES, 2008, p. 73), questionamos se as categorias estão efetivamente melhorando de vida. Conforme previsto, é possível que a pressão sobre as estruturas sociais preexistentes esteja fazendo o regime de classes eliminar estas “formas de concentração social da renda, do prestígio e do poder típicas de sociedades estratificadas estatalmente” (FERNANDES, 2008, p. 69).

No entanto, outros elementos de unidade coletiva dos trabalhadores podem manifestar relações pré-capitalistas em defesa, podendo ao mesmo tempo fazê-los adaptar e transformarem as formas sociais. Não é certo que o sistema global faça com que as pressões alterem “a posição relativa dos estratos baixos, melhorando, elevando e intensificando os níveis dentro dos quais eles participam da renda, do prestígio social e do poder” (FERNANDES, 2008, p. 69).

Considerando que o maior fator de poder para o trabalhador dos ofícios tradicionais das principais atividades formadoras do território é exatamente a posse, a propriedade dos meios de produção ou do espaço em que vive, aqueles trabalhadores que não têm poder sobre algum espaço de habitação e trabalho estão sujeitos a muito mais influências e incertezas. Mesmo aqueles que podem escolher onde e com o que trabalhar sem depender de outros proprietários são influenciados por iniciativas de diferentes ordens que favorecem algumas atividades em detrimento de outras.

A estrutura de saberes relativos à agricultura envolve a dimensão simbólica de conhecimentos da maior parte dos trabalhadores da construção civil tradicional na Chapada Diamantina. A maioria utiliza a experiência para prover as necessidades básicas de alimentação e renda alternativa no caso de produção de excedente. Além disso, atualmente, a ligação com a terra permite o acesso às políticas básicas de seguridade social, dado que a ocupação autônoma de construtor não garantiu até então a aposentadoria por tempo de trabalho.

Assim, muitos trabalhadores dos ofícios tradicionais do território praticam a agricultura em pequenos espaços de terra em benefício próprio e, eventualmente, de terceiros. Entre estes há aqueles que do mesmo modo realizam atividades a partir dos saberes da construção tradicional. Em certas condições esta situação não pode ser formalizada, pois pode oferecer insegurança social dada a ausência de estrutura normativa que qualifique a situação da categoria. Podemos considerar que a estrutura dos direitos trabalhistas dos trabalhadores que atuam produzindo a partir dos saberes

tradicionais da construção civil é muito frágil. Na medida legal, o fato de obterem a maior parte da renda com a construção além da agricultura pode retirá-los o direito em programas sociais que ainda resistem, apesar das garantias de permanência destes serem cada vez menores.

#### 4.4.1 Situações dos trabalhadores da construção tradicional no território

A informalidade do sistema de trabalho da construção tradicional comparada às conquistas obtidas pelos trabalhadores rurais – apesar destas também negarem o mínimo aos detentores dos saberes do ofício – desvaloriza a produção e os trabalhadores numa dinâmica que resiste ao tempo. Mesmo o campo da cultura lançando um olhar sobre a densidade das dimensões simbólicas, é total a informalidade à qual é relegada a categoria dos trabalhadores do ofício da construção civil dentro das estruturas de políticas públicas e ações afirmativas, elementos de garantia de condições humanas de existência, e empoderamento econômico e político. O nível de normatização e reconhecimento da maior parte das categorias dos ofícios relacionados aos saberes tradicionais formativos do território de identidade é muito restrito.

Na esfera do reconhecimento público e de políticas dedicadas compreendemos que os ofícios da agricultura familiar e da construção tradicional sejam complementares, sendo que o segundo está quase completamente desorganizado. São poucos os trabalhadores dedicados em maior medida à construção e que moram em propriedades particulares. Sem isso, não possuem garantias plenas de que a renda obtida com o trabalho e, eventualmente, a produção rural atenderá plenamente as necessidades familiares. As variáveis da prestação do principal serviço a terceiros influencia diretamente a unidade familiar, já que são poucos os estímulos à seguridade social no caso de idade ativa. No caso da restrição de trabalho, o fator climático e a falta de crédito, assistência técnica, entre outras ausências também influenciam diretamente o sucesso ou fracasso alternativo das safras. Algumas fontes de renda adicionais contribuem para garantir a presença de parte da população na zona rural. Entre as mais comuns estão os programas públicos de transferência de renda.

Considerando as limitações que os benefícios representam para a solução das carências econômicas dos momentos de crise social, motivadas pelas dimensões políticas ou a influência dos elementos naturais – neste caso tanto por causas naturais, quanto por restrições aos recursos naturais promovidas por dinâmicas políticas e econômicas –, verifica-se que as relações financeiras estabelecidas por meio dos pagamentos de benefícios em unidades nas sedes dos municípios

promovem a intensificação do fluxo de pessoas, mercadorias e veículos e, ao necessário, a melhoria das condições de circulação. Sobretudo, as aposentadorias são um dos principais benefícios sociais que tornam alguns locais mais dinâmicos no sertão. Utiliza-se o recurso não só como forma de garantir a sobrevivência do grupo familiar. Eventualmente, os beneficiários utilizam parte dos recebimentos para contribuir de forma voluntária a fim de reduzir a fragilidade de permanência física e imaterial de famílias cujos trabalhadores não possuem o benefício e nem conseguem vender um dia de serviço a outra origem de financiamento.

Vale lembrar que estamos tratando de situações em que não há serviço de construção para os trabalhadores dedicados ao ofício e nas quais o esforço na roça de uma cultura como o feijão não rende mais do que R\$1.000 durante três ou quatro meses de empenho integral a um trabalhador. Este tipo de recurso é tão valioso que os grãos da produção são costumeiramente armazenados na sala de entrada das residências, em geral, nas sedes de povoados. Outras culturas agrícolas a exemplo do milho e da mandioca, também fazem parte da dedicação à subsistência dos trabalhadores detentores dos saberes formativos do território de identidade, um elemento de autonomia estratégica que os expõe a uma situação menos sensível às influências das relações capitalistas de origem multiescalar.

A simbologia representada pela pouca alteração histórica da forma de produção das culturas alimentares básicas destes trabalhadores nos últimos séculos e a manutenção nas formas de armazenamento ao longo das últimas décadas mostra a importância das dimensões simbólicas para a estrutura de relações estabelecidas para prover a sobrevivência. Conforme novas necessidades surgem, no entanto, e as formas de permanência se tornam insuficientes, a colaboração solidária dos elementos familiares contribui com a existência física e material dos portadores dos saberes. Neste sentido, é comum a remessa de dinheiro dos descendentes que trabalham em profissões contemporâneas em áreas urbanas das localidades próximas ou de centros urbanos mais distantes.

Aqueles trabalhadores que trabalharam para si e para terceiros durante longos períodos conseguiram em alguma medida capacitar os filhos que contribuem com a doação de parte dos rendimentos obtidos por meio do assalariamento em diferentes atividades. A formação educacional possibilitada aos descendentes inseriu-os numa nova dimensão de nível de trabalho que permite participarem de funções mais qualificadas. Isso não garante, no entanto, que os salários obtidos não sejam defasados do mesmo modo que a renda de toda a família, por diferentes fatores.

Um dos fatores que impuseram limites aos trabalhadores da construção tradicional foram as normas ambientais que dificultaram o acesso às reservas possíveis de matérias-primas, desterritorializando trabalhadores e os saberes vinculados aos elementos. A adaptação de algumas categorias de trabalhadores ocupados em segmentos da construção civil às técnicas e produtos

contemporâneos promoveu a territorialização de firmas e elementos também contemporâneos. Este é um fator de limitação dos saberes e fazeres que obriga os profissionais a dedicarem-se a outras atividades para tentarem o desenvolvimento da unidade familiar. Conforme visto, uma das formas de reterritorialização da estrutura simbólica dos saberes tradicionais é a valorização das técnicas seculares por consumidores e a atualização por novos elementos tradicionais a fim de buscar a excelência da produção local da atividade.

De modo desqualificado, o poder público estadual negociou a territorialização das empresas de energia eólica em Morro do Chapéu, por exemplo, apresentando um modelo de interferência do poder público para a criação de espaços normativos que favorecem a estrutura política e econômica da atividade. Parte da estrutura da construção civil foi acionada no município e região para a edificação das estruturas físicas da rede de formas do setor. Enquanto a permanência da atividade das firmas internacionais se consolidou de maneira evidente no espaço do município, ao fim da conclusão das obras a maior parte dos elementos da construção envolvidos retornou à condição de transição constante entre diferentes espaços e funções de trabalho que simboliza a categoria. Este tempo de trabalho envolve também o retorno dos saberes ao estado ativo da imanência, em que são exercitados apenas na latência da inatividade dos detentores.

Os fenômenos técnicos difundidos ou exercitados nas localidades podem ser considerados ações constitutivas do espaço e pressupõem o estabelecimento de novas normas, na relação com o direito de trabalhar e produzir (ANTAS JR, 2005, p. 186). Isso não acontece na escala local. O caso da construção tradicional é um exemplo de categoria que necessita de normas específicas para continuar sendo realizada, permitindo que os saberes tradicionais e dimensões criativas da atividade sejam estimulados e continuem fomentando as dimensões econômicas, políticas e simbólicas do setor. Ao contrário, a produção de normas destinadas a outras funções, seja de preservação ambiental, regulamentação de atividades relacionadas, entre outras, acabaram por restringir a territorialização dos saberes dos antepassados que formaram o território.

O que houve no território de maneira geral, mas também no município, é que ao serem postas em exercício, as normas passaram a produzir transformações. Consideramos que não houve preocupação do poder público em amenizar as alterações produzidas para a condição de trabalho dos ofícios tradicionais como um todo. Sabendo que a efetivação de uma norma no território exige a geração de novas normatizações, quando este movimento não acompanha as necessidades gera problemas. Isso porque quando um contexto territorial é alterado, novas práticas se impõem “Esse movimento não se encerra num mecanismo simples de ação e reação” (ANTAS JR, 2005, p. 187).

O fenômeno que podemos perceber no território de identidade e município de interesse é que a complexidade normativa estabelecida por diferentes interesses em momentos históricos



distintos não é capaz de dar conta da totalidade de efeitos que são provocados. Beneficiam-se alguns fenômenos em detrimento de outros e os fatores que orientam as decisões são os mais variados possíveis, mas a dimensão política é aquela na qual as decisões acontecem de modo mais ativo. É importante considerar que as estruturas econômicas e simbólicas também influenciam a dimensão política, mas os constantes estímulos históricos fazem esta última estrutura parecer menos ativa. Isso pode acontecer pois parece ter havido menos estímulos à organização das estruturas simbólicas, restringindo a promoção de dinâmicas de influência e decisão nesta dimensão.

Em muitos casos, os próprios dispositivos de orientação elaborados por formas do poder público para a normatização dos espaços produzidos podem ser desconsiderados frente a expansão da influência das estruturas de elementos produtores de funções de uso corporativo para o território. Caso não haja a regulação do poder público frente os processos de intensificação da base técnica em localidades do sertão baiano, é possível que nos próximos anos estas áreas experimentem novas dinâmicas de retração econômica. A decadência de alguns ofícios da construção tradicional, apesar de toda a contribuição à economia durante processos históricos da formação territorial e na atualidade, pode representar um exemplo para a extinção de outros ofícios e atividades.

Se a ampliação dos processos produtivos intensivos não representarem a estruturação da emergência social no sertão, baseada na estabilidade dos recursos ambientais das localidades, possivelmente, servirá apenas para que os lugares sejam utilizados até a exaustão dos recursos disponíveis, pelos interesses de atores hegemônicos, servindo ao “adversário global, concentrador e anti-democrático” (OLIVEIRA, 2001, p. 19). Em algum tempo, não só não terão significado alternativas autônomas de desenvolvimento local como também contribuirão para o enfraquecimento das formas existentes.

Nesta perspectiva, os detentores dos conhecimentos tradicionais e trabalhadores dos saberes formativos do território de identidade terão destino pouco promissor. Há possibilidade de desterritorialização dos saberes nos espaços de influência das estruturas de prática das atividades, além de processos de desterritorialização física dos detentores e material das formas espaciais da categoria. Neste caso, os atores contemporâneos replicadores de tecnologias industrializadas que passaram a influenciar as estruturas das atividades anteriormente baseadas nos saberes tradicionais terão servido apenas para facilitar a incorporação de áreas por atores com vínculos mais estreitos com os interesses do mercado globalizado. Outro dilema é que aqueles trabalhadores das atividades tradicionais que permanecerem nestes espaços e incorporarem a intensificação da base técnica nas propriedades e locais de trabalho podem perder as características tradicionais, o que também entra em contradição com as ações de salvaguarda dos ofícios e saberes como parte do patrimônio cultural.

Para evitar isso, seria necessária a atuação dos poderes públicos e a mobilização social a favor do fortalecimento das categorias de trabalhadores dos ofícios tradicionais em aspectos que não foram suficientemente considerados até então, possivelmente com a orientação de políticas públicas destinadas ao favorecimento dos atores nas diferentes escalas espaciais de poder. A política demandaria também ações específicas para cada atividade daquilo que compreendemos como a totalidade dos ofícios realizados por meio da operação dos saberes e fazeres tradicionais. O desenvolvimento de ações de fortalecimento das cadeias produtivas das atividades poderia representar também um maior poder dos trabalhadores das atividades baseadas nos saberes e fazeres tradicionais sobre os territórios nos quais vivem, considerando desde os territórios das localidades, às demais escalas além dos territórios simbólicos de interação.

É importante considerar que ações por parte do poder público federal na primeira metade da década de 2010 possibilitaram a obtenção de direitos sociais e a inclusão dos trabalhadores informais em programas de seguridade social. Isso deveu-se às iniciativas que ofereciam benefícios a uma série de categorias que atuam na informalidade, o caso da maioria da mão de obra detentora dos saberes tradicionais no território. No entanto, não aconteceu uma ação eficiente no território para a instrução dos trabalhadores detentores dos saberes tradicionais a fim de garantir a adesão à iniciativa. É importante reforçar que a categoria da construção civil em geral, seja informal ou formal, não possui formas de organização no nível territorial ou municipal que permitam a assessoria laboral, muito menos garantias de direitos básicos dos trabalhadores ou a normatização de negociações coletivas.

Buscamos relacionar o espaço de atuação das categorias de trabalhadores do território de identidade cujos fazeres operam baseados nos saberes tradicionais às iniciativas das esferas nacional e internacional de influência, evidenciando as relações entre a escala local e a realidade cada vez mais globalizada. A apresentação das comunidades e povoados visitados pela equipe de trabalho do INRC-CD e em Morro do Chapéu não expõe condições de existência específicas dos locais, mas sim um padrão de vida inerente ao município, ao território de identidade e, talvez, ao semiárido brasileiro.

Por meio da valorização do conteúdo disponível no INRC-CD, buscamos dar voz aos habitantes das localidades e valorizar histórias, discursos e significados. As citações dos entrevistados, no entanto, serão tratadas como discursos que se desenvolveram a partir de experiências coletivas, no caso, na maior parte, relacionadas à produção do trabalho dedicado, em especial, à atividade da construção civil e saberes tradicionais relacionados. Estas informações, junto com aquelas obtidas por meio de levantamentos bibliográficos, foram relacionadas às categorias analíticas socioespaciais para desvendar a formação territorial do município ao longo dos

séculos e durante o processo de intensificação da influência das tecnologias industrializadas para o campo da construção.

Por isso que uma série de processos que caracterizaram a ocupação sertaneja foram considerados. As ações relacionadas às atividades realizadas nos períodos ainda marcam a estrutura social local e, neste sentido, influenciam novas ações.

Da mesma forma, é possível compreender como as locas nos paredões de pedras, as aldeias de agrupamentos de indígenas e demais espaços de habitação formados pelas comunidades originais da região dão lugar às primeiras habitações rústicas de trabalhadores escravizados e, posteriormente, às moradias que ofereciam maior segurança à população que ocupou o espaço. De modo contínuo, as formas enquanto evidências, mesmo que arruinadas, também nos permitem considerar como as relações sociais relativas aos saberes por trás dos padrões construtivos evoluíram até a conjuntura atual. As estruturas de formas materiais contribuem como evidências dos valores dedicados à sociedade aos bens.

O exercício de organização dos processos de formação territorial dos territórios da Chapada Diamantina e Morro do Chapéu abrange as áreas rural e urbana, mas também considerou as sedes das cidades vizinhas, principalmente, aquelas que se emanciparam a partir da antiga área da freguesia de Morro do Chapéu, entre outras localidades imediatamente fora do território de identidade, mas com intensa importância para a estrutura da construção tradicional na Chapada Diamantina, a exemplo das olarias do distrito de João Amaro, no município de Iaçú, localizado no território do Piemonte do Paraguaçu.

Foram verificadas as territorialidades que influenciaram o desenvolvimento destes lugares e como se deram as estratégias elaboradas pelas categorias de trabalhadores vinculados aos ofícios tradicionais para a formação territorial e para a permanência dos saberes ao longo dos séculos nas localidades de interesse. Estabeleceram-se também relações de como as escalas municipal, estadual e federal de poder e a emergência de organizações representam politicamente as comunidades em nível local, os moradores de localidades e as relações simbólicas de organização e sobrevivência dos trabalhadores e dos saberes tradicionais.

#### 4.5 O INRC da construção tradicional na Chapada Diamantina

No caso da análise do segmento da economia da cultura vinculada ao patrimônio cultural imaterial da construção tradicional na Chapada Diamantina consideramos, principalmente, o INRC-

CD. A pesquisa inventariou as referências culturais dos municípios da Chapada Diamantina e se aprofundou nos aspectos relacionados à atividade tradicional, entrevistando e organizando as informações oferecidas pelos mestres detentores dos saberes tradicionais da construção civil no território de identidade.

A análise das informações disponibilizadas pelos produtos do trabalho torna possível compreender como se dá a economia da cultura vinculada aos saberes tradicionais e qual a representatividade da construção civil tradicional para as dimensões econômicas do território. Compreendemos que inventários, a exemplo do INRC-CD, ofereçam potencial de geração de novas oportunidades para a economia da cultura na Chapada Diamantina, em princípio, a partir do reconhecimento dos mestres dos conhecimentos tradicionais. Este fator pode ser considerado uma quebra de paradigma de um ofício cujos trabalhadores passaram por séculos de desvalorização. Este é um dos principais fatores que pode justificar a situação de exclusão que o ofício representa para os trabalhadores, ocupação de grande parte das pessoas em idade economicamente ativa no território. Uma outra grande diversidade de mercadorias, artesanato e outros bens culturais da região podem ser definidos enquanto produtos da economia da cultura do território.

Com a finalidade de registro de como o patrimônio cultural imaterial é um segmento importante para a economia da cultura, para as políticas públicas e a produção de representações simbólicas relacionadas ao campo na Chapada Diamantina, lembramos que o Iphan é um das únicas autarquias federais com escritórios no território. No caso, os escritórios de Lençóis e Rio de Contas, ambos de abrangência microrregional, com atuação nos municípios de Andaraí e Mucugê. O patrimônio é o campo da cultura que recebeu as maiores inversões de capital por meio de órgãos federais e estaduais do poder público na Chapada Diamantina.

A incorporação dos detentores de saberes e fazeres tradicionais na rede de economia da cultura na Chapada Diamantina é tida como um dos fatores de inovação da pesquisa. Os saberes tradicionais destes trabalhadores considerados enquanto parte do patrimônio cultural imaterial evidenciam o dispositivo que os inclui na perspectiva da economia da cultura e permite ações de valorização dos indivíduos e do conhecimento acumulado.

Consideramos que as discussões recentes sobre a economia da cultura podem se dedicar mais à análise das relações econômicas relacionadas ao patrimônio cultural imaterial. Neste sentido, este trabalho seria uma ação para uma espécie de reparação de danos dada a situação histórica a qual um grande número dos trabalhadores está submetida, em especial, por conta da quase completa falta de assistência ou apoio.

Compreendemos que os dados oferecidos pelo INRC-CD, sejam eles as informações sistematizadas sobre os aspectos sociais do território, mas, sobretudo, as informações sobre a

economia da atividade registradas nas entrevistas com os mestres artífices consultados, oferecem material único, que pode contribuir para suprir a ausência de informações econômicas sobre as ocupações tradicionais, cuja maior parte das relações se estabelecem de maneira informal, por exemplo.

É possível que os dossiês de registro, ou cadernos semelhantes de outros órgãos públicos do campo do patrimônio em escala estadual, do mesmo modo possam oferecer informações para as pesquisas que pretendem analisar a economia do patrimônio imaterial. Isso dependeria da forma como as informações estão disponibilizadas ao público em geral e pesquisadores. Mas, tendo em vista os avanços da política voltada para o patrimônio imaterial nos últimos anos, podemos sugerir que há informações disponíveis àqueles que pretendem analisar de forma mais detalhada a economia relativa aos bens culturais registrados ou inventariados no Brasil e nos Estados.

As principais tarefas seriam tentar desvendar aspectos dos estímulos ao desenvolvimento da economia da cultura no mundo, no Brasil, Bahia e, no caso, do território da Chapada Diamantina. Partiu-se da suspeita de que os processos promovidos para a economia da cultura podem ser potencializados a fim de favorecer o desenvolvimento social de trabalhadores marginalizados e as experiências destes.

Mesmo se beneficiando de informações organizadas por uma equipe de pesquisadores, conforme visto, um dos principais desafios para identificar a estrutura da economia da cultura da construção tradicional na Chapada Diamantina se deu pelo fato de que o segmento é caracterizado quase que totalmente pela informalidade. A partir de experiência realizada em pesquisas anteriores, consideramos que as metodologias utilizadas nos permitiram transformar as informações contidas nos relatos dos mestres entrevistados durante o INRC-CD em dados críveis de serem utilizados numa pesquisa do tipo. Vamos considerar alguns modelos de medição realizadas no campo da economia da cultura a fim de consolidarmos a orientação da proposta deste trabalho.

O Atlas Econômico da Cultura Brasileira (VALIATI et al., 2017, p. 27) adota dois dos principais modelos metodológicos para possibilitar a medição, a análise da extensão e as características do campo da economia da cultura: o Marco de Estatísticas Culturais pela Unesco<sup>31</sup>; e os manuais referenciais resultantes do Convênio Andrés Bello (CAB) da Colômbia<sup>32</sup>, alinhados com os trabalhos da Unesco<sup>33</sup>. Enquanto o primeiro modelo utiliza-se de recursos que favoreceram, principalmente, as estimativas do emprego formal das indústrias culturais – apesar de reconhecerem

---

<sup>31</sup> UNESCO. Framework for cultural statistics, 2009. Disponível em: <  
[http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/unesco-framework-for-cultural-statistics-2009-en\\_0.pdf](http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/unesco-framework-for-cultural-statistics-2009-en_0.pdf)>.  
Acesso em: 16 jun. 2017.

<sup>32</sup> Especialmente os estudos relacionados às Contas Satélites de Cultura (CAB, 2009; CAB, 2015).

<sup>33</sup> Em especial os estudos sobre indicadores (UNESCO, 2009), relatórios sobre economia criativa (UNESCO, 2013b) e mapeamento do campo (UNESCO, 2015).

a importância da informalidade para a economia do setor, os trabalhos do CAB ofereceram as condições para a criação das Contas Satélites de Cultura (CSC), vinculadas ao Sistema de Contas Nacionais, que consideram a economia informal.

Isso se dá a partir do reconhecimento de que a produção informal e ilegal “geram produção, valor agregado e consumo. No campo cultural, informalidade e ilegalidade são fenômenos que geram uma quantidade significativa de fluxos econômicos e que devem ser incluídos nas informações dos quadros da CSC” (VALIATI et al., 2017, p. 42). Além da mensuração da quantidade de profissionais que se enquadram nas diversas categorias de cadastros das ocupações organizadas por países ou organizações internacionais, que caracterizam a maior parte dos mapeamentos da economia da cultura já realizados, é possível obter informações estratégicas a partir de outras pesquisas (VALIATI et al., 2017, p. 42).

A necessidade de produzir informações além daquelas oficiais e formais sobre o emprego no campo da cultura se dá por diversos motivos, mas a informalidade das relações de trabalho pode ser considerada como um elemento dos mais determinantes. Se não são todas as pesquisas realizadas que consideram os trabalhadores informais que realizam atividades artísticas – por consequência, minimizando a relevância da economia da cultura –, dar visibilidade ao trabalho dos profissionais que atuam em setores que não estão diretamente vinculados ao campo cultural, mas cujo conhecimento tradicional remete-os enquanto detentores de saberes e fazeres, inserindo-os como a parte da economia do patrimônio imaterial, é um desafio ainda maior.

A apuração de dados complementares aos oficiais é de importância estratégica para o mapeamento das relações econômicas vinculadas à dimensão do patrimônio imaterial na Chapada Diamantina. A medida atenderia recomendações sugeridas para o estudo da economia da cultura, entre elas a de “priorizar setores que dispõem de bases de dados consistentes e uma descrição da cadeia produtiva do setor; [e] de alguma informação de base que aponte a necessidade de realizar novas pesquisas para complementar as lacunas de informação” (VALIATI et al., 2017, p. 48). É possível afirmar que não há setor do campo da cultura na Chapada Diamantina que não tenha sido tão estudado quanto o do patrimônio, apesar dos diferentes dados já analisados não estarem organizados num espaço que permita a consulta de forma qualificada.

O Iphan, por exemplo, é conhecido por centralizar estes dados em poucos “nós” da rede de espaços físicos do órgão. As informações gerais do INRC-CD da construção tradicional está disponível em apenas dois conjuntos de dados armazenados no escritório técnico do município de Lençóis e na sede do órgão, em Brasília. O órgão ainda não dispõe de um sistema informatizado no qual as informações gerais a respeito de dado processo de tombamento ou de registro de um bem cultural estejam à disposição da consulta pública. Além disso, muitos processos do tipo não estão

digitalizados, o que dificulta a consulta.

Os dados oficiais de produção, emprego e sociais contribuíram como informações de apoio, mas a principal fonte de informação no nosso caso são os relatos dos mestres dos ofícios tradicionais de interesse da pesquisa. Ter-se-ia, assim, um modelo complexo de apuração de dados que permite dar conta de um contexto que se torna cada vez mais relevante para os órgãos internacionais e pesquisadores do campo da cultura interessados em desenvolver pesquisas sobre atividades econômicas a partir de abordagens não convencionais.

Há expectativas de que as iniciativas baseadas na abordagem da economia da cultura também pudessem promover “o desenvolvimento de áreas rurais com herança de patrimônio cultural” (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2017, p. 12), a exemplo da Chapada Diamantina. Um dos passos iniciais seria tornar evidentes o potencial criativo destes territórios. De acordo com a UNCTAD (2012, p. 33), é “reconhecido o fato de que os países em desenvolvimento possuem um vasto depósito de patrimônio cultural imaterial e expressões culturais tradicionais que poderiam ser mais bem abordadas”. Acreditamos que nossa pesquisa atende esta demanda.

#### 4.6 Economia do patrimônio imaterial na construção na Chapada Diamantina

O INRC-CD integra a iniciativa do Iphan realizada a partir de 2008 em outros estados do país e a partir de 2014 na Bahia para a valorização dos mestres arífices do ofício. O objetivo seria considerá-los sujeitos ativos do patrimônio reconhecidos por diferentes instâncias do poder público. Conforme vimos, a reinserção deles no que é julgado pelo Iphan (2017a, p. 20) como uma lógica de mercado também é pretendida. A publicação, síntese do trabalho realizado ao longo de três anos na Chapada Diamantina, revela que, desde o início do processo de inventariado das referências em outros Estados, foram identificadas práticas e conhecimentos tradicionais que possibilitaram a retomada das atividades no "cotidiano das comunidades, transformando muitas realidades tendo em vista a possibilidade real de dinamização das economias" (IPHAN, 2017a, p. 20).

A iniciativa dos inventariados dos mestres artífices da construção tradicional seria não só de identificar, mas promover posteriormente o registro dos saberes relacionados à construção civil "não somente como forma de ressaltar os vínculos entre materialidade e imaterialidade" (IPHAN, 2017a, p. 23), conforme vimos, uma demanda da evolução das leis do patrimônio no Brasil e no mundo. Considerava-se também a valorização dos conhecimentos, pois ainda seriam importantes para os espaços na contemporaneidade. Os construtores passaram a ser reconhecidos como os

responsáveis por deixarem suas marcas materializadas no território em virtude dos sucessivos processos econômicos que se desenvolveram durante os últimos séculos. Com a ocorrência da superposição de formas físicas e os arruinamentos, as reconstruções cíclicas só foram possíveis pois dependiam das "técnicas que se utilizavam da materialidade do lugar e do conhecimento trazido por cada construtor" (IPHAN, 2017a, p. 23), cujo trabalho dependia da atuação em harmonia com a natureza.

Assim, além de ser o passo inicial para registrar os processos relacionados à realização das técnicas construtivas e para providenciar a manutenção de parte desse patrimônio construído herdado teria também a função política de sinalizar para as instituições públicas que lidam com o nosso patrimônio cultural

a necessidade de reforçar as relações sociais e suas práticas colaborativas que se resgatam frente a nossa sociedade de consumo. Esse descompasso entre as políticas públicas e a produção desses mestres e artífices da construção tradicional gera a desvalorização dos detentores dos saberes que não conseguem mais transferir os conhecimentos práticos por não atrair os jovens interrompendo assim um ciclo estabelecido de mestres e aprendizes por séculos (IPHAN, 2017a, p. 23).

Considerada uma metodologia de identificação do patrimônio cultural realizada exclusivamente pelo Iphan para investigar, identificar e produzir conhecimentos sobre os bens culturais, o INRC foi estruturado em três etapas: o levantamento preliminar, o processo de identificação das referências culturais e a documentação das informações apuradas resultando num conjunto de documentos baseados não apenas em referências bibliográficas e iconográficas, mas também relatos históricos e pesquisa direta realizada em campo.

Os casos apurados durante o inventário de vinculação direta entre a realização dos saberes tradicionais vinculados aos fazeres construtivos e a restauração de edificações históricas estão concentrados nos espaços normatizados pelas políticas de tombamento. Este segmento, conforme vimos, é aquele mais considerado pelos autores consagrados que pesquisaram a economia da cultura do patrimônio. No entanto, a pesquisa também identificou a realização de edificações contemporâneas que utilizaram técnicas tradicionais em processos baseados na bioconstrução, principalmente nos municípios de Lençóis e Rio de Contas.

Durante as etapas para a identificação dos mestres artífices da construção do território, 665 entrevistas foram realizadas. Lençóis e Morro do Chapéu foram os municípios com o maior número de pessoas consultadas, com 81 e 72, respectivamente. Entre este total, pouco mais de 150 pessoas foram entrevistadas para a identificação de referências culturais do território, que somaram mais de 1.100 bens. A seguir é possível verificar as comunidades visitadas pela equipe do INRC-CD no município de Morro do Chapéu.



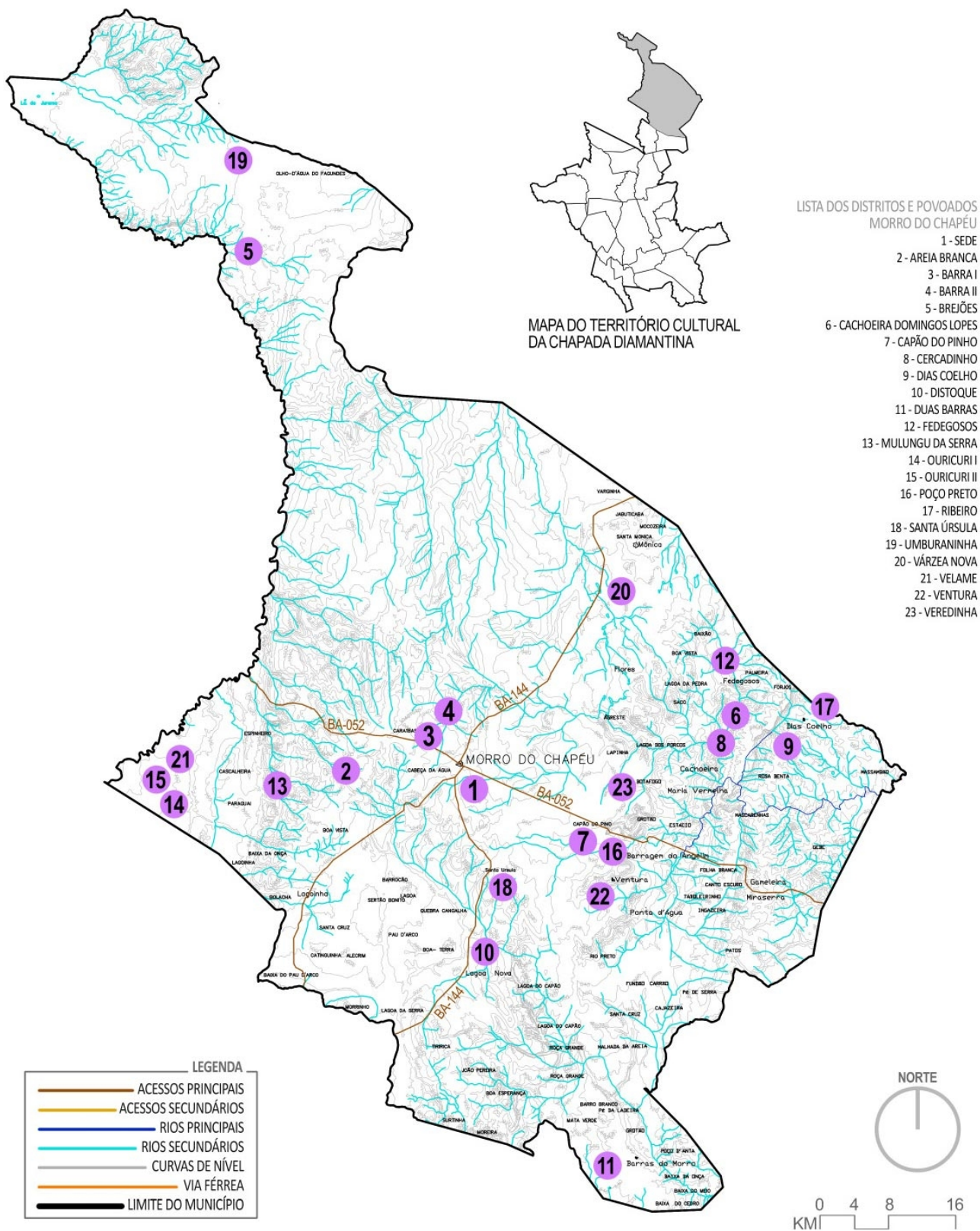


Figura 12: Comunidades visitadas para o mapeamento das referências culturais do município de Morro do Chapéu realizado durante a etapa preliminar do INRC-CD. Fonte: IPHAN, 2015f.

A organização das entrevistas foi realizada com base nas determinações do decreto-lei que institui a política do patrimônio imaterial. As ocupações que mais contribuíram com a pesquisa foram os trabalhadores da construção, entre eles serralheiros, carpinteiros, marceneiros, oleiros, funileiros e lavradores. Entre ofícios e mestres da construção civil tradicional, o INRC-CD identificou 114 referências na Chapada Diamantina. Quarenta destas foram selecionadas para serem estudadas em detalhe durante a etapa de identificação.

A seleção envolveu os critérios do aprofundamento do conhecimento relacionado às matérias-primas utilizadas na Chapada Diamantina, entre elas o uso do barro. Além disso, foi considerada a diversidade das atividades de trabalho vinculado à construção tradicional, "desde as atividades de transformação da matéria-prima bruta até as etapas de acabamento das edificações" (IPHAN, 2017a, p. 50). Pretendia-se compreender "as particularidades das técnicas construtivas, associando a geologia do sítio, condições climáticas e processos de ocupação e fixação do homem no território" (IPHAN, 2017a, p. 50).

Na etapa de identificação dos Mestres e ofícios da construção civil tradicional foi realizado o detalhamento das práticas laborais, detendo-se nas análises e descrição sistemática dos ofícios, com o registro dos processos de formação dos Mestres, forma de vida e relação com a comunidade, etapas de produção, reprodução e transmissão dos saberes, assim como o mapeamento das relações entre estas referências e outros bens e práticas que ocorrem no sítio. A identificação, fase marcada pelo aprofundamento do reconhecimento sobre o bem cultural, em pesquisa de campo, engloba a descrição sistemática e a tipificação das referências culturais relevantes; o mapeamento das relações entre essas referências e outros bens e práticas; e a indicação dos aspectos básicos dos seus processos de formação, produção, reprodução e transmissão (IPHAN, 2017a, p. 50).

Diferentes tipos de bens foram considerados como parte do patrimônio do território da Chapada Diamantina, entre eles, os festejos, enquanto momentos de sociabilização das comunidades, quando as atividades cotidianas são suspensas e acontecem a atualização e afirmação "de valores e crenças primordiais" (IPHAN, 2017a, p. 83). Os eventos religiosos de influência cristã foram considerados populares, a exemplo do reisado. As celebrações das religiões de matriz africana também foram identificadas enquanto significativas no território. As celebrações da cultura dos vaqueiros se destacaram do mesmo modo. O caderno de memória do INRC valoriza ainda a capacidade de mobilização e integração das pessoas, além da característica integradora das festas, a exemplo dos festejos de São João, apesar de serem considerados descaracterizados no território por força da indústria cultural homogeneizadora da estética da celebração nos últimos anos.

A integração remete, no entanto, às organizações de adjuntórios ou mutirões, "um caso particular de trabalho comunitário e de vivência solidária que costumava ocorrer na ocasião do plantio e da colheita, na fabricação de tijolos de adobe, na raspa da mandioca, na construção de uma casa e na própria preparação de uma festa" (IPHAN, 2017a, p. 96). A obra considera ainda que a

influência das culturas trazidas por imigrantes de diferentes regiões da Bahia e do país, além de diversas nacionalidades, somada à ampliação do turismo, alterou o calendário de festejos e ritos na Chapada Diamantina.

O contexto de diferentes influências exógenas e exóticas teria impactos significativos sobre a cultura nativa. "Esse caldeamento cultural, junto ao fenômeno da urbanização do campo, está repercutindo no comportamento social, ocasionando, em alguns segmentos da população, o afrouxamento dos vínculos de pertencimento e de coesão comunitária" (IPHAN, 2017a, p. 81).

Sobre os aspectos arquitetônicos, o caderno de memória do INRC-CD considera o número significativo de edificações que testemunharam processos históricos, econômicos e políticos desde o período colonial. Resistiriam ainda edificações do auge da mineração do ouro e da pecuária, que seriam relevantes para a população local, o Estado e o país. Outras edificações consideradas importantes foram as casas de câmara e cadeia, igrejas e capelas espalhadas pelos municípios. Estas construções representariam as edificações européias de mesma finalidade. O valor cultural do território de identidade também se manifestaria nos saberes e técnicas tradicionais necessários para a edificação dos lugares. Entre as matérias-primas utilizadas estão a terra, a pedra, o cal e a madeira, que "proporcionaram o aparecimento de vários exemplares arquitetônicos em diferentes tempos e que se mantêm íntegros até hoje de forma homogênea" (IPHAN, 2017a, p. 104).

A extração do cal é um dos exemplos evidentes da substituição da matéria-prima produzida e consumida no território pela produção de base industrial, a partir do desenvolvimento das estruturas de fabricação, distribuição e comercialização nas últimas décadas. O único mestre identificado que ainda realiza a produção artesanal do cal no território, no município de Iraquara, lembrou de aproximadamente 20 caieiras próximas ao município antes da instalação das casas de material de construção. O cimento substituiu a argamassa produzida com o cal, forçou a redução do consumo no território e provocou a inatividade de quase todos os espaços de trabalho de extração da matéria-prima.

Processo parecido se deu com a madeira. Antes abundante em território, após sucessivos processos de extração e distribuição das principais reservas via linha férrea, a matéria-prima da região se tornou difícil de ser adquirida pelos marceneiros que trabalham nas oficinas de beneficiamento artesanal ainda existentes. As leis ambientais também dificultaram a extração mesmo nos casos de impacto insignificante. A intensificação da presença dos órgãos públicos nas estruturas de fiscalização no território também inibiu a extração para fins artesanais. Tornou-se necessário "adquirir peças de madeira legalizada, em madeiras, geralmente vinda de outras regiões do país, ou ainda os marceneiros e carpinteiros se veem obrigados a trabalhar com madeira laminada, comprometendo o trabalho realizado" (IPHAN, 2017a, p. 129). Muitas vezes, é difícil de

certificar a origem da madeira utilizada na produção dos mestres marceneiros. Os Estados do Norte do país, em especial o Pará, são os principais fornecedores da matéria-prima que abastece as marcenarias do território.

Além da falta de madeira à disposição no território, sem necessidade de pagar frete por longas distâncias, os mestres marceneiros também associam a falta de trabalho na atualidade à "competição com os produtos industrializados, principalmente no que se refere à produção de mobiliário" (IPHAN, 2017a, p. 130). No caso da carpintaria realizada para a instalação e manutenção das estruturas de apoio à agricultura e criação, a exemplo de cercas, currais, engenhos, entre outros equipamentos, os mestres remanescentes responsabilizam "a chegada da energia elétrica no espaço rural e da máquina a motor, como a causa do processo de decadência desta atividade na Chapada Diamantina" (IPHAN, 2017a, p. 130).

Os mestres da marcenaria identificados em diferentes lugares do território informaram que a atividade original na região estava vinculada à pecuária e à agricultura, anteriores à mineração. Atualmente, a restrição das possibilidades de produção utilizando matérias-primas cultivadas no território, seja pela escassez do recurso ou pela proibição da extração, leva os profissionais a dedicarem-se às atividades de manutenção.

O quadro geral da situação destes profissionais fez com que a tecnologia tivesse que ser incorporada por mestres do ofício para integrá-la às estruturas simbólicas dos saberes tradicionais, realizando trabalhos híbridos, e possibilitando novos produtos e acesso a mercados. Um caso é o de um jovem mestre de Palmeiras, no distrito de Caeté-Açú, que extrai da natureza tocos de madeira morta e os utiliza para a produção de mobiliário equipado com maquinário contemporâneo. O pai deste mestre é o principal responsável pela identificação e elaboração de estratégias de deslocamento de grandes pedaços de restos de árvores para serem usados como matéria-prima de marcenaria. O processo de aprendizado entre mestres artífices e aprendizes reproduz processos ancestrais de transmissão dos conhecimentos e podem envolver uma ou mais técnicas.

As atividades de aprendizagem devem ser entendidas no contexto social em que estão inseridas, muitos aprendem com a família, outros viajaram para outros lugares, aprenderam as técnicas e retornaram para a Chapada (...). No entanto, o princípio da aprendizagem baseado na prática exercida junto aos mestres, de certa forma continua, não mais nas tendas ou oficinas dos profissionais mais qualificados, mas, ainda que inconsciente, ao lado da figura paterna ou de um familiar mais próximo e diretamente na obra onde entram sem qualificação, na condição de servente (IPHAN, 2017a, p. 131-132).

Os casos do ofício de pedreiro e mestre de obras, funções das mais significativas da construção civil na Chapada Diamantina, tem processo de aprendizagem baseados na realização de uma série de funções. Entre os moradores da zona rural, em especial, o trabalho comunitário aplicado à construção civil, a exemplo dos mutirões ou adjuntórios, são uma das fontes de acesso a

informações e práticas para os aprendizes. "A confecção do adobe, retirada de paus da mata, corte de pedras" (IPHAN, 2017a, p. 141) também são atividades que permitem os primeiros contatos com a profissão de pedreiro e "onde se forma vários 'construtores'" (IPHAN, 2017a, p. 141). Por ser uma profissão de ordem comunitária, o núcleo de pessoas conhecidas atua diretamente no processo de aprendizagem. Muitos aprendizes têm o pai ou um familiar como mestres e o seguem profissionalmente. Também é possível encontrar equipes de trabalhadores formadas por familiares.

A maioria dos mestres artífices identificados durante o INRC da Chapada Diamantina cursou apenas as primeiras séries do ensino formal, mas é considerada portadora de "grande sensibilidade e conhecimento empírico o que permite a manutenção dos saberes tradicionais e a conservação de um grande número de formas de expressão cultural no sítio" (IPHAN, 2017a, p. 132). Os mestres e trabalhadores que atuam em funções como a de oleiros, extratores de pedra e marceneiros necessitam praticar outras atividades para sustentar suas famílias. O roçado em pequenas propriedades garante a segurança alimentar ou alguma renda complementar. A manutenção da atividade com a lavoura também interessa aos trabalhadores da construção pois, quando registrada e reconhecida pelos sindicatos da categoria, possibilitam a obtenção da aposentadoria enquanto lavrador. Como autônomos, não se aposentariam apenas pelo reconhecimento enquanto ocupados em funções da construção.

Quando as limitações climáticas influenciam o desempenho da lavoura, na maior parte mantida como alternativa de renda e infra-estrutura rústica, realizada por meio de esquema de sequeiro, torna-se necessário migrar para outros espaços de trabalho. O mesmo processo acontece nos períodos de escassez de trabalho, que levam profissionais, em especial pedreiros, para realizar obras nos principais centros urbanos do país, ou nas cidades maiores próximas ao seu território de origem.

O aprendizado de diferentes tarefas, a exemplo de "instalações hidrossanitárias, de instalações elétricas, telhados, entre outras atividades" (IPHAN, 2017a, p. 143) é a principal forma de ampliação de conhecimento dos serventes, que assim podem ascender ao posto de pedreiro meia-colher e em seguida à função de pedreiro. Este processo também torna possível que o trabalhador venha a ser reconhecido como mestre de obra.

O inventário da UFBA e Iphan identificou que a remuneração dos profissionais ligados à construção civil é realizada geralmente pelo regime de empreitada. As exceções seriam aqueles trabalhadores que possuem emprego fixo em órgãos públicos, a exemplo das prefeituras, ou em empresas que atuam no território. O valor da empreita é acordado com a pessoa que está pagando pelo serviço e pressupõe a remuneração dos dias de trabalho necessários para a equipe realizar determinada obra. O cálculo, no caso de edificações, em geral, é realizado pela multiplicação do

valor corrente cobrado por cada metro de obra construído, índice determinado pelo mestre de obras e que varia de acordo com cada lugar.

No caso dos preços cobrados no município de Lençóis, por exemplo, estes valores variavam entre R\$280 e R\$320 por metro quadrado, para edificações térreas, e R\$380 a R\$420, no caso de edificações de dois andares, em valores consultados durante o ano de 2015. Em 2018, em consulta aos mestres do município, as faixas de valores variavam entre R\$340 a R\$380 e R\$460 a R\$500, respectivamente. Consideramos também um extenso número de trabalhadores diaristas que vendem a força de trabalho em troca de remunerações que, em 2018, variavam no mesmo município, em média, entre R\$60 para o dia de trabalho de um ajudante; R\$80 para um servente meia-colher; R\$100 para um pedreiro; R\$120 para mestres de obra; até R\$250 para serviços especializados, a exemplo de operador de moto-serra, ou eletricista especializado, entre outros. São valores diferentes das diárias pagas a trabalhadores não especializados na agricultura. No mesmo período, por vezes, como autônomos, recebiam menos de R\$50 por dia trabalhado em fazendas do município.

Em verdade, todos estes trabalhos são realizados de forma autônoma, com jornadas de trabalho muitas vezes superiores a oito horas no dia, com alimentação e transporte sob responsabilidade do trabalhador. Do mesmo modo, na maioria das vezes, as ferramentas de trabalho utilizadas pelos trabalhadores são pessoais. Quase que na totalidade dos casos, não há quaisquer garantias da seguridade social, dado que a maioria dos trabalhadores não contribui com a organização pública do gênero. Em caso de acidente ou doença, o profissional perde a remuneração dos dias de trabalho ausentes. Os construtores, não raramente, têm problemas para receber as quantias referentes aos dias trabalhados. Estes são alguns dos elementos da estrutura do mercado de trabalho da construção civil no território, altamente influenciada pela informalidade. Consideramos, no entanto, que este seja o mercado legal mais significativo na região, tanto em aspecto de volume de negócios gerados direta e indiretamente, quanto em nível de emprego gerado.

O modelo de trabalho da empreitada, em geral, faz com que os trabalhadores fiquem períodos inativos entre o final de uma obra e nova ocupação. A depender do nível de organização do mestre de obras, ele pode administrar mais de uma equipe de trabalho, atuando em mais de uma obra ao mesmo tempo. Do mesmo modo, foram identificados mestres no INRC que intercalam o controle de equipe e uma obra enquanto realizam diárias, ou serviços de menor duração em outras edificações. O mestre de obras pode lucrar com a empreita, caso consiga finalizar o serviço num período de tempo menor. Para ele significa pagar menos diárias a seus contratados do que o previsto pelo "contratante". Para isso, exige-se um nível de organização do trabalho muito eficiente. Em conversas com profissionais são relatados muitos casos de atraso de obras. Quando isso ocorre, é

exigido que o mestre finalize o serviço sem remuneração da própria diária, dado que todo o dinheiro da empreita foi investido no pagamento da equipe.

É preciso considerar que a maioria dos profissionais da construção tradicional atua em espaços de trabalho temporários e transitórios. A oferta de trabalho dos profissionais autônomos da construção civil na Chapada Diamantina varia de acordo com o desempenho macroeconômico e da economia do território. Nos períodos nos quais escasseiam ou não há novas edificações em construção como alternativa à migração, alguns mestres e trabalhadores dedicam-se a outras atividades. Um mestre especialista na técnica da taipa, em Lençóis, por exemplo, por conta da necessidade completar a renda familiar, pouco antes da visita dos pesquisadores do INRC, havia construído uma casa de farinha. A edificação foi feita em taipa, "com o forno em adobe, para trabalhar junto à comunidade de Iuna na produção de farinha" (IPHAN, 2017a, p. 144). Além disso, o mestre mantinha na ocasião uma pequena lavoura, pescava e realizava fretes remunerados com o carro quando não estava trabalhando em obras.

Embora as estórias de todos estes artesãos sejam únicas e se destaque na busca pelo conhecimento e aprimoramento das suas técnicas, ora no seio familiar, por conta própria, ora na busca de uma formação mais específica, todas essas estórias se unem em um vértice que não nega o contexto socioeconômico e um constante respeito ao ambiente que vivem e trabalham, exigindo sempre uma versatilidade e dinamismo no uso da matéria-prima ou na confecção de ferramentas, o que não exclui o compromisso com a manutenção das técnicas, da tradição e o amor pelo ofício (IPHAN, 2017a, p. 144-145).

Considerando a análise exposta no caderno de memórias do INRC do território, o acúmulo de processos que se desenvolveram na Chapada Diamantina, fez com que os artífices tivessem que participar de iniciativas de aprendizagem em diferentes saberes e ofícios para sobreviverem. As condições espaciais oferecidas pelo sertão foram determinantes para isso. Considerou-se que a maestria se configura em "um único saber" (IPHAN, 2017a, p. 145) para cada indivíduo. "Aprender um pouco de tudo, como atitude de sobreviver à adversidade do meio, foi e ainda é um elemento determinante do caráter dos homens e mulheres da Chapada Diamantina" (IPHAN, 2017a, p. 145).

Na busca de identificar os bens culturais do território, as realizações do cotidiano e representações simbólicas dos grupos de cada lugar, o processo de levantamento preliminar das referências culturais da Chapada Diamantina durante o INRC'CD buscou garantir o "comprometimento dos bens levantados com o contexto socioeconômico, histórico e cultural que caracteriza" (IPHAN, 2017a, p. 145) o território. A metodologia do inventário define que a etapa de identificação dos mestres artífices se dê "a partir do aprofundamento e reconhecimento das representações que configuram a identidade dos ofícios da construção tradicional no sítio de estudo para os seus executantes, assim como, para a comunidade que participa desta produção, seja como observador ou como consumidor" (IPHAN, 2017a, p. 145). O objetivo seria a identificação de como

estes diferentes grupos se relacionariam com os ofícios e com o território.

A análise realizada pela equipe do INRC no caderno de memória valoriza o orgulho com o qual mestres narraram os ofícios desempenhados durante a realização do inventário. Os pesquisadores identificaram como muitos mestres tratam as funções exercidas enquanto simples atividades do cotidiano, "sem muitas vezes perceber a dimensão simbólica de experiências acumuladas (...) e a incerteza da permanência dos ofícios marcados por perspectivas futuras" (IPHAN, 2017a, p. 147). Os pesquisadores também verificaram "as relações dos mestres com outras manifestações culturais" (IPHAN, 2017a, p. 147) na Chapada Diamantina, além do envolvimento direto ou indireto dos artífices nas comunidades nas quais realizam as atividades e aquelas beneficiadas pelo uso da produção.



## 5. Estruturas da economia da construção tradicional na Chapada Diamantina

*O meu pai saía para outros serviços, deixava eu e uma irmã (...) Deixava meio mundo de barro feito e dizia: - “Olha, de tarde eu quero a telha feita”. Era a lei de antigamente. E nós tinha que fazer. Quando era de tarde: - “Papai, o barro acabou”. Ele: - “Amanhã vou tirar o dia pra fazer barro”.*

Mestre oleiro Genildo

A importância dos saberes e do ofício da construção civil tradicional, como estratégica para a formação do espaço como um todo, é defendida nos depoimentos dos mestres da Chapada Diamantina. Para o carpinteiro Jessé Soares Silva, o Mano, de Andaraí, por exemplo, é um ofício que teria influenciado diretamente a formação das sociedades desde, pelo menos, de maneira mais monumental, o Egito Antigo (MESTRES ARTÍFICES, 2017). O oleiro Robson dos Santos Pessoa justifica a importância do ofício da construção ao citar a invocação bíblica de que esta teria sido a primeira profissão (Robson dos Santos Pessoa, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015). Por isso, é possível considerar o setor como uma medida simbólica do nível local e territorial de emprego, em especial, no caso da Chapada Diamantina.

Além do ofício de trabalho com o barro, uma das matérias-primas mais presentes na construção civil na Chapada Diamantina é a pedra, recurso disponível de forma abundante em parte significativa do território. Sendo um ofício que envolve diferentes ações, qualquer obra realizada com pedras pressupõe a extração da matéria-prima, atividade realizada de maneira específica por alguns mestres. Neste caso, é um pressuposto saber preparar e apontar as ferramentas utilizadas na desagregação de blocos de uma jazida. De acordo com Edilson Portugal Neiva, ou mestre Fausto, proprietário da pedreira em Andaraí, "*todo o cortador de pedra é ferreiro. Se não for não tem como cortar [a pedra]*" (IPHAN, 2017a, p. 193, grifo no original).

Um elemento simbólico importante é a referência dos extratores quanto ao tamanho dos blocos de pedra que serão comercializados. De acordo com o caderno de memórias do INRC da construção tradicional na Chapada Diamantina, mesmo sem utilizar qualquer instrumento de medida, os extratores de pedra cortam blocos regulares, com medidas padrão (IPHAN, 2017a, p. 197). Mesmo com a normatização ambiental que se deu no território e a restrição da extração da

matéria-prima em muitas pedreiras nas quais a extração aconteceu por muitos anos, garantindo trabalho para muitas famílias, a pedra ainda foi considerada um material muito utilizado no território de estudo.

O caderno de memórias do INRC-CD registra que "as técnicas construtivas são as mesmas praticadas desde os primeiros momentos da ocupação do território, se observando, no entanto, inovações, a exemplo do uso da pedra como revestimentos e embrechados" (IPHAN, 2017a, p. 197-199). Os trabalhadores que apenas realizam estas atividades, no entanto, não foram considerados mestres pedreiros. Ao contrário dos demais profissionais identificados, não realizam outras atividades do ofício. Há mestres que foram identificados apenas enquanto extratores de pedra, enquanto outros colegas também foram reconhecidos enquanto pedreiros, ou também mestres de obras.

No caso dos mestres marceneiros um elemento simbólico que tinha influência direta na extração da madeira era o conhecimento do período certo para cortar a árvore. A retirada da árvore seguia a dinâmica das fases da lua. A extração em cada fase influencia de maneira diferente a durabilidade da madeira. As noites de lua escura, sem lua, ou na lua nova, representavam maior duração do material. "O mesmo ocorre com a colheita da palha de licuri para fazer a cobertura [de telhados]" (IPHAN, 2017a, p. 230), ensinamentos apreendidos com os pais dos mestres que foram transmitidos para as gerações seguintes.

A marcenaria artesanal talvez seja o ofício popular, entre aqueles identificados, com o maior risco de extinção na Chapada Diamantina. Os pesquisadores do INRC observaram a preocupação dos mestres carpinteiros e marceneiros com as limitações impostas à profissão por diversos fatores:

a competição do produto artesanal com os produtos industrializados, principalmente no campo da marcenaria, onde também consideram os móveis com madeiras laminadas e processadas, mais bonitos, porém mais fracos e finalmente, e o que é mais grave, a falta da matéria-prima para se trabalhar, em função do impedimento, por questões ambientais de corte. Mestre Mazinho, mestre em Iramaia, conseguiu resumir muito bem o atual estágio da profissão: *'A marcenaria sem madeira é a mesma coisa do mercado sem mercadoria, não tem nem saída nem entrada, nem compra nem venda, como aqui já tá no fim, aqui já tá finalizando'* (IPHAN, 2017a, p. 231).

Dois ofícios que se relacionam diretamente com praticamente todos os outros são os de pedreiro e mestre de obras, identificados durante o INRC-CD como executores de fundações de edificações, paredes e coberturas, até acabamentos. São mestres reconhecidos enquanto realizadores de diferentes técnicas construtivas, incluindo processos de construções com terra até as estruturas de concreto, que trabalham com "alvenarias de adobe, de muros de pedra ou dos atuais blocos" (IPHAN, 2017a, p. 249).

Estes mestres executam "casas de enchimento; construções em adobe e tijolos – levante de paredes e execução de fundações; construção de muros de pedra e casas de pedras; construções com estrutura de concreto; construções mistas de concreto e adobe" (IPHAN, 2017a, p. 249). Além disso, conhecem as técnicas para extrair pedras, ou dominam as atividades dos adobeiros e oleiros, até carpintaria. O inventário registra que "os pedreiros e mestres de obras da Chapada são ainda os registros vivos dos segredos e histórias ou 'estórias' de cada técnica" (IPHAN, 2017a, p. 249).

A extensão do trabalho realizado pelos mestres de obras do território pode ser considerada a partir dos relatos de dois mestres. De acordo com o mestre Messias do Livramento, do município de Rio de Contas, das ruas da sede da cidade em que vive, "*não tem uma que não trabalhei*" (IPHAN, 2017a, p. 250, grifo no original). Já Dário Almeida de Souza, afirma: "*ando pisando quase sempre, em obra que construí*" (IPHAN, 2017a, p. 250, grifo no original). O caderno de memórias do INRC da Chapada dedica ao tombamento do centro histórico de Mucugê, realizado pelo Iphan, o despertar do interesse dos aprendizes às técnicas tradicionais de construção. De acordo com os mestres identificados no município, os profissionais mais antigos teriam começado a ensinar essas técnicas aos mais novos, a exemplo da execução das alvenarias de pedra seca, "característica da região, garantindo dessa forma a continuidade do saber" (IPHAN, 2017a, p. 250).

O caderno de memórias também identifica processos recentes de apropriação das técnicas tradicionais e ressignificação a partir da inserção de técnicas contemporâneas por grupos de executores que passaram a viver no território nos últimos anos. Além de toda a energia dedicada pelos realizadores de obras e edificações baseadas em técnicas tradicionais no território, estes indivíduos ou grupos estariam investindo na tradição e na racionalização dos implementos industrializados. Este movimento se daria de forma mais evidente nos municípios de Rio de Contas, Lençóis e Palmeiras.

O resgate das técnicas tradicionais tem sido observado em algumas cidades, pela incorporação destas técnicas em construções novas, muitas vezes mescladas com materiais modernos, muito empregado nas edificações da nova população que passou ocupar a Chapada Diamantina, e que são adeptos da bioconstrução (IPHAN, 2017a, p. 250-251).

O caderno de memórias do INRC dedica ao Núcleo de Permacultura de Rio de Contas a função de principal grupo de realizadores de obras e estimulador dos conceitos da bioconstrução no território. No caso, este campo da construção civil é apresentado vinculado à filosofia da permacultura, que valorizaria não só os conhecimentos tradicionais, mas a "agricultura ancestral, a preservação dos recursos naturais e construções eficientes" (IPHAN, 2017a, p. 253), ou, de acordo com David Borja, um dos coordenadores do núcleo, o "desenvolvimento de tecnologias sociais eficientes, de baixo custo e baixo impacto ambiental e facilmente reproduzidas" (IPHAN, 2017a, p.

253).

GlauCIA Soares, uma das coordenadoras do núcleo e uma das responsáveis pelo Espaço Imaginário, considerado um dos espaços de vivência dos integrantes, considera que a bioconstrução e a permacultura representariam uma função ética para o uso da terra. De acordo com ela, essa ética “já existia nesse processo mais manual, mais lento, menos industrial de grande escala. Hoje em dia tudo é escala e ninguém mais quer pisar o barro, estar junto com a terra” (IPHAN, 2017a, p. 257).

A atualização das técnicas da construção tradicional é importante pois muitos conhecimentos estavam sendo perdidos devido à substituição das técnicas e produtos por alternativas de insumos industrializados. Alguns elementos das estruturas simbólicas de conhecimentos da construção civil na Chapada Diamantina acabaram por não mais serem caracterizados pelo amplo domínio. Estas técnicas passaram a fazer parte do arcabouço de alguns mestres que, em geral, as transmitem para os aprendizes ou colegas mais próximos com os quais dialogam para a troca de experiências.

Algumas destas informações são tratadas pelo caderno de memórias como segredos dos mestres, a exemplo da preparação da argamassa sem o cimento, técnica em desuso; e a utilização de aditivos ao barro para incrementar as especificações técnicas do adobe, a exemplo do sumo da palma – um cacto comum na região – ou da manipueira – o caldo subproduto da produção da farinha da mandioca, que era utilizada para a fabricação de adobes em algumas comunidades, devido à escassez de água. A seca foi, em partes, minimizada pela construção de estruturas de abastecimentos comunitárias, a exemplo dos poços artesianos, ou pela construção de cisternas a partir de iniciativas governamentais.

O inventário do INRC da Chapada Diamantina reconheceu o território como "um campo privilegiado para se observar o modo como as pessoas interagem entre si (...), como encaram e reagem às novas exigências e necessidades do mundo contemporâneo, as quais costumam afetar diretamente o seu imaginário, sua visão de mundo, suas práticas e relações" (IPHAN, 2017a, p. 260). A permanência da população "chapadina" pressuporia não apenas a criação e reprodução de práticas para a sobrevivência, mas possibilitaria também reforçar a "coesão e interação comunitárias, seu pertencimento e amor ao lugar e seu interesse pela cultura na qual [se] encontram imersas" (IPHAN, 2017a, p. 260).

Enquanto espaço em transformação, o território da Chapada Diamantina apresenta as contradições e a heterogeneidade do mundo inscrito na contemporaneidade (...). As tradições sofrem atualizações de acordo com a necessidade do grupo e as imposições das políticas macroeconômicas, das políticas públicas e intervencionistas e das práticas predatórias cometidas pelos grandes empreendimentos que estão a ocorrer no território. As comunidades menores e mais fragilizadas sofrem, diretamente, as consequências dessas ações, que conduzem ao enfraquecimento gradativo das tradições e modos de vida locais (IPHAN, 2017a, p. 260).

O caderno de memórias do INRC-CD dedica ao processo de perda da intensidade das tradições o suposto desinteresse da população mais jovem à participação em atividades tradicionais. Isto provocaria também a ruptura da transmissão das experiências práticas e conhecimentos ancestrais. "As razões que motivam este fosso são várias e perpassam questões que envolvem o acesso à educação, à saúde, ao emprego e, principalmente, ao modelo de sociedade de consumo, que é estimulado pelos diversos meios de comunicação" (IPHAN, 2017a, p. 260). Como resultado, o modo de vida comunal estaria sendo substituído gradualmente "pela competição e individualismo" (IPHAN, 2017a, p. 261). O desaparecimento dos mutirões, ou adjuntórios, seria uma evidência deste processo, o que afeta diretamente as dinâmicas financeiras familiares das comunidades, dado que os processos coletivos reduzem não só o tempo investido pelo núcleo familiar em dada obra, mas também representariam a redução de custos com mão de obra.

Outro desafio considerado pelo documento no território para o campo da construção tradicional é a ocupação humana em espaços que apresentam "frágeis estruturas naturais" (IPHAN, 2017a, p. 261). A falta do acesso à terra, por exemplo, seria o principal fator a provocar "o êxodo da população tradicional do seu meio" (IPHAN, 2017a, p. 261). As políticas públicas ambientais que influenciaram a formação territorial da Chapada Diamantina são avaliadas como pouco efetivas na capacidade de promover a sobrevivência das populações tradicionais. Da mesma forma, o documento recomenda o respeito dos responsáveis pelos novos empreendimentos às "inovações e práticas das comunidades que incorporam estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica" (IPHAN, 2017a, p. 261). Ao contrário disso, os povos tradicionais e a natureza são esquecidos e os impactos dos empreendimentos de grande porte costumam prejudicá-los ao invés de beneficiá-los.

Importante ressaltar que os modos de vida desenvolvidos pelas populações tradicionais possuem grande dependência dos ciclos naturais assim como o conhecimento dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias apropriadas, simbologias, mitos e até um linguajar próprio, que revelam sua integração com a natureza, características que são pouco consideradas no planejamento das ações públicas a elas dirigidas. Por exemplo, as atividades desenvolvidas pelos mestres e artífices da construção tradicional (...) que apresentam características específicas do território de identidade Chapada Diamantina, costumam ficar à margem dos projetos e planos governamentais, quando não são consideradas atividades criminosas (IPHAN, 2017a, p. 261).

A equipe da pesquisa do inventário reconheceu que enquanto as artes e ofícios do território não são tratadas como saberes de uma atividade que possui unidade, é forte o risco da criminalização de algumas ações, a exemplo da extração de matérias-primas. A alternativa ao tratamento marginal, de isolamento e insignificância de algumas atividades, seria "a valorização e

reconhecimento de tais atividades numa escala regional, favorecendo sua aproximação com a ideia do labor formalizado" (IPHAN, 2017a, p. 262). O entendimento de que o campo da construção tradicional é uma unidade, fomentaria a noção de que os espaços produtivos formam uma grande rede no território, uma das estruturas econômicas mais produtivas e significativas da reprodução espacial na Chapada Diamantina.

Registrou-se no caderno de memórias também a característica das atividades da construção tradicional em produzir efeitos de baixo impacto ao meio ambiente, principalmente, nos processos de exploração de matérias-primas. Recomendou-se o estímulo às discussões entre as instituições do campo ambiental e da cultura a fim de minimizar as contradições da sobreposição das políticas dedicadas a cada campo. A experiência observada pelo grupo de pesquisa do INRC é a de que quanto maior o envolvimento entre as ações e instituições ambientais e do patrimônio cultural maior é a possibilidade de valorização, reutilização e inovação das práticas construtivas tradicionais.

Entre as conclusões do caderno de memórias está o estímulo à utilização "dos materiais e das técnicas tradicionais na construção civil, tendo em vista o reforço aos sistemas de trocas solidárias e a economia local, consolidando uma atitude que representa muito mais do que suprir as necessidades individuais, mas estabelecer laços entre as comunidades do território" (IPHAN, 2017a, p. 263). A medida não contribuiria apenas com o desenvolvimento da economia das localidades envolvidas, mas também para amenizar os efeitos espaciais da "longa história de desvalorização social" (ADINOLFI, 2017, p. 266) que influencia a vida dos trabalhadores dos ofícios da construção tradicionais e a estrutura total da construção tradicional no território.

Os processos de migração da população do território e da região Nordeste do país foram considerados para justificar a fragilidade social que afeta a categoria dos trabalhadores da construção tradicional. As experiências adquiridas por mestres e artífices nos centros urbanos do país fizeram a servidora do Iphan na Bahia responsável pelo acompanhamento técnico do projeto questionar o padrão "tradicional" vinculado às experiências construtivas dos trabalhadores da atividade. Segundo ela, mesmo que as técnicas tivessem sido incorporadas a partir da "transmissão intergeracional, sua aplicação e aprimoramento se deu, em muitos casos, a partir da troca de saberes e experiências com outros profissionais, em outros espaços (...)" (ADINOLFI, 2017, p. 267).

Entre estes lugares de aplicação e aprendizado das técnicas construtivas estão os canteiros de obras das metrópoles brasileiras. "Não apenas os saberes e fazeres se construíram com base nesse hibridismo, mas também a forma com que os próprios artífices enxergam sua prática, ou seja, o valor e sentido que eles atribuem, é muito eivada pelo sistema de valoração vigente" nas grandes cidades (ADINOLFI, 2017, p. 267).

Por isso, a perspectiva de melhora de vida para as gerações seguintes dos filhos e netos, está

frequentemente associada à mudança de profissão. Em suma, os mestres e artífices da Chapada, em sua maioria, desejam que os filhos não sigam sua profissão, que consideram excessivamente dura, penosa e mal remunerada. Aqui já se delineia o primeiro e quiçá principal desafio à salvaguarda desses ofícios: seus detentores em muitos casos não desejam transmitir aos filhos e netos, para quem vislumbram um futuro melhor com uma carreira forjada através do estudo, principalmente universitário (ADINOLFI, 2017, p. 267).

Compreendemos que a análise da condição dos trabalhadores e descendentes é complexa, tendo em vista que as funções aplicadas pelos filhos dos mestres às técnicas aprendidas são variadas, por vezes, utilizando-as em benefício próprio, isto é na construção das próprias habitações. Mesmo sem exercer a profissão estes descendentes podem economizar com eventual mão de obra na edificação do próprio espaço de moradia. Além disso, há aqueles que prestam serviços como trabalhadores da construção civil, mas conciliam o emprego com outras atividades. Por isso, mais do que preferir que os filhos exerçam profissões em áreas diferentes, não há mestre ou trabalhador que não deseje antes melhores condições de trabalho.

Todos prefeririam que os profissionais da construção civil do território funcionassem em padrões adequados a fim de que a estrutura geral da atividade na Chapada Diamantina favorecesse o desenvolvimento da profissão. Da mesma maneira, a maior parte deles preferiria que os filhos tivessem acesso ao ensino de qualidade, que permitisse a inserção dos descendentes em cursos de engenharia civil, ou arquitetura, por exemplo. Na verdade, conseguem apenas oferecer aos filhos a possibilidade de colocação em curso técnico de edificações em instituição escolar pública num dos municípios do território.

Nesse quadro, mestres e trabalhadores exaltam a paixão daquilo que fazem como justificativa para seguir na profissão, mesmo que a rentabilidade do ofício seja pequena. A técnica da Iphan nega a "hipótese *marxiana*" (ADINOLFI, 2017, p. 267, *grifo nosso*) de que os trabalhadores são "alienados dos meios de produção e do produto do trabalho" (ADINOLFI, 2017, p. 267), ao realizarem uma obra ou empreita bem-sucedida.

(...) são artistas, que se identificam profundamente com sua obra. Isso se verifica especialmente nas situações em que eles têm autonomia, ou seja, que trabalham para si mesmos, e não como empregados, nas quais têm total controle de todas as etapas do processo produtivo. Isso nos demonstra que a desvalorização, a qual é um potencial risco à transmissão (...) do conhecimento e continuidade dos ofícios, não é inerente ao ofício em si, mas aos processos de alienação do trabalho e do trabalhador, quando inserido em modalidades de produção características do capitalismo, como no emprego na construção civil em São Paulo. "Não ter patrão", "ser seu próprio patrão", "trabalhar para si mesmo" são categorias frequentes no discurso dos artífices, que representam um ideal que almejam como modalidade de trabalho. Mas, mesmo quando, de volta a Chapada, sentem-se satisfeitos com seu trabalho autônomo, o desafio colocado pela insuficiência de renda e dificuldade de sobrevivência é um fator de risco à continuidade do ofício (ADINOLFI, 2017, p. 267-268).

A situação da estrutura da construção civil na Chapada Diamantina teria limitado tanto o

estímulo à transmissão do conhecimento, quanto o interesse dos jovens em aprender as técnicas. O mesmo teria acontecido com outros ofícios cujas atividades econômicas relacionadas estão baseadas, majoritariamente, em elementos tradicionais, a exemplo do trabalho na lavoura. O processo contínuo de desvalorização do trabalho na construção civil também teria sido acompanhado, no passado recente, pela depreciação da produção baseada nas técnicas tradicionais. A propagação do discurso dos benefícios dos produtos industrializados da construção civil, em tese mais dinâmica, teria suprimido as qualidades da realização das técnicas artesanais, a exemplo dos resultados acústicos, térmicos, de segurança etc. Estas técnicas passaram a ser associadas "à pobreza e à vida na roça. Os novos materiais, ao contrário, são vistos como símbolos de ascensão social" (ADINOLFI, 2017, p. 268), apesar da maioria dos mestres recomendar a casa de adobe como melhor que a de bloco.

O apelo da modernidade, da inserção em parâmetros de consumo veiculados exaustivamente pelos meios de comunicação, a sedução de uma estética associada à superação da pobreza, em suma, não resistiam a uma reflexão mais detida sobre as propriedades físicas dos materiais. (...) A maior rapidez e facilidade da construção da casa de bloco, obviamente, são fatores importantes a serem considerados; no entanto, (...) o declínio da construção coletiva e das formas cooperadas de trabalho, denominadas adjuntório, estão intrinsecamente ligadas ao declínio do uso dos materiais e técnicas tradicionais (ADINOLFI, 2017, p. 268-269).

Outra característica marcante da estrutura da construção civil como um todo no território é a vulnerabilidade dos trabalhadores aos acidentes nos espaços de trabalho e aos problemas de saúde decorrentes da atividade. Quase a totalidade dos trabalhadores atua na informalidade, gerindo a própria carreira. Não há estímulos para acessarem as alternativas públicas de formalização do negócio particular garantindo também os benefícios da seguridade social. A situação que a equipe do INRC-CD encontrou no território foi de diversos "mestres e artífices que perderam membros – dedos, mãos, braços, olhos – no exercício dos ofícios" (ADINOLFI, 2017, p. 269). Os profissionais identificados, em geral, iniciaram o período de atividades muito cedo e, quando possível, estendem o período de atividades ao longo de algumas décadas. Aqueles que interromperam a carreira o fizeram em virtude da aposentadoria como lavradores – conforme vimos –, ou devido a problemas de saúde.

## 5.1 Caracterização dos ofícios do barro na Chapada Diamantina

De acordo com o caderno de memórias do INRC do território, técnicas construtivas que utilizam a terra como material foram encontradas em todos os municípios da Chapada Diamantina



durante o inventário. Isso mostra a importância que a matéria-prima desempenha para a economia do território e a permanência das técnicas vivas relativas ao uso, resistindo às condições dos sistemas contemporâneos de mercado. Todos os saberes e técnicas construtivas dos ofícios relacionados, entre estes os de pedreiro, carpinteiro, funileiro, serralheiro, marceneiro e mestres que trabalham com a palha foram considerados existentes por persistirem, sobretudo, em virtude da atuação "insistente" dos trabalhadores, que se ocupam "da transmissão dos acontecimentos que acumularam ao longo da vida" (IPHAN, 2017a, p. 104). Outro aspecto que mereceu atenção é o de que os lugares vinculados a todas as expressões mencionadas possuem:

uma relação íntima, muitas vezes, de dependência com o espaço onde ocorrem e, justamente por isso, acabam transformando-o em lugares significativos de grande valor, inclusive, do ponto de vista afetivo. A população em geral valoriza como lugar os espaços sagrados, seja nas sedes ou no espaço rural, como igrejas e jarês, e também aqueles vinculados ao trabalho, a exemplo dos alambiques de cachaça, casas de farinha ou engenhos de rapadura (IPHAN, 2017a, p. 104).

Os materiais de construção, a exemplo do barro, são os responsáveis pela realização material das representações simbólicas das diferentes culturas plasmados "nas construções de edifícios de diferentes tempos históricos e com diferenciais das técnicas construtivas" (IPHAN, 2017a, p. 107). Uma das principais condições de trabalho e dispositivo de entrada das iniciativas nas estruturas de relações econômicas do território, a disponibilidade de recursos e "a seleção dos materiais a serem utilizados em cada edificação está relacionada à disponibilidade da matéria-prima no local de assentamento, assim como ao conhecimento das propriedades do material e disponibilidade de mão de obra para a sua execução" (IPHAN, 2017a, p. 109).

Até a chegada do cimento a partir do século XIX, a dependência ao uso da terra como "matéria-prima para a construção de casas, fabricação de tijolos, telhas e material de acabamento" (IPHAN, 2017a, p. 116) – além de tijolinhos, lajotas, entre outros – desde o início da ocupação era quase integral. Consideramos aqui o barro como matéria-prima, pois inclui-se aí também as possibilidades de acesso ao recurso da água para as olarias e a construção civil em geral no semi-árido. Isso torna, em geral, ainda mais complexa a análise, em especial, nos lugares em que a oferta de água é limitada, ou nos períodos de seca. A necessidade de comprar água pode representar mais custos para a produção dos tijolos, por exemplo, possivelmente, reduzindo o rendimento obtido com o trabalho.

Os saberes e as técnicas de uso do barro para a construção civil no continente americano estiveram presentes em quase todas as culturas pré-coloniais (IPHAN, 2017a, p. 119). A taipa de mão é considerada uma técnica construtiva do barro que "está presente desde o início da ocupação portuguesa, unindo costumes indígenas e costumes africanos (...) resultando em monumentos de

grande valor cultural encontrados tanto no espaço urbano como no espaço rural" (IPHAN, 2017a, p. 119). A Chapada Diamantina concentraria importantes exemplares dessa arquitetura, entre "igrejas, grandes residências e edifícios públicos, além de casas de engenho e fazendas de gado" (IPHAN, 2017a, p. 119), construídos com as técnicas de barro – assim como nos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

O trabalho considera que a ação de ambientalistas e preservacionistas promovidos a partir da era industrial possibilitaram a retomada do interesse pela arquitetura do barro por parte das "comunidades carentes que continuaram a utilizar essas técnicas para construção de suas casas" (IPHAN, 2017a, p. 119). Entre os motivos apurados para a retomada do uso do barro na construção estaria a "ausência de recursos para adquirir os produtos industrializados, (...) [e o] domínio deste conhecimento herdado de seus antepassados" (IPHAN, 2017a, p. 119).

Aprofundar o conhecimento sobre a arquitetura de terra é uma atitude contemporânea de especial relevância, pois atua em consonância com os princípios e preocupações do homem do século XXI, que se volta para a proteção e recuperação do patrimônio arquitetônico, preservação da natureza e na disponibilidade de um material de construção com reconhecida qualidade e potencialidade para arquitetura (IPHAN, 2017a, p. 119).

Além do barro, o uso da pedra também possui importância para a organização de estruturas de trabalho simbólicas excepcionais na Chapada Diamantina. O ofício se desenvolveu de maneira mais significativa nos espaços vinculados ao desenvolvimento do garimpo, por conta da disponibilidade de rochas adequadas. Além destas, as formas que marcam fortemente o território são as cercas de pedra que orientavam os limites das propriedades de terra.

Estima-se que a utilização do barro para a construção civil no território está relacionada "às práticas tradicionais da construção das populações que imigraram para a região a partir do século XVII" (IPHAN, 2017a, p. 124). A produção de material artesanal feito com barro cru ou cozido para a construção passa por toda a história da ocupação da Chapada Diamantina. "A argila denominada no local como o barro é encontrada na região e em quase todo o território e segundo os oleiros, taipeiros e adobeiros identificados na pesquisa é de boa qualidade (...)" (IPHAN, 2017a, p. 124).

A pesquisa realizada para o INRC-CD identificou que "o material sempre foi a primeira opção para as construções por causa da facilidade de execução, exceção que merece ser registrada nas áreas de garimpo" (IPHAN, 2017a, p. 124). É consenso no território que o barro não precisa de aditivos para possibilitar o corte dos tijolos de forma adequada. Apenas um caso apurado na Chapada Diamantina apresentou adição de palha de arroz à argila para a produção de blocos de adobe. Um dos motivos para a popularidade da matéria-prima é a abundância do material, dado que o barro de praticamente qualquer tipo de solo permite a produção de "adobes tijolinhos, telhas e lajotas utilizados na construção civil" (IPHAN, 2017a, p. 124).

Na figura a seguir é possível verificar a espacialização das referências culturais relativas ao uso do barro na construção na Chapada Diamantina identificadas durante a etapa de identificação do INRC-CD. Destaca-se o município de Morro do Chapéu, o único no qual se registrou iniciativas de todas as técnicas construtivas que utilizam a matéria-prima no território.

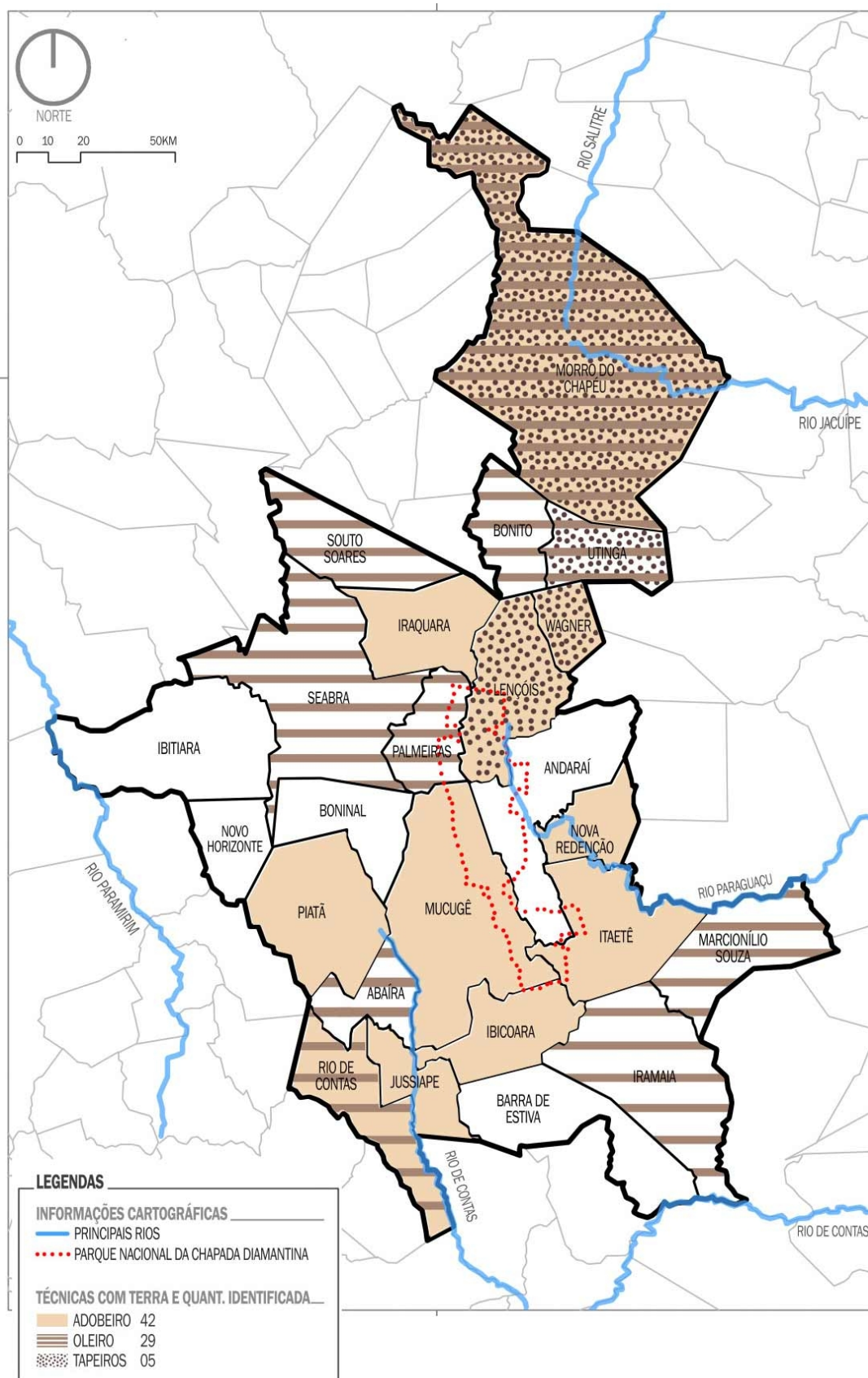


Figura 13: Mapa da espacialização das referências culturais identificadas dos mestres artífices da construção tradicional do território da Chapada Diamantina que utilizam o barro como matéria-prima. Fonte: IPHAN, 2015e.

A intensificação do uso do barro, ou argila, fez a matéria-prima se consolidar como a base construtiva da ocupação do território após a colonização. Os mestres da atualidade têm na argila sua principal herança em termos de saberes transmitidos. Os relatos apurados durante o INRC dão conta de como as técnicas de manipulação da matéria-prima e de produção de adobes eram tarefas que permitiam autonomia no processo de construção da moradia e até hoje representa a possibilidade de construir edificações sem, necessariamente, depender da busca por rendimentos para o pagamento de mão de obra e material de construção. "*Todo mundo sabe fazer adobe e todo mundo tem a fôrma de fazer adobe*" (IPHAN, 2017a, p. 124, grifo no original).

No caso do trabalho nas olarias, entre elas a da comunidade de Fedegosos, em Morro do Chapéu, o conhecimento para a produção é transmitido entre membros da família ou conhecidos<sup>34</sup>. As técnicas que utilizam o barro são consideradas parte da arquitetura vernacular, isto é, cujo conjunto de características as tornam próprias dos lugares nos quais acontecem. Neste sentido, a Chapada Diamantina é considerada "celeiro de artesãos dos ofícios com a terra" (IPHAN, 2017a, p. 124).

A arte é perpetuada de geração a geração, pela transmissão oral, e chegou ainda viva no século XXI, devido à persistência dos mais velhos, pois como relata o senhor João Honorato dos Santos, de Marcionílio Souza "[...] o trabalho é pesado e não tem bom rendimento. Se trabalha de sol a sol, os mais jovens não querem aprender e muitos ainda trabalham porque não existe outra oportunidade de trabalho na região" (IPHAN, 2017a, p. 124, grifo no original).

Entre os elementos das dimensões simbólicas do ofício de oleiro está a forma como se dá o relacionamento entre os trabalhadores no território de trabalho. Chamou a atenção da equipe do INRC-CD a caracterização que os oleiros de Fedegosos faziam entre aqueles cujo processo de queima das peças se dava em menor tempo resultando em produtos bem acabados – chamados de "mão de fogo" – e aqueles que gastavam muita lenha nos fornos durante a queima e mesmo assim ainda perdiam parte da produção na etapa de trabalho – ou "mão de gelo" (IPHAN, 2017a, p. 125). Um conselho transmitido entre os trabalhadores da comunidade é o de evitar gastar a energia com namoro no dia de queimar a alvenaria.

Há outras expressões que se desenvolveram no ambiente de trabalho da olaria, como dizer que a caieira, ou forno, cuja produção foi mal queimada, "encruchou" (IPHAN, 2016a, p. 17). Outras expressões fazem menção a acontecimentos familiares externos ao ambiente da olaria e são trazidos para ilustrar ironicamente situações de trabalho. Quando a massa de barro pega pelo oleiro é insuficiente para preencher o espaço da forma, os trabalhadores da família de Robson dos Santos Pessoa, da olaria de Fedegosos, em Morro do Chapéu, dizem que "o rato passou" (IPHAN, 2016a,

---

<sup>34</sup> O mesmo aconteceria nas olarias identificadas durante o INRC nos municípios de Palmeiras, Seabra, Iaçú, Marcionílio Souza e Rio de Contas, todos na Chapada Diamantina.

p. 17). O termo é uma alusão a uma situação da infância do oleiro, quando arrancava pedaços da barra de rapadura que o pai deixava sobre a mesa deixando as marcas de dentes no doce, enquanto o pai pensava que o feito era obra de um rato.

Outras referências são as relações estabelecidas entre aspectos da natureza e o trabalho na olaria. Em Fedegosos, por exemplo, os trabalhadores informaram que vinculam o canto de uma ave, Aracuã, à chegada da chuva. Quando isso acontece significa que toda a produção que passou pela fôrma, mas ainda não foi queimada, e está exposta no terreiro deve ser abrigada, sob o risco de ser desfeita pelas chuvas. Do mesmo modo, um dos mestres da localidade consultados relacionou o rendimento da produção à fase da lua na qual a matéria-prima é retirada do barreiro. Neste caso, a lua cheia seria o melhor momento para a retirada do barro. O mesmo mestre sugeriu que o mesmo aconteceria com o aipim colhido na mesma fase da lua, cuja farinha renderia mais do que nas outras fases.

Da mesma forma que é possível considerar as ocupações dedicadas ao barro como as mais populares da construção na Chapada Diamantina, consideramos também que as estruturas destas atividades envolvem dimensões representativas de elementos e significados. Durante o INRC-CD foram identificadas três ocupações que utilizam a matéria-prima. Os mestres oleiros utilizam os fornos a lenha para produzir tijolos, adobinhos, lajotas e telhas queimadas. Os demais são denominados adobeiros – que utilizam o adobe – e taapeiros – dedicados ao uso da taipa. De acordo com os pesquisadores do INRC-CD, o fato de a população em geral considerar que qualquer indivíduo esteja apto a realizar tarefas de construção usando o barro cru, justifica que trabalhadores notáveis no trabalho com o adobe e a taipa não sejam considerados mestres no "ofício do barro" (IPHAN, 2017a, p. 132-133).

No caso dos oleiros, a aprendizagem se inicia enquanto o trabalhador ainda é jovem, atuando como ajudante nas olarias de familiares ou conhecidos. Em Morro do Chapéu, município com maior concentração de trabalhadores da função no INRC, Carlixto de Almeida Santos, do povoado do Ribeiro, limite dos municípios de Morro do Chapéu e Miguel Calmon, relatou ter "aprendido o 'ponto da massa' com os avós e mãe, que confeccionavam louça de barro e utensílios domésticos" (IPHAN, 2017a, p. 133). Noutra olaria de uma comunidade próxima, em Fedegosos, Antônio Neto, informou "que trabalha com tijolinho desde menino, aprendeu com os irmãos e desde então trabalha com este material, mas também já trabalhou com telha e alvenaria. Da mesma forma 'ensina a quem vai chegando'" (IPHAN, 2017a, p. 133-134). Esta forma de transmissão das técnicas e do conhecimento se daria na maioria dos casos apurados na Chapada.

Na mesma olaria, Gilverson Almeida de Souza, ou Goiano, descreveu a primeira tarefa, ou função, assumida pelo aprendiz, a de "rapar", isto é, "aprender a raspar o adobinho ou alvenaria,

ainda cru, para retirar as rebarbas da moldagem" (IPHAN, 2017a, p. 134).

Depois o aprendiz passa a empilhar ou, na linguagem local, "empiar", que significa colocar o adobinho ou alvenaria um sobre outro para armazenar até o dia da queima. Alguns aprendizes começam logo preparando o barro. A etapa seguinte é a moldagem. A queima já é uma etapa mais especializada, trata-se da última etapa do aprendizado e, segundo eles, não é qualquer um que sabe queimar. *'Queimar é o segredo, última coisa que se aprende, e só com muita experiência'* (IPHAN, 2017a, p. 134, grifo no original).

A propriedade da área da olaria na qual os trabalhadores atuam também é um elemento muito importante para compreender a influência da estrutura na qual os profissionais atuam sobre o desempenho e rendimentos realizados. O inventário identificou diferentes relações de domínio sobre o espaço de trabalho, entre as olarias de propriedade dos mestres – a exemplo da de Carlixto –, as de propriedade de um grupo familiar onde diversos parentes trabalham juntos, e olarias em mãos de grupos de profissionais, que se revezam nas atividades, "podendo ou não dividir os fornos de queima das peças de barro, mas cuja terra é arrendada de terceiros" (IPHAN, 2017a, p. 134-135). Neste caso, segundo o inventário, existe sempre a figura do coordenador ou gestor da olaria, como ocorre com o estabelecimento de Fedegosos.

### 5.1.2 A produção dos ofícios do barro na Chapada Diamantina

Os processos de produção e uso do barro na Chapada Diamantina foram reconhecidos durante o INRC-CD enquanto uma tradição que envolve diversos métodos. Cada variante traduziria a identidade dos lugares nos quais as atividades são praticadas. A forma tradicional de preparo do barro por meio da adição da água na terra desagregada e o uso dos pés por trabalhadores ou qualquer outro realizador orientam a caracterização dos elementos simbólicos relacionados à prática. Conforme o caderno de memória do inventário, a obtenção do ponto ideal da mistura da água com a terra e o processo de queima das peças produzidas diferenciariam o trabalho de cada artesão. Nenhum mestre entrevistado soube esclarecer qual a quantidade de água e terra deve ser utilizada para a obtenção da massa. "Todos afirmam que conhecem o ponto pelo tato, a expressão utilizada é *'a gente conhece pegando'*" (IPHAN, 2017a, p. 151, grifo no original).

No interior da Bahia, é comum o preparo do barro e o levante das construções, principalmente as construções em adobe e taipa de mão, serem executadas por grupos de pessoas, familiares e amigos, o que se denomina adjuntório. Os adjuntórios são acompanhados de bebida, comida e música que dá o ritmo da mistura da massa ou da construção. Em muitos locais da Chapada Diamantina esta prática ainda é constante. Segundo uma moradora de Morro do Chapéu, *'a casa de barro ajunta gente, a casa de bloco afasta as pessoas'* (IPHAN, 2017a, p. 151-152, grifo no original).

As seguintes técnicas construtivas que utilizam o barro como matéria-prima foram consideradas no território: “adobe; taipa de enchimento ou taipa de mão ou taipa de pau a pique; alvenarias, tijolinhos e adobinhos; telhas e lajotas” (IPHAN, 2017a, p. 152). O adobe, uma das técnicas de interesse da nossa pesquisa, também conhecido como adobo, ou tijolo cru, em geral, é realizado com o barro da terra extraída do local de construção. O mestre Adailson Batista, ou mestre Biquinho, funcionário público do município de Utinga, afirma que é “preciso apenas o barro e os pés” (IPHAN, 2017a, p. 152) para fazer o adobe.

Em Morro do Chapéu, na vila do Ventura, a equipe do INRC-CD identificou uma técnica singular para a produção do tijolo de adobe, utilizada pelo mestre Renivaldo Ferreira Bezerra, ou mestre Dinho. O mestre realiza os adobes com o “barro retirado de ruínas, oriundas de antigas construções de adobe” (IPHAN, 2017a, p. 152) da vila.

Registrou-se no caderno de memória do inventário que a utilização das estruturas de madeira para enformar os tijolos é uma evolução do processo de realização do adobe com as mãos. Antes, eram mais comuns os blocos maiores, ou adobão, com peso médio de 15 quilos, enquanto atualmente, o padrão do adobe produz unidades de seis quilos, mais fáceis de serem trabalhadas pelos pedreiros.

As famílias mais antigas possuem sua fôrma para fabricação do adobe. A atividade é desenvolvida por homens, mulheres e crianças e são produzidos, na maioria das vezes para uso próprio – construção das residências ou de edifícios relacionados às atividades profissionais. (...) Um homem pode executar até 500 adobes por dia, se utilizar moldes duplos (IPHAN, 2017a, p. 155-157).

A economia pessoal permitida pela produção de adobes, dispensando o ferro e o cimento para o levante de paredes e edificação de colunas é um dos fatores que ainda atraem os habitantes da Chapada Diamantina. É o caso do mestre adobeiro Reginaldo Rodrigues Melo, conhecido como Regi, do município de Wagner. Durante entrevista para o INRC, o mestre também citou a economia em relação ao gasto com lenha para a queima dos tijolos convencionais para justificar sua preferência pela utilização do adobe na construção da própria casa. No entanto, a diminuição da procura pelos consumidores reduziu a produção de adobes de Regi para comercialização. O mestre gradualmente está deixando de produzir o tijolo cru para começar a fazer tijolos, por ser um produto mais procurado pela população, devido à rapidez com que pode ser aplicado na obra. A economia com a mão de obra devido à redução do tempo de dedicação dos pedreiros, no caso daqueles que não realizam o serviço para si próprios e pagam empreitas, compensaria, em parte, os custos com a compra de insumos industrializados.

Outra técnica de utilização do barro considerada em desuso durante o INRC-CD é a da



taipa de enchimento ou taipa de mão. Apesar de muitos trabalhadores dominarem a execução e a realizarem de forma exemplar no território, a necessidade de empregar quantidade significativa de madeira e a fiscalização ambiental que inibe o corte de árvores, possivelmente, limitaram o desenvolvimento da técnica na Chapada Diamantina. Com isso, reduziram-se os processos coletivos de pisar o barro para o preenchimento das estruturas de madeira, reconhecida pelo inventário como a fase “mais festejada nos povoados da Chapada” (IPHAN, 2017a, p. 159). Tendo a temporalidade reconhecidamente reduzida em relação a outras técnicas construtivas, a equipe do INRC não identificou construções do tipo em volume significativo no território. As edificações localizadas foram encontradas em espaços da zona rural. No entanto, é sabido que muitas edificações históricas das sedes de distritos e centro urbanos do território ainda guardam amplas estruturas de enchimento, muitas vezes ainda com amarrações feitas de tiras de couro de boi.

Apesar da necessidade de racionalização na utilização dos recursos naturais por meio do controle de normas ambientais, a redução do uso da taipa como técnica tradicional na Chapada Diamantina estimulou a equipe do INRC-CD a registrar no caderno de memória parte da recomendação sobre o uso de materiais locais em benefício da defesa do patrimônio material, organizada na Carta de Tlaxcala. O texto do documento sugere que:

a utilização de materiais regionais e a conservação de técnicas de construção tradicionais de cada região sejam indispensáveis para a conservação adequada das pequenas aglomerações e não estejam em contradição com a teoria geral que estabelece que se deixe em evidência nas intervenções a marca de nosso tempo. O esforço para identificar, encorajar, manter em vigor e reforçar no espírito das comunidades o prestígio e o valor do uso de tais materiais e técnicas, justamente onde eles existem, é urgente. Recomenda-se encorajar a competência artesanal da construção (...) (ICOMOS MEXICO, 1982, p. 3).

Um dos principais espaços de trabalho de produtos construtivos artesanais fabricados com o barro são as olarias. O caderno de memórias do INRC-CD registra que o processo de trabalho nestes espaços é considerado simples e acompanha o aprendizado tradicional. “As olarias diferem com relação ao espaço físico e o modo de trabalho dos oleiros. Estão localizadas próximas aos barreiros – que se encontram nas margens de rios ou lagoas ou de barrancos de argila” (IPHAN, 2017a, p. 169). São espaços de trabalho considerados singelos, mas de “beleza paisagística singular” (IPHAN, 2017a, p. 169). Há olarias a céu aberto e “outras cobertas com palha e ou telhas cerâmicas, tipo choupanas” (IPHAN, 2017a, p. 169). O primeiro tipo de produção considerada nestes espaços no caderno do INRC é a das alvenarias, tijolinhos e adobinhos.

Foram identificadas pelo menos 15 olarias em atividade na Chapada Diamantina e mais de 25 mestres artífices do ofício de oleiro no território. A olaria do distrito de Fedegosos, em Morro do Chapéu, é uma das que recebeu maior atenção durante a realização do inventário. O espaço de trabalho fica no distrito de mesmo nome e é caracterizada como sendo a céu aberto e ocupando uma

extensa área. Nela, os trabalhadores atuam “sem qualquer tipo de proteção (...) expostos às intempéries” (IPHAN, 2017a, p. 169). A olaria foi a única identificada no território na qual a queima da produção é realizada em fornos chamados de caieiras. Nas demais, os oleiros possuem fornos individuais, que “delimita a sua área de trabalho e o espaço para armazenamento das peças” (IPHAN, 2017a, p. 169). No geral, os terrenos utilizados são das prefeituras, ou arrendados de outros proprietários e o pagamento é realizado com a cessão de parte da produção, como é o caso de Fedegosos.

O outro tipo de olaria é a de choupana, a exemplo da olaria do povoado do Ribeiro, em Morro do Chapéu, e de outros municípios do território. Nestes casos, tratam-se de grandes construções parcialmente fechadas, o que permite a ventilação e secagem das peças no interior. A diferença para as olarias a céu aberto é que nestes espaços, durante os períodos de chuva, as peças que não foram queimadas precisam ser cobertas com lonas para não se desmancharem. Outras duas olarias se destacaram no inventário. Uma delas é a de João Amaro, distrito do município de Iaçú, no limite com a Chapada Diamantina, localização historicamente estratégica para o processo de ocupação do sertão baiano. Outra é a de Seabra, a única administrada por uma mesma família, mas que devido ao esgotamento do barreiro existente que abastecia a produção exigiu que os oleiros passassem a comprar barro da localidade próxima da Prata de Baixo.

O formato dos fornos utilizados, em geral, é de origem portuguesa, e as técnicas de organização destes equipamentos teriam chegado ao país por meio de diferentes “processos de ocupação do território” (IPHAN, 2017a, p. 171). O período de queima da produção das peças dura entre três e sete dias, exigindo-se a obtenção de lenha suficiente para alimentar as fornalhas, cuja forma de distribuição e controle do calor influencia diretamente a qualidade das peças produzidas. Conforme vimos, o tempo de queima da produção define a capacidade técnica do mestre oleiro. No entanto, há uma série de outras ações que orientam a agilidade da produção, a exemplo do volume ideal de barro a ser apanhado para ser lançado manualmente nas formas de adobe, a fim de que não sobre vazios e a peça saia da forma bem moldada. “Em média um oleiro da Chapada Diamantina produz 600 tijolos por dia de trabalho” (IPHAN, 2017a, p.177).

Nas olarias a céu aberto a exemplo, da Olaria de Rio de Contas e Fedegosos, os mestres trabalham modelando seus tijolos com a fôrma no chão. Em Rio de Contas, o oleiro Robério Antônio da Silva Trindade, conhecido como Fizinho (...) para cada moldagem de 2 tijolos (...) faz o movimento de agachar e levantar três vezes, pois todo processo ocorre no chão (IPHAN, 2017a, p. 177).

Após secar ao sol, ou na sombra, no caso das olarias de choupanas, a produção é empilhada até que se atinja um volume suficiente para que a queima seja realizada. Em algumas olarias, o volume apurado para a realização da queima é de sete mil peças. A arrumação das peças

dentro do forno dura cerca de dois dias e a queima em torno de três dias. O oleiro deve alimentar as fornalhas com lenha diretamente nas primeiras 24 horas, a fim de que o aquecimento do forno aconteça de maneira uniforme. “No restante do tempo as peças queimam pela manutenção do calor (...). Após este período é necessário aguardar de três a cinco dias para que peças esfriem e possam ser retiradas do forno. Normalmente, ocorrem perdas durante a queima (...)” (IPHAN, 2017a, p. 179).

Conforme visto, o forno organizado para a queima dos tijolos em Morro do Chapéu, na olaria de Fedegosos, denominado caieira, é diferente dos demais do território. Os trabalhadores organizam a estrutura de forma trapezoidal e tamanho variável empilhando as peças a partir do chão limpo, alinhando as bocas das fornalhas na direção do vento. Após montada a estrutura, reboca-se a caieira com barro, com o objetivo de evitar a dissipação do calor. Esta camada é chamada de capa. De acordo com o conhecimento do mestre Robson, “*Sem a capa a queimadura sai. Com a capa, ela se sente sufocada e sobe*” (IPHAN, 2017a, p. 180).

A queima das alvenaria ou adobinhos, segundo os oleiros, é a parte mais difícil de fazer, porque se não forem bem-queimados toda a produção é perdida. (...) Geralmente leva-se oito horas colocando lenha, que depois continua queimando sozinha por mais dois dias. Quando a fumaça sai por cima da caieira é porque está bom (...). O resfriamento ocorre aproximadamente em oito dias (IPHAN, 2017a, p. 180).

Depois de retirar as peças queimadas, o oleiro organiza-as empilhando dentro da olaria ou na área externa. Após a definição de quem será o consumidor, o veículo que fará o frete carrega as alvenarias ou tijolos até o local de uso.

O mesmo processo se dá para a produção de telhas e lajotas, também feitas a partir do barro nas olarias de choupana do território. A pesquisa do INRC-CD identificou que houve “queda na produção dessas peças, especialmente, nas olarias a céu aberto, e, em decorrência da chegada das lojas de material de construção” (IPHAN, 2017a, p. 180). No caso da produção artesanal, cada telha é produzida individualmente. Utilizam-se cinzas para desenformar a lâmina de barro plasmada na moldura de ferro que será empurrada com a ajuda de um facão até o ganapo, uma forma de madeira que vai fornecer curvatura à telha. É a destreza do trabalhador que permite a boa execução de cada uma das tarefas. O oleiro ainda retira a lâmina de barro curvada do ganapo num movimento rápido, próximo ao chão, de modo que a telha descansa sem perder a curvatura e seque por dois dias. Depois é erguida e apoiada em outra peça para que o processo de secagem seja finalizado, antes de serem levadas ao forno.

O processo de produção de lajotas é semelhante. A olaria mais importante do território está localizada na comunidade da Prata de Baixo, no município de Seabra. O mestre da olaria aprendeu o ofício com o pai quando tinha 12 anos. A fábrica “mantém a produção centralizada nas mãos da

família” (IPHAN, 2017a, p. 186). Até as formas de metal utilizadas são fabricadas por familiares. Os desenhos das peças geométricas são desenvolvidos pelos artesãos e permitem a execução de mosaicos. A produção mensal de lajotas na olaria é de cerca de 2.000 peças, quase toda “utilizada em construções da região, principalmente, em projetos de arquitetura contemporânea, os quais, de modo crescente, têm se apropriado destas técnicas e materiais para criar uma linguagem regional” (IPHAN, 2017a, p. 189).

A falta de mercado consumidor para outros tipos de produtos realizados nas olarias da Chapada Diamantina, no entanto, resultou na interrupção da produção de “moringas, painéis e outros artefatos de barro” (IPHAN, 2016d, p. 5) no distrito de João Amaro, próximo ao município de Marcionílio Sousa, por exemplo. Na olaria da localidade, a equipe do INRC-CD encontrou um torno manual de pedal para a produção das peças que não estava mais em uso.

De acordo com o questionário dedicado ao conjunto das atividades oleiras do inventário da construção tradicional no território, não foi possível precisar o início das atividades nas olarias da Chapada Diamantina. O material relata que a partir das entrevistas com os oleiros, foram considerados os relatos de que os antigos realizavam o ofício há muito tempo.

O ofício está relacionado com a necessidade de produção de tijolos e telhas para construção de casas, igrejas etc. Relaciona-se com matérias-primas que estavam à mão de qualquer trabalhador: madeira, barro e água. Historicamente, o ofício de oleiro é relatado desde a antiguidade com produção de blocos de terra secos ao sol ou queimados em fornos. No Brasil esta tradição remonta ao período colonial e teve como referência a herança portuguesa e africana (IPHAN, 2016d, p. 7).

As olarias mais significativas identificadas na Chapada Diamantina são as olarias de choupanas, localizadas na comunidade da Prata, em Seabra; no Ribeiro, em Morro do Chapéu; e no distrito de João Amaro, em Iaçú, no limite com o município de Marcionílio Souza. Nestes espaços, em geral, trabalham apenas o oleiro proprietário do estabelecimento e os ajudantes de serviços. As olarias a céu aberto foram identificadas em Fedegosos, no Morro do Chapéu, Rio de Contas e Marcionílio Souza. Atuam nestes lugares, o coordenador da olaria e diversos oleiros que trabalham por conta própria utilizando o barro e o espaço em troca do pagamento de uma taxa da produção para o responsável pela olaria. De acordo com o levantamento do INRC, o coordenador da olaria pode ser o proprietário da terra ou apenas arrendatário.

Identificou-se que, no geral, os oleiros do território investem recursos próprios para arcarem com as despesas necessárias para a produção, a exemplo da compra da madeira para a queima ou a aquisição do espaço das olarias de choupana. No caso das olarias localizadas próximas aos rios ou em áreas cedidas pelas prefeituras, o barro e a água utilizados não geram custos aos trabalhadores. “Apenas em Fedegosos, município de Morro de Chapéu, foi encontrado o pagamento

de aluguel pela terra onde está instalada a Olaria e o pagamento pela água utilizada na produção dos tijolinhos” (IPHAN, 2016d, p. 12). Esta é uma situação que não representa necessariamente maiores valores de comercialização do produto, isto é, é possível que nesta localidade a margem de lucro dos oleiros seja menor que em outras do território.

## 5.2 Economia das olarias na Chapada Diamantina

Tomamos também como fonte de dados os questionários de identificação dos ofícios e modos de fazer do INRC-CD para analisar os aspectos relacionados à economia dos ofícios do barro no território. Os documentos estão disponíveis no amplo volume de discos digitais com os conteúdos oferecidos pela equipe executora do inventário, disponíveis no escritório do órgão contratante, o Iphan, em Lençóis. Outra cópia dos arquivos está armazenada na sede do órgão, em Brasília. Os questionários podem ser considerados modelos nos quais as informações colhidas junto aos mestres de ofícios identificados foram organizadas.

As informações foram colhidas durante a etapa de identificação, na qual a equipe de pesquisadores da UFBA e outros vinculados ao inventário realizou entrevistas com os mestres, apurando informações técnicas e sociais relacionadas à vida dos trabalhadores. Esta etapa sucedeu a etapa inicial de mapeamento de referências culturais e dos mestres dos ofícios no território. Foi possível consultar as entrevistas em áudio e vídeo realizadas na etapa de identificação e disponíveis no material final do INRC-CD.

A partir dos questionários realizamos a caracterização da economia da cultura vinculada aos ofícios do barro da construção tradicional nos municípios da Chapada Diamantina, tratando inicialmente das atividades vinculadas ao ofício dos oleiros nos municípios para, na sequência, tratar exclusivamente das olarias de Morro do Chapéu. O mesmo se deu na caracterização das atividades dos adobeiros do território e do município de maior interesse.

Algumas das localidades nas quais a influência da atividade oleira se deu com maior intensidade no território, promovendo significativa territorialização dos valores da cultura, ficam entre o distrito de João Amaro, no município de Iaçú, na divisa com o município de Marcionílio Souza, e o povoado de Queimadinhos, já no território da Chapada Diamantina. Em João Amaro, a equipe do INRC-CD identificou Isaias Oliveira dos Santos, o mestre Zal, que possuía 50 anos de idade na ocasião da realização do inventário. O mestre trabalhava com olaria desde quando havia saído de Iaçú e passado a morar em João Amaro, por volta de 1985. Cinco anos depois, tornar-se-ia

proprietário da olaria na qual atuava até a ocasião em que fora identificado pelo INRC.

A estrutura de produção da olaria consistia em choupana e forno (Anexo 1), nas quais mestre Zal “produz tijolos artesanais para construção de casas e churrasqueiras, e em menor quantidade, lajotas e telhas” (IPHAN, 2016e, p. 3). É possível observar muitos outros espaços como aquele mantido pelo oleiro na beira da estrada que atravessa o distrito de João Amaro. No entanto, a maioria estava desativada na época do inventário. O mestre relatou que o volume de olarias ativas na localidade era muito inferior ao de outrora, em especial a década em que o oleiro passou a viver no distrito. Os demais mestres da atividade teriam migrado “para outras cidades e centros urbanos” (IPHAN, 2016e, p. 3), a exemplo de São Paulo, destino que mestre Zal já tivera anteriormente para trabalhar com metalurgia e lavoura.

Na olaria, o mestre relatou a rotina diária de trabalho para “a retirada do barro, na várzea do rio Paraguaçu; o preparo do barro para a confecção de tijolinhos, telhas e lajotas; a modelagem de tijolinhos (...) produção de telhas e lajotas” (IPHAN, 2016e, p. 3). Na companhia de um ajudante enforma entre 500 a 1000 tijolinhos, lajotas ou telhas por dia. Além disso, o mestre realiza a organização das peças no forno e a queima do material. O ofício do artesão é a principal atividade que garante as necessidades financeiras da família, apesar de ser reconhecido como “pesado e pouco rentável” (IPHAN, 2016e, p. 3) pelo oleiro. Isaías, no entanto, não planeja interromper a dedicação ao ofício.

A continuidade de seu trabalho representa, dessa forma, uma resistência aos novos modos de fazer tijolos. 'Tem poucas [olarias] que funcionam, tem muitas, mas estão caindo, não funcionam mais'. Sr. Isaías teme que a profissão se acabe: 'Eu acho que não vai demorar, é um serviço muito pesado' (IPHAN, 2016e, p. 3).

A olaria ainda é a principal fonte de renda do mestre. Além dela, com regularidade, pouco mais de uma centena de reais do programa de transferência de recursos mais popular para famílias de renda de frequência irregular no sertão. Na localidade observou-se a migração da mão de obra especializada de trabalhadores da produção artesanal para o modelo industrializado, para a produção de cimento, em firmas estabelecidas na região. Ainda que considerada decadente pela equipe do INRC-CD, Isaías reconhece a importância da atividade para o distrito. “Se não fossem as olarias não tinha ninguém aqui” (IPHAN, 2016e, p. 13). Uma menor parte dos estabelecimentos outrora ativos também resiste produzindo.

A partir das informações prestadas pelo mestre e registradas no questionário de identificação do inventário, realizamos estimativas da capacidade de produção e faturamento do oleiro. De acordo com o cálculo, estimamos que a produção regular do mestre Zal seria de 15,5 mil peças, com faturamento máximo de aproximadamente R\$2,5 mil por mês. Este valor gera

aproximadamente R\$500 de auxílio mensal ao ajudante e outros R\$550 para o fornecimento de lenha. O oleiro possui um potencial de rendimento de R\$1.250 mensais. No entanto, não há regularidade na produção, evidenciada pelo amplo espaço vazio encontrado na olaria na ocasião da entrevista. As justificativas para tal seriam o “baixo preço e da dificuldade em manter funcionários e, principalmente, pela introdução na região de lojas de material de construção e comercialização de blocos industrializados” (IPHAN, 2016e, p. 2).

A decadência das olarias tradicionais representa o declínio de uma atividade que é presente e influente no território dos trabalhadores nas localidades. O mestre Zal vive numa casa construída com tijolos e telhas que ele mesmo produziu, e levantada pelos integrantes da família. A comercialização dos produtos da olaria é realizada para lojas de material de construção dos municípios de Itaberaba, Feira de Santana, além de outras cidades, ou pelo esquema da encomenda direta, no qual os consumidores encomendam e compram diretamente na olaria. “Neste caso, informa que já comercializou para cidades do sul da Bahia e até para outros estados” (IPHAN, 2016e, p. 12).

Cinquenta quilômetros distantes de João Amaro está a localidade de Queimadinhos, no município vizinho de Marcionílio Souza. Ambas localidades são tradicionais fabricantes de telhas, tijolos queimados e lajotas de barro, extraído das margens do rio Paraguaçu.

Esta atividade já foi base para o desenvolvimento econômico da região, no entanto, em consequência do declínio da estrada de ferro e da introdução das lojas de materiais de construção e a comercialização de materiais industrializados, esta atividade vem aos poucos desaparecendo, o que também tem propiciado a desarticulação dos grupos que trabalhavam com estas atividades, seja na produção do tijolinho, seja na sua cadeia de transporte, comércio e execução (IPHAN, 2016f, p. 2).

A consideração evidencia a complexidade da rede de elementos e economia vinculada às olarias, mais difícil de ser mensurada, mas que também gera emprego e renda nas localidades nas quais a atividade é significativa. “O ofício de oleiro é uma alternativa ao trabalho inconstante e, também, pesado nas roças do semiárido” (IPHAN, 2016f, p. 2). A atividade também é a principal fonte de renda do mestre João, que realiza todas as atividades do processo produtivo e executa a queima em forno próprio, localizado numa área cedida pela prefeitura municipal. De acordo com João, cinco oleiros trabalham com razoável frequência no espaço cedido (Anexo 2). No entanto, é o único que realiza o ofício de forma contínua.

O mestre reconhece que o auge produtivo na localidade foi na década de 1980, quando também passou a morar em Queimadinhos. Antes da olaria trabalhava com lavoura. Aprendeu o ofício com um oleiro da localidade chamado Dadi, que construiu o forno que Isaías utiliza, já que o oleiro não constrói fornos. O espaço de trabalho de mestre João é descampado e localiza-se numa

área conhecida como Olaria da localidade de Queimadinhos, na qual teria sido possível verificar uma série de fornos, a maioria arruinados. O oleiro afirmou que na atualidade é difícil encontrar quem queira aprender a profissão. Apesar de ter ensinado ao filho e alguns ajudantes que já trabalharam na olaria considerou a olaria “um trabalho muito pesado e rende pouco. (...) Não dá renda, não tem nem condições de botar um trabalhador” (IPHAN, 2016f, p. 3).

As informações disponíveis por meio dos questionários apresentam um volume reduzido de gastos para a produção do mestre João Honorato, exigindo apenas a lenha para alimentar o forno e queimar os tijolos. Em virtude das variáveis expostas pelo oleiro, a exemplo da comercialização dos tijolos por valores menores do que o praticado normalmente, a perda de peças durante o processo produtivo, em especial na queima, estimamos uma capacidade mensal de fabricação de aproximadamente 10 mil tijolos na olaria. A renda mensal estimada, neste caso, seria em torno de R\$ 1.875, no entanto, o valor também não é regular. Na ocasião da entrevista do INRC-CD, por exemplo, a lagoa próxima ao rio, na qual o mestre recolhe a água para fazer a mistura do barro, estava seca, o que limitava temporariamente a execução, até o período de chuvas, que promove a cheia do rio Paraguaçu e conseqüente inundação da lagoa.

Na entrevista realizada com o mestre, João afirma utilizar como base para a precificação do milheiro do produto o valor dos blocos industrializados comercializados em lojas de materiais de construção. “O bloco sempre é mais caro. A gente tira assim. Todo mundo aqui é assim. E tem vez que a gente vende aqui mais barato” (João Honorato dos Santos, localidade de Olaria, em Queimadinha, município de Marcionílio Souza, em 23 nov. 2015). Mesmo a cotação do milheiro do bloco na localidade sendo de R\$250 na ocasião da entrevista, por conta de necessidade financeira, o oleiro admitiu já ter aceito comercializar o mesmo material por até R\$100.

Um dos mestres oleiros que mais exaltaram o orgulho do trabalho que realiza durante a pesquisa do INRC foi Mario Aparecido Batista de Souza, que atua próximo à sede do município de Palmeiras. Tendo executado o ofício desde aproximadamente o ano de 1995, o oleiro estabeleceu uma série de relações entre a saúde que goza, o trabalho e a manipulação do barro. “Sou da terra, vivo da terra, gosto da terra. Se um dia eu enricasse, não saia da terra eu ficava com as roupas sujas deitada no chão, eu gosto disso, dinheiro para mim não tem importância não, a gente tem que fazer o que gosta” (IPHAN, 2016g, p. 2).

Eu trabalhei com pedra e madeira, mas não gostei. Da terra? Eu acho que a gente ‘veve’ melhor na terra, sem frescura com limpeza demais, se a gente tiver um ferimento na perna num instante ele tá curado, parece que a terra cura, o barro a argila. A gente pode comer de tudo você não sente nada, já é um trabalho pesado, você força muito, come o que quiser, trabalha, depois sente fome de novo. A gente come feijão uma hora da manhã, qualquer hora. Come o que tiver, pé de porco, cozido de frango, feijão e vai deitar no outro dia levanta cedo de novo. Acho que isso vem da terra, acho que pessoas que não faz nada, ou que faz outra coisa acho que não tem o organismo pra isso. Eu gosto da terra, acho que é por causa dela, eu



gosto de deitar na terra. Eu acho gostoso mexer com terra, eu acho gostoso pegar pisar (...). Meu contato com a terra é só fazer o tijolo. Pegar, cavar, pisar, pegar com a mão, trabalhar com roça nunca trabalhei não (IPHAN, 2016g, p. 2).

Aparecido afirmou que, caso fosse obrigado a interromper a atividade por conta de restrições de órgãos ambientais, por exemplo, acha que endoidaria. O mestre aprendeu o ofício com um colega. Apesar de o pai ter sido pedreiro, com experiência na produção de tijolos de adobe, o oleiro afirma que não aprendeu atividades profissionais com o genitor. “Aprendi com minha força de vontade, por mim mesmo” (IPHAN, 2016g, p. 3). Aparecido afirmou ter ensinado alguns trabalhadores, mas acredita que o aprendizado depende mais da vontade individual. “Eu mesmo aprendi sozinho, olhava os outros fazer e aprendi” (IPHAN, 2016g, p. 3). Atualmente, duas pessoas trabalham junto com o oleiro com regularidade, em funções como a de cortar e amassar o barro e enformar as peças. Para as tarefas, o oleiro remunera os ajudantes por diárias, que variam entre R\$40, para os serviços menos técnicos, até R\$70 quando há produtividade significativa de peças realizadas.

O mestre é um daqueles identificados que nasceu e cresceu no espaço no qual habita e trabalha atualmente, sem nunca ter morado em outras localidades. O oleiro identifica que testemunhou épocas em que mais de 50 pessoas produziam tijolos nos arredores da sede de Palmeiras. No entanto, atualmente, é um dos únicos remanescentes no ofício, apesar de conhecer outras pessoas que ainda produzem tijolos de adobe. É o único entre os identificados que possui veículo com carroceria próprio, o que possibilita o transporte da matéria-prima utilizada para a produção de tijolinhos desde diferentes lugares, sem que isso represente custos de compra e frete. No caso da lenha, por exemplo, Aparecido afirma que recolhe restos de árvores retiradas de terrenos particulares e que são deixadas no lixão da cidade.

O oleiro foi reconhecido por possuir significativo mercado consumidor no município de Palmeiras e em outras localidades do entorno, “devido à qualidade do produto que fabrica” (IPHAN, 2016g, p. 5). Aparecido afirma que consegue manter o nível de produção equilibrado durante o ano, o que também resulta em vendas regulares. “Toda vez que fazer não fica, vende. É trabalho o tempo todo. Não para não. Não tem época. É sempre a mesma coisa. Nem para melhor, nem para pior. Nem pagar mais, nem menos. É a mesma quantidade” (Mario Aparecido Batista de Souza, olaria na sede de Palmeiras, 04 nov. 2015). O principal produto comercializado por Aparecido é o adobinho, ou tijolinho queimado. Raramente o mestre realiza os adobes de barro cru.

A produção é comercializada para consumidores do município, a exemplo das comunidades de Caeté-açu (ou Vale do Capão) e Campos de São João, além de povoados em municípios vizinhos, como Boa Vista de Cananeia, em Seabra, e para os municípios de Lençóis e

Iraquara. O mestre Aparecido afirmou, no entanto, que em virtude da dedicação a outras atividades, como a realização de fretes com o veículo particular, não tem produzido muitos tijolos, mantendo, no máximo, uma produção de 8.500 peças fabricadas ao mês. Entre outras informações prestadas pelo mestre, estimamos que o faturamento mensal da olaria de Aparecido seja de no máximo R\$2.150. Este nível de produção resultaria num custo de cerca de R\$700 com ajudantes e um faturamento de, aproximadamente, R\$1.500 para o mestre.

O acesso ao meio de transporte torna o oleiro menos dependente da prestação de serviços para o fornecimento de matérias-primas, o que oferece autonomia. Isso supre, em partes, pois também limita a capacidade do volume de produção, a energia necessária para o funcionamento do forno mesmo numa área que não oferece os elementos necessários para fazer barro e queimar. A renda do mestre Aparecido, possivelmente, sofre pouca influência externa. Isso permite que o oleiro também mantenha regularidade na produção. A garantia da renda média absorvida pelo mercado consumidor das localidades do entorno possibilita ainda ao mestre realizar outros serviços com os recursos que possui, tornando a renda familiar, ao mesmo tempo, menos dependente da atividade oleira.

É o caso de outros mestres identificados que realizam diversas outras funções complementares ao trabalho na olaria. Robério Antônio da Silva Trindade, o mestre oleiro Fizinho, ou Tonho de Fizinho, além de lavrador também é confeiteiro, em Rio de Contas. Aos 46 anos Fizinho realizava em torno de 700 tijolos por dia, diferentemente de quando era mais jovem, quando numa manhã produzia mil peças. “O trabalho como oleiro é bom. A diferença é que o trabalho com bolo a gente fez e recebe. Esse aqui tem que fazer, esperar terminar a formada e vender. Mas o dinheiro maior é do tijolinho” (IPHAN, 2016h, p. 7), referindo-se à renda familiar. O mestre trabalha no bairro da Olaria, nos arredores da atual sede do município, espaço no qual a atividade é realizada há mais de 100 anos.

Um dos diferenciais do caso de Fizinho é que a aquisição de elementos produtivos como a água e a lenha, além de comprada, também pode ser feita por meio de troca por tijolinhos. A madeira vem de comunidades próximas, a exemplo do Mato Grosso, antiga sede da freguesia de Rio de Contas, quando há derrubadas para plantio ou podas em estradas. A medida já é uma evolução da situação de décadas atrás, quando a terra na qual localizavam-se em 2015 os espaços de trabalho era particular. Por conta disso, os oleiros destinavam 200 tijolos a cada fornada de, aproximadamente, 5.000 tijolos para os proprietários. O poder público local desapropriou o espaço e cede sem custos ao grupo de quase dez oleiros do qual Fizinho faz parte.

Fizinho aprendeu a realização de adobinhos e tijolos de adobão observando o capricho de outros mestres nas olarias, as quais frequenta desde os 17 anos. O mestre oleiro assumiu a maior

parte dos serviços de pedreiro em benefício próprio, na residência, por considerar o custo da diária de pedreiro na cidade muito caro. Além disso, o investimento seria muito diferente daquele realizado por si, dado que tinha o pai como referência de dedicação ao ofício de pedreiro e marceneiro artesanal. De acordo com Fizinho, as pessoas contratadas, em geral, realizavam as tarefas exigidas em tempo maior daquele que normalmente seria necessário, exigindo maior inversão financeira.

A olaria era a principal fonte de renda do mestre, que comercializava o milheiro do tijolinho ao valor de R\$ 350,00 na ocasião da entrevista do inventário da construção tradicional. Na época, o valor era vigente havia pouco mais de um ano e era considerado defasado. A intenção dos oleiros que atuavam no bairro era aumentar o preço, mas Fizinho acreditava que a conjuntura não permitiria. “Com esse tempo ruim, não dá” (IPHAN, 2016h, p. 7). A maior parte do processo produtivo da olaria de Fizinho era realizada pelo oleiro, fator que, associado aos demais elementos, permite uma capacidade superior de geração de renda na olaria. A estimativa é que a capacidade mensal de faturamento da produção de tijolinhos da unidade do oleiro é de no máximo R\$2.000 em condições favoráveis de execução, o que geralmente não acontece.

Esta estimativa considera as ocasiões nas quais o oleiro consegue obter água e lenha para a produção em troca de tijolinhos já produzidos. Por isso, não é uma estimativa produtiva média dado que o mestre tem que abrir mão da comercialização de parte do material já realizado para obter as matérias-primas da produção da fornada seguinte, o que rebaixa o rendimento da fornada anterior.

O mestre lembrou, por exemplo, da ocasião em que uma equipe de representantes do órgão ambiental fiscalizador federal quase conseguiu parar a atividade, para a apuração de uma denúncia. Mediante os fatores de instabilidade, o valor de produção sofre as mais diversas influências sem que haja qualquer rede significativa com capacidade de oferecer seguridade financeira externa aos indivíduos. A partir das condições as quais ficam condicionadas a realização do ofício, a exemplo da restrição hídrica em determinados períodos do ano, os trabalhadores aumentam o nível de dependência das relativas forças que operam em redes de relações comunitárias e colaborativas para amenizar efeitos de eventuais emergências. Isso acontece com os oleiros cientes da inacessibilidade ao recurso dos poços artesanais que outros atores particulares detém no entorno do espaço de trabalho.

Os vínculos de amizade entre os trabalhadores é característico da cultura oleira na Chapada Diamantina, assim como os laços de parentesco, tanto na transmissão dos saberes relacionados à atividade quanto na realização da produção nos espaços de trabalho. Uma das olarias nas quais as relações familiares estruturam os diferentes tipos de vínculos necessários ao desenvolvimento do ofício é a da comunidade da Prata de Baixo (Anexo 3), no município de Seabra. Na localidade, a

família dos mestres Antônio Carlos da Silva, ou Tonhe de Artur, Manoel Messias da Silva Bastos, ou mestre Deca, e Josué Pereira Bastos, o Zu da Prata, trabalham há mais de 50 anos. O grupo se notabilizou pela fabricação de lajotas e tijolinhos, peças nas quais a família empregava toda a dedicação do trabalho na época do INRC-CD.

De acordo com os registros do inventário, “o conjunto da Olaria é composto por três ranchos e dois fornos. A atividade é realizada, por homens e mulheres da família – pai, filhos, netos, irmãos, irmãs e sobrinhos – cabendo para cada família um Rancho” (IPHAN, 2016i, p. 3). O espaço era dedicado à fabricação de tijolos e a partir de 1995 passou a priorizar a produção de lajotas, por conta da maior rentabilidade do material. O milheiro do produto custava R\$800 no ano de 2015 e levava aproximadamente uma semana para ficar pronto, exigindo a dedicação de dois trabalhadores. Isso fazia com que cada rancho tivesse capacidade de faturar até R\$3.000 por mês, valor dividido entre os realizadores, sem considerar os custos de produção.

O barro, por exemplo, é retirado de uma localidade distante dois quilômetros da olaria, dado o impedimento imposto pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) de retirada da matéria-prima da margem do rio que beira a olaria, sob a justificativa de influência na vazão do curso de água. O custo da caçamba da caminhonete do barro apurado era de aproximadamente R\$200. O mestre afirmou que o investimento necessário para a compra do barro reduz o faturamento o que faz com que obtenha um rendimento médio de R\$800 por mês com o serviço, valor aproximado de um salário-mínimo na época.

A situação financeira ainda é mais vantajosa do que quando atuava numa olaria próxima, de propriedade de um terceiro, antes de montar o rancho no espaço de trabalho da família. Na época, a disponibilidade de barro na propriedade da família já estava esgotada, e o proprietário do espaço de trabalho de então cedia todos os elementos para a produção. Nestas condições, o mestre dedicava metade do resultado do trabalho para o dono da olaria. Como trabalhava junto do irmão, cada um podia comercializar apenas 2.500 tijolos ao final da produção de dez mil peças. Antes da olaria, Deca já havia trabalhado em lavoura e fazendo frete de produtos da agricultura.

A transmissão dos saberes da construção é realizada entre os membros da família. O mestre Deca, por exemplo, “aprendeu com seu pai e por sua vez ensinou a sua mulher” (IPHAN, 2016i, p. 3). Apesar de o mestre entender que as cerâmicas industrializadas possuem especificações técnicas melhores que as tradicionais, ele considera as peças artesanais mais bonitas. “Tudo feito na mão, quando bota na casa fica bonito” (IPHAN, 2016i, p. 3).

A olaria atende a um público especial que se interessa em utilizar as técnicas e o materiais tradicionais da arquitetura brasileira. As encomendas e compras partem de diversos municípios da Chapada Diamantina, em especial de Lençóis e Palmeiras. A qualidade da lajota fabricada em Lagoa de Baixo é considerada excepcional, tida como a melhor da Chapada (IPHAN, 2016i, p. 8).

De acordo com o relato do mestre Deca, tem material produzido na olaria espalhado por uma parte significativa do Estado. Além da Chapada Diamantina, principalmente, em Palmeiras e Lençóis, o mestre lembra já ter comercializado lajotas para os municípios de Salvador, Mata de São João e Camamu. No entanto, a maior parte dos consumidores está em Iraquara, Lençóis e, principalmente, no distrito de Caeté-açu, no Vale do Capão. A aplicação do material é realizada, em especial, em casas de fazenda, de roça. “Coisa de raiz. Coisa nativa. No Capão você dá uma cerâmica boa, na máquina, boa mesma, o cliente não quer. (...) As mais bonitas são estas aqui, um trem que a gente faz na mão. A única coisa que vem de fora é a forma” (Manoel Messias da Silva Bastos, olaria da Prata de Baixo, município de Seabra, 05 nov. 2015). A família já trabalhou realizando praticamente todos os tipos de peças, entre tijolos, tijolinhos, ladrilhos, telhas e lajotas.

Outro mestre identificado enquanto profissional do trabalho na olaria é Renato de Jesus Oliveira, do povoado de Cajazeira, no município de Iraquara. O senhor Renato realiza aproximadamente 700 tijolinhos por dia e costuma realizar a atividade toda sozinho, pois, as experiências que teve com parceiros de funções não representaram aumento significativo da produtividade. Além da produção de tijolos, o mestre também mantém no espaço da residência uma borracharia e oficina mecânica, além de um bar.

Apesar de ter a maior parte da renda vinculada às atividades da construção tradicional, o senhor Renato foi identificado pelo INRC da Chapada Diamantina, além de mestre oleiro, como mestre adobeiro. No entanto, de acordo com o trabalhador, a produção de adobes é realizada apenas por encomenda e comercializada, geralmente, para as localidades de Iraquara. De acordo com o questionário de identificação do mestre, Renato é filho de agricultores e teria desenvolvido o conhecimento relativo à produção de tijolos e adobes por meio da observação dos trabalhadores mais experientes da comunidade na qual vive. “Os ofícios que pratica têm relação direta com as necessidades básicas de sobrevivência, tanto físicas quanto social” (IPHAN, 2016j, p. 2).

De acordo com o mestre, a tarefa de conseguir passar a realizar determinada atividade não estaria no campo do aprendizado. “Não é aprender, é ver os outros trabalhando, é observando e aprendendo” (IPHAN, 2016j, p. 2). Dos elementos necessários para a produção dos tijolinhos, o mestre utiliza a água disponibilizada por meio de uma central de abastecimento que atende o povoado. A lenha é retirada pelo próprio adobeiro, de uma localidade próxima, pela qual é pago apenas o frete para o transporte até a olaria.

O forno do senhor Renato tem capacidade para 3.000 unidades de tijolinhos e cada milheiro é comercializado por R\$180. Estimamos que a renda do mestre com as atividades não seja muito superior a R\$1.000 por mês. Os produtos são comercializados na região de Iraquara e nos

municípios vizinhos. Aprendeu as duas atividades observando os mais velhos trabalharem: “Eu mesmo aprendi por ideia minha, observando. Ninguém me ensinou nada (...). Do dia que comecei, no outro dia já tava trabalhando” (IPHAN, 2016j, p. 2). O adobeiro ainda possui a técnica de fazer cerca utilizando pedaços trançados do tronco do sisal, atividade que o entrevistado afirmava que substituiria o trabalho na olaria por algum tempo, durante entrevista do INRC-CD realizada em 2015. O adobeiro tinha na produção com a planta uma alternativa de renda que justificava ser segura.

### 5.2.1 Economia dos adobeiros da Chapada Diamantina

Mesmo sendo considerado também um ofício em decadência no território, reconhecemos a importância que a produção de adobes tem para promover a autonomia financeira de realizadores. A execução dos tijolos crus também representa importante fonte de renda para diversas famílias. Uma delas é a do mestre Lourivaldo Luciano de Moura, o Sr. Lô, considerado pela equipe do INRC-CD como detentor dos saberes relacionado às funções de lavrador, de adobeiro e reiseiro. A produção de adobes é considerada uma renda complementar da família do mestre.

O milheiro do tijolo era comercializado a R\$350 na época de realização do INRC, valor dividido entre o mestre e ajudantes, sendo que a produção da equipe podia chegar a 900 peças num dia de trabalho do adobeiro junto de três ajudantes. A produção de adobes é realizada sob encomenda e a quantidade de tijolos solicitada varia de acordo com o tamanho da obra. O mestre afirmou já ter produzido até 2.000 adobes para atender uma encomenda. O Sr. Lô seria o responsável pela comercialização da produção e o pagamento dos trabalhadores envolvidos no processo. De acordo com o adobeiro, o ajudante que executa a função de pisar o barro poderia ganhar R\$100 por dia. O consumidor arcaria com o custo de R\$100 do carreto, realizado por terceiro, no caso de não possuir veículo para a entrega no destino. Os consumidores são moradores da comunidade e localidade do entorno, a exemplo do povoado de João Correia.

O mestre Lourivaldo vive no povoado Brejo de Cima, no município de Mucugê, nos arredores de uma das áreas de economia mais dinâmica e de maior concentração de riquezas do território. Tratam-se dos gerais de Mucugê e Ibicoara, área na qual localiza-se o agropolo, empreendimento empresarial para a prática da agricultura irrigada extensiva. Em oposição ao modelo intensivo, o mestre adobeiro retira de forma artesanal o barro para a produção de tijolos do terreno de um terceiro onde encontram-se milhares de pequenos morros de terra chamados

murundus, identificados como complexas estruturas feitas por cupins. O proprietário cede a área para o adobeiro retirar a terra e desmanchar as elevações do terreno. Obtém-se um material popularmente tido como um dos melhores para a produção de adobes, por, supostamente, possuir enzimas que qualificam as especificações técnicas do tijolo. Nada é cobrado do adobeiro pela retirada do material, pois com a realização da tarefa o terreno fica planeado, facilitando a utilização como área agricultável.

O adobeiro não possui outros custos de produção do adobe além do pagamento dos ajudantes. A água, utilizada para molhar a terra e fazer o barro utilizado para dar forma ao tijolo é encanada diretamente das nascentes na serra e não é paga. A renda com a produção de adobes é complementar na organização financeira da família, isso porque não há encomendas de tijolos durante o ano todo. “A família vive de plantar arroz vermelho na roça de baixio. De toda forma, a produção de adobes de Sr. Lô e sua família é muito solicitada e colabora na renda da casa. Segundo ele, muitas pessoas sabem fazer, mas só sua família faz para comercializar” (IPHAN, 2016k, p. 12).

Estimamos que se a produção de adobes do mestre Lourivaldo fosse regular poderia envolveria um negócio mensal com dedicação integral que gerasse um faturamento aproximado de R\$5.000 para a equipe de quatro realizadores. Deste total o mestre receberia cerca de R\$2.000 enquanto cada ajudante ficaria com R\$1.000. Como a produção de adobes é pouco estimulada, o ganhos mensais do adobeiro na prática são inferiores.

Uma das evoluções nas etapas de produção ao longo das últimas décadas são os materiais utilizados para abrigar os tijolos crus depois de secos durante os períodos das chuvas. Antes utilizava-se o bagaço de cana para proteger os adobes empilhados, enquanto na atualidade a função seria executada por plásticos ou lona compradas. O mestre adobeiro ainda reaproveita parte da palha extraída da lavoura de arroz e mistura no barro da massa para fortalecer os tijolos de adobe e evitar fissuras ou quebras.

A título de comparação, o entrevistado relacionou o recurso recebido pelos ajudantes na produção de adobes com o daqueles que prestam serviços para as grandes empresas agrícolas que atuam nos arredores. Consta no questionário produzido pela equipe do INRC-CD que a diária de um ajudante para atuar nas produções de batatinha, tomate e café era de R\$35, em 2015. “As mulheres, trabalham por produção na colheita do tomate e podem chegar a ganhar até R\$100,00 por dia, sendo um trabalho bastante cansativo” (IPHAN, 2016k, p. 12). Um dos filhos do mestre adobeiro que acompanhou a entrevista do inventário informou que há pessoas que trabalham no agropolo e passam mal “devido ao agrotóxico utilizado nas plantações” (IPHAN, 2016k, p. 12). O jovem trabalhava oferecendo a mão de obra na forma de diárias de trabalho para a principal empresa instalada no agropolo, mas afirmava que se tivesse serviço regular garantido para a função de

pedreiro, não trabalharia para o agronegócio. De acordo com o filho do mestre Lourivaldo, a diária de pedreiro no povoado do Brejo de Cima é de cerca de R\$80.

A lavoura também é uma função estratégica para a família de João Chagas Pereira da Silva, o mestre Veio, reconhecido como adobeiro e taieiro pelo INRC-CD. Desde a infância o mestre viveu na comunidade de Brejão, no município de Ibicoara, nos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Além das funções citadas, o mestre também foi identificado como lavrador, carpinteiro, coureiro e luthier de instrumentos musicais para o reisado. De acordo com o questionário dedicado ao mestre no inventário, Veio é descendente de uma família de agricultores e “agricultor por tradição” (IPHAN, 2016l, p. 2). “Todas as atividades que realiza, aprendeu com os avós e com os pais. Os ofícios que pratica tem relação direta com as necessidades básicas” (IPHAN, 2016l, p. 2) de sobrevivência.

De acordo com o questionário que descreve o trabalho do mestre, a produção de adobes, junto da realização da agricultura de subsistência é a principal fonte de renda da família do mestre Veio. São estas atividades “que permitem as pessoas terem renda para compra de alimentos e outros produtos necessários ao dia a dia das famílias. Além de que permite a construção de habitações para a comunidade local e ajuda [a] coesão social da região” (IPHAN, 2016l, p. 8). Apesar de o mestre ter sido identificado por também deter outros conhecimentos vinculados a uma série de atividades artesanais, ambos ofícios citados são característicos dos pequenos proprietários de terra que vivem na comunidade e demais comunidades do entorno.

Entre as funções complementares realizadas por mestre Veio estão a “carpintaria; fabricação de peças para engenhos de farinha e cana de açúcar; fabricação e construção de casa de adobe e casa de enchimento com amarração de cipó; elaboração de peças com couro para fazer bruacas e outras peças; execução de balaies de cipó caititu e preto de leite” (IPHAN, 2016l, p. 2). Apesar do material do inventário não ter registrado o valor pelo qual o mestre comercializa os tijolos de barro cru, o relatório da entrevista com o mestre traz uma série de valores simbólicos de ofícios vinculados ao uso do barro e das culturas tradicionais.

Foram registradas algumas considerações de mestre Veio relacionadas à edificação de casas de taipa, por exemplo, e os significados que a técnica representa na atualidade.

Segundo mestre Veio as casas de enchimento: 'Não tem mais não, até nas roças eles querem levantar casa de adobe. Acabou este tempo velho de enchimento, o povo quer ser mais melhor. O que acho é que muitas pessoas melhoram mais de vida, aí quando fala na casa de enchimento, aí diz que isso é no tempo antigo, no tempo da escravidão'. (...) 'Aqui constrói muito em adobe, tudo em adobe praticamente' (IPHAN, 2016l, p. 3-4).

O mestre adobeiro também relaciona a efetivação das normas e fiscalização ambientais na localidade dos Brejões para justificar as limitações à realização de outra atividade cultural



tradicional da comunidade: a realização do reisado. Com a restrição à extração de madeira nos arredores da comunidade, tornou-se difícil fazer os tambores utilizados na celebração. Além disso, o aumento de famílias convertidas às religiões evangélicas também limitaram as moradias visitadas durante os giros dos grupos de reis, que passaram a “ambular tocando as toadas” (IPHAN, 2016l, p. 2) somente nas casas dos moradores católicos.

O pedreiro Evangivaldo Natividade Souza, ou Vangi, morador do povoado da Iuna, no município de Lençóis, foi mais um trabalhador identificado como mestre do ofício de adobeiro na Chapada Diamantina pelo INRC-CD. A identificação da comunidade no inventário deve-se porque as edificações do povoado são majoritariamente construídas a partir das técnicas da taipa e do adobe. Enquanto pedreiro em atividade, Vangi constrói com adobe, além de taipa e pedra. O mestre já atuou tanto em “obras de restauro no centro histórico tombado de Lençóis, quanto em obras recentes, que se utilizam de saberes tradicionais, como a casa de farinha do Povoado de Iuna, que construiu recentemente” (IPHAN, 2016m, p. 2).

O envolvimento de Vangi com a construção se deu desde criança. O processo de produção dos adobes para a construção da casa foi aprendido a partir da observação e apoio ao trabalho do padrao. Além disso, o mestre fazia casas de enchimento na zona rural. Realizou o primeiro trabalho como ajudante de pedreiro quando tinha cerca de 20 anos de idade e demorou cerca de oito anos até assumir a função de pedreiro. Como o serviço de pedreiro não tem a temporalidade contínua para o mestre, além da função, Evangivaldo realiza atividades na lavoura, faz fretes com o carro particular, possui uma casa na sede do município a qual obtém alguma renda por meio de aluguel e pesca para consumo. A família também é beneficiária de programa público federal de transferência de renda. No entanto, foi a partir do ofício de pedreiro que Vangi ajudou na criação dos dois filhos.

De acordo com o mestre, as “construções de adobe e de enchimento eram comuns na roça. Os modos de construir eram repassados por familiares e amigos” (IPHAN, 2016m, p. 4). A preparação dos adobes era realizada a partir da ajuda de familiares, com apoio de ajudantes ou de forma autônoma pelo interessado. A produção dos tijolos poderia ser realizada gradualmente até que se alcançasse a quantidade necessária para executar a obra. Vangi também incorporava no período recente anterior à realização do inventário a função de “frente” em obras de execução ou uso coletivo na comunidade. Constava no questionário do INRC dedicado ao pedreiro que esta ocupação era exercida geralmente por:

uma pessoa que é responsável por mobilizar a comunidade para realizar as construções de uso coletivo ou individual. Se havia alguém cuja casa precisava ser reformada, o 'frente' juntava as pessoas para ajudar na reforma, cortar pau e pisar barro. Se alguém ia construir com adobe, todos ajudavam a preparar o adobe (IPHAN, 2016m, p. 4).

Também considerou-se que aquelas pessoas da comunidade que possuem melhores condições financeiras optam pelo bloco cerâmico industrializado como material de construção. “No entanto, os saberes de construção com taipa e adobe ainda garantem que as pessoas com menor poder aquisitivo construam suas casas” (IPHAN, 2016m, p. 9). Vangi recorda-se que no passado a abundância e disponibilidade de matéria-prima fazia com que fosse frequente a realização de edificações a partir do uso de técnicas construtivas artesanais. Havia olaria em Lençóis, espaço no qual o mestre já trabalhou. De acordo com Vangi, “ainda existe muita casa de taipa com a madeira amarrada com couro de boi” (IPHAN, 2016m, p. 10) na sede da cidade.

'Aqui vem tudo de longe, antigamente tinha dessas telhas antigas, dessa casinha, mas essa telha acabou e ninguém faz mais. Eu estou olhando as telhas dali. Eu trabalhei com essas telhas aqui em Lençóis. Essas telhas, a gente anda em cima e não quebra (...). Lá em Lençóis mesmo, tudo ali é madeira antiga, amarrado com couro de boi. Eu mesmo desmanchei pra refazer. Taipa... ainda existe muito casarão de taipa' (IPHAN, 2016m, p. 10).

Na época da realização do INRC-CD, o pedreiro afirmou que a diária para o trabalhador variava entre R\$ 80 a R\$ 100 no povoado da Iuna. Na sede de Lençóis, o valor poderia chegar a até R\$125 na mesma época. Além do compromisso firmado direto com o proprietário da edificação, a contratação do diarista também poderia ser feita pelo mestre de obra ou encarregado pelo trabalho, quando estes integram a equipe.

O mestre Reginaldo Rodrigues Melo, ou Regi, identificado no povoado de Cachoeirinha, no município de Wagner, foi reconhecido enquanto adobeiro e lavrador, ofícios que executa como forma de sobrevivência. Na ocasião da entrevista para o INRC, Regi tentava executar tijolos de alvenaria para comercialização a fim de superar a diminuição do mercado consumidor de adobe. Aprendera pouco tempo antes a fazer o tijolo, denominado de alvenaria ou adobinho, mas ainda perdia muito material por não ter pegado o jeito de queimar no forno, com capacidade para 1.200 peças.

De acordo com Reginaldo, ele aprendera a fazer adobe observando muitas outras pessoas, mas principalmente o pai, “pra fazer a casa dele” (IPHAN, 2016n, p. 2). Na época de realização do INRC-CD, sustentava a família com a venda da produção de tijolos e com a comercialização de bananas, além de benefícios de programas do governo que a esposa recebia. “Vivo das minhas alvenarias e minhas bananas, quando tem, que eu vendo. Aí ela recebe o dinheiro de Bolsa Família, mãe dá uma ajudinha também” (IPHAN, 2016n, p. 3). O mestre complementava a renda com o trabalho da lavoura na qual planta banana, milho, entre outras culturas para subsistência da família, comercializando o excedente.

Reginaldo ainda prestava serviços como pedreiro “meia-colher” contratado por terceiros e

trabalhando em empresas. A diária de trabalho variava entre R\$50 e R\$60. No período do INRC-CD, o mestre estava produzindo adobes para levantar a própria casa devido a economia financeira por não utilizar o cimento. O barro para a produção dos adobes é retirado da propriedade do entrevistado. A terra em que vive é da família. Um dos custos de produção dos tijolos era a água, oferecida pela concessionária ao custo de R\$120 por mês, também utilizada na casa e na lavoura.

Quando trabalhava com ajudante, Reginaldo pagava R\$40 por diária para a pessoa contratada ajudar no preparo da massa, enformar os adobes e organizar as peças prontas. A utilização de diaristas era substituída regularmente pela participação da mulher, irmão, ou outro parente dedicado à produção de adobes. Outros custos apurados pela equipe do inventário era com a compra da forma para fazer os tijolos e a areia utilizada no processo de enformar as peças. A lenha utilizado pelo mestre nas tentativas de fazer os tijolinhos queimados estava sendo retirada da propriedade.

Reginaldo informou que a produção média de um dia de trabalho seria de 800 adobes, desde que o processo se inicie com o barro amassado e pronto para enformar. A comercialização das peças é feita por encomenda. Os pedidos variam de mil a 5.000 adobes. Na ocasião do INRC-CD o mestre cobrava cerca de R\$175 pelo milheiro do tijolo cru. Caso tivesse dedicação exclusiva à produção de adobe o mestre poderia ter renda superior aos R\$2.000, mas o baixo nível de consumo exige a diversificação das atividades realizadas, a fim de garantir rendimentos regulares. Os consumidores vivem na comunidade de Cachoeirinha, na sede de Wagner e demais localidades do entorno. De acordo com o entrevistado, o trabalho realizado contribui para a construção de residências de pessoas de baixa renda, já que a construção com adobe reduz a dependência de uso de produtos industrializados.

Apesar das “dificuldades financeiras enfrentadas por Reginaldo e sua família, estabelecidos em Cachoeirinha há pelo menos três gerações, os subempregos (...) as dificuldades de acesso aos sistemas de saúde (...), o analfabetismo enfatizado como obstáculo para a melhoria de vida” (IPHAN, 2016n, p. 12) compõem parte do quadro de situação de exclusão social “em que se encontram os detentores dos saberes localmente desenvolvidos através da oralidade sobre a vivência, geração após geração, na Chapada Diamantina” (IPHAN, 2016n, p. 12). São as estratégias de sobrevivência adotadas visando a autossuficiência e a produção para a obtenção de rendas complementares que determinam a existência de mestres e trabalhadores dos ofícios no território.

### 5.3 Caracterização dos oleiros identificados em Morro do Chapéu

A partir das informações disponíveis nos questionários de identificação dos ofícios e modos de fazer do INRC-CD produzidos a partir das pesquisas em Morro do Chapéu podemos identificar elementos da economia no conjunto das dimensões formadas pelas estruturas do mercado de trabalho baseado intensivamente nos conhecimentos tradicionais, ou no patrimônio imaterial relativo à atividade da construção. São registros disponíveis na forma de texto nos relatórios do INRC-CD e que nos interessam, principalmente, porque são as informações possíveis de identificar segmentos das principais estruturas econômicas dos lugares, marcadas por relações simbólicas das ocupações informais, determinantes para o espaço vivido.

Um dos questionários (IPHAN, 2016d) consultados relaciona as localidades nas quais foram identificadas a atividade de olarias no município de Morro do Chapéu. “Foram localizados vários povoados com várias olarias, o que demonstra ser atividade forte na região” (IPHAN, 2016d, p. 4). Verificou-se evidências da atividade oleira nas comunidades de Barra I, Barra II — esta reconhecidamente quilombola —, Fedegosos, Cambuí, Lajedinho, o bairro Olaria, entre outros. Nem todas as comunidades identificadas foram visitadas, dado que a ambição do inventário não era documentar as informações de todas as atividades realizadas, mas sim uma amostragem de ações significativas.

Nesta etapa nos debruçaremos na análise das informações apuradas e armazenadas pela equipe do INRC-CD, formada por profissionais da UFBA e do Iphan. No caso de Morro do Chapéu, investigou-se as atividades dos oleiros das comunidades de Fedegosos e do Ribeiro. Também consideramos as informações a respeito do trabalho realizado na vila do Ventura com a produção e construção em tijolos de adobe. Neste caso, o objetivo é representar simbolicamente a ocupação dos habitantes do município, em geral, que realizam de alguma forma a produção de blocos crus para a edificação de construções.

Durante a etapa de identificação do inventário na Chapada Diamantina foi realizada a visita à olaria situada próxima ao povoado de Fedegosos (Anexo 4), em Morro do Chapéu. A equipe do INRC-CD relata ter encontrado 12 trabalhadores na ocasião da pesquisa os quais foram convidados a relatar os detalhes do ofício debaixo da única sombra disponível na olaria, devido ao desconforto causado aos pesquisadores pelo calor da primavera no sertão e dos fornos de queima da produção. Cinco trabalhadores concordaram em acompanhar o processo de pesquisa, sendo que dois participaram de maneira mais dedicada.

De acordo com o relato do questionário consultado, na etapa de apresentação da equipe do INRC na olaria, os trabalhadores pareceram desconfiados da intenção dos realizadores da pesquisa.

Alguns se retiraram e não se dispuseram a participar do processo. O motivo seria a “desconfiança, e outros por temerem ser prejudicados por terem registro de lavrador” (IPHAN, 2016a, p. 17), atividade pela qual têm a expectativa de se aposentarem. Considerou-se que os participantes da entrevista também permaneceram receosos pois não são “donos do local, e parece que mantêm certo respeito ou submissão ao proprietário” (IPHAN, 2016a, p. 17).

Um dos integrantes dos grupos de trabalhadores da olaria, Robson dos Santos Pessoa, o mestre Robson, tinha 39 anos quando entrevistado, em outubro 2015, era casado e pai de dois filhos. Disse ser a terceira geração da família que trabalha em olaria. Assim como relatado por outros entrevistados, Robson também afirmou que a avó havia sido “pega no mato” (IPHAN, 2016a, p. 3), o que representa parte da ascendência indígena da família. Na ocasião Robson estava trabalhando com adobe havia cerca de oito anos. Anteriormente, havia trabalhado por cinco anos como frentista de posto de combustíveis e técnico em lubrificação. Dos 18 aos 29 anos trabalhou no município de Luiz Eduardo como tratorista e operando pivôs de irrigação. Estudou até a 4ª série, turno que era oferecido no povoado na época de estudos do mestre, e parou porque os pais não tinham condições de mandá-lo cursar as demais séries na sede de Morro do Chapéu.

A falta de condições para dar continuidade aos estudos e “evoluir mais” é apresentada pelo oleiro como o motivo de ainda executar a função. Mestre Robson recordou-se bem-humorado durante a entrevista realizada durante o INRC-CD de certa vez que a mãe questionada se o filho não seguiria os estudos na sede do município respondeu que os estudos deles estavam na roça. O mesmo teria acontecido aos demais conhecidos que não puderam estudar mais tempo. Para justificar a impossibilidade do retorno aos estudos, apesar da consciência de que poderia melhorar de vida com maior nível de educação, o mestre oleiro utiliza a carga diária de trabalho. No caso, Robson explica que o esforço empregado no ofício e na roça impossibilita que sente na cadeira de uma sala de aulas ao fim do dia para estudar. “Tem dias que eu chego em casa, eu não assento, eu deixo o corpo cair. Pra sentar das sete as dez, pra quem estuda a noite (...) não aguenta não” (Robson dos Santos Pessoa, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

Todos aqueles que trabalhavam na olaria no momento da entrevista possuíam algum tipo de relação de parentesco entre si. Eram primos, irmãos, sobrinhos, pais e filhos. Antônio Lopes dos Santos, o mestre Antônio Neto, também com 39 anos na ocasião, casado, sem filhos, trabalhava com adobe havia mais de 25 anos. Tinha estudado até a segunda série, mas sabia ler e escrever. Tanto Antônio quanto Robson nasceram, tinham passado a maior parte da vida e viviam em Fedegosos no período de realização do INRC-CD. Todos os mestres e trabalhadores identificados possuíam rotina de trabalho com frequência diária, seja na olaria ou na roça de subsistência particular ou familiar de cada um.

Os trabalhadores do grupo na olaria em Fedegosos afirmam que presenciaram a prática da atividade com regularidade há pelo menos 30 anos na comunidade. Um dos entrevistados contou que a fabricação de adobes ocorreria há mais de 100 anos no povoado. Foi o dono da olaria, identificado como oleiro, Gilverson Almeida de Souza, o Goiano, também considerado mestre do ofício. Nascido em 1959, em Anape, Goiás, relatou que residia há 50 anos em Fedegosos e integrava o grupo de samba de chula da comunidade, sendo compositor. Há alguns anos não se dedicava com mais intensidade à chula por conta do falecimento do parceiro de versos. Os questionários não trazem outros dados sobre a vida social do mestre.

Outros dois trabalhadores formavam o grupo de entrevistados na ocasião, mas não foram identificados como mestres. Marcos, com 24 anos na época, solteiro, atuava há quatro anos na olaria e realizava outros ofícios, mas queria deixar o espaço de trabalho. Já havia trabalhado em colheita de café em Minas Gerais e em Goiás, onde atuava como “noteiro”, isto é, controlando o tempo entre a saída da carga da roça até a chegar à usina. Possui o ensino médio completo. Roberto, 32 anos, solteiro, estava na olaria fazendo os adobinhos para construir a casa. Trabalhava na roça. Já tinha estado em São Paulo em quatro oportunidades e havia trabalhado como auxiliar de marceneiro. Estudou até a 6ª série e não tinha vontade de retomar os estudos. Também não pretendia continuar na produção de adobes.

Todos tinham a olaria como parte do meio de vida nos períodos em que habitavam Fedegosos. No caso do lugar, a transmissão do conhecimento foi considerada passada de geração em geração, geralmente, entre os membros da mesma família. Os avôs e antepassados destes oleiros que viveram e cresceram em Fedegosos também teriam praticado a atividade. O mestre Antônio afirmou ter aprendido a ser oleiro observando os irmãos trabalharem e desde os 13 anos realizava o serviço. O processo de aprendizagem se inicia com atividade mais simples, como aparar as sobras de barro dos tijolos moldados, empilhar e armazenar a produção e a preparação do barro. A moldagem do tijolo seria a etapa intermediária e a queima da produção o estágio final, cujos executores são considerados trabalhadores especializados. De acordo com os oleiros, não é qualquer pessoa que tem a capacidade de realizar a queima, cujo processo teria etapas que só seriam bem realizadas por aqueles que possuem muita experiência.

Se há algum tipo de evidência das dimensões simbólicas para a descrição das estruturas do mercado de trabalho nas olarias, estes trabalhadores podem ser considerados os testemunhos vivos das narrativas, o principal elemento das dinâmicas atuais e históricas. Por exemplo, é consenso entre os entrevistados que a olaria continua sendo praticada em Fedegosos devido as poucas opções de trabalho no povoado. Em geral, outras atividades estão associadas à rotina de trabalho destes trabalhadores, a exemplo da agricultura, como forma de promover a subsistência das famílias.

A origem da atividade [oleira] está relacionada às práticas tradicionais da construção das populações que migraram para a região a partir do século XVIII. Em locais onde o material é abundante e possui boa qualidade sempre foi uma das primeiras opções para as construções. Com a consolidação da ocupação do território as maneiras de utilização do barro associado às dificuldades encontradas, geralmente vão se aprimorando chegando-se a maestria de quem o manuseia (IPHAN, 2016a, p. 6).

De acordo com as informações do questionário do INRC-CD, os trabalhadores da olaria de Fedegosos chegam ao espaço de trabalho por volta das quatro ou cinco horas da manhã e produzem até as 11 h. “A depender da atividade que estejam desenvolvendo, voltam à tarde e ficam até as 16 ou 17 horas” (IPHAN, 2016a, p. 6). De acordo com os relatos dos trabalhadores, em geral, os trabalhadores voltam para as casas das respectivas famílias para almoçarem e só retomam o trabalho quando o calor da tarde começa a se dissipar, permanecendo, aproximadamente, até as 17h.

A olaria utilizada atualmente está próxima menos de um quilômetro do povoado, em localidade denominada Baixada, “por ser em um nível mais baixo do que o povoado” (IPHAN, 2016a, p. 11). No caso dos trabalhadores experientes, é possível realizar 1.000 tijolos no turno de trabalho das 5h da manhã às 11h, trabalhando em duplas. Outros trabalhadores, no entanto, realizam o turno de trabalho das 5h da manhã, realizando o almoço no espaço da olaria, e só retornam para casa às 5h da tarde.

Cada um dos sete oleiros da olaria em Fedegosos “tem uma área correspondente a 5 braças [aproximadamente 10 metros] para trabalhar” (IPHAN, 2016a, p. 11). A etapa de preparação do barro, que consiste em “cortar” o barreiro e amassar o material retirado é a que exige mais empenho da energia humana. No caso de Fedegosos, os três tipos de barro da parte mais alta a mais baixa do barranco de 2,5 metros de altura devem ser extraídos, misturados com água e amassados com os pés, até que a massa esteja pronta para ser lançada com pá até a parte mais alta do terreno e de lá ser levada em carros de mão até a área na qual serão moldados os tijolos.

O barro a partir desta etapa deve passar pelos moldes para dar forma aos tijolinhos em até cinco dias, caso contrário perde as características físicas e torna-se inutilizável para o serviço. O trabalho de enformar os tijolos seria bem executado pelos trabalhadores que retiram a quantidade suficiente de barro da “maseira” para preencher o molde. Caso falte barro, o trabalhador deverá recorrer novamente à fonte do material, o que acarretará uma produtividade menor. “Durante a moldagem o oleiro se agacha e levanta três vezes e, se ele tiver que pegar mais barro, irá repetir o movimento mais duas vezes” (IPHAN, 2016a, p. 7). Os tijolos preparados demoram de um a três dias para secarem ao sol, a depender do clima. Após aparar as arestas dos tijolos e empilhar a produção ainda é necessário transportar a carga até o espaço no qual o forno, ou a caieira, será armado.

Até as etapas de transporte e armação da caieira nas olarias o trabalho pode ser executado pelos oleiros e ajudantes de serviço. As etapas seguintes, de revestimento do forno com barro – para garantir a manutenção do calor dentro do forno – e de queima da produção são realizadas pelos oleiros. A comercialização também é realizada exclusivamente pelo oleiro. “As alvenarias e os adobinhos depois de prontos ficam arrumados na própria caieira até serem comercializadas. As caieiras são armadas ao longo da via, para o caminhão encostar e carregar o material” (IPHAN, 2016a, p. 9).

Entre os custos envolvidos na produção da olaria de Fedegosos, estão a compra de água para misturar com a terra e manipular o barro. Na época da pesquisa do INRC-CD, o serviço de abastecimento de água por meio de caminhão-pipa com capacidade para levar oito mil litros de água custava R\$60 e era suficiente para produzir entre seis e oito mil tijolos. “No terreno não tem água por perto. Cada oleiro compra a água necessária para seu consumo” (IPHAN, 2016a, p. 11). Este custo é superado temporariamente após a época de chuvas quando as valas próximas aos barreiros enchem de água que pode ser aproveitada para o trabalho. No entanto, devido à falta de espaços cobertos para a realização do ofício, não se produz na olaria de Fedegosos nos períodos chuvosos. A lenha para queimar os tijolos também gerava gastos para os oleiros que investiam cerca de R\$150 pelo carregamento que permitia a queima de até oito mil tijolos.

Além destes, há o custo dos ajudantes quando estes são envolvidos no trabalho e o pagamento de 10% do valor da produção ao proprietário do terreno, em virtude da extração do barro e utilização do espaço. As ferramentas de trabalho também são de responsabilidade de cada trabalhador e adquiridas no comércio formal. É o oleiro quem comercializa as alvenarias e adobinhos produzidos, etapa que é realizada no espaço da olaria, de forma individual. Caso o oleiro não tenha a quantidade total de produtos solicitada pelo consumidor, a produção de outro trabalhador é recomendada, a fim de atender a necessidade do cliente. Para que isso aconteça, os produtos realizados pelos diferentes trabalhadores têm tamanhos e especificações técnicas padronizadas.

No caso da olaria de Fedegosos, considerou-se que quando o barro está pronto, à disposição do oleiro, há mestres do ofício que conseguem executar até 1.000 alvenarias num turno de trabalho, enquanto outros trabalhadores do local realizam entre 500 e 700 peças em um dia. Considerando que leva-se até dez dias de trabalho para a preparação de barro suficiente para enformar 8.000 tijolos, além de, pelo menos, outros três dias para empilhar o material e montar a caieira e mais um dia de trabalho dedicado à queima da produção, entre outras atividades complementares, estimamos que o trabalhador dedica-se pelo menos 15 dias de trabalho para realizar todo o ciclo necessário para a produção do material. Além deste período, são necessários



mais dez dias de atenção ao processo de queima e resfriamento dos tijolos até que a produção esteja apta à comercialização.

A olaria da comunidade de Fedegosos abastece o mercado consumidor do povoado e das comunidades localizadas no entorno, entre elas as das Flores, Queimada do Canto, Cachoeira, além da sede do município de Morro do Chapéu e do município vizinho de Várzea Nova, distante cerca de 40 quilômetros do povoado. De acordo com o questionário do INRC-CD elaborado a partir das entrevistas na localidade, o material produzido é utilizado para a construção de residências. Os registros realizados também mostram que antes da atual localidade, as olarias de Fedegosos concentravam-se “em um lugar chamado Lagoa” (IPHAN, 2016a, p. 11). Atualmente, a atividade não é mais realizada lá.

Faziam-se também telhas e adobes na região. Deixaram de ser feitos, porque a comunidade não quer mais construir com adobes e prefere as telhas industrializadas, fabricadas em uma olaria na estrada de acesso ao povoado. Ocorreram mudanças com relação à dimensão. (...) O adobinho<sup>35</sup> (...), agora queimado, tem a dimensão maior que a alvenaria (...) e menor que o antigo adobe, o que facilita o trabalho (IPHAN, 2016a, p. 11).

De acordo com o relato dos oleiros entrevistados em Fedegosos, o barro utilizado na olaria atual está disponível em apenas algumas localidades do entorno da comunidade. A descoberta das jazidas do material adequado à atividade teria sido realizada pelos antepassados. Desde que a atividade oleira deixou a localidade anterior da comunidade e foi deslocada para o espaço atual no qual é mantida a olaria, deixou-se de produzir as telhas artesanais. Os relatos dão conta de que a popularização das telhas industrializadas tornou inviável a continuidade da produção das telhas manuais em Fedegosos. “Não dá renda [a produção de telhas artesanais]. Se for fazer hoje a telha, a pessoa não tem como sobreviver. E não vende. Esta telha manual não vende. Vende a de cerâmica lá” (Antônio Lopes dos Santos, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

Uma diferença que limitaria a produção de telhas manuais atualmente seria a falta de espaços cobertos para o processo de armazenamento e secagem das peças, inexistente na localidade atual da olaria de Fedegosos. De acordo com os oleiros, quando ainda eram produzidas, as telhas artesanais secavam “dentro de casa”. Nas olarias visitadas pela equipe do INRC durante a pesquisa, os espaços que ainda realizam telhas artesanais eram olarias em estruturas de choupana, isto é, com cobertura para proteção das intempéries e aberturas horizontais para maior ventilação. Nestas olarias as cerâmicas mais finas secam de forma eficiente. No entanto, os oleiros de Fedegosos consideraram que os materiais que utilizam mais matéria-prima, a exemplo dos tijolinhos, secam mais rápido quando expostos ao sol.

---

<sup>35</sup> De acordo com uma das fontes consultadas pelo INRC, o Sr. Nonô “o termo adobinho surgiu porque é menor que o adobe” (IPHAN, 2016 a, p. 11).

Os tijolos de adobe cru também deixaram de ser produzidos em Fedegosos, de acordo com os trabalhadores, porque os consumidores não estariam mais dispostos a utilizar o material para construir. O mestre Antônio sugere que as casas feitas em adobão cru, que sucederam as casas de enchimento, ou de taipa, seriam desvalorizadas pela população em geral. A maior parte dos oleiros possuem casas construídas com os adobinhos queimados em Fedegosos, assim como a maior parte das casas do povoado.

As mudanças identificadas na produção oleira em Fedegosos são possíveis pois a comunidade se identifica enquanto um espaço no qual a atividade está relacionada ao processo de ocupação. Haveriam lá indícios de fornos da época do início do povoamento da comunidade, num intervalo de tempo reconhecido entre 100 e 200 anos atrás. Para identificar a longevidade das olarias no povoado, os trabalhadores lembraram de um morador centenário cujo pai já trabalhava com a atividade na localidade.

A partir da transcrição das entrevistas realizadas com as pessoas identificadas como mestres artífices da construção tradicional no território de identidade e os trabalhadores das olarias, cujos arquivos de áudio estão disponíveis nos arquivos de materiais oferecidos pelas equipes executoras do INRC à organização financiadora, é possível considerar outras informações que não foram relatadas nos documentos. De acordo com Robson, oleiro de Fedegosos, são poucos os oleiros que em raras oportunidades conseguem dar conta de todo o trabalho da olaria sozinhos. Para que o ritmo de trabalho seja adequado ao tempo necessário para cada etapa da produção e ao espaço limitado de trabalho de cada oleiro é necessário contar com o apoio de, pelo menos, mais um trabalhador durante a produção.

Um tem que fazer o barro, aí quando faz o adobinho tem que voltar rapando de novo. Tem que empiar, fazer este trabalho aí, pra quando a chuva vir não desmanchar. Tem que carregar pra caieira, aí um sozinho não dá conta. Tem que ter um pra ajudar cada um desse aí. Ali tá aquele fazendo barro, o outro tem que ficar em cima batendo, fazendo o adobinho. Se não tiver um pra ajudar, não faz. Às vezes, tem dois aqui que faz só. Este faz só, às vezes. Mas é obrigado a ter um pra ajudar, de vez em quando também. É porque tem precisão mesmo, porque o trabalho é muito. Às vezes o terreiro é pequeno, você trabalha hoje aqui, amanhã ali, quando é no terceiro dia não tem mais onde você trabalhar. Já tem que acumular aquele pra você ter a área de novo e trabalhar de volta (Robson dos Santos Pessoa, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

Robson justifica a experiência em olaria das gerações anteriores da família por conta da falta de alternativas de trabalho, a exemplo de atividades “mais leves”, como o trabalho em indústrias, inexistentes na região. “A gente por não ter uma opção melhor (...) acaba de qualquer forma segurando a cultura [oleira]” (Robson dos Santos Pessoa, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015). Robson também realiza turnos de trabalho na roça, de onde, geralmente, os oleiros tiram o sustento da família. O parceiro de trabalho na olaria, mestre Antônio Lopes dos Santos, afirma que este é um

tipo de trabalho que não é possível de ser realizado por qualquer pessoa. “Não é qualquer um que vem trabalhar, pois tem deles que nem aguenta e nem trabalha bem. Isso aqui é para quem tem coragem. Se não tiver coragem não faz isso. Amassar um barro daquele aqui e jogar pra cima [do barranco] com a pá?” (Antônio Lopes dos Santos, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

O mestre Antônio também relaciona a produtividade na olaria à experiência do oleiro em lidar com a temperatura do forno. Antônio associa a prática de saber queimar os tijolos à produção de farinha de mandioca, que também exige a manipulação do forno. “Esse que está aí, que é irmão meu, ele mexia no braço nove sacos de farinha no dia. Eu mexia também. Eu já mexi nove sacos de farinha em um dia. Mas botava outros [trabalhadores] e mexiam três, quatro sacos a pulso, porque não sabiam temperar nem o forno. É o caso deste adobinho aí” (Antônio Lopes dos Santos, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

De acordo com Antônio Lopes, na época em que a olaria da comunidade de Fedegosos funcionava na área conhecida como Lagoa, os tijolinhos produzidos eram comercializados para os estabelecimentos comerciais locais. Na época, o acesso à cerâmica industrial era mais difícil. Mesmo com a alteração na comercialização da produção, que é realizada atualmente de forma direta para o consumidor, após a popularização dos produtos industrializados nas casas de comércio de materiais de construção, os tijolinhos da olaria ainda são considerados muito procurados pelos trabalhadores.

Ele é barato. O pobre vai fazer a casa dele deste tijolo, pois não tem condição de comprar o bloco [industrializado]. O milheiro de tijolo deste é R\$200 e poucos contos. E o milheiro de bloco hoje deve estar R\$450, por aí. Outra coisa, o pobre não tem condição de comprar cimento. O que ele faz, bota uma carrada de barro lá, não bota um pingo de cimento e levanta a casa com este tijolo aí. Vai pra dentro e a casa não cai e o bloco se não tiver cimento e ferro ele cai. Pode assuntar tem casa aí que é só com barro. A maioria das casas. A vantagem é essa. A casa sai barata (Antônio Lopes dos Santos, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

De acordo com os trabalhadores consultados durante a entrevista na olaria da comunidade, o milheiro dos tijolinhos era comercializado por R\$250, no final do ano de 2015. No entanto, era comum os oleiros venderem a produção por valores menores. “Às vezes eles [oleiros] estão precisando do dinheiro, chega um aí: – 'o moço, eu quero um mil, um milheiro de tijolo. Eu só dou R\$200'. Eles obriga a vender. Pois precisa pagar uma feira, um dia [de trabalho] a um. E aí o que eles faz? Não vende por R\$250, vende por R\$200” (Antônio Lopes dos Santos, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

Podemos considerar que uma dupla de oleiros pode, trabalhando durante o mês, realizar a queima de, aproximadamente, 15 mil tijolos. A produção geraria uma renda de cerca de R\$2.500, caso não houvesse perda significativa da produção durante o processo de queima, considerando os gastos com água e lenha necessárias e a parte destinada ao proprietário da olaria. A renda não é

regular, pois a produção anual também é afetada pelo clima. A estação da primavera, por exemplo, é considerada pelos oleiros aquela na qual a produtividade pode ser maior, dado que o dia amanhece mais cedo e o calor é menos intenso, mas constante.

No inverno, por outro lado, passa-se, às vezes, quatro meses sem produzir. Nesta época, quando realizado, o trabalho rende menos dado que é necessário manter os tijolos recém-moldados embaixo das lonas para evitar que sejam desfeitos por conta das chuvas. No entanto, a produção também não seca para que seja levada ao forno devido à umidade. A alternativa nestes períodos é recorrer aos trabalhos nas roças, no caso daqueles que possuem terras para plantar e cultivar ou que recorrem às terras da família para cultivar mandioca, maracujá. Àqueles que não possuem roçados resta a migração para outras localidades a fim de trabalhar com outras atividades, a exemplo das colheitas de culturas agrícolas em outros Estados. Os trabalhadores que não possuem terra para cultivar, nem recursos para buscar trabalhos em outros lugares enfrentam os períodos de recesso na olaria com o apoio de parentes.

De acordo com os oleiros de Fedegosos, é possível montar caieiras a partir de 3.000 peças para queimar, mas seriam raras as ocasiões nas quais o trabalho de queima fora realizado para esta quantidade de tijolos. Esta situação se restringiria às encomendas realizadas durante os períodos chuvosos, nos quais a produção é limitada. O trabalho na olaria, no entanto, daria retorno financeiro quando a caieira é armada com mais de 10 mil peças, até, aproximadamente, 20 mil peças. “Quanto mais você botar adobo na caieira é que você dá resultado” (Antônio Lopes dos Santos, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

Em Fedegosos, parece haver o consenso de que os mestres não desejam que os descendentes dependam do trabalho na olaria para ganharem a vida. Pelo menos não na situação na qual o trabalho se dá no espaço. As possibilidades recentes de acesso à educação fazem-nos vislumbrar ocupações mais qualificadas para os filhos. Para o mestre Robson, sem perspectivas de melhorias nas condições de trabalho, a tendência do ofício é acabar. “Não quero mais passar muito tempo nisso” (Robson dos Santos Pessoa, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

Hoje em dia, a pessoa queira ou não queira, eu acho que todos nós somos escravos do dinheiro. Se rolasse mais um dinheiro, ou melhorasse as condições. Porque as vezes você vende mil adobinhos e não dá nem pra comprar as despesas. Você chega em casa, o filho pede uma chinela. Eu mesmo às vezes não tenho pra dar. Ele pede: - 'Ah, vambora na lanchonete'. Às vezes tem. Com o tijolinho é assim, às vezes você está com um dinheiro bom, às vezes fica liso o mês inteiro. E aí o cara não vai querer ficar numa profissão dessa a vida inteira (Robson dos Santos Pessoa, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

A possibilidade da organização dos trabalhadores em forma de cooperativa a fim de potencializar o trabalho na olaria foi considerada durante a entrevista em Fedegosos. No entanto, a ponderação do mestre Robson é a de que teriam muitas condicionantes para que uma iniciativa do

tipo fosse bem-sucedida. Mesmo sem a integração institucional, os trabalhadores consideram que a colaboração entre si a fim de evitar perdas e possibilitar a produção daqueles que estão em dificuldade é um dos fatores mais positivos da organização do ofício. “No mais, é na hora que, tipo, a gente tá trabalhando aqui, sossegado, e de uma hora pra outra vem a chuva. Tem um que está com o terreiro cheio, o outro ali já está pronto. Pega ali ajuda um. Pega ali ajuda o outro, a passar a lona. O vento está tirando, corre ali, cobre de um, cobre de outro” (Robson dos Santos Pessoa, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

São comuns as situações nas quais os oleiros tiveram que deixar as casas no meio da madrugada por conta de chuvas que não eram esperadas, a fim de salvarem a produção ainda crua. “Vai descendo uma, descendo outra, daqui a pouco está igual uma cidade de lanterna. Corre aqui, corre acolá. - 'Acabou'. 'Acabou, fulano?' 'Acabei'. 'Então, me salva aqui'. Teve uma vez que foi umas três horas da manhã, eu vim. Não é fácil não” (Robson dos Santos Pessoa, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

Se as chuvas exigem o esforço de manter a produção ainda crua coberta, limitam o processo de secagem dos tijolinhos e impedem o processo de produção, elas possibilitam menores custos de produção após a estiagem. Isso porque com a terra já molhada, é preciso utilizar menos água para dar liga ao barro. Outros ciclos da natureza que influenciam a produtividade são os lunares. Conforme visto, há uma aceitação geral da relação entre os ciclos da lua e os melhores períodos para a extração da madeira, produção da farinha de mandioca e obtenção do melhor rendimento do barro.

Essa madeira que está queimando ali é branca. Ela não é madeira de cerca. Tem a madeira de cerca e a madeira branca que é esta aí. Se você tirar ela da lua nova pra lua cheia, em pouco tempo ela bicha todinha, ela apodrece. Se você tirar no escuro, no minguante, aí ela fica dois ou três anos aí. É verdade. O barro faz é render na lua cheia. Na lua cheia o barro que você cava ali ele rende mais do que no minguante. A mandioca, compara se você arrancar a mandioca na lua cheia e no minguante. Na lua cheia a farinha rende mais. Aí é verdade (Robson dos Santos Pessoa, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

A associação direta entre as funções de oleiro e de lavrador e a complementaridade orgânica com a qual os trabalhadores da olaria tratam ambos ofícios pode ser identificada quando o mestre Gilverson é solicitado a cantar versos dos sambas de chula que criou. Ao ser questionado se poderia entoar alguma composição com o tema da construção, o mestre Goiano canta:

E obrigado prefeito, por isso eu dou seu valor, que abraça o homem do campo, e com carinho e amor eu faço os versos bem feitos, mas vamos dar o respeito, ao homem que é lavrador. O homem que é lavrador, trabalha e sempre se esforça e ele sente alegria, na festa da mandioca, na noite que vê um relâmpago, o pobre homem do campo, manhece o dia na roça (Gilverson Almeida de Souza, olaria de Fedegosos, 28 out. 2015).

Os versos teriam sido feitos para uma apresentação na sede de Morro de Chapéu em

evento organizado pela administração pública. A manifestação pode representar que apesar de identificarem-se enquanto oleiros na vida particular e como lavradores na vida pública, por conta da possibilidade de obterem a aposentadoria rural, as representações simbólicas dos ofícios são complementares a depender das estruturas nas quais transitam no dia a dia.

Um dos mestres em olaria de Morro do Chapéu identificados durante o INRC-CD, Carlixto de Almeida Ramos, morador do povoado do Ribeiro, começou trabalhando nas fazendas das localidades próximas ainda adolescente. Até o início da década de 1990, Carlixto “fazia cerca, roçava pasto, cortava madeira, no tempo que podia cortar, que hoje não pode mais (...) trabalhava de empreita” (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015). Na ocasião da entrevista, com recém-completos 55 anos de vida, o trabalhador ainda demonstrava ressentimento por ter sido dispensado pelo fazendeiro, após alguns anos de trabalho. A partir de então decidiu trabalhar para si e em meados de 1990 passou a aprender o ofício de oleiro com o cunhado, Genildo Silva Nascimento.

Carlixto foi aprendiz de Genildo na olaria deste, numa localidade próxima chamada Lajedinho. “Ajudando ele, fazer, enfornar, aí eu fiz telhas, alvenarias, trabalhando na sombra direto, aí eu continuei” (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015). Depois do cunhado vender o terreno no qual atuavam para ir trabalhar em outra localidade oleira do município, chamada Cambuí, Carlixto decidiu levantar a própria olaria, numa área emprestada na comunidade do Ribeiro, na qual produz até hoje. Após alguns anos de produção bem-sucedida, no ano de 2015, o mestre oleiro, precisava vender quatro dias de trabalho nas fazendas de localidades próximas, realizando serviços de capinagem e roçagem, para pagar duas diárias a um ajudante na olaria a fim de obter algum nível de produção que faça o trabalho com a cerâmica valer a pena.

Um dos benefícios de manter a complementariedade entre os ofícios de oleiro e lavrador, sendo que nesta última função Carlixto vende a força de trabalho em vez de produzir em benefício próprio, é que o mestre oleiro aproveita o serviço nas roças de terceiros para retirar a lenha utilizada para a queima dos produtos no forno. Os acordos com os contratantes estabeleciam que as madeiras mais duras, aptas à instalação de cercas, retiradas no processo de roçagem dos terrenos ficavam com o proprietário. O único dos 16 irmãos que permaneceu vivendo durante toda a vida nas proximidades da localidade na qual a família cresceu, Carlixto se lamenta da ocasião não favorecer o trabalho complementar na lavoura.

Apesar de a família ainda possuir cerca de 20 tarefas de terra, de acordo com Carlixto, a falta de chuvas regulares tornou a produção na localidade inviável. Antes, plantava-se “muita mandioca. Feijão plantava, dava no tempo bom, hoje não tá chovendo mais, não dá mais não. Mandioca meu pai plantava mandioca. Meu pai teve 12 tarefas de mandioca. Ele fazia pra vender.

Tinha casa de farinha [ativa na localidade], tudo manual. Depois largou, acabou tudo” (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015). Mesmo a família não sendo detentora dos elementos das estruturas de produção da época, Carlixto afirma que o trabalho era viável. “Era casas [de farinha] das [outras] pessoas, mas se trabalhar ali paga a renda. Trabalha e paga por saca. Três pratos por saco. Antes era assim” (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015).

Depois de passar a dedicar-se mais à olaria e obter algum sucesso com o ofício, até quase conseguir finalizar a edificação da própria casa, o mestre Carlixto também relatou dificuldades na ocasião da entrevista do INRC-CD com a produção na olaria. De acordo com ele, dois fatores, em especial, dificultam o serviço: encontrar trabalhadores capacitados para ajudá-lo na produção; e a dificuldade em obter madeira para abastecer o forno e queimar a produção, devido às fiscalizações dos órgãos ambientais. No caso da lenha, Carlixto afirma que os proprietários de terra têm receio de solicitar os serviços de roçagem dos espaços por conta da fiscalização.

Mesmo quando realiza o serviço, o oleiro evita manter a lenha reservada com antecedência e afirma só colocar a madeira retirada de outras propriedades no terreno apenas quando vai queimar a cerâmica. Restou, então, contar também com o apoio da rede de conhecidos que oferece lenha de madeiras que ocasionalmente precisam ser extraídas. “Às vezes, um pau morto, falam, vai lá cortar pra tu. Pé de manga quando morre. Reaproveita. Às vezes os caras arranca os tocos [de árvores], bota lá pra encoivarar, eu pego, corto os tocos e trago” (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015).

Antes disso, Carlixto afirmou que chegou a “estar bem”, com quatro ou cinco trabalhadores produzindo direto com ele, remunerando-os por diárias. Na ocasião da visita dos pesquisadores do INRC-CD, o oleiro afirmava estar falido. Tinha o barro para produzir, mas não tinha dinheiro para pagar alguém para ajudá-lo, a fim de agilizar a produção. Além disso, a produtividade dos diaristas que poderiam contribuir com a produção não seria adequada aos valores de ocasião de venda dos produtos, reduzindo a margem de lucro do material, possivelmente, a um nível improdutivo.

Até foi que eu parei de fazer, porque não tem trabalhador. Tinha trabalhador, mas foi embora e os daqui não sabem fazer. Só tem dois e o resto que trabalhava mais eu foi embora. Muitos que querem vir daí no dinheiro e eu aprendi, se você vai pagar, não dá produção. Ainda botei um colega meu pra fazer umas telhas, faltava assim mil telhas pra fazer. Mas demorou pra fazer. Este Roberto que trabalhava mais eu, ele fazia 700 telhas por dia, 500. Quando o barro tava meio duro era 500. Se tiver bom mesmo pra fazer, se não tiver muito caroço, ele fazia 700 telhas por dia. Mas os de hoje fazem 200 telhas, 250 e aí quer [receber] o mesmo preço. Não dá pra gente pagar a diária (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015).

Questionado sobre a possibilidade de pagar os trabalhadores por empreita, por volume de

peças realizadas, como forma de amenizar o problema de baixa produtividade dos trabalhadores pouco experientes, Carlixto justificou que nestas situações a qualidade técnica do serviço tornava-se muito baixa. “Mas aí faz mal feito, aí não presta. Aí o povo acha defeito. Porque na empreita o cara faz de todo jeito e a diária não, tem que fazer bem feitinho, senão o cara não presta” (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015). Trabalhar sozinho também é pouco eficiente, pois o acúmulo das tarefas de apanhar o barro, prepará-lo e moldar as peças sobrecarregam o mestre. “Aí, eu mesmo, só faço 500 [alvenarias] por dia destas aqui. Se botar um trabalhador é 1.200. Mais este Roberto [antigo parceiro de trabalho] mesmo, eu batia 1.700, de alvenaria” (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015).

Um trabalhador que ainda é reconhecido como parceiro de trabalho de Carlixto é Leosmar Silva Bispo, conhecido como Mazinho, identificado como lavrador pela equipe do INRC-CD da construção tradicional na Chapada Diamantina. Na época da pesquisa, Mazinho tinha 33 anos, e habitava o povoado do Ribeiro, localidade na qual havia nascido. Além das peças destinadas para a construção civil, como adobinhos, lajotas e telhas, o trabalhador também foi considerado realizador de louças de barro.

Carlixto começou a realizar serviços em olaria em benefício próprio, com o apoio do ex-cunhado Genildo, para a produção do material com o qual construiria a residência na qual viveria com a companheira. O relacionamento amoroso não deu certo, mas o aprendiz tornou-se mestre e não saiu mais de dentro da olaria. Carlixto ocupava o espaço de trabalho da olaria no Ribeiro desde 2003. A área foi cedida pelo proprietário. O desejo era que a escavação do barreiro para a produção oleira resultasse num açude para a dessedentação animal. O próprio mestre construiu o forno com base no modelo utilizado pelo ex-cunhado. A choupana na qual Carlixto trabalha também foi construída de modo artesanal pelo mestre, com estacas de sisal e palha.

De acordo com Carlixto, o pai era lavrador e só trabalhava em roça. A mãe do mestre aprendera com a sogra a fazer louça de barro. A avó e as tias também, tendo sobrinhos que vivem nas proximidades da produção e comercializam a produção na feira da sede do município de Miguel Calmon, distante a um terço do caminho até a sede de Morro do Chapéu. “Até hoje a menina trabalha ainda” (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015). A família toda da avó de Carlixto é da comunidade de Tanquinho, de Miguel Calmon, tradicional localidade oleira.

Eu aprendi a trabalhar em roça, plantava muita mandioca, aí depois larguei. Minha mãe fazia panela, moringa, taia. Precisava ver cada taia que ela fazia, a gente menino, entrava até pra dentro. Tudo na mão. Eu não aprendi não, mas as meninas aprenderam. Eu fazia miaeira, que botava, fazia redondo que nem uma bola. As meninas ainda faz, um bocado de coisa. As mulheres, mas tinham uns homens que faziam. [...] Minha mãe aqui das grota não sabia, quando ela foi pra lá casou com meu pai, aprendeu fazer. [...] Lá [em Tanquinho] acabou. Morreu a metade, outros não quiseram aprender. Os daqui ainda tem, minha irmã, duas irmãs aqui que aprendeu, uma cunhada. Ainda faz. Tem uma menina ali que tem meio mundo de



louça. Faz pra vender, aquelas manilhas de fogão ela faz. Faz tudo.[...] Desde os mais velhos, aí vai continuando, uns queima, outro não queima, mas tem muitos que ainda fazem, ainda. Do Tanquinho eu saí em 1979. Nós veio pra aqui. Quando eu era pequeno achou este aqui que era maior e comprou aqui, aí desde 79 a gente tá aqui (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015).

O baixo rendimento da olaria, forjado pelo rebaixamento dos preços do produto artesanal, na relação praticada pelo mercado por meio das estruturas do modelo industrial, também é observado durante o trabalho enquanto lavradores. “Não tem mais. Aqui só tem um cara sozinho que trabalha com mandioca. Um primo meu. O resto não tá plantando mais não. O tempo escasso. A gente planta, não dá. Farinha é barato. Um saco de farinha. Cinquenta conto. Você trabalha um dia por 35. Pra comprar um saco” (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015). As mudanças das relações de trabalho baseados nos modelos de organização tradicionais nos últimos anos também afetaram as relações simbólicas e as dimensões artísticas estabelecidas.

Tinha religião, Bom Jesus da Lapa. Todo ano dia 12 de agosto matava boi, tinha festona. Tinha uns trem que chamava zabumba, gaita, meu pai tocava. Pife, meu pai tocava. Tinha aqueles conjuntos que saíam todos do mesmo jeito. Baterista, a caixinha, um bumbinho e uma grande, pra fazer de pau. E tocava. Essa semana eu vi na televisão passando, num lugar aí, não sei se Pernambuco. Aqui acabou, meu pai, minha vó tinha, uma tia minha, duas tias. Uma rezava Santo Antônio, outra Bom Jesus da Lapa. Hoje não tem mais não. Eu mesmo só aprendi a bater o bumbo. Eu tenho um primo aí, não sei nem se eles têm as fotos ainda, que ele tocava. Acabou. Ave Maria. Foram morrendo. O povo largou de mão. Os mais novos não querem saber. Depois, eu, ele, que tinham aquelas rodas, ficava tudo homem e mulher, em roda, fazendo verso. Hoje não tem mais. Aqui ainda teve muito ainda. Uma mulher ainda fazia roda, ficava meio mundo de homem, fazendo verso. Eu não lembro mais não como cantava (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015).

Carlixto afirma que vive mais tempo na casa do pai desde pelo menos 2004. O genitor faleceu em 2012. O mestre oleiro chegou a construir uma casa de adobe para si. Depois de cobrir e rebocar por dentro, fechou-a. A olaria de Carlixto é a fonte do material de construção da maior parte das casas construídas no povoado. Além de atender às funções de formação territorial do Ribeiro, Carlixto também produz para toda a região de Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Santa Terezinha, Brejinho, o Cantinho de Piritiba. “Aqui mesmo, tudo carrega. [...] Muita coisa saiu daqui” (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015). As mudanças nos padrões de gastos e de consumo faziam Carlixto cogitar o reajuste do preço do material na ocasião da realização do INRC-CD.

Duzentos conto. Era 200, mas agora eu já disse ao menino, que vou fazer a R\$220, R\$230. [...] A diária aqui é R\$35. [...] Chega sete horas, dois, pega uma, uma e meia. Aí quatro horas para. [...] Tem dia que faz uma panela de feijoada, come aqui mesmo, outrora as mulher vem trazer. [Um boi passa próximo à choupana da olaria] Vem sozinho, este aí é deste dono deste terreno aqui. Aqui tinha muito gado, mas morreu muito. Por causa da seca que teve e acabou. [...] Eu sozinho, se for fazer, faço 200 telhas. [Junto com o parceiro de trabalho fazia 700] Era porque era dois, ele fazia e eu ia pegando. Agora sozinho é atrasado (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015).

Carlixto produz alvenarias de dois tamanhos, lajotas para piso, telhas e telhões para cumeeiras. De acordo com o questionário sobre Carlixto, realizado pelo INRC, o saber do mestre remete aos ancestrais “um povo que dominou a utilização do barro, cortando, moldando-o e queimando-o, para o levantamento de casas, do piso à telha, e produção de outros utensílios, como moringas de água, pratos e panelas” (IPHAN, 2016d, p. 2). A descrição do trajeto até a comunidade do Ribeiro no documento considera dezenas de povoados e fazendas no entorno do lugar. Observou-se “que a vida na referida zona rural conserva antigos hábitos, como casas de taipa cobertas com palha e quintais floridos, com pequenas roças de mamona e árvores frutíferas diversificadas” (IPHAN, 2016d, p. 2). A paisagem da região ao tempo que remeteria ao modelo de vida tradicional, também “indica os traços da modernização, como grandes fazendas com maquinário agrícola, cisternas plásticas e antenas parabólicas nos telhados das casas” (IPHAN, 2016d, p. 2). A fazenda na qual Carlixto edificou a olaria na qual trabalhava foi instalada “no baixio onde passa o riacho que dá nome ao povoado” (IPHAN, 2016d, p. 2).

O nome do povoado remete à geografia e ao modo de vida do lugar, uma vez que se encontra às margens de um dos riachos que alimentam o Rio Jacuípe. O riacho, que passa pela baixada das serras onde encontram-se as dispersas casas que compõem o Ribeiro, limita as terras dos municípios Morro do Chapéu e Miguel Calmon (IPHAN, 2016d, p. 2).

O questionário ainda considera que “além de aprender a técnica de produção com o cunhado, a estrutura de sua olaria e forno é inspirada na olaria do Sr. Genildo” (IPHAN, 2016d, p. 3), que fora cunhado de Carlixto. De acordo com o mestre identificado durante o INRC-CD, a diferença é “que a dele era pequenininha e a minha eu já fiz grande” (IPHAN, 2016d, p. 3). Apesar de ter iniciado o ofício na olaria do cunhado por conta da necessidade de construir a casa própria na eminência do casamento, mesmo desfeito o matrimônio, Carlixto continuou na função porque “gostou e, também, porque não queria mais trabalhar para os fazendeiros da região” (IPHAN, 2016d, p. 3). O mestre afirmou nunca ter trabalhado em outros lugares, tendo permanecido a vida toda entre as funções de oleiro e lavrador das comunidades de Tanquinho, de Miguel Calmon, e Ribeiro, em Morro do Chapéu.

Carlixto frequentou a escola até os 12 anos, não aprendeu a ler, pois teve que parar os estudos para trabalhar. “Após adulto retornou à escola e aprendeu a escrever o próprio nome, porém lamenta ainda ter o documento como analfabeto” (IPHAN, 2016d, p. 3). Carlixto arrepende-se de ter saído da escola. O mestre realiza operações matemáticas e sabe calcular a produção da olaria e os custos envolvidos nos processos. Na ocasião da entrevista para o INRC-CD, Carlixto tinha pronta na choupana da olaria uma quantidade de barro preparado a qual estimava ser suficiente para a produção de aproximadamente seis mil alvenarias (tijolinhos). Trabalhando sozinho, o mestre

gastaria 12 dias para enformar esta quantidade de tijolos. Trabalhando com um parceiro, aproximadamente, cinco dias, ao custo de R\$175 pela remuneração da mão de obra.

Tanto as lajotinhas quanto os tijolos, depois de saírem da forma ficam organizadamente espalhados na sombra do chão da choupana por três ou quatro dias. As peças são viradas periodicamente para possibilitar a secagem regular. Conforme visto, o tempo de secagem da produção nas choupanas é superior ao das olarias a céu aberto. Por conta das especificações técnicas do barro disponível na olaria, ao contrário de outros espaços de trabalho, nos quais os oleiros gastam um dia administrando a lenha utilizada no forno, são necessários dois dias colocando lenha no forno para aprontar a produção. Quando há telhas no forno, o processo leva três dias. Além disso, as peças ficam mais três dias no forno até estarem consideradas prontas. Além disso, esperam-se outros três dias até as peças esfriarem. O forno construído por Carlixto tem capacidade para oito mil alvenarias.

Após a separação das peças que não atendem as exigências do responsável pela produção, “as peças selecionadas são organizadas, na área externa do rancho, aguardando a retirada final das encomendas. Na maioria das vezes, as peças já saem direto do forno para os compradores” (IPHAN, 2016d, p. 7). No geral, a comercialização da produção da olaria de Carlixto se dá na própria localidade com a retirada das peças pelos compradores em caminhões caçamba e distribuição para o comércio ou consumidores. “É acabar de queimar aqui que o povo carrega tudo” (IPHAN, 2016d, p. 9).

Apesar de as cerâmicas industrializadas terem passado nos últimos anos a atenderem parte da clientela de Carlixto, a equipe do INRC-CD ainda reconhece a atividade, incluindo a produção artesanal de louças, como uma das principais economias da região à qual a localidade do Ribeiro está vinculada. “No entanto, como a atividade depende de encomendas, a agricultura é tida como principal atividade [econômica do lugar]” (IPHAN, 2016d, p. 16). Com as limitações anteriormente identificadas para a produção oleira e rural, no entanto, Carlixto acredita que muitas famílias da comunidade conseguem manter-se em virtude do recebimento de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, do qual o oleiro é beneficiário.

A situação de falência, relatada pelo oleiro, é tocante, pois se percebe que um saber desenvolvido geração após geração e, que representa a autonomia na construção das casas, pode vir a se perder. Ainda assim, nota-se que parte do conhecimento resiste pelas mãos das novas gerações, que ainda produzem utensílios de barro e que seguem conhecendo o ponto do barro, os lugares onde se encontra cada tipo de barro, modo de preparo e queima (IPHAN, 2016d, p. 16).

Estimamos que, dedicado apenas à produção das alvenarias e acompanhado de um parceiro de trabalho, Carlixto também teria capacidade de produzir algo em torno de 15 mil peças por mês, o

que lhe daria uma renda de R\$3.000, sem descontar os custos com o auxiliar, que seriam da ordem de R\$700 mensais. No entanto, a limitação do acesso à lenha, que obrigam-no a prestar serviços de roça para os proprietários da região para obter o material, o que garante também o recurso para a contratação de diaristas para o trabalho com o barro, reduz a produtividade com a olaria a cerca de um terço do potencial total. Isso porque para cada dia trabalhado com um parceiro, o oleiro precisa trabalhar outros dois roçando para pagar a diária do auxiliar. Trabalhando sozinho a produtividade seria menor e o rendimento pouco maior. Ao contrário dos trabalhadores da olaria de Fedegosos, por exemplo, Carlixto não tem parte do sustento garantido pela dedicação à roça.

O mestre justifica a falta de acesso à lenha como a principal dificuldade para a manutenção do ofício na região. De acordo com o oleiro, “até em Miguel Calmon [o ofício] tá acabando, não tem mais não. É poucos que tá fazendo, porque não tem mais lenha, não pode cortar. Eu uso aqui o do cara, fazendo os pastos. Arranca os tocos [de árvores] e eu pego os tocos pra queimar” (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015), explica. Quando o mestre tinha condições de manter a olaria funcionando com mais regularidade, trabalhava durante seis dias da semana. Às vezes sete, com turnos de trabalho que poderiam ir das seis horas da manhã às seis da tarde. Outros parceiros de trabalho de Carlixto realizavam serviços durante a semana em fazendas e aos sábados produziam na olaria junto com o mestre. Sem ter tido filhos, Carlixto afirmou que não investia o dinheiro recebido em nada “de futuro”, mas sim para “curtir” a vida, tomando “uma cervejinha” (Carlixto de Almeida Ramos, olaria do Ribeiro, 09 nov. 2015).

O ex-cunhado de Carlixto, Genildo Silva Nascimento, morador do Ribeiro, não foi identificado pelo INRC-CD enquanto mestre. O questionário de identificação do ofício de Carlixto pouco cita Genildo, com quem Carlixto aprendeu a função. No entanto, a entrevista com o oleiro aposentado, realizada no mesmo dia de Carlixto, disponível no material do inventário oferece outras informações. Um dos aspectos relatados é de que o pai e o avô de Genildo também eram oleiros.

É ali que eu conheci, é ali que botei o pão para meus filhos, até que botei na idade de homens e mulheres e vim abandonar a profissão no ano 13 agora [2013]. Porque chegou a idade de aposentar e eu disse, você sabe de uma? Eu já fui escravo do trabalho e o que eu quero dar murro em ponta de faca, em olho de pedra? Tá no tempo agora de eu descansar, com nada os dias que faltam para eu prestar contas com o Salvador. Que é um direito da gente. Isso aí que achou eu lá dentro e continuou nós trabalhando junto. Hoje eu não trabalho mais. Mas ele que eu acabei contando, não admite né? Eu já nesta idade, 63 anos, lutando mais ele, não sei mais fazer nada. Chego aí, ah moço, já aprendeu já (Genildo Silva Nascimento, povoado do Ribeiro, 2015, 09 nov. 2015).

Genildo afirma já ter formado muitos aprendizes nas localidades em que viveu, entre Tanquinho, de Miguel Calmon, e a divisa com Morro do Chapéu, no Ribeiro.

Eu trabalhei muito. Eu comecei isso aí eu tinha o quê? Uns 14 anos, o meu pai saía para outros serviços, deixava eu e uma irmã [...] chama Igineuza. Deixava meio mundo de barro feito e dizia: "- Olha, de tarde eu quero a telha feita". E a lei de antigamente, a merenda, como

era se o cara errasse [Risos]. E nós tinha que fazer. Quando era de tarde: "- Papai o barro acabou". Ele: "-Amanhã vou tirar o dia pra fazer barro". E assim, um bando de gente (Genildo Silva Nascimento, povoado do Ribeiro, 2015, 09 nov. 2015).

Quando questionado se o modo de preparação das peças havia se alterado no período em que atuava, Genildo nega. “Aquilo que eu deixei é aquilo que hoje eu acho. Não teve outra, pra dizer assim: '-Ah, no governo dele modificou algo'. Nada, nada” (Genildo Silva Nascimento, povoado do Ribeiro, 2015, 09 nov. 2015). O oleiro refere-se ao barreiro no qual trabalhou na localidade, que fora transformado em tanque e recentemente reaberto com maquinário, como localidade possuidora de um barro que não exigia nenhum aditivo para obtenção de uma boa peça. Enquanto outros materiais utilizados pelos conhecidos eram mais fracos ou mais fortes, exigindo diferentes misturas, de areia, cinzas, entre outros.

Para a construção da casa em que vive, Genildo afirma ter trazidos “os operários” (Genildo Silva Nascimento, povoado do Ribeiro, 2015, 09 nov. 2015). “Agora do poder do bolso já foi intermédio meu” (Genildo Silva Nascimento, povoado do Ribeiro, 2015, 09 nov. 2015). As telhas que cobriram a casa, no entanto, foram adquiridas no comércio e não na olaria do ex-cunhado. Isso porque quando precisou, Carlixto não tinha o material para oferecer e, de acordo com Genildo, um dos benefícios que possibilitou a aquisição do produto industrializado teria sido o pagamento parcelado. Os trabalhadores autônomos têm o elemento do pagamento menos flexível, nas relações com a organização da estrutura de trabalho e mercado da atividade oleira. Isso porque a capacidade financeira é limitada, o que impede o recebimento de rendimentos muito futuros ao momento de finalização das peças, tendo em vista que, quando presentes, em especial quando são significativos, os custos de produção não podem ser pagos a prazo. Geralmente, devem ser antecipados e realizados durante o processo de produção.

Mesmo a telha tradicional sendo mais barata, a possibilidade de parcelar a compra tornava a telha industrializada favorita. Os tijolos de adobe utilizados para levantar a casinha foram produzidos pelo filho de Genildo. O oleiro possui cinco filhos, dois dos quais seguiram a função de pedreiros. Muitas outras pessoas contribuíram com o levante da residência quando Genildo aposentou-se e decidiu retornar à localidade. Fazia 12 anos desde que o oleiro mudara-se e começara a trabalhar numa das olarias situadas nas localidades de Barra 1 e 2, também em Morro do Chapéu. De acordo com Genildo, na última localidade que trabalhou, a produção era mais expressa, “mais exportável” (Genildo Silva Nascimento, povoado do Ribeiro, 2015, 09 nov. 2015).

Lá tinha mais gente. Lá, você faz no sol hoje e quando é amanhã de tarde tá pronto. [...] Eu trabalhava para os outros [...]. A gente lutava por a gente, não queria nada com a banda, achava que tava era maltratando a gente. Tá né. Aí não botei daquilo ali no sentido, nada, nem uma palavra. Porque eu tou contando é desde esse rapaz aí que não trabalhava junto. Ainda alembro. E eu tenho o quê de olaria, Carlixto, uns 30 anos? [...] É. Quer dizer, que esta

passagenzinha que eu contei aqui, de quando ele foi entrar na olaria comigo, eu lembro. Como a gente morava numa casita que ainda tem uns pés de cajú. Ele chegou junto e eu tava preparado que eu tinha vendido uns material. Eu digo: '- Olha aqui o dinheiro'. Aí ele gostou disso aí. Eu disse: '- Eu vou te pagar em serviço. Vamo pra olaria'. E até hoje tá lá dentro. Oh coisa que nunca paga, né nego? (Genildo Silva Nascimento, povoado do Ribeiro, 2015, 09 nov. 2015).

Além das olarias do Ribeiro e de Fedegosos, o ofício também é praticado de modo significativo na comunidade de Barra I, em Morro do Chapéu, “voltado para a produção do adobinho (nome dado ao tijolo nesta região)” (IPHAN, 2015a, p. 39). Os oleiros identificados nesta olaria foram José Lima Alves, conhecido como Zé Bracinho e José Carlos Cardoso dos Reis, ou Carlito, que tiveram as olarias nas quais trabalhavam reconhecidas enquanto referências na produção local de adobinho. Carlito foi identificado como adobeiro aposentado. Na época do INRC-CD possuía 75 anos de idade. No caso de Zé Bracinho, com 50 anos de idade na ocasião, o oleiro trabalhava retirando material de um barreiro que era utilizado como açude, servindo de bebedouro para o gado da fazenda na qual a atividade acontecia. O forno utilizado para a queima das peças era a única construção edificada na localidade. Além deles, o material do INRC-CD faz apenas mais uma menção nominal aos executores de adobinhos no município. No caso, João Ferreira Neto, ou João Neto, identificado também como agricultor, morador da Fazenda São José.

Conforme visto, há diferenças entre o tipo de material utilizado para a produção das olarias de Morro do Chapéu, a disponibilidade de matérias-primas, a capacidade financeira dos proprietários, habilidade dos trabalhadores, entre outros fatores. Esperamos que tendo evidenciado os detalhes da produção nos dois principais espaços analisados pelas equipes do INRC-CD em Morro do Chapéu, no entanto, tenhamos conseguido também apresentar as semelhanças entre as situações dos diferentes elementos das estruturas do território oleiro que integram as dimensões da economia da cultura vinculada aos saberes tradicionais e que também fazem parte do campo do patrimônio material e imaterial. A partir destas semelhanças, consideramos que seja possível estabelecer reflexões sobre o potencial e as vantagens do modelo de produção tradicional no caso das olarias e demais ofícios vinculados à produção com uso de barro.

### 5.3.1 Caracterização dos adobeiros identificados em Morro do Chapéu

Muitos dos oleiros identificados em Morro do Chapéu durante o INRC da construção tradicional também são conhecedores das técnicas para a produção de adobes, já realizaram e comercializaram o produto em diferentes períodos. O mestre Goiano, proprietário da olaria de Fedegosos, por exemplo, foi identificado pelo inventário como mestre da execução de adobe. O

ofício de adobeiro foi considerado pela equipe do inventário como “muito difícil de ser identificado”, dado que “a grande maioria dos moradores possui forma de madeira e afirmam saber fazer o adobe” (IPHAN, 2017c, p. 9).

A técnica do adobe é praticada no município de Morro do Chapéu, em diferentes regiões e, por quase toda a população – homens e mulheres. As especificidades estão no tamanho e modelo das formas, utilizadas na modelagem dos blocos. Na maioria dos lugares visitados o barro é retirado do próprio terreno, onde serão realizadas as edificações, ou em barreiros próximos (IPHAN, 2015a, p. 43).

A exceção ao padrão foi localizada na vila do Ventura, localidade na qual situam-se as ruínas do principal centro comercial de garimpo do município. “O barro utilizado é resultante do reaproveitamento de adobes, de antigas edificações que, ao longo do século XX se arruinaram em função da decadência econômica do lugar e conseqüente abandono da população” (IPHAN, 2015a, p. 39). Além daqueles trabalhadores das olarias do município que também realizam os adobes, os grupos de pesquisa do INRC-CD identificou pelo menos 15 pessoas que tinham conhecimentos e práticas significativas para a execução da função. Os notórios executores de adobe estão principalmente distribuídos pelas comunidades do Ventura, Duas Barras, Ribeiro, Brejões, Fedegosos, Barra I e Dias Coelho.

A frequência de realização dos blocos é considerada diária, a depender da necessidade de quem preparará os adobes em benefício próprio, ou para a comercialização. O inventário da construção do território não identificou a origem do ofício na Chapada Diamantina. Tomando como suporte as entrevistas com os adobeiros e moradores do território, da mesma forma que as olarias, observou-se que os antepassados das pessoas consultadas produziam os adobes há muito tempo. O ofício estaria relacionado à possibilidade de levantar edificações a partir das matérias-primas disponíveis, sendo também uma tradição adotada no período colonial, a partir de referências das culturas lusitana e africana.

O mestre Renivaldo Ferreira Bezerra, ou Dinho, do Ventura, identificado como pedreiro pelo INRC-CD, ganhou destaque no inventário por conta “da construção de casas com adobe e muro em pedras, além da confecção de adobes feitos a partir de adobes de casas arruinadas” (IPHAN, 2016d, p. 2). Dinho aprendeu os ofícios com o tio, Nêgo Lobo, que por sua vez foi aprendiz de João Machado. De acordo com o adobeiro, o senhor Machado teria sido “o melhor mestre de obra de pedra da região” (IPHAN, 2016d, p. 2) e mestre de obras da casa na qual Dinho vive.

O mestre adobeiro do Ventura afirma ter formado os quatro filhos homens na escola e iniciado todos no ofício de pedreiro, sendo que um é mestre de obra e outro possui uma fábrica de blocos de concreto. As filhas são professoras. Um dos primogênitos trabalha em especial com as

técnicas necessárias às reformas de fachadas antigas das edificações. A avó de Dinho era índia e o avô italiano. Teriam se conhecido em Irecê e passado a morar no Ventura. Os pais do mestre nasceram na vila, sendo que o único filho homem de cinco ainda vive na casa que nasceu, a qual estima que tenha sido edificada há mais de 70 anos.

Nascido em 1968, o mestre ainda alcançou a vila sendo habitada por mais de 40 famílias. Em 2015, três famílias moravam na localidade, que, por muito tempo, teve apenas a família do adobeiro como moradores regulares. As demais casas edificadas no Ventura recebem visitantes, em especial, aos finais de semana, tendo tornado-se, neste caso, um espaço de segunda residência das famílias que habitam a sede do município. De acordo com o questionário do inventário, Dinho “vive sem renda fixa e alega que se tivesse feito um concurso poderia ser hoje mestre de obra, igual aos filhos. Atualmente planta feijão, milho, umbu e manga. Tem também algumas galinhas e bezerras. A produção não é vendida por falta de transporte, diz que doa para as pessoas” (IPHAN, 2016d, p. 2).

O mestre passou a se dedicar mais ao ofício após os 30 anos de idade, pouco depois de ter ficado sem remuneração e de ter tentado a sorte no garimpo de diamantes na localidade. “Depois disso começou a levantar muro de pedra, ensinando a seus filhos a assentar adobe e a colocar no esquadro uma casa. Então, começou com a profissão de pedreiro, fazendo muros de pedra e construindo casas, pois com os filhos pequenos, fazia de tudo para conseguir criá-los” (IPHAN, 2016d, p. 2). Dinho declarou trabalhar por demanda, quando solicitado, principalmente, realizando muros e alicerces de pedra.

Os adobes preparados a partir das ruínas das casas da vila são realizados quando algum dos proprietários de casas solicita o material para construções. Além do barro obtido com o material dos blocos das ruínas do Ventura, Dinho e os filhos também retiram material de um barreiro localizado em um terreno da área conhecida como rua do Adobe. De acordo com o mestre, no tempo dos pais e do avós, os barreiros ficavam numa rua chamada Santo Inácio. Dinho reconheceu que a construção de casas com adobão na vila se dá por conta do Ventura possuir processo de tombamento pelo Ipac. Esta seria a “orientação do órgão estadual do patrimônio, que também proibiu a construção de casas em pedra” (IPHAN, 2016d, p. 4). Para a construção de casas e muros o mestre trabalha por empreita. Os materiais que não são extraídos da área da vila são adquiridos pelo proprietário da obra.

O mestre Dinho contava ter edificado junto com os filhos entre cinco ou seis casas no Ventura nos anos que antecederam a realização do INRC-CD, utilizando, principalmente, técnicas tradicionais de construção. “Considerando que na vila, atualmente, vivem três famílias, o número de casas construídas (...), torna-se considerável, diante da estagnação econômica que vive o povoado”



(IPHAN, 2016d, p. 6). O trabalho de Dinho, no entanto, não se resume à função de pedreiro e adobeiro no Ventura. O mestre também dedica-se à manutenção das trilhas, das áreas comuns da vila, além de proteger a fauna da ação de caçadores. O questionário do INRC-CD dedicado ao mestre o reconhece como principal agente patrimonial da comunidade. Parte da iniciativa se dá em virtude do estímulo de outros atores conscientes da importância da preservação de aspectos físicos ou imateriais vinculados à história da vila. Foi Dinho que estimulou, por exemplo, a realização da festa da padroeira do Ventura.

#### 5.4 Resultados da remuneração dos oleiros e adobeiros para a economia do patrimônio imaterial na Chapada Diamantina

A partir das informações disponíveis, podemos determinar valores dos territórios simbólicos da construção tradicional em Morro do Chapéu e demais localidades do território por meio de algumas categorias. Entre elas, a organização do trabalho, o potencial de mercado, as funções sociais do trabalho, os gargalos e as limitações para a produção e o modelo de negócio. Assim, se evidencia a relação da economia com as dimensões de trabalho dos mestres e trabalhadores das atividades.

Na questão da organização do trabalho, verificamos a tônica da informalidade, sendo a maioria dos trabalhadores autônomos. Realizam ofícios com ajudantes ou conhecidos, organizados em redes cujos fluxos envolvem relações familiares e profissionais. A cadeia de produção da construção tradicional envolve uma série de outros segmentos, entre eles o de fornecimento de matéria-prima e ferramentas, transporte e, por vezes, o poder público – tendo em vista a frequência das obras públicas. No caso da produção de adobes, muitas vezes se produz em benefício da unidade familiar. Independente do setor de atividade, na construção tradicional, a transmissão dos saberes dos ofícios se dá na forma geracional e entre mestres e aprendizes.

A atividade de oleiros tradicionais e adobeiros era responsável pela totalidade da produção dos materiais de alvenaria desde a colonização, com mais intensidade, até meados do final do século XX. A produção continua ativa, em menor nível, em alguns casos, tendo sido substituída pela produção industrializada. Se estimuladas, porém, é possível que as atividades artesanais se desenvolvam, tendo em vista que envolvem menor custo que a atividade industrializada. Além disso, o modelo de produção resulta em produtos que desempenham uma série de benefícios em relação àqueles promovidos pelos modelos de produção intensiva contemporâneos.

Em relação às funções sociais do trabalho realizado, os espaços de trabalho coletivos são reconhecidos enquanto lugares de sociabilidade dos trabalhadores. Alguns oleiros, mesmo reconhecendo as dificuldades da função, sentem falta das atividades realizadas nos espaços de trabalho quando deixam as olarias. Além disso, a transmissão de conhecimentos ordinários à vida e à atividade é realizada nos espaços de trabalho.

Entre os gargalos e limitações identificados para a produção das atividades oleira e adobeira está o fato de que a intensificação da industrialização restringiu a produção e o comércio dos produtos artesanais. O aumento da incidência de normas ambientais nos territórios verificados limitou o acesso às matérias-primas, restringindo o desenvolvimento das dinâmicas das atividades artesanais. A influência da criação de normas culturais em localidades do território de identidade não garantiu reserva de mercado para a produção artesanal.

O modelo de negócio atual da produção artesanal de oleiros e adobeiros analisada é baseado na venda direta para o consumidor. A definição de preços se dá a partir da média praticada na região e da aceitabilidade do consumidor. O faturamento é realizado de forma fracionada, sendo que a renda se efetiva, em geral, dias após a produção. O volume de comercialização, atualmente, é variável. Se não são proprietários do espaço de trabalho, os mestres artífices e trabalhadores dedicam parte da produção ao proprietário do espaço. As tarefas dos ofícios são realizadas, em geral, na companhia de familiares ou conhecidos.

Considerando apenas o rendimento dos mestres artífices oleiros e adobeiros identificados durante o INRC-CD que informaram dados sobre ganhos e custos do ofício, isto é, doze profissionais, calculamos que as atividades desempenhadas teriam capacidade de envolver um mercado de aproximadamente R\$25 mil mensais em períodos de comercialização regular. Este montante envolve também o pagamento de ajudantes e matérias-primas que estimamos representar cerca de 15 e 10% do total, respectivamente.

Consideramos que estes percentuais não podem ser considerados médios, dado que muitos mestres trabalham sem ajudantes ou nem sempre necessitam investir recursos para a compra das matérias-primas necessárias para a produção (argila, água, lenha etc.). No caso daqueles mestres que atuam acompanhados de auxiliares durante a maior parte das etapas de trabalho, estimamos que os gastos com o parceiro represente aproximadamente 30% da renda total obtida com a atividade. Os custos das matérias-primas também variam, de acordo com o trabalhador e o espaço de trabalho.

Em geral, aqueles que dispõem da maior parte dos recursos investem, aproximadamente, 10% do rendimento total, principalmente, para a compra de lenha. No entanto, houve um caso em que o custo estimado para obtenção da matéria-prima representava cerca de 35% do faturamento total com a atividade. Este é um dos desafios representados para a realização dos ofícios em

algumas localidades, tendo em vista que a fiscalização para a retirada de lenha dificulta o acesso à matéria-prima e encarece o material à disposição.

De acordo com a análise produzida por nossa pesquisa com os dados disponíveis, o rendimento mensal médio do mestre aplicado a algum ofício que utiliza o barro como matéria-prima na Chapada Diamantina seria de aproximadamente R\$1.500 no caso daqueles que trabalhassem integralmente na função, em turnos de seis dias de trabalho por um de descanso, em geral, aos domingos. Como muitos mestres também dedicam-se ao trabalho com a agricultura nas roças particulares este cálculo torna-se apenas estimado, dado que isso diminui a renda média do mestre com a produção artesanal de materiais construtivos, mas também reduz a dependência à obtenção de recursos para a compra de alimentos para o consumo.

Estimando a rotina normal de trabalho e produção apurada de acordo com os dados do INRC-CD, podemos avaliar que a renda média dos trabalhadores do barro do território varie em torno de um salário-mínimo por mês. Este valor pode ser superado, mas são necessários uma série de fatores para isso acontecer, a exemplo da alta demanda pelos produtos, ritmo intensivo de dedicação, baixo índice de perda de peças na produção, disponibilidade de matérias-primas, entre outros.

O total de entrevistados pelo INRC-CD identificados como mestres da construção tradicional é de 117 pessoas. Morro do Chapéu foi o município com mais indivíduos entrevistados, com 23 mestres acessados. Se cada um destes profissionais estivesse em atividade, obtendo um rendimento médio de um salário-mínimo, lidaríamos com uma atividade que movimentaria por mês aproximadamente R\$23 mil em Morro do Chapéu e quase R\$ 120 mil na Chapada Diamantina.

Consideramos aqui apenas a economia daqueles mestres dedicados aos ofícios tradicionais. Compreendemos, no entanto, também a função formadora destes ofícios para os trabalhadores da construção civil em geral, incluindo aqueles que estão dedicados aos trabalhos com material industrializado. Teríamos, assim, um percentual da renda obtida com a realização de tarefas que deveriam ser contabilizadas como oriundas dos saberes e fazeres, o que representaria uma economia adicional, possivelmente, muito mais significativa.

De acordo com nossa análise haveria outro mercado relacionado ao da construção tradicional, o de atividades de fornecimento de matérias-primas e pagamento de ajudantes, que representaria pelo menos um quarto a mais do valor total – tomando como referência os ofícios do barro. Há ainda outra fonte de recursos representativa e diretamente envolvida com o processo de produção e comercialização das peças que é o transporte, realizado por trabalhadores que fazem o frete dos produtos. Estimamos que esta atividade movimente algo em torno de 10% do valor de comercialização do material. Relacionando estas três atividades temos um mercado vinculado ao da

construção tradicional que movimentaria aproximadamente R\$40 mil por mês no território.

Se considerarmos que a expectativa do INRC-CD era identificar apenas 20% da totalidade do campo da construção tradicional na Chapada Diamantina, podemos estimar que a economia vinculada aos mestres da construção tradicional no território possa movimentar quase R\$800 mil por mês. Em Morro do Chapéu, o volume chegaria a cerca de R\$150 mil de movimento mensal, o que insere o município na situação de território mais significativo para a economia da construção tradicional na Chapada Diamantina.

Estimamos que o montante geral também colocaria a construção tradicional como uma das principais atividades da economia da cultura do território. Possivelmente, o setor deve ser comparado ao dos rendimentos promovidos por meio da agricultura familiar, cujas bases consideramos aptas a caracterizá-la também como uma atividade de matriz cultural. Vale lembrar que ambas atividades estão diretamente relacionadas e, se analisadas em conjunto, o que aqui não foi possível em virtude da limitação de dados financeiros do segmento agrícola, na maior parte também informal, representariam a principal economia da cultura do território. Possivelmente, juntas seriam uma das principais atividade econômica da Chapada Diamantina em geral.

Associando as atividades às demais de matriz tradicional, consideramos a economia do patrimônio imaterial do território como a atividade mais significativa, seja pelo faturamento, seja pelo número de pessoas envolvidas para a promoção dos rendimentos envolvidos. Destacamos que pelas características dos trabalhadores destas atividades, a renda obtida é majoritariamente investida no território. O modelo é contrário ao das grandes empresas presentes na Chapada Diamantina que reverterem a maior parte dos lucros para fora do território.

A partir das informações apuradas no INRC-CD e sistematizadas em nosso trabalho estimamos que, caso fosse contabilizado, o faturamento do segmento da construção tradicional acrescentaria um valor significativo ao PIB territorial, o total relacionado às atividades formais aferido pelos órgãos governamentais. Os rendimentos da agricultura familiar, possivelmente, são superiores aos da construção tradicional na atualidade, mas também não entram no cálculo do PIB por acontecerem por fora dos fluxos formais de mercado. No entanto, são segmentos que envolvem a vida financeira de um volume de pessoas muito maior do que algumas das principais fontes de geração de riquezas no território. Isso porque parte significativa da produção realizada atualmente na Chapada Diamantina está concentrada nas dinâmicas da agricultura intensiva. O segmento tem por característica a utilização cada vez maior da mecanização e a concentração dos lucros entre um número reduzido de firmas e investidores.

Durante visita à comunidade de Fedegosos em janeiro de 2020, encontramos o oleiro Robson trabalhando no lote do assentamento rural localizado nas proximidades do povoado, no qual

o trabalhador fora assentado em abril de 2016, meses depois da entrevista de identificação do INRC-CD. De acordo com o oleiro, logo após ser assentado ele deixara a olaria e passara a se dedicar exclusivamente à roça. A justificativa era que o cultivo de maracujá e mandioca era mais rentável e a dedicação física era menor, dado que muitos cuidados na lavoura se davam por meio da observação.

A forma de remuneração das atividades oleira e rural eram diferentes, sendo a temporalidade da primeira mais curta, obtida com a finalização do produto, após alguns dias de trabalho. O ciclo do maracujá demoraria alguns meses até gerar renda. No entanto, a comercialização da cultura agrícola é mais simples. Basta informar ao comerciante atravessador da comunidade a quantidade de caixas da fruta disponíveis que o pagamento era realizado na retirada do produto. Robson comparava que muitas vezes tivera que procurar compradores para comercializar os tijolos.

Mesmo assim, Robson afirmava sentir falta da rotina da olaria, comum a pelo menos duas gerações de antepassados do trabalhador na mesma localidade. Ele concordou, no entanto, que a manutenção no ofício seria possível caso houvesse algum apoio para facilitar a obtenção dos recursos para a produção, a exemplo do fornecimento da argila, água e lenha. A necessidade de compra dos materiais e o preço baixo de comercialização tornavam a atividade quase inviável.

Compreendemos que torna-se necessário a realização de campanhas de valorização da produção artesanal destinada à construção. A vinculação dos valores simbólicos de produtos artesanais, a exemplo do tijolo de adobe, ao estigma da pobreza dificulta ainda mais a recuperação dos territórios da atividade e dos trabalhadores. Esta é uma iniciativa que o poder público poderia assumir, tendo em vista as possibilidades de salvaguarda dos ofícios tradicionais a partir do INRC-CD.

Da mesma forma que em outras localidades do território, a cessão de uso de espaços públicos à realização da atividade também contribui para a garantia de uma renda que possibilite a permanência dos oleiros na atividade. A necessidade de destinar parte da produção ao responsável pelo lugar no qual a olaria funciona, como é o caso de Fedegosos, representa um custo que não é possível de ser superado. No caso da água, a chuva evita a compra do recurso, assim como a lenha, por vezes, é obtida de alguma forma que não comercial.

O resultado das dificuldades de produção, da sazonalidade dos serviços e a falta de apoio para a manutenção da atividade é que dos cerca de 15 trabalhadores presentes na olaria em 2016, durante a realização do INRC-CD, apenas dois continuavam na atividade no momento da visita realizada à comunidade no início de 2020. O mestre oleiro Antônio Neto, identificado pelo inventário também estava trabalhando na agricultura nesta ocasião, atuando numa fazenda nas

proximidades da comunidade. O proprietário da olaria, o mestre Goiano, também estava dedicado à propriedade rural própria na ocasião da visita. Outros dois oleiros identificados na entrevista do INRC-CD realizada em 2016 não foram localizados.

## Considerações finais

*Eu não fazia negócio de tijolo não. Eu andava trabalhando aí pra diária e bebendo cachaça. Aí eu decidi minha vida. Eu disse: - “Moço, na casa da minha mãe tem terra, tem água e eu tenho coragem para trabalhar. Eu vou fazer é tijolo”. Saí dessa vida de trabalhar pros outros. Faço meus tijolo.*

Mestre oleiro Renato

Na busca para esclarecer os elementos dos territórios simbólicos dos saberes da construção tradicional que resistem e movimentam a economia do patrimônio cultural imaterial da atividade na Chapada Diamantina e em Morro do Chapéu, percorremos um percurso teórico e conceitual que podemos recuperar. Neste caminho nos apoiamos nos estudos sobre o espaço, o tempo e o território a fim de esclarecer como evidenciar as dimensões simbólicas dos territórios. Na sequência, organizamos a formação das estruturas dos saberes da construção tradicional no processo de formação territorial da Chapada Diamantina e de Morro do Chapéu.

Discutimos também o desenvolvimento das políticas para o patrimônio cultural imaterial e a intersecção do tema com a economia da cultura, para configurar aquilo que compreendemos como a economia do patrimônio cultural imaterial. Por fim, nos debruçamos sobre os resultados do INRC-CD e a caracterização dos territórios simbólicos da construção tradicional e das dinâmicas que promovem processos de territorialização, reterritorialização e desterritorialização dos saberes de oleiros e adobeiros da Chapada Diamantina e de Morro do Chapéu.

Compreendemos ser possível aprofundar a pesquisa realizada, analisando outros elementos dos ofícios em Morro do Chapéu que não foram identificados ou que não fizeram parte da etapa de análise do INRC-CD. Isso qualificaria o estudo sobre a economia da cultura das olarias e a produção de adobes e os fatores que determinam os processos de transformação da atividade. É possível também consolidar as análises da economia da cultura do patrimônio imaterial vinculada a outros ofícios estruturantes da formação territorial da Chapada Diamantina, a exemplo da agricultura tradicional e os ofícios do vaqueiro e do garimpeiro. Assim, poderemos chegar próximo da totalidade da economia da cultura do patrimônio imaterial do território.

Em paralelo, pudemos perceber que os estudos sobre a economia do patrimônio cultural, em especial, do imaterial estão em fase de desenvolvimento. Consideramos que, em breve, novos trabalhos contribuirão com o desenvolvimento de objetos de pesquisa similares ao que trabalhamos.

Nos interessa o fato de que parte dos pesquisadores dedicados às análises relacionadas aos territórios simbólicos dos saberes da construção tradicional estão produzindo trabalhos sediados em instituições de ensino fora da América do Norte e dos países da Europa ocidental. Entre eles estão turcos, romenos, indianos e tanzanianos. Esperamos que nossa pesquisa tenha tido um importante papel para a qualificação das discussões sobre a economia da cultura do patrimônio cultural imaterial.

Considerar os principais ofícios e saberes tradicionais da formação territorial de Morro do Chapéu enquanto parte da economia da cultura parece valorizar as funções dos trabalhadores. O desafio de compreender os ofícios tradicionais como parte do patrimônio cultural imaterial pode ser considerado muito significativo, dado que são categorias de trabalhadores que ainda enfrentam relações de exploração no território. São categorias fundamentais para as dinâmicas econômicas do município até a atualidade, mas algumas reminiscências da estrutura colonial limitam o desenvolvimento.

É impossível estabelecer a totalidade dos elementos simbólicos da exploração que persistem no processo de transmissão dos saberes tradicionais entre mestres e aprendizes. No entanto, ao sugerirmos categorias para a análise das estruturas da construção tradicional identificamos a persistência dos elementos que mantêm em desvantagem no mercado o trabalho dos detentores de conhecimentos tradicionais. Entre estes elementos estão: a restrição à extração de matérias-primas; a falta de estímulos para a regularização das atividades e à formalização dos trabalhadores; a disputa com a atividade industrializada e o rebaixamento do valor da produção artesanal; a falta de acesso aos meios de distribuição da produção; e a valorização de uma matriz econômica capitalista, em detrimento do modelo rizomático de operação dos valores simbólicos de colaboração.

A identificação permite o enfrentamento dos processos de desterritorialização dos mestres e dos saberes tradicionais na Chapada Diamantina frente a expansão dos elementos contemporâneos da construção. Entre estes, estão o emprego desmedido de produtos industrializados e as técnicas necessárias para empregar estes produtos nas obras. Consideramos que a desvalorização do uso de produtos construtivos artesanais se dá muito mais por questões culturais do que por deficiência técnica. A propaganda da produção contemporânea realizou um trabalho eficiente de descrédito do produto artesanal, taxado como símbolo de pobreza.

A redução do tempo de trabalho na obra por meio do uso da produção industrializada seria onerada por outros custos, a exemplo do emprego de ferro e cimento, racionalizados na produção tradicional. Os produtos artesanais garantem conforto térmico, por exemplo, reduzindo o consumo de energia com condicionadores de ar. Os materiais tradicionais também oferecem mais segurança.



Com o advento dos implementos industrializados a mão de obra perdeu protagonismo dentro da estrutura da construção civil e parte significativa da remuneração passou das mãos dos trabalhadores para o bolso dos industriais e comerciantes. O esforço empregado pelos trabalhadores no ofício pode ter sido racionalizado, mas o rendimento passou por este processo abrupto de deslocamento. Atualmente, diz-se que a mão de obra é responsável por aproximadamente um terço do custo da edificação, mas esta é uma avaliação conservadora. Gasta-se cada vez mais com materiais de construção. A tendência é que a proporção da renda destinada aos trabalhadores numa obra, que outrora na história recente fora muito mais favorável à categoria, torne-se cada vez menor.

Do mesmo modo, é menor o nível de pessoas que assumem a mão de obra da produção dos materiais de construção e da edificação da propriedade, reduzindo o empenho de recursos fora do núcleo familiar e a necessidade de obtê-los. Construir as edificações próprias evita a venda da mão de obra para conseguir recursos para a compra de materiais de construção e pagamento dos serviços construtivos. Sem precisar trabalhar para fora, os integrantes das famílias podem dedicar-se a outras tarefas que contribuem para a autonomia, a exemplo da agricultura familiar.

Conforme vimos, a maior parte dos mestres oleiros e adobeiros identificados pelo INRC-CD mantém algum grau de autonomia da segurança alimentar familiar por meio da produção nos roçados particulares. Isso também oferece maior independência destes trabalhadores e suas famílias à lógica capitalista de oferecer a energia humana em troca de recursos para a satisfação de necessidades por meio da compra de produtos. Isso também limita as experiências nos territórios-rede nos quais se dão este tipo de relações comerciais. Quando estas relações acontecem de maneira satisfatória promovem dinâmicas de menor submissão e se dão apenas parcialmente, a partir da compra de poucos produtos com os recursos obtidos pela comercialização de peças artesanais, a exemplo de telhas, adobes e tijolos.

A caracterização da maneira dramática com a qual os valores das atividades baseadas nos saberes tradicionais estão sendo gradualmente substituídos por aqueles das estruturas dos produtos industrializados só foi possível nesta pesquisa a partir do conceito de território, analisado na perspectiva da mediação espacial do poder. A partir daí, conseguimos identificar como operam as estruturas de forças simbólicas, ou os territórios simbólicos, que regem as atividades econômicas baseadas nos saberes tradicionais na Chapada Diamantina. Nesta composição foi possível imaginar o espaço no qual as relações entre estas forças promoveram processos, mediadas por uma multiplicidade de atores ao longo do tempo. Os lugares se apresentam, assim, enquanto resultados destes processos e acumulam as experiências vividas, evidenciando na atualidade formas que definem as funções as quais serviram e continuam servindo.

Os estudos sobre os territórios simbólicos na pesquisa contribuíram para a estruturação do

campo da economia dos saberes tradicionais, ou do patrimônio imaterial relacionado aos ofícios. Esta pesquisa tinha o objetivo de estudar o protagonismo do segmento econômico da cultura para a economia como um todo no território de identidade da Chapada Diamantina, em especial, quando considerada a economia dos saberes tradicionais. Concluímos que o segmento da construção tradicional é o mais importante para a economia da cultura do território, sobretudo, de Morro do Chapéu, o que faz com que a economia da cultura seja considerada uma das atividades financeiramente mais significativas.

A partir das categorias espaciais identificamos o conjunto de estruturas da construção tradicional, sobretudo aqueles elementos relacionados às dinâmicas econômicas da atividade, e analisamos a importância do segmento na formação do território em questão. A estrutura de formas materiais que resultou do trabalho baseado nos conhecimentos tradicionais, em especial da construção tradicional, é fundamental para compreender o espaço e como se conformaram as relações humanas na Chapada Diamantina. Esta estrutura das formas materiais, no entanto, havia sido estudada, restando a análise dos demais elementos relacionados à edificação do patrimônio material, entre eles as técnicas necessárias para sua edificação, os fazeres, além das dimensões de saberes relacionadas à atividade.

Consideramos que o estudo das relações sociais e das dinâmicas econômicas do território possibilitou a análise das dimensões da vida laboral de trabalhadores dos ofícios tradicionais, em especial, os da construção civil e, mais especificamente, as dos oleiros e adobeiros de Morro do Chapéu. O acúmulo de estruturas de relações formam as dimensões nas quais operam trabalhadores, saberes, fazeres e a vida destas pessoas de uma maneira geral. Apesar da diversidade de elementos destas dimensões ser intensa, os trabalhadores da construção foram compreendidos como os atores mais significativos.

As obras resultantes do trabalho destes profissionais também integram estas dimensões e foram organizadas enquanto elementos materiais das relações. Vinculamos, no entanto, diretamente as estruturas do patrimônio material às do imaterial no território. Isso nos permitiu valorizar os bens tombados da Chapada Diamantina enquanto resultado da força dos trabalhadores detentores dos saberes e fazeres tradicionais da construção. Invertemos assim a ordem de valor, da admiração ao modelo oligárquico, que detinha o poder de subjugar pessoas escravizadas a fim de edificar as propriedades, para a sabedoria, o poder, a esperança e a energia dos trabalhadores que construíam os lugares mesmo atuando sob relações desumanas.

Entendemos que a análise foi importante para uma melhor compreensão do potencial da economia do patrimônio imaterial da construção tradicional para as localidades e os municípios. Além disso, possibilitou comparar os diferentes significados do ofício nas localidades analisadas.

Entendemos também ter contribuído com a discussão sobre a potencialidade da economia do patrimônio imaterial em geral.

Oferecemos assim mais um argumento para fortalecer os estudos em prol da valorização do patrimônio imaterial, a exemplo daqueles focados sobre os saberes tradicionais vinculados ao patrimônio edificado. Ao destacar a importância econômica das dinâmicas da construção tradicional e dos processos de maestria e aprendizagem para a formação dos trabalhadores oferecemos visibilidade a uma atividade que está sendo pouco valorizada e cuja perspectiva de desaparecer é tratada como inevitável pelos órgãos que poderiam estimulá-la.

Consideramos que a valorização efetiva dos ofícios tradicionais fica ainda mais limitada quando responsáveis pelos processos oficiais de identificação e salvaguarda do patrimônio imaterial relacionado descendem daqueles que exploraram os antepassados dos atuais mestres e trabalhadores e reproduzem formas remanescentes das estruturas históricas de poder conservadoras. Compreendemos ser importante equilibrar as disputas nos espaços de luta em benefício de mestres e trabalhadores. Assim será possível reduzir a influência de grupos que mantêm hierarquias e dispositivos de poder insistentemente existentes. Ao abordar essas funções, compreendidas enquanto saberes e fazeres tradicionais, parte do patrimônio imaterial do território, concluímos que sua influência alcança diferentes formas até os dias atuais, reforçando a importância dos ofícios tradicionais para o cotidiano. A falta de estímulo ou atuação de atores estratégicos na promoção do desenvolvimento do campo cultural, no entanto, atribui às ocupações importância secundária, minimizando o desenvolvimento, afastando o interesse dos jovens e promovendo a participação de atores externos ao território nestas atividades econômicas.

Isso nos leva a uma das discussões abordadas no final do caderno de memórias do INRC-CD. O documento identifica que os mestres não gostariam de ter os filhos seguindo a mesma carreira. Concluímos que eles não acreditam que a atividade não tenha importância. Mas sim, reconhecem que a estrutura social não deu e não dá o devido valor para as funções realizadas pelos trabalhadores. Isso resulta numa conjuntura de limitações que impõe dificuldades para a vida financeira dos profissionais. Conforme relatado por alguns mestres identificados no INRC-CD, os ofícios que realizam é a razão de vida e estão de tal forma imersos naquilo que consideramos o território simbólico do ofício que não faria sentido mudarem de ocupação. Seria o mesmo que mudar de vida.

Compreendemos que as dificuldades experimentadas são justificadas por elementos persistentes nas estruturas das atividades, herança de tempos nos quais a situação dos detentores dos conhecimentos era mais desfavorável. São elementos que não sofreram transformações significativas e que ainda determinam a situação dos ofícios da construção tradicional. Para piorar,

novos elementos, a exemplo das normas e das restrições ambientais dificultaram a situação, enfraquecendo as estruturas operacionais da atividade e, conseqüentemente, as dinâmicas das dimensões simbólicas dos trabalhadores.

Acreditamos que caso o território de identidade oferecesse qualificação formal para os trabalhadores da construção tradicional, por exemplo, de forma complementar aos saberes acumulados há gerações, a situação das dinâmicas e as estruturas da atividade seriam diferentes.

Os descendentes dos trabalhadores poderiam ter associado os conhecimentos científicos ao conhecimento empírico apropriado por meio de processos de aprendizagem com os mestres na dimensão familiar. Isso os qualificaria tanto a reivindicar a superação de elementos desfavoráveis das estruturas remanescentes quanto lidar com os desafios contemporâneos aos quais a atividade foi submetida. Também contribuiriam de forma ímpar para o desenvolvimento do conhecimento científico.

A condição de vida dos trabalhadores e a transmissão dos ofícios seriam potencializadas caso o processo de estímulo à qualificação dos trabalhadores fosse alinhado a fatores como qualificação do campo de trabalho; formalização da ocupação; garantia de direitos trabalhistas; estímulo de acesso aos benefícios da seguridade social; criação de reservas de mercado para reformas e restauração de bens tombados no território de identidade; organização dos trabalhadores por meio de associações ou cooperativas; organização e fortalecimento das organizações sindicais trabalhistas; regulamentação da produção; padronização técnica e definição de preços justos; entre outros. Obviamente, nestes casos, as estruturas da construção tradicional funcionando no território seriam outras e, possivelmente, ofereceriam condições mais dignas de vida. A carreira seria valorizada e pretendida pelos mais jovens.

Por outro lado, enquanto as estruturas econômicas, social e política destinarem o campo da construção tradicional na Chapada Diamantina à miséria, as chances de os trabalhadores permanecerem em situação financeira penosa é maior, em especial se a conjuntura política geral impõe este destino. Cabe aos representantes dos órgãos de poder que interagiram em determinados momentos com o campo de trabalho da construção civil tradicional contribuir com desenvolvimento de medidas para a qualificação da atividade, tendo em vista o potencial e a importância dos elementos que resistiram ao longo dos séculos permitindo a manutenção dos conhecimentos e a ocupação do território.

O próprio Iphan tem a experiência da caracterização dos territórios dos trabalhadores, tendo verificado as demandas para promover melhores condições de mercado e de trabalho. No caso da Chapada Diamantina, o caderno de memórias do INRC-CD enumera algumas medidas cuja equipe considerou importantes para o desenvolvimento da construção tradicional. Entre elas estão:

o registro das técnicas de confecção de telhas e lajotas, devido a redução do número de mestres e trabalhadores que realizam o serviço; a adoção de ações de estímulo para a produção destes produtos por mais oleiros; o desenvolvimento de políticas municipais que incluam a utilização de matérias-primas artesanais em processos licitatórios para a construção e reforma de edifícios; desenvolvimento de pesquisas sobre o manejo das matérias-primas necessárias para a realização das atividades, tendo em vista a repressão ao modelo extrativista artesanal, que veio a reboque das tentativas de controlar o avanço do modelo intensivo; desenvolvimento de política de manejo para a extração de lenha para uso nos fornos das olarias; estudo de possibilidade do uso da produção artesanal das olarias do território de identidade em obras de restauração de órgãos como o Iphan e o Ipac.

Consideramos limitadas as recomendações realizadas, em especial as últimas, que tratam das possibilidades dos próprios órgãos de preservação em garantir algum tipo de reserva de mercado para os empreendimentos tradicionais da Chapada Diamantina. Compreendemos que é necessário uma atuação mais ativa do órgão em benefício da construção tradicional e dos trabalhadores. Caso contrário, a construção tradicional continuará sendo realizada apenas por conta da dedicação dos mestres e trabalhadores e apoio dos consumidores, enfrentando sem qualquer tipo de ajuda os processos de desterritorialização e avanços da influência dos elementos industrializados.

Concluimos que a desterritorialização dos saberes tradicionais está em curso devido à reterritorialização dos elementos da construção civil contemporânea. Em virtude da representatividade da economia da atividade é necessário promover esforços para fortalecê-la, garantindo não só o trabalho daqueles que já realizam as funções, de preferência em condições melhores no futuro, mas também a atividade coletiva responsável pela formação e qualificação dos trabalhadores do segmento. Também é fundamental incorporar os conhecimentos tradicionais e os personagens detentores dos saberes à rotina dos espaços formais dedicados ao ensino profissional.

Ao que tudo indica, as forças que privilegiaram a concentração do mercado de consumo da construção civil industrializada a poucos fornecedores de materiais de construção não têm compromissos com o grande número de trabalhadores que ainda produzem de acordo com o modelo artesanal, ou com aqueles que fazem uso das técnicas nas funções do cotidiano. Os trabalhadores que conseguem uma renda satisfatória com as atividades são aqueles que realizam as etapas de produção de modo dinâmico. No entanto, nem todos os trabalhadores têm prática ou habilidade o suficiente para executarem os serviços no mesmo nível dos mestres.

Frente às dificuldades encontradas durante o percurso profissional, a exemplo da limitação de trabalho e calotes de clientes, muitos profissionais não conseguem manter um nível de organização satisfatório e equilíbrio para lidar com as adversidades e partem em busca de outros

trabalhos. Esta questão é tão complexa quanto as lesões que os trabalhadores acumulam ao curso da vida profissional, que têm que ser tratadas e superadas particularmente, enquanto administra-se a sobrevivência familiar durante os períodos de interrupção das jornadas. A maioria dos trabalhadores da construção civil atua na informalidade e não tem nenhum benefício da seguridade social. É o caso de quase todos os trabalhadores que podem ser reconhecidos como detentores dos saberes tradicionais da construção.

A dificuldade de avaliar o rendimento médio de cada trabalhador da construção manifestada na pesquisa se dá por conta da irregularidade na produção e na comercialização das peças. Além disso, nem todos os mestres realizam o controle regular dos recursos financeiros envolvidos nas atividades. Nem sempre há organização financeira suficiente para definir quanto recebe-se durante cada período. Os gastos do núcleo familiar acontecem conforme a necessidade, de forma fracionada. As informações sistematizadas a partir do INRC-CD da construção tradicional na Chapada Diamantina nos possibilitaram identificar valores e estimar capacidade de produção e de renda de oleiros e adobeiros.

A intensa informalidade na categoria também dificulta a estimativa de dados mais abrangentes. A promoção de mais pesquisas sobre o trabalho vinculado aos saberes tradicionais é necessária para continuarmos tentando verificar a efetiva capacidade econômica do patrimônio imaterial vinculado aos saberes tradicionais. Para tanto, é possível a utilização dos recursos disponíveis, a exemplo das tecnologias. Uma possibilidade de estudo vinculado à atividade da construção tradicional para medir o investimento na atividade, por exemplo, é a utilização de imagens de satélite de áreas urbanas do território em diferentes períodos. Por meio da comparação é possível estimar os recursos envolvidos na edificação de novos espaços durante determinado período e, parcialmente, a contribuição dos saberes tradicionais nas iniciativas.

Outra possibilidade de desenvolvimento desta pesquisa seria o estudo da economia do patrimônio cultural vinculada aos tombamentos dos centros históricos urbanos do território por meio da análise da utilização destes espaços pelos empreendimentos do setor turístico. Teríamos mais referências acadêmicas para lidar com essas experiências. No entanto, consideramos que este é um segmento econômico subsidiário ao da construção civil tradicional. A realização do INRC-CD na Chapada Diamantina tornou possível o amadurecimento do conceito da economia do patrimônio cultural imaterial vinculado à construção tradicional. Acreditamos que o inventário ofereceu informações quantitativas e, sobretudo, qualitativas, o que contribuiu para essa pesquisa.

A partir do INRC-CD temos ainda a possibilidade de consolidar o mapeamento da cultura na Chapada Diamantina, incluindo o georreferenciamento das redes da economia da cultura no território por meio de plataformas digitais. Para isso, compreendemos ser possível não só organizar

a identificação dos pontos de inflexão das redes de dimensões de elementos da cultura, mas também tornar disponível ao público por meio de plataformas virtuais para armazenamento e consulta. A iniciativa está em fase de finalização por meio do grupo de extensão do DCHT-23/UNEB coordenado pelo pesquisador.

Apesar do recorte da nossa pesquisa abranger a Chapada Diamantina, podemos considerar que muitos aspectos identificados relacionados à importância da economia dos saberes tradicionais da construção civil no território também podem contribuir para apurar o potencial da economia informal nas demais regiões da Bahia e do Brasil. A hipótese se mostra mais eficiente quando consideramos aqueles territórios que se desenvolveram antes da intensificação da influência da indústria da construção civil na formação territorial do espaço nacional.

Consideramos que os órgãos gestores do patrimônio imaterial relegaram ao esquecimento os saberes e fazeres da construção tradicional até o final do século XX. É possível que isso se deva ao fato de que parte significativa dos conhecimentos tradicionais da construção tradicional se originou do emprego das técnicas e transmissão dos saberes pelos indivíduos que foram escravizados. Por mais que houvesse saberes construtivos absorvidos dos colonizadores, consideramos que grande parte das técnicas utilizadas era propriedade intelectual do indivíduos historicamente oprimidos. Não deve ser fácil para os descendentes das oligarquias assumirem a criatividade e inspiração simbólica dos povos oprimidos impressa nos bens materiais que persistem no tempo.

A identificação da estrutura da construção tradicional na Chapada Diamantina mostrou que a disputa pela territorialização ou desterritorialização dos saberes tradicionais e reterritorialização dos elementos industrializados reflete os conflitos globais em diversas atividades econômicas. Trata-se do paradigma do enfraquecimento da capacidade de articulação do poder de mobilização comunitário ou coletivo – característico do modelo tradicional de construção – e sua substituição pela individualização do padrão de consumo e produção.

Os modelos que privilegiam a remuneração das empresas e indústrias fornecedoras de materiais de construção limitam o desenvolvimento dos lugares. De outro modo, a estrutura que privilegia o emprego de mão de obra remunera profissionais, em geral, de localidades próximas e do próprio município. As firmas fornecedoras operam na lógica de mercado de maximização dos lucros, condicionando ao esgotamento os lugares de onde obtêm matéria-prima. Ao final do processo, esses lugares são descartados.

Apesar das dinâmicas de construção realizadas por meio de processos que privilegiam a autonomia dos realizadores ainda serem frequentes na Chapada Diamantina e em Morro do Chapéu, a capacidade de sedução dos modelos contemporâneos de construção intensificam cada vez mais o

modelo baseado no comércio e uso de produtos industrializados. Esse modo, no entanto, limita ao mínimo os processos coletivos de trabalhos, a exemplo de mutirões ou adjuntórios para a realização de edificações. O mesmo acontece na atividade agrícola na qual os processos coletivos são substituídos por serviços mecanizados.

A redução da realização de ações coletivas é um dos fatores relativos ao gradual desaparecimento das expressões culturais tradicionais realizadas pelos trabalhadores da construção civil, a exemplo dos grupos de reisado e de samba de chula. Entre as recomendações da equipe do INRC-CD expressas no caderno de memórias do inventário também estava a necessidade de aprofundar as informações sobre a relação entre construtores e as expressões artísticas tradicionais, a fim de contribuir com a continuidade da dedicação dos mestres às atividades.

Outro fator problemático dos processos de desterritorialização dos saberes tradicionais da construção e dos mestres da atividade na Chapada Diamantina e em Morro do Chapéu e a substituição pelos modelos mais contemporâneos é que os modelos tradicionais promoveram impactos ambientais reduzidos durante os séculos nos quais foram protagonistas. A extração de materiais de construção de forma artesanal promoveu alterações passíveis de recuperação a partir das próprias dinâmicas naturais, ao contrário dos efeitos provocados pelo modelo intensivo.

É importante também ter-se em vista que são os trabalhadores que detêm as capacidades de recuperar as áreas nas quais extraíram as matérias-primas de forma artesanal. A extensão do impacto promovido pelos modelos industrializados extrativistas impede que tenham autonomia para promoverem a recuperação ambiental dos espaços utilizados num nível comparável ao anterior.

Enquanto a normatização de áreas contíguas às cidades localizadas no entorno das áreas de conservação ambiental do território produziram uma dinâmica sistemática de repressão às atividades da construção tradicional, o mesmo não pode ser dito em relação à agricultura. Mesmo a atividade tendo sido proibida em unidades de conservação, fora dessas não houve nenhuma restrição à prática realizada com métodos intensivos.

Por outro lado, houve a proibição da extração de material das pedreiras do entorno de unidades de conservação e da extração de areia do leito dos rios para uso na construção civil. É possível concluir que as restrições ambientais promoveram limitações ao desenvolvimento conjuntural da economia dos saberes tradicionais, impedindo até mesmo as possibilidades de manutenção das atividades em nível racionalizado. O modelo intensivo não foi tão afetado pelo processo. Enquanto o modelo tradicional da atividade oleira era gradualmente desterritorializado, uma olaria industrial foi instalada nas proximidades da comunidade de Fedegosos, em Morro do Chapéu, por exemplo.

Concluimos que os sistemas contemporâneos de operação de atividades do mercado global



se apresentam no território promovendo relações desiguais entre o rendimento do trabalhador e o lucro do contratante. O turismo, única atividade planejada para substituir o garimpo após a normatização ambiental de áreas produtivas no território, não promoveu processos qualificados o suficiente para a renovação da matriz econômica. Houve a migração de muitos trabalhadores do garimpo para a construção de forma autônoma. Outros, sem emprego, tiveram que migrar para outros lugares. Além disso, a exploração turística acontece caracterizada pela concentração dos rendimentos nas firmas que operam os serviços de visitação aos atrativos.

De maneira geral, o ano de 2019 não trouxe boas perspectivas quanto ao protagonismo da participação dos trabalhadores na economia, em especial aqueles do campo da cultura. Os retrocessos da reforma da previdência dificultaram o acesso aos benefícios. As novas propostas de flexibilização dos direitos trabalhistas também podem representar uma sequência de sucessivas derrotas na luta por melhores condições de emprego. Para uma categoria como a dos trabalhadores da construção civil tradicional e aqueles de alguma forma dedicados às técnicas ancestrais o cenário oferece pouca perspectiva de melhoria de vida.

O tema da patrimonialização da produção cultural na Chapada Diamantina surge como uma possibilidade para a valorização dos saberes e recuperação dos territórios simbólicos da construção tradicional neste contexto. Refletir sobre a incorporação de novas tecnologias em diversos níveis também pode promover a expansão do campo da economia da cultura de forma significativa no território. A relação entre o patrimônio imaterial e os novos movimentos sociais e culturais, a exemplo daqueles que resgatam os conhecimentos tradicionais, como a agroecologia e a bioconstrução, se apresenta como uma das perspectivas férteis neste sentido, principalmente pelo potencial das dinâmicas de ressignificação dos saberes tradicionais para a produção do espaço.

As organizações que realizam cursos, palestras e atividades relacionadas ao segmento da bioconstrução, com a apresentação de técnicas locais e introdução de alternativas, contribuíram com a edificação de diversas obras em localidades do território construídas sob influência do modelo. Desde então atividades, geralmente pagas, passaram a ser realizadas no território como parte de um movimento pulverizado pela valorização das práticas agroecológicas que envolvem a bioconstrução.

No entanto, não é possível garantir que todos os atores envolvidos estejam promovendo a valorização dos mestres e daqueles que foram responsáveis pela transmissão dos conhecimentos relativos à atividade ao longo dos séculos. Isso é, nem todos os grupos na Chapada Diamantina se dedicam ao desenvolvimento da prática intitulada de bioconstrução e fazem a defesa ativa dos valores simbólicos relacionados à atividade.

Por outro lado, com a realização do mapeamento dos mestres da construção tradicional em atividade no território de identidade e os locais de trabalho dedicados à realização de produtos a partir dos processos construtivos artesanais, a exemplo das olarias, revelou-se uma extensa rede de profissionais do segmento, além de espaços, técnicas e saberes mantidos por meio da transmissão geracional de conhecimento e processos de maestria e aprendizagem. Esperamos que este trabalho promova a mobilização de iniciativas e a proposição de políticas públicas para fortalecer a construção tradicional num nível condizente com a importância histórica, social, política e econômica.

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. et al. **A época colonial**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. v. 2: Administração, Economia, Sociedade.
- ABREU, R. Performance e patrimônio intangível: os mestres da arte. In: **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: ICS-UnB. 2004.
- ADINOLFI, M. P. Em busca do prumo, régua e compasso para a salvaguarda dos ofícios da construção tradicional na Chapada Diamantina. In: IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Mestres artífices**: Bahia; caderno de memórias. Brasília: Iphan; Salvador: UFBA, 2017.
- AGNEW, J. **Mastering space**: hegemony, territory and international political economy. New York: Taylor & Francis e-Library, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Geopolitics**: re-visioning world politics. 2nd ed. New York: Taylor & Francis e-Library, 2004.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ANTAS JR., R. M. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2005.
- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. Coleção Reconquista do Brasil.
- ARAÚJO, D. A. de; NEVES, E. F.; SENNA, R. de S. **Bambúrrios e quimeras**: olhares sobre Lençóis, narrativas de garimpos e interpretações da cultura. Feira de Santana: UEFS, 2002.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- ARIZPE, L. **El patrimonio cultural inmaterial de México**: ritos y festividades. Miguel Ángel Porrúa: Conaculta/Crim/Unam, 2009.
- \_\_\_\_\_; NALDA, E. (2003). Cultura, patrimônio y turismo. In: CANCLINI, N. G. (Org.), **Culturas da Ibero-América**: diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento (p. 1–18). São Paulo: Moderna.
- AZEVEDO, C. Regenerando a alma americana: Os Corpos da Paz na América Latina. **Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC**. São Paulo: 1998.
- BAHIA (Estado). Secretaria de Cultura e Turismo. Ipac-BA. **Inventário de proteção do acervo**

**cultural:** monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina. Salvador, 1997.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual de Desenvolvimento Social. Resolução Cedeter nº 3 de 25 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a normatização e critérios para reconfiguração dos limites e toponímias dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, estabelecidos na Lei nº 10.705 de 14 de novembro de 2007. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, BA, 26 e 27 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Cultura. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. **Ofício de vaqueiro**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Cultura. **Diagnóstico do plano estadual de cultura:** versão para os novos representantes territoriais da cultura. Salvador: SecultBA, 2013b.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Inventário da Oferta Turística de Lençóis-BA**. Lençóis, BA, 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Cultura. Escritório Bahia Criativa. **Bahia Criativa:** diretrizes e iniciativas para o desenvolvimento da economia criativa na Bahia. Salvador: Governo do Estado, 2014.

BANDEIRA, R. L. S. B. **Chapada Diamantina, história, riquezas e encantos**. 2. ed. Salvador: Onavlis Editora, 1997.

BANDEIRA, M. G. Políticas criativas para um novo ecossistema cultural. In: BANDEIRA, M. G; COSTA, L. F. (Org.). **Dimensões criativas da economia da cultura:** primeiras observações. Salvador: EDUFBA, 2015.

\_\_\_\_\_.; COSTA, L. F. (Org.). **Dimensões criativas da economia da cultura:** primeiras observações. Salvador: EDUFBA, 2015.

\_\_\_\_\_. A assimetria tecnológica e a nova economia na sociedade global da informação. **Revista FAMECOS:** mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 1, n. 26, p. 47-55, 2005. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/viewArticle/419>>. Acesso em: 6 set. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECK, U. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. "Momento cosmopolita" da sociedade de risco. **ComCiência**, Campinas, n. 104, 2008. Disponível em: <[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542008000700009&lng=pt&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000700009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 mai. 2016.

BECKER, B. K. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia:** Conceitos e Temas. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 271-306.

BENHAMOU, F. **A economia da cultura**. Cotia, SP: Atêlie Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2016.

BHABHA, H. A questão do "outro": diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In

- HOLANDA, H. B. (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 177–204
- \_\_\_\_\_. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.
- BHOSALE, V. J. A Study in Socio-economic Problems in Brick Makers. **Our heritage**. Satara: UGC Care, v. 25, p. 492-502, 2020.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRASIL (Constituição de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acessado em: 13 jun. 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: política diretrizes e ações 2011-2014**. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.
- BRITO, F. E. M. **Os Ecos Contraditórios do Turismo na Chapada Diamantina**. Salvador: EDUFBA, 2005.
- BUCKLEY, K. Heritage Work: Understanding the Values, Applying the Values. In: AVRAMI, E; MACDONALD, S; MASON, R; MYERS, D. **Values in heritage management: emerging approaches and research directions**. Los Angeles, California: The Getty Conservation Institute, 2019.
- CABRAL RESOURCES LIMITED. **Projects: Sincorá Area**. Disponível em: <<https://shareprices.com.au/company/au/asx/cbs/about>>. Acessado em: 30 jul. 2015.
- CAMARGO, C. S.; PEZZATO, M. M (Org.). **Diversidade no quilombo: comunidades Barra, Bananal e Riacho das Pedras**. Rio de Contas: IPB/Iphan, 2014.
- CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: Iphan, n. 23, p. 95-115, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. (1. ed.: 1964).
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a Era da informação**. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O Poder da identidade: A era da informação, economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010 (1. ed. 1996).
- CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.
- CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

- \_\_\_\_\_, I. E. O problema da escala. In: \_\_\_\_\_; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 117-140.
- CAVALCANTI, M. L. V. de C.; VILHENA, L. R. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, p. 75-92, 1990.
- CHAGAS, A. **O Chefe Horácio de Matos**. Salvador: EGBA, 1996.
- CHAVES, M.; MONTENEGRO, M.; ZAMBRANO, M. **Mercado, consumo y patrimonialización cultural**. Revista Colombiana de Antropologia, v. 46, n. 1, p. 7-26, 2010.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp/Estação Liberdade, 2001.
- CHRISTOFFOLI, P. I. A luta pela terra e o desenvolvimento local. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (org.). **Políticas para o desenvolvimento local**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 231-273.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o estado**. Porto: Afrontamento, 1979.
- CLAVAL, P. **Geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- \_\_\_\_\_. Geografia cultural: um balanço. In: **Revista Geografia**, v. 20, n. 3, Londrina, set.-dez., 2011.
- CODETER. Colegiado de desenvolvimento Territorial da Chapada Diamantina. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território da Chapada Diamantina 2015**. Seabra: Seplan, 2015.
- \_\_\_\_\_. Colegiado de desenvolvimento Territorial da Chapada Diamantina. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território da Chapada Diamantina 2010**. Seabra: Seplan, 2010.
- CORÁ, M. A; DANTAS, S; LUCAS, A; KUNIOSHI, M. Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: análise dos 10 anos de implantação. **Anais V Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS)**. Santa Caratina, 2011. Disponível em: <<http://anaisenapegs2011.cariri.ufc.br/dmdocuments/p150.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2019.
- COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- COUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- CUNEGUNDES, J. **Morro do Chapéu**. Salvador: Edição do autor, 1981.
- DEHEINZELIN, L. O Estado e a Economia Criativa, numa perspectiva de sustentabilidade e futuro. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: política, diretrizes e ações 2011-2014**. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

DELEUZE, G; GUATARRI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **O Anti Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004. (1 ed. 1972)

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DNPM. Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. **Mapa da Riqueza Mineral do Estado da Bahia**. Brasil, 2010.

EAGLETON, T. **Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ETCHEVARNE, C.; FERNANDES, L.; BEZERRA, A. Cronologia e contextos arqueológicos nos sítios de arte rupestre na Vila do Ventura, Morro do Chapéu, Bahia. **Revista da Associação Brasileira de Arte Rupestre**. João Pessoa: UFPB, ano 1, vol. 1, n. 1, 2015.

\_\_\_\_\_; BEZERRA, A.; LABANCA, M.; HAVRE, G. V. **Inventários de locais com vestígios arqueológicos do município de Morro do Chapéu, Bahia**. Salvador: Ipac/Fundo de Cultura, 2015.

FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs). **Geografia agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Indústria criativa: mapeamento da indústria criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: Firjan, 2012.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. Edição original de 1997.

\_\_\_\_\_. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

\_\_\_\_\_. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In **Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FURTADO, C. **Seca e poder**: Entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das letras, 2006. (1 ed. 1939)

GOMES, P. C. C. Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E.; \_\_\_\_\_; CORRÊA, R. L. (org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 13-42.

GUPTA, A; FERGUNSON, J. Mais “além” da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

HAESBAERT, R. C. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HIERRO, J. A; FERNÁNDEZ, J. M. Activos culturales y desarrollo sostenible: la importancia económica del Patrimonio Cultural. In: **Política y Sociedad**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, v. 50, n. 3, p.1133–1147, 2013.

\_\_\_\_\_. **Preservación del patrimonio histórico de España**. Análises desde una perspectiva económica. Madrid: Fundación Caja Madrid, 2004.

HORTA, J. C. **Saber Molhar o Sertão**. Patrimônio Cultural Imaterial em Mirorós (BA). Dissertação de Mestrado. USP: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2014a.

\_\_\_\_\_. Alta no mercado da criatividade. **Revista Inova**, São Bernardo do Campo, n. 26, p.14-16, mai. 2014b.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico e política cultural no Território de Identidade Chapada Diamantina**. Relatório Técnico: Inventário dos Mestres e Artífices da Construção Civil Tradicional da Chapada Diamantina. Lençóis, 2015.

HYUSSEN, A. **Culturas do passado-presente**: modernismo, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Artes do Rio, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Culturas Temporárias e permanentes**. Brasília: IBGE, 2010.

ICOMOS MEXICO. **Declaração de Tlaxcala**. 3º Colóquio interamericano sobre a conservação do patrimônio monumental: revitalização das pequenas aglomerações. Trindade: Icomos, 1982.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos Assentamentos**. Brasília: Incra, 2015.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Programa Monumenta Chapada Diamantina**. Brasília, DF, 2008.



\_\_\_\_\_. **Anexo de bens culturais inventariados**, FF1, nºA3. Morro do chapéu. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2015a.

\_\_\_\_\_. Mapa do território cultural da Chapada Diamantina: **Localização do sítio de estudo**. Projeto gráfico: Matheus Tanajura. INRC-CD. Salvador: Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia, UFBA, 2015b.

\_\_\_\_\_. Mapa do território cultural da Chapada Diamantina: **Contexto histórico-econômico (Séc. XVII-XX)**. Projeto gráfico: Matheus Tanajura. INRC-CD. Salvador: Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia, UFBA, 2015c.

\_\_\_\_\_. Mapa do território cultural da Chapada Diamantina: **Contexto histórico-econômico (Séc. XX-XXI)**. Projeto gráfico: Matheus Tanajura. INRC-CD. Salvador: Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia, UFBA, 2015d.

\_\_\_\_\_. Mapa do território cultural da Chapada Diamantina: **Técnicas tradicionais**: Terra. Projeto gráfico: Matheus Tanajura. INRC-CD. Salvador: Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia, UFBA, 2015e.

\_\_\_\_\_. Mapeamento de referências culturais: **Município de Morro do Chapéu**. Projeto gráfico: Matheus Tanajura. INRC-CD. Salvador: Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia, UFBA, 2015f.

\_\_\_\_\_. Questionário de identificação: ofícios e modos de fazer, Q60, nº 01. **Antônio Lopes dos Santos; Robson dos Santos Pessoa; Gilverson Almeida de Souza**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016a.

\_\_\_\_\_. Questionário de identificação: ofícios e modos de fazer, Q60, nº 02. **Carlixto de Almeida Ramos**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016b.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: **Localidade de Morro do Chapéu**, F11, nº01. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016c.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: ofícios e modos de fazer, FQ60, nº03. **Renivaldo Ferreira Bezerra**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016d.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: ofícios e modos de fazer, FQ60, nº43. **Isaias Oliveira dos Santos**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016e.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: ofícios e modos de fazer, FQ60, nº44. **João Honorato dos Santos**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016f.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: ofícios e modos de fazer, FQ60, nº31. **Mario Aparecido Batista de Souza**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016g.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: ofícios e modos de fazer, FQ60, nº40. **Robério Antônio da Silva**

**Trindade**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016h.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: ofícios e modos de fazer, FQ60, nº12. **Antônio Carlos da Silva; Manoel Messias da Silva Bastos; Josué Pereira Bastos**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016i.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: ofícios e modos de fazer, FQ60, nº07. **Renato de Jesus Oliveira**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016j.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: ofícios e modos de fazer, FQ60, nº22. **Lourivaldo Luciano de Moura**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016k.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: ofícios e modos de fazer, FQ60, nº19. **João Chagas Pereira da Silva**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016l.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: ofícios e modos de fazer, FQ60, nº21. **Evangivaldo Natividade Souza**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016m.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: ofícios e modos de fazer, FQ60, nº06. **Reginaldo Rodrigues Melo**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2016n.

\_\_\_\_\_. **Mestres artífices**: Bahia; caderno de memórias. Brasília: Iphan; Salvador: UFBA, 2017a.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: ofícios e modos de fazer, F60, nº02. **Oleiro**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2017b.

\_\_\_\_\_. Ficha de identificação: ofícios e modos de fazer, F60, nº01. **Adobeiro**. INRC dos mestres artífices da construção tradicional: Chapada Diamantina. Salvador: UFBA, 2017c.

IZERROUGENE, B.; COELHO, L. A. A.; MATA, H. T. C. Economia criativa – conceitos e classificações. In: BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI). **Bahia análise e dados**: economia criativa. Salvador: SEI. v. 22, n. 4, out./dez. 2012.

JEUDY, H. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2005.

KARAKUL, Ö. An Integrated Methodology for the Conservation of Traditional Craftmanship in Historic Buildings. **International Journal of Intangible Heritage**. Seul: National Folk Museum of Korea, v. 10, 2015.

\_\_\_\_\_. An integrated approach to the conservation of traditional building crafts and their sustainability in contemporary design. In: **CRAFTARCH**: International art craft space congress. Selçuk: Selçuk University, 2018.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAGE, V.; BRAGA, C. A origem geográfica como patrimônio: implicações para políticas públicas e desenvolvimento de negócios. In: CUNHA, M. C. (Org.). Patrimônio imaterial e biodiversidade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 32, 2005.

LEFF, H. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LI, K. The contemporary values behind Chinese heritage. In: AVRAMI, E; MACDONALD, S; MASON, R; MYERS, D. **Values in heritage management**: emerging approaches and research directions. Los Angeles, California: The Getty Conservation Institute, 2019.

LIMA, C. L. C. Debate atual sobre indústrias criativas: uma primeira aproximação para o estado da Bahia. In: BAHIA. Agência de Fomento do Estado da Bahia. **Revista Desenhahia**, Salvador: Desenhahia; Solisluna, v. 3, n. 5, p.103-130, set. 2006.

LOIOLA, E.; FERREIRA, F. A economia criativa: teoria e prática na elaboração de políticas culturais; conferência de abertura proferida pelo prof. David Throsby. In: **Relatos de experiências do II Encontro Internacional de Economia Criativa**. Salvador: OBEC-BA, 2016.

LOPES, L. C. S. **O Correio do Sertão e o fim do coronelismo em Morro do Chapéu**. Salvador: Núcleo de Estudos da História dos Impressos da Bahia, 2006.

MACKAY, R. Values-based management and the Burra Charter: 1979, 1999, 2013. In: AVRAMI, E; MACDONALD, S; MASON, R; MYERS, D. **Values in heritage management**: emerging approaches and research directions. Los Angeles, California: The Getty Conservation Institute, 2019.

MAGALHÃES, A. **E triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro; Brasília: Nova Fronteira; Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MAGNANI, J. G. C. Pensar grande o patrimônio cultural. In: **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-15, 1986.

MANGILLI, L. **Anseios, dissonâncias, enfrentamentos**: o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia). Tese de doutorado. São Paulo: FAU/USP, 2015.

MARINHO, H. Cidades criativas, turismo cultural e regeneração urbana. In: REIS, A. C. F.; MARCO, K. de. **Economia da cultura**: ideias e vivências. Rio de Janeiro: Publit, p. 251-263, 2009.

MARTINS, J. S. O vôo das andorinhas: Migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, O. (org.). **O espaço da Diferença**. Campinas: Papius, 2000.

- \_\_\_\_\_. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MATO, D. Todas as indústrias são culturais: crítica à idéia de «indústrias culturais» e novas possibilidades de pesquisa. In: **Revista Matrizes**. São Paulo: Universidade de São Paulo e Artes v.2, n.2, 2008. p. 173-191.
- MATTA, P. M. **O garimpo na Chapada Diamantina e seus impactos ambientais**: uma visão histórica e suas perspectivas futuras. Dissertação de Mestrado. Salvador: Poli/UFBA, 2006.
- MEC/SPHAN/FNPM. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. **Publicações da SPHAN**; Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, n. 31, 1980.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.
- MELLO-THÉRY, N. A. de. **Território e Gestão Ambiental na Amazônia**: Terras públicas e os dilemas do Estado. São Paulo: Annablume, 2011
- MENESES, U. T. B. de. **O campo do patrimônio cultural**: uma revisão de premissas. In: SURTI (Org.), W. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Brasília: Iphan, 2009.
- MESTRES ARTÍFICES da Construção Tradicional: Chapada Diamantina. Produção executiva de Joana Horta. Lençóis: Montanhas Filmes, 2017. DVD
- MIGUEZ, P. **Repertório de fontes sobre economia criativa**. Salvador: Centros de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007a.
- \_\_\_\_\_. Economia criativa: um discurso preliminar. In: NUSSBAUMER, G. M. **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007b.
- MORAES, A. C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, W. **Jagunços e heróis**: a civilização do diamante nas Lavras da Bahia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- MORENDE, V. N.; RAIMUNDO, S. **Plantar alimento ou combustível?** Contradições das políticas públicas federais para a produção territorial no sertão baiano. In: Confins revue, 26. Paris: Confins, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/10761>. Consultado em 05/05/2019.
- \_\_\_\_\_. **Plantar alimento ou combustível?** Formação territorial no sertão baiano. Dissertação de Mestrado. São Paulo: EACH/USP, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Relatório preliminar Codeter**: Eixo Cultura e Comunidades Tradicionais. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Chapada Diamantina 2015, Lençóis: Representação Territorial da Cultura na Chapada Diamantina; Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2015

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: **Geografia agrária: teoria e poder**. FERNANDES, B. M., MARQUES, M. I. M., SUZUKI, J. C. (orgs.). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NEVES, E. F. **Formação territorial, ocupação econômica e divisão dos poderes nas serranias centrais da Bahia**. Texto elaborado para etapa preliminar do INRC-CD. Feira de Santana, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Regionalização econômica, poderes locais e relações de trabalho na Chapada Diamantina**. Texto elaborado para etapa preliminar do INRC-CD. Feira de Santana, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Transição econômica, mudanças sociais e perspectivas culturais na região da Chapada Diamantina**. Texto elaborado para etapa preliminar do INRC-CD. Feira de Santana, 2015c.

NYE, J. **Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história**. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2002.

OLIVEIRA, A. G; FREIRE, B. M. Notas sobre duas experiências patrimoniais. **Revista do patrimônio histórico e artístico**. n. 32. Brasília: Iphan, 2005. p. 152-165.

OLIVEIRA, A. I. L; FRANCA-ROCHA, W. Proposição Metodológica para modelagem da Vulnerabilidade e Risco dos Recursos Hídricos Subterrâneos na Sub-bacia do Alto Paraguaçu, Estado da Bahia. **XVI Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas e XVII Encontro Nacional de Perfuradores de Poços**. São Luis do Maranhão, 2010.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

OLIVEIRA, J. M. de; ARAÚJO, B. C. P. O. de; SILVA, L. V. Panorama da Economia Criativa no Brasil. In: VALIATI, L; FIALHO, A. L. do N. **Atlas econômico da cultura brasileira: Metodologia 2**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

OMAR, S. M. **Los estudios post-coloniales: una introducción crítica**. Castelló de la plana: Publicaciones de la Universitat Jaume, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

PACHECO, F. J. K. **Relatório Final: Desenvolvimento do Programa Nacional de Economia da Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2016.

PELEGRINI, S. A salvaguarda e a sustentabilidade do patrimônio imaterial brasileiro. In: FUNARI, P. P; PELEGRINI, S; RAMBELI, G. **Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume; Fapesp; Campinas: Nepam, 2009.

PÉREZ, R. S. Hacia una valoración patrimonial de la agricultura. **Scripta Nova: Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona v. 12, n. 275, p. 1-24, 2008.

PETRONELA, T. The Importance of the Intangible Cultural Heritage in the Economy. **Procedia**

- Economics and Finance**. Amsterdam: Elsevier, v. 39, p. 731–736, 2016. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(16\)30271-4](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(16)30271-4)>. Acessado em: 25 de nov. 2019.
- POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Revista Estudos históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- QUEIROZ, C. O. **O sertão que eu conheci**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985.
- QUEIROZ, W. Referências simbólicas. In: BAHIA. Secretaria de Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico. **Ofício de vaqueiro**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 1. ed. 6 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ROCHA, A. J. D. **Programas Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil: Morro do Chapéu**. Brasília: CPRM, 1997.
- \_\_\_\_\_, A. J. D.; COSTA, I. V. G. (1995a). **Projeto Morro do Chapéu: Mapa de Infra-Estrutura e Pontos Turísticos**. Salvador: Superintendência Regional do CPRM, 1995a. 69,5 cm x 86,5 cm. Escala: 1:200.000.
- \_\_\_\_\_, A. J. D.; PEDREIRA, A. J. **Projeto Geoparques: Geoparque Morro do Chapéu (BA) (Proposta)**. Brasília: CPRM, 2009. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/geocoturismo/geoparques/morrodochapeu/informacoesadicionais.html>>. Acesso em: 23/04/2012.
- ROCHA, G. Cultura popular: do folclore ao patrimônio. In: **Mediações**, revista de ciências sociais. Londrina, 2009, p. 218-236.
- RODRIGUES, M. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo. 1969-1987**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Editora Unesp, Condephaat, 2000.
- ROGERS, A. P. Values and Relationships between Tangible and Intangible Dimensions of Heritage Places. **Values in heritage management: emerging approaches and research directions**. Los Angeles, California: The Getty Conservation Institute, 2019.
- ROSA, D. L. **O mandonismo local na Chapada Diamantina**. Dissertação de mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1973.
- RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais entre o possível e o impossível. In: **O público e o privado**. Fortaleza: UECE, n. 9, 2007, p. 33-47.
- RUBINO, S. **O Mapa do Brasil Passado**. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, v. 1, 1996, p. 97-105.
- SAID, E. W. Zionism from the Standpoint of Its Victims. **Social Text**, v. 1, n. 7, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/466405>>. Acessado em: 21 mai. 2019.

SALES, H. **Cascalho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SAMPAIO, M. O. **O coronel negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina**. Jacobina: UNEB, 2009.

SÁNCHEZ, T; SIQUEIRA, J; BEDRAN, C; PINTO, G. B. S. Mapeamento da indústria criativa no Brasil: os profissionais criativos no cenário de crise. In: VALIATI, L; FIALHO, A. L. do N. **Atlas econômico da cultura brasileira: Metodologia 2**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

SANGRUBER, R; HEIDRUN, B; WALCHER, M. **Traditional Craftsmanship as intangible cultural heritage and an economic factor in Austria**. Viena: The Austrian Federal Chancellery; Facultas Verlags- & Buchhandels AG, 2019.

SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

\_\_\_\_\_. A face imaterial do patrimônio Cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: **Memória e Patrimônio**, ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio imaterial. In: FALCÃO, A. (Org.). **Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares (2a)**. Rio de Janeiro, 2008.

SANTILLI, J. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. **Journal of Latin American Studies**, (02), n. 210, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/s0022216x06261042>>. Acessado em:

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6 ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar**. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SANTOS, M. V. **Nasce a Academia**: SPHAN. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, v. 1, 1996, p. 97-105.

SCIFONI, S. Os diferentes significados do patrimônio natural. **Revista diálogos**, DHI/UEM, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

SENAC. **Manual do guia de turismo da Chapada Diamantina**. Rio de Janeiro: Senac/DN, 2014.

SENNA, R. de S. **Lençóis: um estudo diagnóstico**. Feira de Santana: UEFS; Lençóis: Prefeitura Municipal, 1996.

SEPLAN. Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. **Territórios de Identidade: Mapa**. Bahia, 2015.

SOARES, I. V. P. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 77-116.

SRH. Superintendência Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Bahia. **Plano Diretor de Recursos Hídricos: Bacia do Rio Paraguaçu**. Documento Síntese. Salvador, 1993.

STARLING, M. **Entre a lógica de mercado e a cidadania**: os modelos de gestão do patrimônio cultural. *Políticas Culturais em Revista*, 1(5), p. 91-108, 2012.

RODRIGUES, M. **Imagens do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969/1987. São Paulo: Editora Unesp Fundação; Imprensa Oficial de SP: Condephaat, 2000.

THROSBY, D. Cultural Capital. **Journal of Cultural Economics**, Netherlands, v. 14, n. 2, p. 3–12, 1999.

\_\_\_\_\_. The economics of heritage: the value of heritage. In: HERITAGE ECONOMICS WORKSHOP, 2007, Australian National University, Sidney, p. 1-8.

\_\_\_\_\_. Heritage economics: coming to terms with value and valuation. In: AVRAMI, E; MACDONALD, S; MASON, R; MYERS, D. **Values in heritage management**: emerging approaches and research directions. Los Angeles, California: The Getty Conservation Institute, 2019.

UFBA (Universidade Federal da Bahia). Faculdade de Arquitetura. **INRC dos mestres artífices da construção civil tradicional da Chapada Diamantina**: relatório etapa preliminar. Salvador: Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia, 2016.

\_\_\_\_\_. Acordo de cooperação técnica, científica e cultural que entre si celebram a UFBA e a Prefeitura Municipal de Lençóis para realização de um programa permanente de ação interdisciplinar e interinstitucional de pesquisa, ensino e extensão. **Plano de trabalho UFBA-PML referente ao processo nº23066.00719/14 de 08 de janeiro de 2014**. Salvador: UFBA, 2014.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**, 1972. Disponível em: <[http://sigep.cprm.gov.br/Convencao\\_1972.htm](http://sigep.cprm.gov.br/Convencao_1972.htm)>. Acessado em 17 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Tradução do Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. Originalmente publicado por UNESCO, Paris, 2003.

\_\_\_\_\_. **Framework for Cultural Statistics**. Montreal: UNESCO Institute for Statistics, 2009.

\_\_\_\_\_. **Creative Economy Report**: widening local development pathways. New York: Unesco. 2013a. Special Edition.



\_\_\_\_\_. **Creative Economy Report 2013**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2013b.

UNCTAD. United Nation Conference on Trade and Development. **Creative Economy Report 2008; The Challenge of Assessing the Creative Economy**: towards Informed Policy-making. Geneva: United Nations, 2008.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Economia Criativa 2010**; Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável. Brasília: Secretaria de Economia Criativa/MinC; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

VALIATI, L.; MIGUEZ, P; CAUZZI, C; SILVA, P. P. da S. Economia criativa e da cultura: conceitos, modelos teóricos e estratégias metodológicas. In: VALIATI, L; FIALHO, A. L. do N. **Atlas econômico da cultura brasileira**: Metodologia 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

VASCONCELOS, C. P. **Ser-Tão baiano**: o lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana. Ser-Tão baiano: o lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana. Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788523212339>>. Acessado em: 5 mar. 2019.

VIANNA FILHO, L. **O negro na Bahia**. São Paulo: José Olympio, 1946.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Encontro Anual da ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, out; 2003, p. 42-61.

WILLIAMS, D. **Memória e Preservação**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1997.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre, Bookman, 2001.

ZANIRATO, S. H. **Patrimônio para todos**: promoção e difusão do uso público do patrimônio cultural na cidade histórica. Patrimônio e memória. Assis: Unesp, v. 2, p.1-20, 2006.

\_\_\_\_\_. Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural. In: **Patrimônio e Memória**, Unesp, 2009.